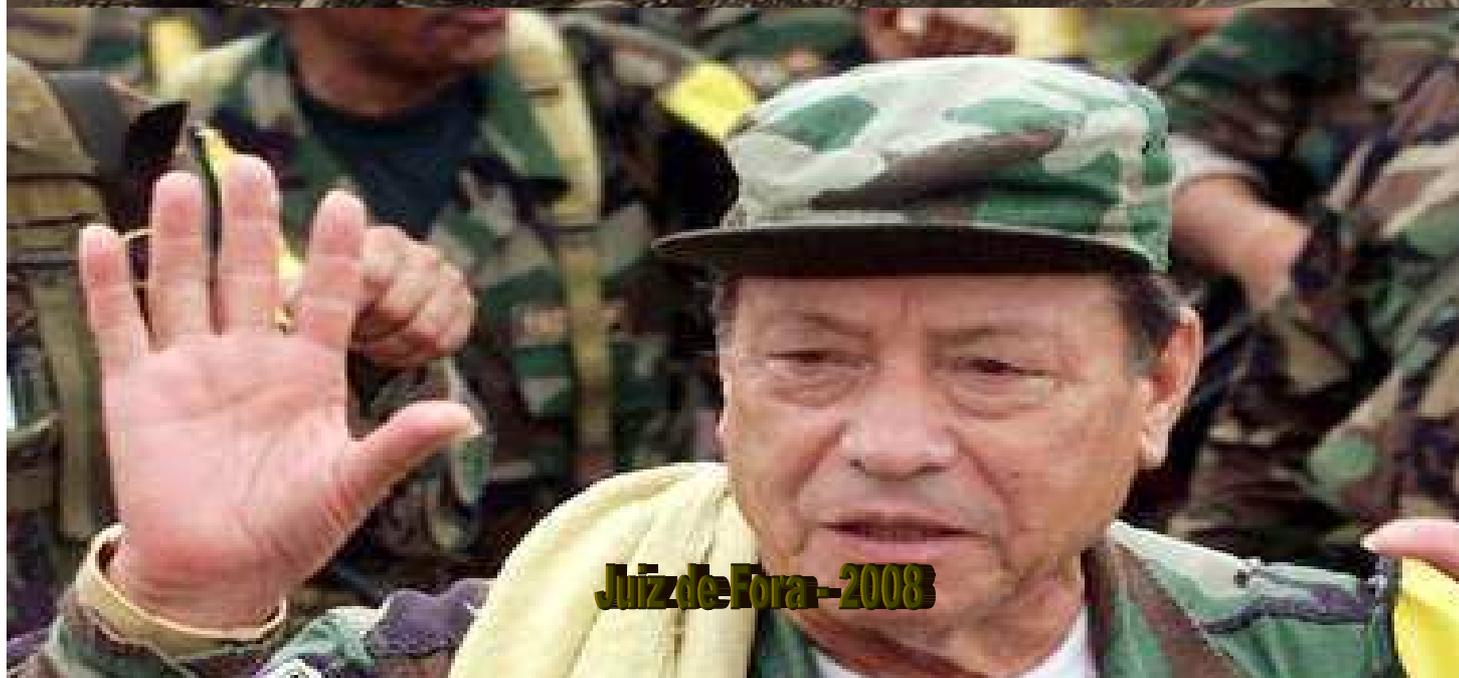


Ricardo Vélez Rodríguez

**VIOLENCIA, NARCOTRÁFICO E
TERRORISMO NA AMÉRICA LATINA**



Juiz de Fora - 2008

SUMÁRIO

Introdução - p. 3

Capítulo I - A violência na América Latina: aspecto político - p. 5

- 1) O conceito de violência segundo Thomas Hobbes - p. 5
 - 2) O fenômeno da violência política na América Latina - p. 6
 - 3) As causas da violência política, no seio da tradição patrimonialista latino-americana - p. 9
 - 4) Alguns remédios a serem adotados na atual conjuntura latino-americana - p. 12
- Bibliografia do Capítulo I - p. 14

Capítulo II - Primórdios da guerra do narcotráfico na Colômbia - p. 16

- 1) Aspectos econômicos - p. 16
 - 2) Aspectos políticos - p. 19
 - 3) Aspectos culturais - p. 23
 - 4) Considerações finais - p. 26
- Bibliografia do Capítulo II - p. 30

Capítulo III - Do messianismo político ao Narco-Estado: os descaminhos da Teologia da Libertação - p. 33

- 1) Índole radical e totalizante da Filosofia da Libertação - p. 35
 - 2) Messianismo político e Teologia da Libertação - p. 36
 - 3) Teologia da Libertação e tradição despótica - p. 39
 - 4) Do messianismo político ao reino da utopia: a crítica de Lima Vaz à Teologia da Libertação - p. 45
 - 5) Do reino da utopia ao Narco-Estado: os descaminhos da Teologia da Libertação - p. 49
 - 6) Novo clericalismo e Narco-Estado - p. 51
- Bibliografia do Capítulo III - p. 55

Capítulo IV - Colômbia: uma guerra contra a sociedade - p. 58

- 1) Estudos sobre a guerra - p. 58
 - 2) Estrutura e dinâmica do conflito - p. 59
 - 3) A opinião pública em face da guerra - p. 62
 - 4) Saídas para o conflito e riscos para o Brasil - p. 63
- Bibliografia do Capítulo IV - p. 65

Capítulo V - Violência e narcotráfico no Rio de Janeiro: perspectivas e impasses no combate ao crime organizado - p. 68

- 1) Histórico do conflito entre autoridades e sociedade civil, de um lado, e crime organizado, de outro, na cidade do Rio de Janeiro - p. 71
 - 2) *Intermezzo* sociológico: bicheiros, traficantes, narcoguerrilheiros - p. 82
 - 3) Política de Segurança Pública da governadora Rosinha Garotinho - p. 87
 - 4) O Plano Federal de Segurança Pública do governo Lula - p. 88
 - 5) A Proposta de Segurança Pública para o Rio de Janeiro, elaborada pelo prefeito César Maia - p. 92
 - 6) Considerações finais - p. 95
- Bibliografia do Capítulo V - p. 97

Capítulo VI - As Instituições Militares no século XXI: a sua missão em face dos conflitos - p. 108

- 1) O fundamentalismo - p. 111
 - 2) O narcoterrorismo - p. 112
 - 3) O patrimonialismo - p. 113
 - 4) O neonazismo - p. 117
 - 5) As guerras pelos recursos naturais - p. 118
 - 6) As guerrilhas comerciais - p. 119
 - 7) A banditização dos conflitos - p. 120
 - 8) O papel das Forças Armadas em face dos reptos do século XXI - p. 122
- Bibliografia do Capítulo VI - p. 125

Capítulo VII - Alternativas para a violência: sociedade, mercado e desenvolvimento na América Latina - p. 130

- 1) A tradição patrimonialista - p. 131
 - 2) Saindo do patrimonialismo - p. 136
 - 3) Perspectivas futuras - p. 138
 - 4) Liberalismo social e modernidade na perspectiva latino-americana, segundo Tocqueville - p. 140
- Bibliografia do Capítulo VII - p. 142

Anexo I - Brasil: o desafio do narcotráfico e os dilemas da transição política - p. 146

Anexo II - A estratégia das FARC e o MST - p. 150

Anexo III - Até onde o narcotráfico ameaça o Brasil? - p. 153

Anexo IV - Brasil será a Colômbia de amanhã - p. 157

INTRODUÇÃO

A problemática da violência sempre foi um fator presente nas sociedades latino-americanas. A configuração dos Estados como instâncias mais fortes do que a sociedade, numa forte tendência de privatização do espaço público pelos clãs, foi a causa básica do fenômeno. É a herança ibérica que, superada no Velho Mundo, ainda não foi vencida em terras americanas. É o fator que constitui o denominado "custo" Brasil. O Estado, como frisava Raymundo Faoro, sempre teve donos. Ou como apontava Oliveira Vianna, a ausência de espírito público, essa é uma das marcas registradas na nossa cultura política. Até o final do século XX, essa realidade deu ensejo a Estados em que o compadrio era a lei que comandava o preenchimento de cargos, com toda a seqüela de falta de visão nacional e ausência de patriotismo. O patotismo, na América Latina, sufocou o patriotismo. Patotismo ou clientelismo que deu ensejo, ao longo do nosso Continente sul-americano e também na América Central e no México, às várias gerações de compadres que dominavam a ferro e fogo. Resquícios dessa pesada herança são a ditadura de Fidel Castro em Cuba e o populismo bolivariano do coronel Chávez na Venezuela. Embora tenhamos caminhado, no Brasil, em direção à consolidação de instituições democráticas notadamente ao longo dos últimos vinte anos, não podemos negar que o patrimonialismo ainda grassa na nossa cultura política. São as várias clientelas que, no recente ciclo de abertura e de amadurecimento democrático, têm preenchido os cargos federais com amigos e apaniguados dos Presidentes, fenômeno que tem dado ensejo às várias "Repúblicas" que caracterizam a nossa história recente: "República do Maranhão", "República das Alagoas", "República do pão de queijo", "República do tucanato paulista", "República do ABC"...

É claro que não estamos sozinhos no usufruto dessa pesada herança. O drama argentino consiste em não terem conseguido os nossos vizinhos estabelecer, por cima das clientelas de políticos provinciais, um centro de poder que governe efetivamente, traçando políticas de alcance nacional. Isso, aliás, não é novo na política platina, e já o grande Domingos Faustino Sarmiento em *Facundo* destacava, em 1846, que a tendência à privatização do Estado era o grande mal que afetava aos argentinos, sendo que o processo centralizador deu-se, no período de Rosas, sob o signo de uma sanguinolenta tirania que enquadrou todo mundo pela barbárie, repetindo, no plano federal, o que Facundo Quiroga tinha realizado anteriormente na sua província. Algo que teve o seu contrapeso do lado brasileiro, no regime de cooptação que Dom Pedro II impôs às oligarquias regionais, tendo dado ensejo às instituições imperiais. Diríamos que, em termos de organizar o Estado, o patrimonialismo estamental de Dom Pedro foi muito mais civilizado que o patrimonialismo de faca na bota de Rosas. No século XX, podemos estabelecer comparação semelhante entre o patrimonialismo sindical de Perón e o tecnocrático de Getúlio.

A hipótese que levanto neste livro é a seguinte: quando, no decorrer da segunda metade do século XX, o patrimonialismo vinculou-se, nos países latino-americanos, ao mercado dos tóxicos, a violência disparou e ensejou a formação de Estados dentro do Estado, cuja manifestação hodierna mais contundente foi a República das FARC, que entre 1998 e 2002 a guerrilha colombiana organizou na zona sul-oriental do país, numa área equivalente à do Estado do Rio de Janeiro, pondo em xeque a segurança continental,

porquanto se constituiu em centro de irradiação do narcotráfico pelo Continente sul-americano afora, bem como em núcleo de exportação da narcoguerrilha aos países vizinhos. A América Latina conheceu, também, a sua *Guerra do Ópio*.

Em face desse fenômeno da narcoguerrilha, analiso os riscos que decorrem para o Brasil, notadamente. Considero que esses riscos aumentam, na medida em que a esquerda brasileira continua presa ainda a um modelo arcaico de comportamento politicamente correto, que a faz enxergar nos guerrilheiros colombianos combatentes idealistas pela justiça social e em prol da instauração do socialismo, quando o que realmente constituem é um núcleo de terroristas financiados pelo narcotráfico, que têm como única finalidade a racionalização dos seus negócios e a expansão do seu modelo de exploração para o resto do Continente sul-americano. Que o modelo colombiano da narcoguerrilha não está longe do Brasil, testemunha o elo representado por Fernandinho Beira Mar entre as FARC e o narcotráfico carioca.

Como não podia deixar de acontecer numa cultura profundamente marcada pela religiosidade, a nova escalada do narco-terror na América Latina foi acompanhada por uma esdrúxula mistura entre Teologia da Libertação e narcotráfico, dada ao ensejo da participação de sacerdotes na narcoguerrilha colombiana. Sacerdotes-guerrilheiros que, antes da queda do Muro em 1989, já participavam da aventura subversiva patrocinada pela ex-União Soviética e apoiada com denodo pelo mais velho ditador das Américas, Fidel Castro, em cujos laboratórios ideológicos processou-se o estranho casamento entre narcotráfico e Teologia da Libertação.

Os vários capítulos deste livro já apareceram sob a forma de ensaios publicados nas seguintes revistas: *Carta Mensal* do Rio de Janeiro (Capítulos I, IV, V, VI e VII); *Política e Estratégia* de São Paulo (Capítulo II), *Communio*, nas edições alemã e brasileira e *Convívio* de São Paulo (Capítulo III). Completo a análise acerca da problemática do narcotráfico com a transcrição de quatro entrevistas que dei aos seguintes órgãos: jornal *El Mundo* (Medellín - Colômbia), *Jornal da Tarde* (São Paulo) e revista *Sistema* (Fecomércio, Rio de Janeiro). Agradeço à minha esposa Maria Lúcia pela paciente leitura que fez dos originais desta obra, sempre me dando valiosos subsídios para melhorar o texto. Agradeço, outrossim, as observações que os amigos Antônio Paim e José Osvaldo de Meira Penna fizeram em relação ao material contido no Capítulo V (relativo à problemática da violência ensejada pelo narcotráfico no Rio de Janeiro), bem como a valiosa colaboração que a minha filha Maria Vitória deu-me na pesquisa jornalística.

Juiz de Fora, Janeiro de 2004

Ricardo Vélez Rodríguez

Para as minhas flores Maria Lúcia, Vitória e Luíza, sem cujo perfume a vida seria infinitamente menos prazerosa

Capítulo I - A VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA: ASPECTO POLÍTICO

A problemática da violência aparece, hoje, no contexto latino-americano, como o mais agudo problema social enfrentado pelo nosso continente. Os dados estatísticos acerca da escalada da violência nas últimas décadas não mentem. Se esse é o problema que mais nos agonia, cumpre estudá-lo em profundidade, tentando identificar o seu tamanho e características marcantes, bem como as suas causas e possíveis soluções.

A violência como objeto de estudo é, no entanto, algo muito geral. Diríamos que ela, enquanto objeto material, precisa ser delimitada pelo ponto de vista a partir do qual é estudada, ou seja, pelo objeto formal. Obedecendo a esta exigência da lógica, pretendo analisar, neste trabalho, a violência na América Latina do ponto de vista de sua variável política.

Três itens serão desenvolvidos: 1) O conceito de violência política segundo Thomas Hobbes (1588-1679); 2) o fenômeno da violência política na América Latina; 3) as causas da violência política, no seio da tradição patrimonialista latino-americana. Concluirei assinalando alguns remédios que podem ser tentados na atual conjuntura.

1) O conceito de violência política segundo Thomas Hobbes.- Foi certamente o filósofo inglês quem realizou, na modernidade, a primeira sistematização filosófica acerca da violência como característica do homem em sociedade. Hobbes considerava que a discórdia provinha da natureza do homem, sendo que as três causas principais da mesma seriam a competição, a desconfiança e a glória. "A primeira -- frisa o filósofo [Hobbes, 1974: 79] -- leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação. Os primeiros usam a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defendê-los; e os terceiros por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido às suas pessoas, quer indiretamente aos seus parentes, seus amigos, sua profissão e seu nome".

A violência política ocorre, segundo o filósofo inglês, em dois momentos: antes do surgimento do Estado e quando este se corrompe. Hobbes denomina de *guerra de todos contra todos* à situação de violência social anterior à criação do Estado. Nela, a vida humana não vale nada e todos somos reféns do temor da morte violenta. Hobbes retratava assim essa situação, com sombrias cores que traduziriam perfeitamente o clima de violência, impunidade e insegurança que vivemos hoje nas nossas sociedades latino-americanas: "(...) tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força, não há conhecimento da face da terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, (prevalece) um constante temor e perigo de morte

violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta" [Hobbes, 1974: 80].

Nesse estado de violência generalizada não há lei, nem moral, nem propriedade. O homem, considerava Hobbes, é levado a superar essa deplorável situação pelas suas paixões (medo da morte, desejo de conforto e esperança de conseguir este último mediante o trabalho) e pela sua razão (que "sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo") [Hobbes, 1974: 81]. A partir dessa dupla tendência (racional e irracional) surge o Estado, que é definido por Hobbes [1974: 110] da seguinte forma: "Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos (de) uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum".

Para o pensador inglês, há duas maneiras de criação e organização do Estado: ou por *instituição*, ou por *aquisição*. O Estado por *instituição* ocorre "quando os homens concordam entre si em submeterem-se a um homem, ou a uma assembléia de homens, voluntariamente, com a esperança de serem protegidos por ele contra todos os outros". Já o Estado por *aquisição* ocorre pela via da *força natural*, "como quando um homem obriga seus filhos a submeterem-se, e a submeterem seus próprios filhos, à sua autoridade, na medida em que é capaz de destruí-los em caso de recusa. Ou como quando um homem sujeita através da guerra seus inimigos à sua vontade, concedendo-lhes a vida com essa condição" [Hobbes, 1974: 110].

O filósofo inglês mostrava-se mais favorável ao Estado por *instituição*, sem dúvida mais afinado com a tradicional prática da representação na Inglaterra. Não é difícil, aliás, encontrar um paralelismo na dupla tipologia hobbesiana do Estado e a proposta por Max Weber [cf. 1944: IV, 85-203], a saber: Estado *contratualista* e Estado *patrimonial*.

Mas voltemos à caracterização da violência por Hobbes. Esta ocorre em ausência do pacto social que funda o Estado, como já vimos, ou quando este se corrompe, (ou, em outros termos, quando perde a força e fica doente). A sedição, o menosprezo face à lei, a guerra civil, a desobediência ou anarquia cidadã, a cupidez do poder espiritual, o domínio das corporações ou grupos sobre o governo, a desordem orçamentaria, eis algumas das causas endógenas que, além da invasão estrangeira, levam à doença e à dissolução do Estado [cf. Hobbes, 1974: 196-203]. Anarquizado o Estado, instala-se a violência na sociedade, bem como a plêiade de desgraças que acarreta a guerra de todos contra todos. Embrutecidos, os cidadãos passam a viver coagidos pelo temor constante da morte violenta.

2) O fenômeno da violência política na América Latina.- O fenômeno da violência na América Latina teve dois momentos semelhantes aos observados na tipologia hobbesiana: em primeiro lugar, insegurança generalizada, prévia à consolidação do Estado e, em segundo lugar, violência decorrente da degeneração ou má formação deste.

Quanto à primeira manifestação, a violência, na América Latina caracterizou-se por ser efeito, já desde os tempos coloniais, da denominada por Oliveira Vianna [1973: 142] de *anarquia branca*. Para o sociólogo fluminense, o motivo imediato que impelia a

população rural brasileira a se organizar em clãs, era a necessidade de defesa contra essa anarquia. Naqueles remotos tempos, entre nós, não havia Estado organizado. A corrupta magistratura portuguesa não funcionava, como tampouco os tribunais superiores, que ficavam muito distantes; isso levava a população a se refugiar em clãs, para ser protegida contra os excessos dos magistrados e poderosos. "Nessa situação de permanente desamparo legal, -- frisa Oliveira Vianna -- em que vivem, sob esse regime histórico de mandonismo, de favoritismo, de caudilhismo judiciário, todos os desprotegidos, todos os fracos, todos os pobres e inermes tendem a abrigar-se, por um impulso natural de defesa, à sombra dos poderosos, para que os protejam e defendam dos juizes corruptos, das *devassas* monstruosas, das *residências* infamantes, das vinditas implacáveis. Faz-se, assim, a magistratura colonial, pela parcialidade e corrupção dos seus juizes locais, um dos agentes mais poderosos da formação dos clãs rurais, uma das forças mais eficazes da intensificação da tendência gregária das nossas classes inferiores".

Essa situação de anarquia primordial era testemunhada pelos visitantes estrangeiros. Eis o relato de um comerciante francês, publicado em Rouen em 1723, com o longo título de *Journal d'un voyage sur les costes d'Afrique e aux Indes d'Espagne; avec une description particulière de la Rivière de la Plata, de Buenos Aires e autres lieux; commencé en 1702 et fini en 1706* [apud Pernoud, 1990: 63-105]. No seu diário, o viajante descreve assim a arraia miúda e a elite cariocas da época : "Falando em termos gerais, os portugueses são muito atenciosos, muito amáveis e de fino trato. Não me refiro ao povo baixo, cuja insolência e descaro estão por cima de tudo quanto se possa dizer. Não creio que possa haver indivíduos mais mal-intencionados e mais intratáveis; são mentirosos, indolentes, briguentos, insubordinados, sediciosos e cheios de injúrias, e das mais grosseiras; são, numa palavra, a mais indigna e mais maldita canalha de que se tenha ouvido falar. Critica-se às gentes honradas, e possivelmente não sem razão, pelo fato de serem vaidosos, orgulhosos e de terem uma cortesia e uma polidez que podem ser consideradas exageradas. Conta-se, a propósito do anterior, que um capitão de navio bateu tão forte num marinheiro, que este morreu -- segundo disse o agressor --, pelo fato de ter sido pouco atencioso com ele. Na sua maior parte são extraordinariamente inimigos do trabalho, preguiçosos e muito inclinados à voluptuosidade" [apud Pernoud, 1990: 99]. Em síntese, para o narrador francês a violência era a marca registrada da população carioca, com alguns matizes segundo a faixa social: rude e explícita no povão, jeitosa nas elites.

Mas se a *anarquia branca* dos cariocas era evidente no século XVIII, não menos visível era a mesma característica entre os paulistas, segundo o relato de Régine Pernoud [1990: 137-138], que se alicerça, entre outras fontes da época, nas *Lettres édifiantes et curieuses*, escritas pelos missionários jesuítas das Reduções paraguaias entre 1717 e 1776. A respeito da anarquia dos paulistas, escreve a historiadora francesa: "Mas os maiores perigos provinham dos *paulistas* ou *mamelucos*; chamava-se assim a população de São Paulo que era, nessa época, um verdadeiro refúgio de bandoleiros, formada principalmente por mestiços e portugueses; tinha acolhido aventureiros de todas as regiões, cujo principal recurso era o comércio de escravos. Por isso viram com satisfação o estabelecimento dos primeiros povoados, que constituíam para eles excelentes reservas de índios, destinadas a se converterem em presa fácil. De fato, desde 1629 caíram sobre as Reduções da província de Guairá, levando como escravos mais de quinze mil índios dos povoados de Santo Antônio, São Miguel e Jesus Maria, depois de terem assassinado

os que se opunham (...). Os mamelucos (eram) temíveis ao ponto de que não arredavam pé diante de nenhuma estratégia; em várias ocasiões apresentaram-se diante dos povoados de índios, vestindo sotainas, com a cruz na mão, entoando cantos religiosos, etc., e enquanto os índios, sem desconfiança, reuniam-se para escutar a sua pregação, as suas tropas, colocadas em emboscada, atacavam. Isso provocou inúmeras dificuldades aos missionários e levantou uma desconfiança que custou a vida a muitos deles".

Testemunho dessa *anarquia branca* dos paulistas já tinha sido dado, aliás, em fins do século XVIII, pelo viajante francês Froger, para quem a cidade de São Paulo tinha a sua origem numa "(...) *assamblage de brigans de toutes les Nations, qui peu à peu y ont formé une grande Ville et une espèce de République, où ils se font une loy de ne point reconnaître le Gouverneur*" [apud Vianna, 1973: 183].

Mas o fenômeno da violência não se restringiu apenas, no nosso Continente, à situação de *guerra de todos contra todos* anterior à consolidação do Estado. Revela-se também hoje na corrupção do mesmo, ao ter sido ele privatizado por grupos, corporações, estamentos, facções e partidos, no seio da *tradição patrimonialista*. Não há dúvida de que o exemplo mais característico é, nos dias que correm, a Colômbia. A respeito, assim caracterizou a situação de violência clânica nesse país Almudena Mazarrasa, delegada da ONU na Colômbia: "Este parece ir se tornando um país feudal onde cada um cria o seu próprio exército (...). Cheguei num momento em que o incremento da violência é aterrorizante. Estou muito consternada pelo fato de ser testemunha dessas atrocidades" [Mazarrasa, 1997: 1].

As atrocidades que deixaram perplexa a delegada da ONU na Colômbia decorrem do fato de o país ter sido loteado entre os bandos criminosos, num acelerado processo de desintegração e de guerra total, que tem sido denominado de "escobarização" (lembrando a onda terrorista desencadeada há alguns anos por Pablo Escobar) [Bustos, 1997] e que enseja, para os colombianos, uma situação de "emergência internacional", em decorrência das tensões geradas por esse país a escala global [Tokatlian, 1997b].

Estudo recente da *Fundação Milênio*, com sede em Santafé de Bogotá, revela, efetivamente, que a guerrilha de esquerda e os paramilitares de direita iniciaram nos últimos anos uma estratégia para dominar as regiões mais ricas da Colômbia, buscando um melhor financiamento para a guerra a morte que se declararam. As duas maiores organizações guerrilheiras, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) adquiriram grande vantagem nesse ponto, já que administram sólidas finanças. Cada um dos guerrilheiros dessas organizações criminosas tem um ingresso de 70 mil dólares anuais, o que equivale a 40 vezes o que ganha um colombiano médio [cf. AFP, 03/08/97].

A respeito, o mencionado estudo frisa: "Houve uma expansão intencional (da guerrilha) em direção àquelas áreas economicamente mais prósperas. O crescimento adicional da guerrilha nos últimos quatro ou cinco anos concentrou-se nas áreas prósperas e não em zonas de colonização, onde teve a sua presença tradicional (...). Em 1985 a subversão estava presente em 15% dos municípios de campesinato médio não cafeicultor e em 2% dos municípios de campesinato cafeicultor. Em 1995 estava em 58% do primeiro tipo de municípios e em 53% dos municípios do segundo tipo. No mesmo período, a guerrilha aumentou a sua presença de 13% dos povoados de agricultura

comercial para 71%, e a sua presença em cidades intermédias passou de 3 para 85%" [AFP, 03/08/97].

A guerrilha, segundo o mencionado estudo, adquiriu tal força que superou a capacidade de controle por parte do Estado. Recente pesquisa de opinião revelava que os colombianos consideram ter a guerrilha derrotado definitivamente as Forças Armadas. Em 1994, o então Presidente César Gaviria reconhecia que 600 dos 1000 municípios colombianos sofriam alguma forma de presença guerrilheira. Os paramilitares, por sua vez, entenderam aos poucos que deveriam penetrar nas áreas mais desenvolvidas economicamente, em especial aquelas que possuem nexos com o narcotráfico. Um total de 26% dos 134 municípios onde se cultiva a papoula (base da heroína), contam já com a presença de grupos armados paramilitares, que disputam com a guerrilha o domínio sobre os narcotraficantes. Consequentemente, há uma acelerada escalada da violência, decorrente do conflito entre guerrilheiros e paramilitares, conflito que termina vitimando a população civil, manipulada por guerrilheiros, paramilitares, Forças Armadas, políticos corruptos e narcos. A perspectiva é sombria. À violência praticada nos anos anteriores pelos cartéis da cocaína, soma-se agora o conflito entre os dois agrupamentos subversivos que pretendem encampar o narcotráfico, aproveitando o vácuo deixado com as prisões dos tradicionais chefões. O estudo da *Fundação Milênio* conclui a respeito: "Há uma escalada em andamento do conflito entre guerrilha e paramilitares, embora é difícil de prever se vai acontecer de forma generalizada em todo o país, ou se vai se apresentar sob a modalidade de guerras locais" [AFP, 03/08/97].

Essa escalada da violência tornou a Colômbia um dos países mais inseguros do planeta. Os cientistas políticos Uprimmy Yepes e Vargas Castaño [1990: 105] quantificaram, da seguinte forma, essa violenta realidade: "Na Colômbia, a morte violenta tornou-se uma realidade cotidiana. Segundo dados oficiais da Polícia Nacional, em 1988 cometeram-se no país aproximadamente 21.000 homicídios, um a cada média hora em promédio. A taxa de homicídios nesse ano foi de 70 por cem mil habitantes, fazendo da Colômbia o terceiro país mais violento do mundo. (...). Se excluirmos as crianças e os velhos, a metade das mortes dos homens cuja idade está compreendida entre 15 e 44 anos, deve-se a assassinato".

3) As causas da violência política, no seio da tradição patrimonialista latino-americana. - Séculos de cultura patrimonialista levaram os países ibero-americanos a encararem a política como luta entre os clãs pela posse do poder do Estado e, uma vez consolidado este, a administrá-lo como botim orçamentário a ser distribuído entre amigos e apaniguados, com exclusão de todos os outros. Essa é a raiz peculiar da violência na América Latina. Não fomos dotados, como outros povos, da tendência à solidariedade. O nosso, como destaca Oliveira Vianna, é um individualismo clânico e insolidário, amadurecido em três séculos de poder latifundiário. O patotismo, nos nossos países, sufocou o patriotismo [cf. Vianna, 1973: 220].

O sociólogo fluminense, aliás, traçou, em *Instituições políticas brasileiras* [Vianna, 1974: I, 297], um quadro magistral desse insolidarismo patrimonialista, na dinâmica da nossa sociedade: "Em toda essa psicologia da vacuidade ou ausência de motivações coletivas da nossa vida pública, há um traço geral que só por si bastaria para explicar todos os outros aspectos (...). Este: *a tenuidade ou fraqueza da nossa consciência do bem coletivo, do nosso sentimento da solidariedade social e do interesse público*. Esta

tenuidade ou esta pouca *densidade* do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica do fato de que o interesse pessoal ou de família tenha, em nosso povo - - no comportamento político dos nossos homens públicos -- mais peso, mais força, mais importância determinante, do que as considerações do interesse coletivo ou nacional. Este estado de espírito tem uma causa geral (...): *e esta razão científica é a ausência da compreensão do poder do Estado como órgão do interesse público*. Os órgãos do Estado são para estes chefes de clãs, locais ou provinciais, apenas uma força posta à sua disposição para servir aos amigos e aos seus interesses, ou para oprimir os adversários e os interesses destes".

O cientista político Juan Gabriel Tokatlian [1997a: 61] exprime, nos seguintes termos, a presença desse insolidarismo patrimonialista na sociedade colombiana: "Na Colômbia, no Estado e no terreno não-governamental, os agentes mais poderosos extremaram um comportamento orientado à maximização de benefícios particulares e à garantia da própria sobrevivência, com prejuízo dos interesses nacionais no seu conjunto". O folclore político já tinha identificado esse vício patrimonialista do trinômio insolidarismo / clientelismo / autoritarismo nos seguintes versos, que eram recitados pelo povo após as guerras da independência da Nova Granada, na terceira década do século passado: "*Bolívar venció a los godos / Mas, desde ese infausto día / Por un tirano que había / Se hicieron tiranos todos!*".

Já para o sociólogo colombiano Camilo Torres, o fenômeno da violência, inerente à privatização do poder por estamentos e clãs, decorre da agressividade social que acompanha à frustração de aspirações daqueles segmentos que se sentiram excluídos. A respeito, escreve [Torres, 1985: 106-107]: "A agressividade pode ser individual ou social. A agressividade individual é o resultado de um desejo de destruição originado em uma frustração. A destruição é buscada como uma compensação e como um meio de reconstrução do que não se conseguiu. A agressividade social possui as mesmas características, mas alargadas ao grupo social. A agressividade pode ser manifesta ou latente, segundo o desejo de destruição possa se realizar ou não. A agressividade social, em geral, encontra-se naqueles países nos quais há frustração de aspirações. Se essa frustração de aspirações forma parte da consciência social e encontramos, no interior das instituições sociais, instrumentos violentos e eficazes de realização, a agressividade tornar-se-á manifesta".

Foi o que de fato aconteceu na Colômbia: frustrado a partir dos acenos de modernização e de liberdade que foram inicialmente encenados e logo freados pelas oligarquias nas décadas de 30 e 40, o campesinato, "por uma espécie de ação diabólica -- frisa o sociólogo Orlando Fals-Borda -- foi induzido a identificar os seus inimigos entre os seus próprios vizinhos e parentes" [Fals-Borda, 1985: 42]. Essa foi a etapa da violência que ensejou a luta a morte entre liberais e conservadores até 1958. A hodierna fase da violência -- chamada de *etapa dos filhos da violência* -- começou a se gestar durante o chamado *Frente Nacional* (1958-1974), e eclodiu com força quando os partidos tradicionais recusaram-se a permitir o surgimento de partidos de representatividade popular e foram boicotadas as principais reformas econômicas e políticas reclamadas pela população. Os *filhos da violência*, camponeses famintos e operários desempregados, juntaram-se a jovens universitários desiludidos de tudo, e passaram a engrossar as fileiras dos movimentos guerrilheiros. A cooptação de uma parcela dessas massas pelos

narcotraficantes foi questão de tempo e se viu facilitada pelo estranho raciocínio de alguns líderes guerrilheiros que, estimulados por Cuba, passaram a achar que o incremento do narcotráfico ajudaria a derrotar o gigante imperialista e, de outro lado, daria lugar a preciosas divisas para compra de armamento. Desse contexto emergiu, nestas últimas décadas, o esquisito fenômeno da narco-guerrilha [cf.Castillo, 1987; Landazábal, 1985; Castro, 1985; Pérez, 1990].

Os numerosos grupos de jovens desiludidos que habitam na periferia das grandes cidades colombianas, são o que poderíamos chamar de *exército marginal de reserva* da guerrilha, do narcotráfico e dos organismos para-militares. Calcula-se que de cada 100 pessoas assassinadas em Medellín, 70 estão na faixa dos 14 aos 19 anos. Esses jovens desenraizados e sem esperança vendem os seus serviços de *sicariato* a qualquer um. Só em Medellín havia, em 1989, mais de 150 grupos de extermínio integrados por adolescentes. Esses fatos levaram à jornalista Laura Restrepo a escrever que "uma nova geração de colombianos não sabe que é possível morrer de velhice" [Restrepo L., 1990: 27].

Testemunho claro da exclusão social e da violência causadas pela privatização patrimonialista do Estado, foi dado por um jovem chefe de um grupo de extermínio com atuação em Medellín. O testemunho desse jovem muito bem poderia ser o de qualquer líder de *polícia mineira* numa favela carioca: "Destruímos as bocas de fumo e atacamos o consumo de droga, porque daí provém grande parte da decomposição da gente. Num dia justicamos cinco moleques, porque eram casos perdidos de drogadição. Já haviam sido advertidos, mas nunca houve forma de recuperá-los, porisso os matamos. Criamos uma rede de informações para todos os setores, com a mesma gente da comunidade. As senhoras, as crianças, os velhos, todos eles nos avisam acerca da presença de assassinos e de estranhos. Só estamos respondendo aos problemas que o governo não resolve. Aqui a polícia nunca sobe e quando o faz torna-se cúmplice dos ladrões. Entendemos que é pelo desemprego que muita gente opta por essa vida de delinqüência: se estes bairros tornaram-se um inferno, não é por culpa da gente, mas do governo. Mas as coisas já foram longe demais. Não há mais remédio que optar pela violência para defender a tua vida e a da comunidade" [in: Restrepo, L., 1990: 31].

A violência colombiana, poderíamos afirmar com o historiador Eric Hobsbawn [1985: 23], "procede de uma revolução social frustrada. Isso é o que pode acontecer quando as tensões revolucionárias sociais não são dissipadas pelo pacífico desenvolvimento econômico, nem freadas para criar estruturas sociais novas e revolucionárias. Os exércitos da morte, os desenraizados, os mutilados físicos e mentais, são o preço que a Colômbia paga por esse fracasso".

Para o cientista político, Eduardo Pizarro [in: Restrepo D., 1990: 210] uma das características marcantes da violência colombiana é o fato de ela provir da privatização do poder pelos partidos, que são "(...) aparelhos tipicamente clientelistas, onde o poder do congressista não provém do partido mas do controle sobre uma parte do eleitorado, através da apropriação das corporações públicas, da capacidade de decisão sobre o gasto, dos contratos e oferta de emprego público (...)".

4) Alguns remédios a serem adotados na atual conjuntura latino-americana.- O fenômeno da violência na América Latina possui raízes profundas, de natureza

culturológica, não sendo apenas uma variável conjuntural. Daí por que os remédios devem apontar à mudança dessa complexa realidade. Precisamos, nos nossos países, como dizia Tocqueville em relação aos franceses, *construir o homem político* [cf. Mélonio, 1993: 91 seg.], civilizado, solidário, livre das amarras do patotismo, solidamente ancorado na defesa da liberdade, cômico dos seus direitos e dos seus deveres como cidadão. Precisamos reverter a tremenda infra-valorização em que se encontra o cidadão, esse João Ninguém envergonhado de si mesmo, tão bem descrito por Roberto da Matta [1991: 6].

Tocqueville insiste em que o caminho para a superação da problemática social passa, em primeiro lugar, pela mudança de mentalidade, que leve a superar o insolidarismo. Ele referia-se particularmente à realidade da França, acostumada (como o Brasil), a longos séculos de despotismo tutelar, que terminou afrouxando os laços de solidariedade encontrados em outros povos, como o inglês ou o norte-americano. O pensador francês considerava que não poderia haver um bem público diferente daquele dos cidadãos. Admirava nos Estados Unidos a forma em que a solidariedade se costurava pelas comunidades, respeitando os interesses individuais. O bem público consistiria, para Tocqueville, na resultante da negociação entre todos os interesses particulares.

Não duvido em falar em *ética intelectual* em Tocqueville, me referindo ao binômio formulado por Max Weber: "ciência como vocação" e "política como vocação" [cf. Weber, 1972]. O compromisso fundamental do pensador francês era com o esclarecimento da verdade histórica, que conduzisse à conquista da liberdade para todos os franceses. Neste seu empenho não admitia negociação. Daí as suas fortes críticas aos socialistas, aos bonapartistas, aos seus pares, os nobres, que tinham ancorado numa proposta de volta ao *Ancien Régime* e aos próprios doutrinários, seus mestres, que tinham fechado as conquistas liberais na gaiola de ouro do formalismo jurídico e do elitismo burguês.

Três pontos básicos saltam à vista na ética tocquevilliana: em primeiro lugar, a fundamentação das suas convicções morais no cristianismo, do qual nosso autor abstrai, no plano racional (à maneira kantiana), o princípio fundamental de que todos os seres humanos possuem a mesma dignidade e, portanto, podem aspirar com legitimidade ao exercício da liberdade. Em segundo lugar, a solidariedade com os seus concidadãos, que correm o perigo de cair nas mãos do despotismo, em lugar de conquistar a almejada liberdade. Em terceiro lugar, o dever de testemunhar a verdade histórica que nosso autor descobriu na sua viagem à América: a liberdade democrática é possível!

No tocante ao primeiro ponto, Tocqueville escreve: "Todos os grandes escritores da Antigüidade faziam parte da aristocracia dos senhores, ou pelo menos viam essa aristocracia estabelecida sem contestação ante os seus olhos; o seu espírito, depois de se haver estendido por vários lados, achou-se, pois, limitado por aquela, e foi preciso que Jesus Cristo viesse à terra para fazer compreender que todos os membros da espécie humana eram naturalmente semelhantes e iguais" [Tocqueville, 1977: 329]. Aqui ancora a idéia de *interesse bem compreendido*, segundo Tocqueville. É legítimo lutar pela defesa dos próprios interesses. Mas essa luta não pode ficar alheia à consciência de que há outros seres humanos que gozam, como nós, dos mesmos direitos básicos à vida, à liberdade e às posses. Defender os próprios interesses com exclusão dos outros seres humanos, é ilegítimo, segundo o pensador francês, pois equívale a negar aos demais

aquilo que achamos essencial para nós. Aí ancora, também, a idéia tocquevilliana de solidariedade. Quando lutamos pelos próprios interesses, se o fizermos de forma adequada, ou seja, conscientes de que todos os seres humanos somos portadores da mesma dignidade, já incluiremos na nossa luta pela sobrevivência a solidariedade com os demais.

Em relação ao segundo ponto, assim escrevia Tocqueville: "Eu creio que cada um de nós deve prestar contas à sociedade, tanto de seus pensamentos quanto de suas forças. Quando vemos nossos semelhantes em perigo, é obrigação de cada um ir ao socorro deles" [apud Mélonio, 1993: 30].

Em relação ao terceiro ponto, o dever de testemunhar a verdade histórica descoberta na América, Françoise Mélonio escreve: "Tocqueville regressa, pois, da América, investido do dever de testemunhar. O primeiro volume da *Democracia*, que publica em 1835, recebe desse objetivo apologético os traços que fazem dele o breviário da democracia moderna. A *Democracia* é uma obra de auxílio ao povo em perigo (...). Ora, há urgência. Na Europa, *os tempos se aproximam* do triunfo da democracia. Tocqueville assume a postura de um João Batista da democracia clamando no deserto: acordai antes que seja tarde demais; o movimento democrático *não é, ainda, suficientemente rápido para desesperar de dirigi-lo. A sorte* (das nações européias) *está nas suas mãos, mas bem cedo lhes escapa. E que não se diga que é tarde demais para tentar*. Contra os profetas das desgraças, os resignados, Tocqueville faz um apelo aos franceses para que, sem delongas, tomem seu destino nas próprias mãos, a exemplo da América. Como os profetas e os pregadores, Tocqueville argumenta com os riscos de uma *conversão tardia*" [Mélonio, 1993: 30-31].

Apenas para concluir este capítulo, lembrarei aqui três tarefas inadiáveis, que decorrem da aplicação do princípio tocquevilliano do interesse bem compreendido e sem as quais não será possível reverter, no nosso Continente, a problemática da violência, umbilicalmente ligada à privatização do Estado por castas e estamentos, no seio da tradição patrimonialista. Essas três tarefas, interligadas entre si, são as seguintes: em primeiro lugar, a conquista da *democracia econômica*, mediante a desregulamentação, o estímulo à livre iniciativa, o alívio da carga tributária para o capital que gera empregos e para quem trabalha, o controle do gasto público, os processos de privatização em benefício de todos os cidadãos e a posta em prática de políticas tendentes a reduzir as tremendas distorções existentes no Brasil no que tange à distribuição de renda; em segundo lugar, *o aperfeiçoamento da representação e do controle da sociedade sobre o aparelho estatal*, mediante a reforma política e administrativa do Estado, a fim de que as instituições estejam realmente a serviço de todos os brasileiros e não apenas dos estamentos pertencentes à burocracia governamental; em terceiro lugar, *a efetivação da educação para a cidadania*, a ser realizada nas quatro primeiras séries do primeiro grau, a fim de que as novas gerações aprendam a vivenciar os valores fundantes da democracia, da qual não pode estar ausente o exercício da liberdade.

É evidente que constitui passo importante a formulação de políticas públicas adequadas no terreno da segurança cidadã. Mas só conseguiremos reforçar o *statu quo*, se essas providências não se inserirem no quadro mais largo da reforma e modernização do Estado, do estímulo à livre iniciativa e à produtividade e da superação definitiva das crenças e práticas que constituem o chão axiológico em que se alicerça o

patrimonialismo, que outra coisa não é senão o nosso conhecido patotismo, aplicado à administração do governo.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO I

AFP [03/08/97]. "Guerrilla y paramilitares se disputan las zonas más ricas de Colombia".

BUSTOS, Alirio [1997]. "La guerrilla se escobariza". In: *El Tiempo*, Santafé de Bogotá, 23/03/97.

CASTILLO, Fabio [1987]. *Los jinetes de la cocaína*. Bogotá: Documentos Periodísticos.

CASTRO Caycedo, Germán [1985]. *El Karina*, 2ª edição. Bogotá: Plaza & Janés.

FALS-BORDA, Orlando [1985]. "Lo sacro y lo violento, aspectos problemáticos del desarrollo en Colombia". In: Vários autores, *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/ Centro Gaitán, pgs. 25-52.

HOBBS, Thomas [1974]. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. (Tradução de J. P. Monteiro e M. B. Nizza da Silva). 1ª edição. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores.

HOBSBAWN, E. J. [1985]. "La violencia en Colombia". In: Vários autores, *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/ Centro Gaitán, pgs. 11-24.

LANDAZÁBAL Reyes, Fernando (general) [1985]. *El precio de la paz*. Bogotá: Planeta.

MATTA, Roberto da [1991]. "A questão do nepotismo, ou como o cidadão brasileiro usa o famoso jeitinho", in: *Indústria e Comércio*, Curitiba, 15/09/91, pgs. 6-7.

MAZARRAZA, Almudena [1997]. "Parece un país feudal con ejércitos propios". In: *El Tiempo*, Santa Fé de Bogotá, 17/08/97.

MÉLONIO, Françoise [1993]. *Tocqueville et les Français*. Paris: Aubier.

PERNOUD, Régine [1990]. *América del Sur en el siglo XVIII: misceláneas anecdóticas y bibliográficas*. (Tradução ao espanhol de M. e I. Pizarro Suárez). México: Fondo de Cultura Económica.

PÉREZ, Manuel (sacerdote e comandante do ELN) [1990]. "Nosotros hemos dicho: nada com el narcotráfico". In: *Semana*, Bogotá, no. 437: pgs. 22 seg.

RESTREPO Botero, Darío [1990]. "Nuevos discursos sobre la violencia: reciclaje del viejo fetiche liberal". In: Germán Palacio (organizador), *La irrupción del paraestado: ensayos sobre la crisis colombiana*. Santafé de Bogotá: CEREC / ILSA, pgs. 203-216.

RESTREPO, Laura [1990]. "La cultura de la muerte". In: *Semana*, Bogotá, no. 408: pg. 27.

TOKATLIAN, Juan Gabriel [1997a]. *En el límite: La (torpe) norteamericanización de la guerra contra las drogas*. Santafé de Bogotá: CEREC / Editorial Norma.

TOKATLIAN, Juan Gabriel [1997b]. "Emergencia internacional". In: *El Tiempo*, Santafé de Bogotá, 30/03/97/

TORRES, Camilo [1985]. "La violencia y los cambios socioculturales en las áreas rurales colombianas". In: Vários autores, *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/ Centro Gaitán, pgs. 53-116.

UPRIMMY Yepes, Rodrigo e Alfredo VÁSQUEZ Castaño [1990]. "La palabra y la sangre: violencia, legalidad y guerra sucia en Colombia". In: Germán Palacio (organizador). *La irrupción del paraestado: ensayos sobre la crisis colombiana*. Santafé de Bogotá: CEREC /ILSA, pgs. 105-165.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1993]. "Colômbia: Narcotráfico e terrorismo". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 39, no. 464: pgs, 41-50.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1973]. *Populações meridionais do Brasil: vol. I - Populações rurais do Centro-Sul*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1974]. *Instituições políticas brasileiras*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2 volumes.

WEBER, Max [1944]. *Economía y sociedad*. (Tradução ao espanhol de J. Medina Echavarría et alii). México: Fondo de Cultura Económica, 4 volumes.

Capítulo II – PRIMÓRDIOS DA GUERRA DO NARCOTRÁFICO NA COLÔMBIA

A problemática do narcotráfico na Colômbia não é mais assunto de simples alçada policial. É problema nacional, continental e mundial. As fronteiras da droga alargaram-se. Os perseguidos pelos cartéis de Medellín e de Cali não têm para onde ir. Há vários anos, o ex-ministro da Justiça que tinha jogado duro contra os barões da coca, foi nomeado embaixador em Budapeste. Nem a distância nem a imunidade diplomática o protegeram das balas dos narcos, que contrataram os *serviços* da máfia italiana, para que praticassem o atentado em que ficou gravemente ferido o diplomata colombiano.

Pretendo desenvolver neste capítulo três aspectos relacionados ao fenômeno do surgimento e da consolidação do narcoterrorismo na Colômbia: o econômico, o político e o cultural. Tentarei mostrar as perspectivas que restam aos colombianos neste início de

milênio, para superarem a guerra que os narcos declararam ao Estado e encontrarem os caminhos da convivência pacífica, num país que ao longo do século XIX sofreu 65 guerras civis e que ao longo do século passado e no início deste experimenta o segundo conflito interno, tendo vivido em estado de sítio praticamente ao longo dos últimos 40 anos. Concluirei refletindo acerca dos riscos que decorrem da situação colombiana para o Brasil.

1) Aspectos econômicos.- Não há dúvida quanto ao fato de que o narcotráfico é hoje, de longe, o negócio criminal mais rendoso do mundo. No caso da economia colombiana, segundo estudos realizados no início da década passada [cf. Gómez, 1990: 226-227], os ingressos líquidos do tráfico de drogas foram aproximadamente os seguintes, ao longo dos anos 80 do século XX: 2,2 bilhões de dólares em 1981; 3,8 bilhões em 1982; 2,2 em 1983; 1,4 em 1984; 1,4 em 1985; 1,3 em 1986; 0,8 em 1987 e 0,7 em 1988. Na década, os ingressos foram de 13,8 bilhões de dólares, quantia suficientemente grande como para pagar a dívida externa da Colômbia, que os capos ofereciam liquidar caso o governo os deixasse “trabalhar” em paz. Já no terreno internacional, conforme cálculos do cientista político boliviano Gonzalo Chávez, “o mercado do tráfico de drogas nos anos 80 movimentava aproximadamente nos Estados Unidos 100 bilhões de dólares e rende aos países produtores da América Latina mais divisas que a exportação de seus produtos tradicionais” [Chávez, 1989: 40].

Tamanho volume de recursos concentrados nas mãos dos narcotraficantes, produziu sérias distorções na economia dos países produtores de drogas. Na Bolívia, por exemplo, acelerou-se o descompasso entre a economia formal e a informal; ao passo que o PIB formal teve uma queda da ordem de 19,2% entre 1981 e 1985 e o PIB *per capita* caiu em 19,4%, o PIB subterrâneo “associado basicamente à produção de cocaína” teve, no período apontado, um fantástico crescimento da ordem de 493% [cf. Chávez, 1989: 43]. Na Colômbia, os recursos obtidos pelos narcotraficantes têm produzido a fuga de divisas (4,2 bilhões de dólares entre 1978 e 1988), o financiamento ao contrabando (8,8 bilhões de dólares entre 1981 e 1988), a concentração da propriedade rural (os narcotraficantes apropriaram-se de 4,3% da terra cultivável na Colômbia), a concentração da propriedade urbana (20% aproximadamente das transações em propriedade raiz), o progressivo crescimento do mercado de trabalho a serviço das máfias (250 mil empregos, equivalentes a 3% da força trabalhista do país), a invasão da economia formal pela informal (os cartéis da coca, através de testas-de-ferro, passaram a controlar empresas variadas que iam desde farmácias até redes de TV, emissoras de rádio e linhas aéreas) e o financiamento à narcoguerrilha e ao terrorismo. Na Colômbia, de forma semelhante ao acontecido na Bolívia, o desequilíbrio causado pela droga levou a que o PIB legal crescesse na década de 80 do século passado 3% ao ano, enquanto o PIB subterrâneo cresceu 7%. De outro lado, a presença maciça de divisas estrangeiras na economia colombiana produziu, ao longo das décadas de 70 e 80, um fenômeno peculiar: o dólar paralelo era cotado mais baixo que o oficial [cf. Kalmanovitz, 1990: 19-21].

Se o narcotráfico representa, como foi assinalado, uma força econômica poderosíssima nos países produtores, é também um negócio de proporções incalculáveis nos países consumidores, especialmente nos Estados Unidos. Segundo informe de Charles Bowsher, Controlador-Geral do governo norte-americano, “a maioria dos especialistas concorda em identificar a cocaína como a droga que coloca o problema mais

sério dos anos oitenta” [Bowsher, 1990: 81]. Utilizando dados da Agência Anti-Narcóticos (DEA), Bowsher afirma que a pureza promédio da droga vendida na rua dobrou entre 1981 e 1986, ao passo que os preços caíram. O número de norte-americanos maiores de 12 anos arrolados como “consumidores atuais” aumentou em 38% no período apontado, passando de 4,2 milhões a 5,8 milhões. (No final do segundo governo Clinton, a Casa Branca estimava em 12 milhões o número de narcodependentes). As toneladas de cocaína consumidas por ano também aumentaram, passando de 31 em 1982 para 72,3 em 1985. (Dados de 2003 revelam que o consumo nos Estados Unidos chega hoje a 80 toneladas de coca por ano). Ainda segundo o Controlador-Geral americano, “o custo econômico que a narcodependência representou para os Estados Unidos em 1983 chegou a 59,7 bilhões de dólares”, sem contar as perdas sociais nem o preço pago aos traficantes pelos consumidores, uma soma bem maior do que o PIB colombiano da época, estimado em 40 bilhões de dólares. O comércio global de drogas proibidas, anualmente e a nível mundial, é calculado em 500 bilhões de dólares. Só nos Estados Unidos, a cocaína atinge 33% das vendas de narcóticos [cf. Sarmiento e Ospina, 1990: 29].

Cada dia fica mais claro que a produção de narcóticos é um negócio amplamente estabelecido a nível mundial, e que obedece às leis da oferta e da procura. Como frisa o professor Francisco Thoumi da Universidade do Estado da Califórnia, “o mercado de narcóticos está integrado a nível mundial e, conseqüentemente, as utilidades nele obtidas são determinadas pelas condições da demanda e da oferta mundiais” [Thoumi, 1990: 50]. Diante desse fato acontecem dois fenômenos: de um lado, a ação dos governos é descoordenada, insuficiente e ineficaz. De outro, o dinheiro da droga tem ingressado no mercado financeiro, notadamente nos Estados Unidos, gerando forte pressão em favor do lavado de dólares provenientes do narcotráfico. Em relação ao primeiro fenômeno, o professor Thoumi afirma que “até agora os produtores e os consumidores de narcóticos têm agido de forma coordenada, enquanto cada governo afetado tem tratado de culpar os governos de outros países que participam do narcotráfico. Dado que o tráfico de narcóticos é ilegal e que o seu consumo gera custos sociais muito altos, os governos devem intervir no mercado. Mas essa intervenção fracassou até agora pois não tem sido coordenada, nem tem procurado metas comuns e, em muitos casos, não tem sido executada com o rigor requerido para que fosse eficaz”. De fato, por exemplo, a reação americana é, em termos financeiros, bastante inexpressiva, ridícula até: em face de um negócio de 100 bilhões de dólares anuais, o governo Reagan concedeu à Colômbia, principal fornecedor de coca aos Estados Unidos, aproximadamente 20 milhões de dólares por ano para combater o narcotráfico; trata-se de uma soma muito pequena, “dificilmente suficiente para apoiar uma séria batalha contra a multimilionária indústria da droga”, segundo frisa o professor Bruce Bagley, da Universidade de Miami [Bagley, 1990: 73]. (Em relação a este ponto a situação passou a um plano diferente a partir do segundo governo Clinton, quando foi aprovado o “Plano Colômbia”, que passou a destinar ao combate ao narcotráfico uma quantia bem maior, que beira 1,5 bilhão de dólares).

De outro lado, os produtores de drogas possuem hoje uma mobilidade muito grande, não se limitando a um único país e buscando novas fronteiras na medida em que a produção é atacada num determinado lugar. Quando da erradicação dos cultivos de maconha na Colômbia e no México, nos anos 70 e 80 do século passado, por exemplo, os produtores começaram a cultivar a planta nos Estados Unidos. A propósito deste ponto,

frisou o Controlador-Geral americano Charles Bowser: “Segundo os cálculos, os cultivos em território estadunidense representaram 18% da maconha disponível em 1986. Em que pese a ajuda dada pela DEA aos Estados para programas de erradicação da maconha, a oferta continuou a crescer entre 1986 e 1986. Nos 50 Estados cultiva-se maconha. A fim de evitar a detecção, os produtores resolveram cultivar a planta em áreas cobertas, deixando as áreas externas para parcelas mais pequenas e dispersas” [Bowsher, 1990: 90].

Em relação ao segundo fenômeno atrás apontado, o lavado de dólares do narcotráfico, o professor Thoumi escreve: “O sistema financeiro estadunidense lava anualmente milhares de milhões de dólares. De fato, o governo tolera e implicitamente promove o lavado de dólares ilegais *ilegítimos* fugidos da América Latina, Europa Oriental, etc. Mais ainda, os empresários do setor financeiro alegam que a liberdade para lavar dólares é imprescindível para poder competir no mercado financeiro mundial com instituições de outros países. Essa prática facilita o lavado de narco-divisas, pois torna muito difícil separar os dólares ilegais *legítimos* dos *ilegítimos*”. E conclui o professor Thoumi: “É claro que esse duplo padrão põe em dúvida a seriedade do esforço anti-narcotráfico e além disso envia um sinal muito nocivo à América Latina, pois basicamente indica que o governo dos Estados Unidos aprova a cumplicidade do seu sistema financeiro na violação de leis de governos latino-americanos quando são desagradáveis. A outra cara desta moeda implica que os governos latino-americanos possam aprovar semelhantes comportamentos ilegais nos Estados Unidos” [Thoumi, 1990: 52].

O narcotráfico é, pois, um grande negócio, fato que levou os editores da revista *The Economist* a afirmar que “o comércio das drogas é um raro exemplo de competência irrestrita que, de forma eficiente, baixa os preços e aumenta o consumo” [cit. Por Sarmiento e Moreno, 1990: 29]. Os economistas colombianos Libardo Sarmiento e Carlos Moreno ilustram essa competência nestes termos: “Difícilmente se encontra produto mais rentável. A rentabilidade (utilidades/custos + gastos) é próxima de 3000 por cento. Os custos da produção representam só 0,5%, e os de transporte (Colômbia – América do Norte) e gastos de distribuição (incluindo subornos) 3%, em relação ao preço final de venda” [Sarmiento e Moreno, 1990: 29]. Embora o preço da cocaína tenha caído nos últimos 10 anos (o preço do quilo de cloridrato de cocaína passou de 60 mil para 40 mil dólares nas ruas de Nova Iorque), o consumo aumentou e os narcos têm conseguido impulsionar as plantações de coca e oferecer preços altos e assessoria técnica aos camponeses pobres da Colômbia, Peru e Bolívia.

Terminemos a análise da variável econômica do narcotráfico destacando dois fatos importantes: se, de um lado, a droga é um grande negócio para os narcos, é um péssimo investimento para os países produtores. Embora a narco-economia represente apenas hoje 3,5% do PIB colombiano, os seus efeitos sobre o resto da economia são nefastos. Atividades outrora prósperas, como o turismo, praticamente faliram. A respeito, a Revista *Semana* de Bogotá, frisava: “Na Colômbia, (...) o turismo encontra-se a ponto de desaparecer. Em 1980 chegaram ao país cerca de um milhão 200 mil viajantes estrangeiros. Oito anos depois esse número caiu pela metade. Ao começar a década passada, a Colômbia recebia cerca de 10% dos turistas que chegavam à zona do Caribe e cerca de 20% dos que visitavam os países da América do Sul. Em 1988, essa participação

tinha-se reduzido a 3,3% e 7,1% respectivamente” [“La casa vacía: más de 600 mil turistas perdió Colombia en los últimos 10 años”, *Semana*, Bogotá, no. 429, julho de 1990: pg. 48].

De outro lado, as atividades do narcotráfico produziram na Colômbia uma concentração de renda sem precedentes, como ilustra o economista Salomón Kalmanovitz: “As exportações de maconha e cocaína têm sustentado, durante os últimos 15 anos, o acelerado desenvolvimento de uma burguesia *gangster* que minou a hegemonia econômica dos grupos financeiros de base oligárquica, superando também gerações mais recentes de empresários, ao obter em menos de uma década um patrimônio equivalente a pelo menos 30% da riqueza que possuem todos os colombianos dentro e fora do país, acumulada ao longo de mais de 100 anos de história contemporânea” [Kalmanovitz, 1990: 18].

2) Aspectos políticos.- O peso econômico do tráfico de narcóticos causa, evidentemente, graves distorções na política dos países produtores e consumidores. Nos Estados Unidos, por exemplo, país consumidor por excelência, a pressão do narcotráfico tem criado, ao longo das últimas décadas, sérios problemas no que tange à administração de justiça. Poder-se-ia dizer, sem exagero, que a justiça norte-americana literalmente mergulhou na poeira dos tóxicos. O professor Ethan Nadelmann, da Universidade de Princeton, frisava a respeito: “Aproximadamente 10% dos 550.000 presos das cadeias estaduais, mais da terceira parte dos 50.000 detentos das prisões federais e uma proporção significativa dos 300.000 indivíduos confinados nas cárceres municipais foram arrestados por delitos relacionados com a droga” [Nadelmann, 1990: 65].

Já o Controlador-Geral dos Estados Unidos, Charles Bowsher, ilustra essa situação da seguinte forma: “As prisões de delinquentes da droga efetivadas pela DEA, pelo FBI e pela Alfândega dos Estados Unidos e a Guarda Costeira norte-americana, passaram de 30.446 em 1982 para 48.061 em 1986, o que constitui um incremento de 58%. Em 1982, a DEA tinha prendido 2.124 narcotraficantes de alto nível, tais como chefes de organizações de narcotráfico e financiadores da droga, e esse número aumentou para 6.002 em 1986” [Bowsher, 1990: 95]. Tamanho crescimento da população carcerária ligada ao narcotráfico de entorpecentes passou a inviabilizar a administração de justiça, como é o caso do Estado da Flórida onde, segundo frisa o professor Nadelmann, “os 8.506 detentos por delitos relacionados à droga e admitidos nas prisões estaduais no ano fiscal de 1987/1988, representaram um incremento de 525% em relação ao ano fiscal de 1983/1984, e 24,8% das novas prisões no ano fiscal de 1986/1987” [Nadelmann, 1990: 59].

As distorções políticas causadas pelo narcotráfico são, contudo, mais sérias nos países produtores, que sofrem tradicionalmente com a precariedade das instituições, polarizadas ao longo de séculos ao redor de uma visão privatista, patrimonial e clientelista do poder do Estado, herdada da colonização ibérica. O cientista político boliviano Gonzalo Chávez assinala, da seguinte forma, a distorção política causada pelas máfias nos países produtores: “O narcotráfico criou uma rede de suborno e corrupção que atravessa todo o Estado, particularmente as agências estatais encarregadas de seu controle e repressão. Esta situação proporciona aos traficantes muita influência política e um eficiente esquema de informação. Os barões das drogas fazem parte de uma *New Illegitimate Bourgeoisie* que tem conseguido fragmentar geograficamente os países

produtores, constituindo encraves políticos e militares e, em alguns casos, estabelecendo *territórios livres* junto com grupos guerrilheiros; desta maneira os Estados boliviano e colombiano são questionados na sua própria essência: sua territorialidade. A divisão político-administrativa criada pelo Estado é substituída por zonas produtoras de drogas, divididas de acordo com os interesses da máfia e da guerrilha, onde as leis, a autoridade e mesmo até a moeda nacional não têm validade. O Estado, além de perder o controle sobre a economia, perde hegemonia, legitimidade e autoridade. Os barões da cocaína intervêm na política dos países produtores independentemente do sistema de governo imperante, financiam campanhas para senadores e deputados e golpes de Estado (como na Bolívia e na Colômbia)” [Chávez, 1989: 44].

É indiscutível o poder político da máfia colombiana. Em 1978 o embaixador norte-americano em Bogotá, Diego Ascencio, afirmava: “os narcotraficantes (colombianos) são tão fortes, em termos de poder financeiro, que poderiam ter o seu próprio partido e podem já ter comprado (...) dez membros do corpo legislativo” [apud Castillo, 1987: 224]. Nove anos mais tarde, em 1987, escrevia o jornalista Fábio Castillo, autor de uma das mais importantes obras de denúncia acerca do poder da máfia, intitulada *Los jinetes de la cocaína*: “hoje, afirma-se que mais de 10% dos congressistas colombianos estão vinculados a negócios relacionados com o tráfico de narcóticos e uma porcentagem semelhante recebe apoio econômico de reconhecidos narcotraficantes: quer dizer, aproximadamente 50 congressistas” [Castillo, 1987: 225]. É evidente que com o deficiente sistema de representação proporcional existente na Colômbia, o peso do dinheiro é decisivo para ganhar eleições. Calcula-se, por exemplo, que uma campanha para presidente da República custa mais de 3 milhões de dólares; para senador, entre 120 mil e 240 mil dólares; para representante à Câmara (equivalente a deputado federal) aproximadamente 60 mil dólares; para deputado à assembléia departamental (deputado estadual) 40 mil dólares e para conselheiro em capital de departamento (vereador) entre 14 mil e 28 mil dólares. Não espanta, assim, que os dólares do narcotráfico tenham sido canalizados para eleger presidentes e representantes nos corpos colegiados. Não há dúvida quanto ao apoio financeiro dado pelos narcotraficantes para as eleições dos presidentes López Michelsen (1974-1978) e Turbay Ayala (1978-1982) [cf. Castillo, 1987: 245-254]. Os próprios narcotraficantes, em algumas oportunidades, têm-se eleito, como aconteceu com o chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar Gaviria, que chegou a suplente na Câmara de Representantes em 1982, cargo que lhe permitiu obter imunidade parlamentar e visto especial para viajar aos Estados Unidos [cf. Castillo, 1987: 229].

O efeito da crescente ingerência política dos narcotraficantes é, sem dúvida, a escalada da violência. O fato de o governo colombiano ter assinado um tratado de extradição de traficantes para os Estados Unidos, produziu uma enorme onda terrorista que, ao longo dos anos 80, custou a vida a aproximadamente 200 juizes e funcionários do judiciário. Lembremos que em 1985 a narcoguerrilha que tomou o Palácio da Justiça em Bogotá, praticamente eliminou a maioria dos juizes da Corte Suprema da Colômbia (equivalente ao nosso Supremo Tribunal Federal), bem como vários dos conselheiros presidenciais que examinavam o tratado de extradição. Seria difícil traçar aqui um quadro fiel do panorama de violência ensejado pelo narcoterrorismo na Colômbia, ao longo dos últimos 20 anos. Três candidatos à presidência, funcionários públicos do primeiro escalão, padres, professores, jornalistas, donas de casa, velhos, crianças, etc., as vítimas

se contam em todos os estratos sociais e em todas as categorias. Apenas entre os militantes de um Partido de esquerda, a União Patriótica, foram assassinadas num ano e meio 1.500 pessoas. De janeiro de 1988 até agosto de 1990 ocorreram no país 1.825 seqüestros, soma que se elevou, ao longo dos anos 90, para 3.500 vítimas. Na cidade de Medellín (com aproximadamente 3 milhões de habitantes e considerada a capital mundial da coca) ocorreram de janeiro a julho de 1990, 75 atentados a bomba, 95 seqüestros, 200 assassinatos de policiais e 3.160 de civis. Trata-se de uma guerra civil não declarada.

Não seria objetivo, no entanto, atribuir toda a violência colombiana à máfia do narcotráfico, embora seja ela atualmente a responsável pelo maior número de atos terroristas e tenha conseguido treinar, com ajuda de mercenários israelenses e sul-africanos, os mais eficientes esquadrões de extermínio da América Latina. À violência disseminada pelos traficantes no campo e nas cidades deve-se juntar, de outro lado, a proveniente da guerrilha, das forças armadas e dos grupos paramilitares. No terreno guerrilheiro, até a retomada das conversações de paz em 1989, cinco eram as principais organizações: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Exército de Libertação Nacional (ELN), Exército Popular de Libertação (EPL), Movimento 19 de Abril (M-19) e Quintín Lame, um grupo de guerrilheiros de origem indígena. A exemplo do acontecido na Nicarágua e em El Salvador, todos esses grupos se organizaram num único movimento, a Coordenação Guerrilheira Simón Bolívar. Somente as FARC (grupo guerrilheiro mais antigo da América, com 40 anos de existência) contavam em 1986 com 20 frentes de luta, abrigando aproximadamente 15 mil homens. Após as negociações de paz, iniciadas no governo de Belisário Betancur e prosseguidas no de Virgílio Barco, as FARC e o M-19 organizaram-se em partidos políticos, mas o assassinato de seus militantes por narcoterroristas e paramilitares fez fracassar o processo de pacificação.

A violência que vive a Colômbia não é história recente. É tradição antiga. O país sofreu, entre 1948 e 1958, a mais terrível guerra civil vivida por uma nação latino-americana, com um saldo de mortos calculado entre 250.000 e 300.000. Esse conflito praticamente dizimou a população camponesa de vários Departamentos como Tolima, Huila e Meta. A proliferação dos cinturões de favelados nas grandes e médias cidades provém dessa época, como escoamento da maré humana miserável e aterrorizada que foi expulsa do campo. Quem desatou toda essa onda de violência? As oligarquias, sediadas na direção dos Partidos Liberal e Conservador. Oligarquias que, como frisa Raymundo Faoro no seu clássico livro, partem sempre do pressuposto de que o poder tem donos, sendo vetada a sangue e fogo a possibilidade de segmentos populares aspirarem a ele [cf. Faoro, 1958].

O ano de 1936 representa, para a Colômbia, com as mudanças econômicas e políticas introduzidas pelos liberais, o início da transição da sociedade rural à urbana e industrial. As mudanças, que corresponderiam, *servatis servandis*, ao que foi a Revolução de 30 no Brasil, visavam a abrir o caminho para a industrialização e a inaugurar canais de participação dos operários. O inspirador dessas mudanças, o Presidente López Pumarejo, não conseguiu, no entanto, efetivá-las. As oligarquias partidárias reagiram raivosamente. Os liberais aristocráticos tentaram anular a abrangência socializante das reformas propostas. E os conservadores simplesmente se levantaram de armas na mão contra elas. Dez anos se passaram e encontramos em 1948 um líder liberal de tendência democrática, Jorge Eliécer Gaitán, que tentou de novo efetivar as reformas modernizantes de López

Pumarejo. Dono de inegável carisma, Gaitán ameaçava se eleger Presidente do país. Foi assassinado em 9 de abril de 1948, dando ensejo à revolta popular denominada de “El Bogotazo”. Aí começou a fase contemporânea da violência colombiana [cf. Tirado, 1971; Urán, 1983].

O padre e sociólogo Camilo Torres exprimiu com clareza a dinâmica desse fenômeno, nestes termos: “A agressividade pode ser individual ou social. A agressividade individual é o resultado de um desejo de destruição originado numa frustração. A destruição é buscada como uma compensação e como um meio de reconstrução do que não se conseguiu. A agressividade social possui as mesmas características, mas alargadas ao grupo social. A agressividade pode ser manifesta ou latente, segundo o desejo de destruição possa se realizar ou não. A agressividade social em geral se encontra naqueles países nos quais há frustração de aspirações. Se essa frustração de aspirações forma parte da consciência social, e no interior das instituições sociais encontramos instrumentos violentos e eficazes de realização, a agressividade, então, tornar-se-á manifesta” [Torres, 1985: 106-107].

Foi isso o que aconteceu na Colômbia: frustrado a partir dos acenos de modernização e liberdade que foram encenados e anulados pelas oligarquias nas décadas de 30 e 40, o campesinato colombiano, “por uma espécie de ação diabólica – frisa o sociólogo Fals Borda - foi induzido a identificar os seus inimigos entre os seus próprios vizinhos e parentes”; essa foi a etapa da violência que ensejou a luta a morte entre liberais e conservadores até 1958. A hodierna fase da violência – chamada de etapa “dos filhos da violência” – começou a se gestar durante o chamado “Frente Nacional” (1958-1974) e eclodiu com força quando os partidos tradicionais se recusaram a permitir o surgimento de partidos de representatividade popular e foram boicotadas as principais reformas econômicas e políticas reclamadas pela população. Os “filhos da violência”, camponeses famintos e operários desempregados, juntaram-se a jovens universitários desiludidos de tudo e passaram a engrossar as fileiras dos movimentos guerrilheiros. A cooptação de uma parcela dessas massas pelos narcotraficantes foi questão de tempo e viu-se facilitada pelo estranho raciocínio de alguns guerrilheiros que, estimulados por Cuba, passaram a achar que o incremento do narcotráfico ajudaria a derrotar o gigante imperialista e, de outro lado, daria lugar a preciosas divisas para a compra de armamento. Depois de algum namoro entre guerrilheiros e narcos, a aliança se desfez, em decorrência da posição contrária ao narcotráfico do líder do ELN, o padre espanhol Manuel Pérez, mas voltou com força total quando, após a queda do Muro de Berlim, as FARC, notadamente, passaram a raciocinar de maneira pragmática: não interessava a origem do dinheiro, desde que este ajudasse à guerrilha. Surgiu o que o general colombiano Gustavo Matamoros (um dos que mais duramente combateu a guerrilha e o narcotráfico) batizou de “narcoguerrilha” [Cf. Pérez 1990: 22].

As massas de jovens desiludidos que habitam na periferia das cidades colombianas, são o que poderíamos chamar de “exército marginal de reserva” da guerrilha, do narcotráfico e dos organismos paramilitares. Calcula-se que de cada 100 pessoas assassinadas em Medellín, 70 estão na faixa dos 14 aos 19 anos. Esses jovens desenraizados e sem esperança vendem os serviços de “sicariato” (justiceiros) a qualquer um. Segundo levantamento feito pela jornalista Laura Restrepo, só nessa cidade havia, em dezembro de 1989, mais de 150 grupos de extermínio integrados por adolescentes.

Esses fatos levaram a mencionada jornalista a escrever que “uma nova geração de colombianos não sabe que é possível morrer de velhice” [Restrepo, 1990: 27]. A violência, poderíamos afirmar com o historiador Eric Hobsbawn, “procede de uma revolução social frustrada. Isso é o que pode acontecer quando as tensões revolucionárias sociais não são dissipadas pelo pacífico desenvolvimento econômico, nem freadas para criar estruturas sociais novas e revolucionárias. Os exércitos da morte, os desenraizados, os mutilados físicos e mentais são o preço que a Colômbia paga por esse fracasso” [Hobsbawn, 1985: 23].

3) Aspectos culturais.- A prática da violência alicerçou-se, na sociedade colombiana, numa autêntica “cultura da morte”. Na medida em que a violência apareceu no universo sociológico como a solução desesperada perante problemas não resolvidos, os atores sociais passaram a retomar, no plano cultural, uma ética do “tudo ou nada” que veio prolongar em pleno século XX o modelo da “ética da honra” do cavaleiro espanhol. Algumas características culturológicas acompanham a essa ética: culto à morte, horror ao trabalho produtivo, preocupação com o além. Essas características misturaram-se ao secular fenômeno do caudilhismo ibero-americano. A liderança dos narcos insere-se nesse contexto e passou a ser repassada ao resto da sociedade como arquétipo axiológico ideal. Algo assim como o fenômeno apontado por Oliveira Vianna em relação à influência causada, nas elites brasileiras do período colonial, pela nobreza decadente portuguesa, em face do conjunto de anti-valores que poderíamos sintetizar na expressão “espírito macunaímico” [cf. Vianna, 1958].

Analisemos um pouco mais de perto essa questão. A ética da honra, tematizada por Max Weber [cf. 1944: II, 115], consiste num modelo de comportamento inflexível, alicerçado em princípios inegociáveis. Quem age movido por esse critério, o faz de acordo às suas convicções, “custe o que custar”. Esse modelo de comportamento deita raízes nas tradições ibéricas. Na Espanha surge, desde fins da Idade Média, um tipo cultural diametralmente oposto ao do *homo oeconomicus* que foi se firmando na Europa ao longo da modernidade, acompanhando o fenômeno do nascimento e expansão das cidades, origem da burguesia. As características do tipo castelhano, do cavaleiro cristão que García Morente define como líder de uma causa e possuidor de virtudes nobiliárquicas como o desejo de grandeza, a valentia, o orgulho, a valorização da intuição sobre o cálculo, o personalismo e o culto à morte, modelaram-se ao longo de toda a história da Espanha, sobretudo durante o episódio que foi tão marcante na vida do povo espanhol: a luta de vários séculos contra os muçulmanos, em defesa da sua própria existência e da cristandade [cf. Jaramillo, 1974; Castro, 1950].

Essa defesa da identidade hispânica perante o invasor, foi percebida desde o início como a defesa de si mesmo. “Ao terminar essa luta – frisa o historiador colombiano Jaramillo Uribe – e ao se iniciar a época moderna, que já vinha amadurecendo e se gestando no Continente e nas Ilhas Britânicas, tinha-se constituído na meseta castelhana um tipo de homens cujas virtudes não eram as do *homo oeconomicus*. A descoberta da América e a luta pelo Império que inesperadamente lhe doava a história, firmaram o seu caráter cavalheiresco e heróico e terminaram por frustrar definitivamente a formação, em Castela, do tipo que construiu a economia moderna do capitalismo, e com isso a possibilidade de que a Espanha assimilasse o espírito das novas formas de vida, sobretudo o moderno *ethos* do trabalho” [Jaramillo, 1974: 9]. Esses fatores fizeram com

que a conquista espanhola fosse uma empresa eminentemente predatória, em que o enriquecimento vinha não a partir do trabalho produtivo (banido pelas elites como atividade de párias e não de senhores), mas da guerra de conquista justa contra o infiel. Surgiu, assim, no universo ibero-americano, a idéia da apropriação heróica e rápida da riqueza. Consolidou-se, dessa forma, o arquétipo improdutivo e corrupto que continua a inspirar, hodiernamente, o comportamento social de aventureiros e narcos.

Apenas para dar um exemplo da vigência desse modelo ético na sociedade colombiana, tomemos o depoimento da jornalista Laura Restrepo, que entrevistou adolescentes ainda não cooptados pela máfia em Medellín. Afirma a mencionada jornalista que ali desenvolveu-se uma *cultura da morte* “uma forma coletiva de necrofilia que se ceva, particularmente, nas crianças e adolescentes, normalmente alheios à maquinaria da guerra mas que direta ou indiretamente se convertem em peças dela. Não se trata já do justiceiro profissional, mas do rapaz comum, de extração social média e média baixa, que convive com os demais na rua ou na escola, que ainda se segura à saia da mãe e que é muito jovem para ser classificado como sujeito penal. Que nem sequer é o pior – o mais cruel, o mais degenerado – mas muitas vezes o melhor: por corajoso, por carismático e por belo. Mas que adquiriu um vício rude: gosta de matar. Os mortos que carrega consigo dão-lhe prestígio. Nem sempre pode cobrar dinheiro por eles, mas servem-lhe para ganhar liderança, namorar garotas e se fazer respeitar. Os seus únicos ídolos são Pablo Escobar e o goleiro René Higuita, porque antes não eram ninguém e agora são. O jovem aspirante a justiceiro matou dez, doze, impõe medo e respeito, é alguém. O preço dessa identidade é alto – morrer antes de chegar a adulto – mas está disposto a pagá-lo” [Restrepo, 1990: 31].

A rápida escalada do sucesso através de meios heróicos e violentos é acompanhada, na mentalidade dos jovens aspirantes a justiceiros, por outras características socioculturais como o machismo, a preocupação com o além e a valorização da mãe. Filhos de famílias em que a ausência do pai é a regra, os futuros justiceiros são verdadeiros monumentos ao complexo de Édipo. A respeito, escreve Laura Restrepo: “Substituem o pai ausente em tudo, menos na cama da mãe, o que gera neles uma confusão dolorosa de papéis, com desgarramentos psíquicos e ataques patológicos de ciúme. A vida lhes exige que sejam o que não podem ser: esposos de suas mães e pais dos seus irmãos. A contradição é insolúvel e, como tantas outras nas suas vidas – substituir a lei, viver como ricos sem ter emprego - só se soluciona com a morte. Todos, invariavelmente, justificam os seus atos de violência contra os demais e contra eles mesmos, com idênticas palavras: *faço isso pela velha*. Pela velha roubam, matam, fazem-se matar. *Eu vou morrer cedo, mas que me lembrem por ter dado uma boa geladeira à minha mãe*, disse Xavier, de 15 anos” [Restrepo, 1990: 30-31].

Nesse universo em que a mãe ocupa o centro, a religião desabrocha a partir do tradicional culto mariano. “Os jovens aspirantes a justiceiros – escreve Laura Restrepo – levam no peito e nos tornozelos escapulários de sua protetora, a Virgem do Carmo”. De outro lado, rezam a novena de São Judas Tadeu, para se saírem bem nos *trabalhos* e nas quartas-feiras de cinzas vão às igrejas para receberem a cruz. Nos braços costumam fazer tatuagens com as palavras *Deus e mãe*, que resumem as suas devoções preferidas. Segundo o cientista político Alonso Salazar, “o dia do ano em que mais mortos há em

Medellín é o dia das mães, porque nessa data os homens acordam com a honra à flor da pele” [apud Restrepo, 1990: 30].

Os aproximadamente 150 grupos de extermínio existentes em Medellín e integrados por assassinos adolescentes compõem-se, geralmente, de 200 membros cada um. Vendem os seus serviços principalmente à máfia do narcotráfico, embora também os prestem às organizações guerrilheiras ou atuem como grupos de justiceiros ou *polícia mineira*. Um desses grupos dedicou-se a acabar com bandidos comuns e drogados no bairro em que residia. Eis o esclarecedor depoimento do chefe desse grupo, que poderia muito bem residir numa das favelas cariocas ou na Baixada Fluminense: “Destruímos as bocas-de-fumo e atacamos o consumo da droga, porque daí provém grande parte da decomposição da gente. Num dia justicamos cinco moleques porque eram casos perdidos de dependência. Já tinham sido advertidos, mas nunca houve forma de recuperá-los, porisso os matamos. Criamos uma rede de informações por todos esses setores, com a mesma gente da comunidade. As senhoras, as crianças, os velhos: todos eles nos avisam acerca da presença de assassinos e de estranhos. Só estamos respondendo aos problemas que o governo não resolve. Aqui a polícia nunca sobe e quando o faz torna-se cúmplice dos ladrões. Entendemos que é por causa do desemprego que muita gente opta por essa vida de delinquência: se estes bairros tornaram-se um inferno, não é por culpa da gente, mas do governo. Mas as coisas já foram longe demais. Não há mais remédio que optar pela violência para defender a tua vida e a da comunidade” [apud Restrepo, 1990: 31].

4) Considerações finais.- Nessa encruzilhada de narcotráfico e violência em que se encontra, que alternativas se descortinam para a sociedade colombiana? Diria, em primeiro lugar, que a tradicional medida da repressão policial e militar pura e simples é insuficiente, principalmente pela concepção equivocada que, ao longo das décadas passadas, presidiu a atuação das Forças Armadas colombianas, no contexto da falida perspectiva da *segurança nacional*. A respeito, afirmava um especialista do governo: “Tudo na Colômbia, desde os tempos da Independência, está desenhado em matéria de segurança e defesa com base na idéia de enfrentar um inimigo externo. E guerras externas, em forma, só tivemos uma, contra o Peru, enquanto que guerras civis e conflitos irregulares contra forças guerrilheiras ou paramilitares, ou contra grupos de bandoleiros e terroristas, tivemos aos montes” [in: *Semana*, 1990: 23]. Essa errada concepção se revela em dois aspectos: critérios falhos para o aparelhamento das Forças Armadas e para as promoções. No relativo ao primeiro item, frisa o mencionado especialista: “Gastaram-se 90 milhões de dólares para reparar os submarinos, enquanto a Armada somente conta com cinco navios para controlar as dezenas de rios por onde passam as armas e a pasta de coca”. No tocante ao segundo item, frisa a mesma fonte: “Os critérios de antigüidade nas promoções deveriam ser substituídos por critérios de desempenho, para valorizar o oficial de campo sobre o oficial de escritório”. É claro que esta realidade começou a mudar recentemente, após a eleição do Presidente Uribe Vélez, em 2002. O novo mandatário pôs em execução ampla política de profissionalização das Forças Armadas, que tem feito com que a guerra contra os narcoguerrilheiros comece a ser vencida pelo governo.

Ainda no contexto da falência da solução militar, convém levar em consideração a errada política repressiva norte-americana, alicerçada em intervenções punitivas dos *marines*, como aconteceu no Panamá. Além de não produzirem os efeitos almejados em

termos de freio ao consumo de narcóticos, (nem sequer da parte dos próprios soldados americanos, pois segundo foi confirmado, ao regressar de Panamá 19 *marines* foram presos ao se descobrir que tinham introduzido nos Estados Unidos 44 quilos de cocaína), essas intervenções aumentam em grau perigoso o sentimento anti-yankee na região, já bastante exacerbado por sucessivos erros na política exterior norte-americana, ao longo do século XX [cf. Rama, 1986: I, 587]. Como frisou com propriedade o cientista político Gonzalo Chávez, “o erro básico de percepção da política externa dos Estados Unidos é isolar o problema do tráfico de cocaína do seu contexto econômico e social (...). O narcotráfico é percebido apenas como uma questão delinqüencial-policial: daí a ênfase dada ao combate na oferta final do produto, via repressão” [Chávez, 1989: 46].

Em que pese as falhas apontadas, duas perspectivas de caráter positivo abrem-se, a meu ver, para encarar com menos pessimismo o problema do narcotráfico colombiano. Em primeiro lugar, vai crescendo a consciência de que a questão do tráfico de drogas é um problema internacional, que atinge igualmente a produtores e consumidores e que, do ponto de vista dos países consumidores, não poderá ser equacionado senão mediante a adoção de políticas tendentes a diminuir o consumo interno de narcóticos, junto com medidas concretas que permitam aos países produtores promoverem o desenvolvimento sem precisar do narcotráfico. Há sinais de que o governo norte-americano começa a se sensibilizar diante desta nova perspectiva, especialmente a partir da “cumbre anti-narcóticos” de fevereiro de 1990 em Cartagena, que reuniu os presidentes dos Estados Unidos, Bolívia, Perú e Colômbia.

Em segundo lugar cresce, no interior da sociedade colombiana, a consciência de que somente um diálogo nacional e a elaboração de um novo consenso político poderão deitar as bases para uma convivência pacífica. Guerrilheiros, narcotraficantes, forças armadas, Igreja, políticos, estudantes, empresários, cidadãos comuns e o próprio governo mostraram-se favoráveis à convocação de uma assembléia nacional constituinte, que substituiu, em 1991, a Carta que tinha 113 anos de existência. Se bem é certo que intenções em política não são muito, no entanto a vontade de negociar num país em que primeiro se atira e depois se pergunta, já é um progresso significativo. Esse clima de moderação prevaleceu na Colômbia até o final do governo de César Gaviria, em 1997. Prova desse clima foram as palavras de Fábio Ochoa, um dos patriarcas do Cartel de Medellín, porta-voz, em 1990, dos chamados *extraditáveis*. Eis as palavras conciliatórias do conhecido mafioso: “Esta guerra se perdeu; o importante é que na vitória não haja vinganças (...) Nós sempre achamos que temos direito a uma negociação como a que se está fazendo com a guerrilha. Se os dois bandos cometeram os mesmos pecados, por que cobrá-los só de um? (...). Aceitemos que toda essa luta por uma negociação fracassou e que não resta mais nada do que se entregar à justiça. Pois isso seria possível com a condição de que fossemos encarcerados na Colômbia...” [in: *Semana*, 1990: 34].

Infelizmente, no decorrer do governo seguinte, de Andrés Pastrana, (entre agosto de 1997 e agosto de 2002), o governo colombiano caiu na cilada de suspender o controle militar firme sobre os guerrilheiros, passando a tratá-los como força armada regular e lhes entregando uma área do tamanho do Estado do Rio de Janeiro, para que, desde ali, aderissem aos diálogos de paz. Tanta ingenuidade somente poderia ter produzido o efeito temido pela opinião pública colombiana: um acirramento da guerra, pois os terroristas tornaram-se fortes na denominada “zona de distensão”, de onde partiram para a conquista

do poder. A duras penas o mandatário seguinte, Uribe Vélez, tem conseguido retomar o controle da situação, a fim de obrigar os guerrilheiros a negociar nos termos fixados pelo governo. Mas o clima atual, após as sérias derrotas infringidas aos guerrilheiros com a ajuda americana, é de moderado otimismo. Se as coisas seguirem na direção traçada pelo atual Presidente, será possível chegar a uma negociação razoável com os narcoguerrilheiros. Num início de século paradoxal como o que estamos vivendo, com as fronteiras ideológicas caindo por terra e os inimigos de ontem colaborando no plano internacional na guerra contra o terror, não seria descabido acreditar numa solução negociada para o narcotráfico e a violência na Colômbia.

Uma indagação para finalizar: Será a Colômbia de hoje o Brasil de amanhã? - Fazer esta pergunta do "efeito Orloff" entre o Brasil e a Colômbia, certamente seria inaceitável há alguns anos atrás, tão certos estávamos os Brasileiros de sermos diferentes dos nossos vizinhos *cucarachos*. Aceitávamos sermos denominados, quando muito, de *Belíndia*, a meio caminho entre a Bélgica e a Índia. Mas sermos comparados aos Colombianos, aos Peruanos ou aos Bolivianos, nunca. Os nossos vizinhos estavam mais para uma República bananosa, enquanto que nós teimávamos em nos assemelharmos talvez à França. Isso, ao menos, culturalmente. Não foi considerada, por acaso, a Faculdade de Filosofia da USP como "um Departamento Francês no ultramar"? Não acaba de ser assinalado, outrossim, como feriado paulistano, pela prefeita petista, o 14 de Julho?

Estudioso da realidade brasileira, sempre estive atento às semelhanças entre o Brasil e a Colômbia. Cheguei até a publicar, nos anos setenta do século passado em Medellín, com apoio do Cônsul Honorário do Brasil nessa cidade, o Dr. José Aníbal Cuervo, a Revista *Brasil/Colômbia*, a fim de analisar os aspectos comuns das nossas duas culturas. Colombiano de nascimento e Brasileiro por opção, sempre considerei que são mais os pontos que nos aproximam cultural, econômica e politicamente.

A questão do narcotráfico está entre os aspectos que nos assemelham. A globalização tornou explícita essa realidade. Tardamos no Brasil para tomarmos consciência desse fato. Tanto isso é verdade, que na campanha para a eleição presidencial de 1994, os candidatos não compareceram ao debate sobre combate ao narcotráfico que foi realizado, na época, em São Paulo. Em 1996, em conferência proferida na Escola Superior de Guerra, frisei: "O que está acontecendo na Colômbia, onde o Presidente da República, o Judiciário - não poucos dos seus magistrados - e boa parte dos congressistas viraram reféns dos traficantes, é uma triste realidade e um alerta. A atual situação do Rio de Janeiro, onde a população se vê obrigada a conviver com a violência imposta pelos traficantes e onde a própria polícia perdeu terreno para os bandidos, é uma prova do risco que a narcoditadura representa para a segurança do país. Não há dúvida de que o Brasil passou da condição de entreposto para o tráfico de cocaína à de produtor e consumidor. Informações recentes do chefe do órgão de combate aos narcóticos nos Estados Unidos, Lee Brown, revelavam que Brasil e México despontam como os principais fornecedores de cocaína, já competindo com a Colômbia".

Em artigo publicado no *Jornal da Tarde* ("A guerra do pó", 27/10/99) destaquei que o Brasil avançou mais ainda, nos últimos anos, no seu processo de semelhança com a Colômbia, no que tange ao narcotráfico. Três etapas percorreram os colombianos nessa saga de violência e de morte: 1) a difusão da corrupção na política e na administração

pública; 2) a organização de máfias na cúpula do poder, em nível regional; 3) a guerra civil, em que a quebra de valores ensejada pelo predomínio do dinheiro do narcotráfico na cúpula do poder espalha-se por todo o organismo social, de forma que as pessoas passam a agir à margem da lei, empolgadas pela convicção de que o crime compensa. O seqüestro, a extorsão, o assalto, o desvio sistemático do dinheiro público, passam a ser praticados de forma corriqueira pelas máfias organizadas em exércitos profissionais de guerrilheiros ou de paramilitares, ensejando o que denominei de *clima hobbesiano*, em que não há lei e todos viram reféns do "temor da morte violenta".

O Brasil, a meu entender, já percorreu as duas primeiras etapas dessa via-crucis terrorista. A difusão da corrupção político-administrativa é coisa corriqueira, e constitui fruto perverso do longo ciclo autoritário, em que as autoridades gabavam-se do princípio falconiano: "Nada a declarar". À sombra do autoritarismo, a política converteu-se no melhor negócio. A abertura, longe de eliminar a maré da corrupção, democratizou-a no contexto do espírito patrimonialista de "locupletai-vos com o dinheiro público".

A segunda etapa, a organização de máfias na cúpula do poder, em nível regional, está em andamento, conforme foi revelado pela CPI do narcotráfico. O crime organizado é uma realidade atuante no país, espalha a miséria e a morte do norte ao sul do Brasil e ainda tem a ousadia de revidar, em face das investigações em curso, libertando *manu militari* traficantes de cadeias e hospitais e ameaçando testemunhas, jornalistas e autoridades.

O mais preocupante é que começam a aparecer sintomas da desagregação social típica da terceira etapa atrás apontada. Quais são esses sintomas? Destaquemos os mais importantes: 1) grupos de ativistas, em nome da justiça social, desconhecem sumariamente as instituições, colocando-se acima da lei; (os leitores estarão de acordo comigo em que a atitude dos líderes do MST insere-se, em muitos casos, nesse contexto. Basta intitular-se líder desse movimento para passar a debochar das instituições (com o paradoxal beneplácito do governo petista), saquear impunemente e amedrontar, em nome de uma nebulosa *democracia popular*, quem se opuser a eles). 2) As autoridades parecem claudicar diante da marginalidade; parece como se o exercício das funções de governo fosse uma coisa à margem da lei. Isso tem sido observado em recentes episódios de revoltas de presidiários ao longo do país. Instala-se na mente das pessoas a idéia de que o crime compensa. O fato de o governo passado ter cedido às pressões de ONGs e de alguns governos, no caso dos seqüestradores de Abílio Diniz, passou à sociedade, além de uma mensagem de fraqueza, a perversa lição de que o crime compensa, quando bem planejado e com *lobbies* adequadamente organizados. 3) Vive-se, nas grandes cidades, especialmente no Rio e em São Paulo, um autêntico clima de guerra civil, com cenas de bandidos muito bem armados circulando livremente em *bondes do mal*, seqüestros e mini-seqüestros sistematicamente praticados contra cidadãos indefesos, tiroteios deflagrados à luz do dia com as forças da ordem precariamente armadas, chacinas que nunca são apuradas, toque de recolher decretado pelos chefões de tráfico nas áreas por eles controladas, ameaças de morte às autoridades municipais, estaduais ou federais que cumprem com as suas funções, etc.

Os passos que restam para a completa instauração do estado de guerra civil no Brasil são basicamente três: em primeiro lugar, a completa constituição de exércitos guerrilheiros ou paramilitares a serviço dos interesses do narcotráfico. Em segundo lugar,

a total neutralização das autoridades, mediante o suborno, os atentados terroristas e a intimidação. Em terceiro lugar, a conquista de grandes áreas *liberadas* pelas organizações criminosas, seja mediante a ocupação armada pura e simples (como tem acontecido nos morros cariocas ou em alguns municípios do norte da Colômbia), seja mediante processos de pseudo-negociação em que governos de tipo populista cedem facilmente às exigências dos criminosos (como aconteceu na Colômbia com a entrega pelo governo Pastrana, aos narcoguerrilheiros das FARC, de estratégica região de 42 mil quilômetros quadrados, a partir da qual os terroristas passaram a controlar o sul do país, na fronteira com o Brasil, o Equador e o Perú).

Não esqueçamos que o narcotráfico é, antes de mais nada, uma grande empresa multinacional, que movimenta por ano mais de 500 bilhões de dólares. Tanto dinheiro assim, serve para organizar exércitos treinados por mercenários internacionais (como fez Pablo Escobar, no início da década de 80, quando levou para a Colômbia milicianos israelenses e sul-africanos para instruir os seus esquadrões da morte). O narcotráfico conta hoje, na devastada Colômbia, com dois exércitos muito bem treinados e armados: os guerrilheiros das FARC e do ELN (que somam ao redor de 20 mil homens e que controlam a região sul do país) e os paramilitares, com aproximadamente 9 mil efetivos (e que controlam a região norte). O governo do Presidente Pastrana, eleito por 40 milhões de aterrorizados colombianos que rejeitavam o narcoterrorismo, controlava apenas e precariamente a região central do país, onde se situa a capital, Bogotá. Não exagerava ao dizer que na Colômbia o narcotráfico conseguiu balkanizar o território nacional, sob o olhar apreensivo dos vizinhos e das autoridades norte-americanas.

A conclusão mais óbvia que salta à vista é esta: se o Brasil quiser não chegar a ser a Colômbia de amanhã deverá bater duro no narcotráfico hoje. Seis tarefas são inadiáveis: 1) Adotar uma atitude de *tolerância zero* com os narcoterroristas, endurecendo as leis vigentes e aplicando-as sem contemplações. 2) Formular com coragem e rapidez uma política de segurança pública, que preveja a formação de corpos de polícia especializada em luta anti-narcóticos e em seguimento de dinheiros ilícitos. 3) Detalhar o papel que, no caso, devem cumprir as Forças Armadas (cuja missão é salvaguardar a soberania nacional, seriamente ameaçada hoje, no plano interno, pelas gangues armadas de narcotraficantes no Rio e em São Paulo e, no plano externo, pelos exércitos de narcoguerrilheiros e paramilitares do país vizinho). 4) Formular uma clara política de inibição ao consumo de drogas, abandonando a atitude politicamente correta dos que dizem que a maconha é inofensiva. (Está provado que ela é a porta de entrada para o consumo de cocaína e crack). 5) Dotar a Justiça de instrumentos legais e institucionais ágeis e seguros, para que possa castigar sem dó os narcoterroristas e garantir a vida das testemunhas. Talvez valesse a pena pensar na instituição italiana e colombiana dos *juizes sem rosto*. 6) Pressionar, no plano internacional, através da ONU e da OEA, para que os Estados Unidos façam o dever de casa em matéria de controle ao narcotráfico: é incrível como se vaporizam, ao cruzar as fronteiras americanas, as 80 toneladas de pó de coca que os narcotraficantes latino-americanos exportam todo ano para embalar os sonhos de mais de 12 milhões de viciados americanos. É verdadeira hipocrisia, da parte estadunidense, identificar o narcotráfico como problema exclusivo de países produtores, quando os cidadãos desse país cheiram qualquer poeirinha que cruza as suas fronteiras. Esse, talvez, constitua o pesadelo antevisto profeticamente por Tocqueville, quando na *Democracia na América* (escrita em 1835), considerava que o maior risco para a democracia americana

radicava em que, em algum momento no futuro, os cidadãos desse país colocassem o prazer acima da luta pela liberdade.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO II

BAGLEY, Bruce [1990]. “Colombia y la guerra contra la droga”. In: *Economía colombiana*. Bogotá,, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 73 seg.

BOWSHER, Charles [1990]. “El problema de la droga en Estados Unidos persiste”. In: *Economía colombiana*. Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 81-100.

CASTILLO, Fabio [1990]. *Los jinetes de la cocaína*. Bogotá: Documentos Periódísticos, 1987.

CASTRO, Américo [1950]. *España en su historia*. Buenos Aires: Labor.

CASTRO Caycedo, Germán [1985]. *El Karina*. 2ª edição. Bogotá: Plaza & Janés.

CHÁVEZ Alvarez, Manuel Gonzalo [1989]. “Narcotráfico: um novo item nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina”. In: *Política e estratégia*. São Paulo, vol. I, no. 7 (janeiro/março 1989): pg. 40 seg.

FALS Borda, Orlando [1985]. “Lo sacro y lo violento, aspectos problemáticos del desarrollo en Colombia”. In: *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/Centro Gaitán, pg. 42 seg.

FAORO, Raymundo [1958]. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 1ª edição. Porto Alegre: Globo, 2 volumes.

GÓMEZ, Hernando José [1990]. “El tamaño del narcotráfico y su impacto económico”. In: *Economía colombiana*, Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 14 seg.

HOBBSAWN, E. J. [1985]. “La anatomía de la violencia en Colombia”. In: *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/Centro Gaitán, pg. 23 seg.

JARAMILLO Uribe, Jaime [1974]. *El pensamiento colombiano en el siglo XIX*. Bogotá: Temis.

KALMANOVITZ, Salomón [1990]. “La economía del narcotráfico en Colombia”. In: *Economía colombiana*. Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 19 seg.

LANDAZÁBAL Reyes, Fernando (general) [1985]. *El precio de la paz*. Bogotá: Planeta.

NADELMANN, Ethan [1990]. “Prohibición de la droga en Estados Unidos: costos, consecuencias y alternativas”. In: *Economía colombiana*. Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 65 seg.

PÉREZ, Manuel (sacerdote e comandante do ELN) [1990]. “Nosotros hemos dicho: nada con el narcotráfico”. In: *Semana*, Bogotá, no. 437 (14/24 de setembro de 1990): pg. 22 seg.

RAMA, Carlos M [1986]. “Independência latino-americana”. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. (Coordenação geral de Antônio Garcia de Miranda Netto). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. I, pg. 587.

RESTREPO, Laura [1990]. “La cultura de la muerte”. In: *Semana*, Bogotá, no. 408 (27 de fevereiro a 6 de março de 1990): pg. 27 seg.

SARMIENTO Anzola, Libardo e Carlos MORENO Ospina [1990]. “Narcotráfico y sector agropecuario en Colombia”. In: *Economía colombiana*. Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 29 seg.

SEMANA [1990]. “Extraditables: y los narcos qué?” In: *Semana*, Bogotá, no. 435 (4 a 11 de setembro de 1990): pg. 34 seg.

SEMANA [1990]. “La casa vacía: más de 600 mil turistas perdió Colombia en los últimos 10 años”. In: *Semana*, Bogotá, no. 429 (24-31 de julho de 1990): pg. 48 seg.

SEMANA [1990]. “Los narco-marines. Lo que faltaba: soldados norteamericanos involucrados en narcotráfico en Panamá”. In: *Semana*, Bogotá, no. 410 (13 a 20 de março de 1990): pg. 52/53.

SEMANA [1990]. “Por qué no cogen a Escobar: los generales en la mira de la opinión pública”. In: *Semana*, Bogotá, no. 419 (15/22 de maio de 1990): pg. 23 seg.

THOUMI, Francisco [1990]. “Algunas preguntas a los Estados Unidos difíciles de responder”. In: *Economía colombiana*, Bogotá, no. 226-227 (fevereiro/março 1990): pg. 50 seg.

TIRADO Mejía, Alvaro [1971]. *Introducción a la historia económica de Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional.

TORRES, Camilo [1985]. “La violencia y los cambios socioculturales en las áreas rurales colombianas”. In: *Once ensayos sobre la violencia*. Bogotá: CEREC/Centro Gaitán, pg. 106 seg.

URÁN, Carlos Horacio [1983]. *Rojas y la manipulación del poder*. Bogotá: Carlos Valencia Editores.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1978]. *Liberalismo y conservatismo en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1958]. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.

WEBER, Max [1944]. *Economía y sociedad*. (Tradução ao espanhol de José Medina Echavarría *et alii*). 1ª edição em espanhol. México: Fondo de Cultura, 4 volumes.

Capítulo III – DO MESSIANISMO POLÍTICO AO NARCO – ESTADO: OS DESCAMINHOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Ao ensejo da formulação de uma "Teologia dos Pobres" ou "Teologia da Libertação", surgiu na América Latina, ao longo dos anos 70 e 80, uma "Filosofia da Libertação", que se singulariza porque parte, à maneira medieval, dos pressupostos básicos do discurso teológico, para arrazoar ao redor deles. Configura-se, assim, o tradicional modelo da *Philosophia Ancilla Theologiae*, que caracterizou às grandes sínteses do século XIII, mas que acompanhou, também, à filosofia pensada ao ensejo da Segunda Escolástica. Diríamos que não houve mudança de paradigma: o hodierno discurso filosófico que se pretende mais latino-americano, o Libertador, é fiel à velha tradição de filosofar à sombra da teologia.

O tema acerca do qual versa a Filosofia da Libertação também não é novo: a questão da pobreza. Essa problemática, de caráter eminentemente moral, vem sendo objeto de reflexão desde o século XIX. Os doutrinários franceses, notadamente Guizot, debruçaram-se sobre ela, bem como a geração posterior, cujo mais importante representante na França seria Tocqueville [cf. Tocqueville, 2003; Vélez, 1998 e 1999]. Mas não somente seria discutida a mencionada problemática do ângulo liberal. Também aprofundaram nela autores de outras tendências como Saint-Simon e Augusto Comte. Na França do final do século aparece uma importante contribuição metodológica com a escola de Le Play: a problemática da pobreza precisa ser discutida à luz de uma delimitação clara da mesma, utilizando o método monográfico. Essa será a perspectiva que passará a influenciar nos autores brasileiros como Sílvio Romero e os demais teorizadores do chamado "culturalismo sociológico". Na Inglaterra, à época de Tocqueville, a questão ganhou grande relevo com Stuart Mill, os Fabianos e os primeiros

ideólogos do Labour Party. A reflexão de Marx insere-se no primeiro ciclo da meditação sobre a problemática, mais ou menos na mesma época em que Stuart Mill desenvolveu as suas análises.

Anotemos que a atualidade da discussão sobre a pobreza decorre da sua situação no terreno da moral: sempre será válido meditar sobre as questões relacionadas ao ideal da justiça, como expressão da nova realidade ontológica destacada pela cultura judaico-cristã: todos somos filhos de Deus, criados à sua imagem e semelhança. Se este é um princípio válido, por que as enormes disparidades sociais? Mais ainda: se o Cristianismo apregoa como mandamento fundamental o amor ao próximo, que sentido têm as injustiças sociais? A reflexão sobre a pobreza e o equacionamento desse problema possuem, portanto, grande apelo moral. Situa-se nesse contexto o valor do chamado décimo-primeiro mandamento, que teria sido explicitado por Marx: *Não explorarás o trabalho alheio*.

Já desde os primórdios da discussão, apareceram claramente delineadas duas alternativas teóricas: de um lado, a daqueles que colocavam a questão em termos de uma multiplicidade de variáveis, sendo a econômica uma delas, mas sem pretender reduzir as outras a ela (trata-se de uma alternativa multidisciplinar e aberta) e, de outro lado, a alternativa dos autores que absolutizavam a variável econômica, pretendendo reduzir toda a análise da pobreza a essa perspectiva. Um exemplo da primeira alternativa seria a forma em que os doutrinários e Tocqueville abordaram a questão. Um exemplo da segunda alternativa seria a forma em que Marx formulou o seu materialismo histórico, para, a partir de uma perspectiva em que as relações de produção eram consideradas como a base de todo o edifício social, passar a discutir e equacionar o problema da pobreza em termos estritamente econômicos.

Interessante é destacar que, ao ensejo da primeira forma de abordagem, surge, como resposta, um modelo de sociedade plural, em que são reconhecidas várias ordens de interesse, sem que se pressuponha que, para resolver a questão da pobreza, seja necessário reduzir a sociedade a uma única ordem de interesses. O modelo aqui postulado é o liberal. Paralelamente, ao ensejo da segunda forma de abordagem, surge uma sociedade entrópica, em que todos os interesses devem ser reduzidos (à maneira rousseauiana) a uma única ordem: a do *bem público*, com explícita eliminação dos interesses particulares.

Decorrente do centripetismo desenvolvido nas sociedades ibero-americanas pelo Estado Patrimonial, a abordagem da problemática da pobreza não percorreu, nas nossas culturas latino-americanas, o caminho liberal do reconhecimento de múltiplas variáveis, entre as que se inseriria a econômica. Paralelamente, a solução apontada não poderia ser a liberal, que apresentasse um modelo de sociedade plural, organizada em diversas ordens de interesses. A solução viria, de forma vertical, a partir da identificação de uma ordem única de interesses, os correspondentes a um vaporoso *bem público*, que historicamente correspondeu, nas nossas sociedades, à defesa dos interesses da *nomenclatura* manipulada pelos donos do poder. Solução de tipo rousseauiano, que foi explicitamente cultuada pelo Libertador Simon Bolívar e que ainda hoje emerge travestida de diferentes

maneiras, sob as roupagens populistas do peronismo, do varguismo, do castrismo, do chavismo, do fujimorismo, do sandinismo, do farquismo, etc.

Inserida no arquétipo rousseauiano, a solução à problemática da pobreza não poderia deixar de ser apresentada nos moldes do messianismo político. Porque ele é da essência do pensamento político do filósofo de genebra. A forma de equilibrar uma sociedade injusta, para Rousseau, seria muito simples: na identificação de todos os cidadãos com a vontade geral, que seria a expressão do predomínio, em todos os espíritos, do *bem público*. Seriam os *puros* os chamados a enquadrar a sociedade nesse marco de ferro. Esses puros, aliás, desenvolveriam as funções messiânicas de salvadores da pátria. Ora, a Teologia da Libertação emerge no contexto latino-americano, amarrada ao modelo do messianismo político moderno. Mas convém destacar um aspecto importante: como a versão mais completa de messianismo político que se consolidou no século XX foi a do marxismo-leninismo, a Teologia da Libertação passou a ser cooptada por esse viés teórico, que terminaria dando ao discurso libertador ampla conotação totalitária.

Em decorrência dessa particularidade, neste capítulo serão analisados os singulares fenômenos do Messianismo Político e da Teologia da Libertação, a partir dos quais se formula a Filosofia Libertadora. Começamos, no entanto, por destacar o aspecto essencial da Filosofia da Libertação: ela caracteriza-se porque pretende uma re-leitura de toda a cultura ocidental, radicalmente interpretada à luz da dialética opressor-oprimido, que constitui a chave-mestra da Teologia da Libertação.

1) Índole radical e totalizante da Filosofia da Libertação.- Dois autores, no segundo pós-guerra, salientaram os traços essenciais do totalitarismo: no plano da ficção, George Orwell; no terreno da sociologia do conhecimento, Hannah Arendt. Na sua obra *The Origins of Totalitarianism* [1951], a escritora judia caracterizou o totalitarismo hodierno sob os três aspectos em que se manifestou: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo como paroxismo do poder. Nesse último aspecto, Hannah Arendt salienta que um dos pontos marcantes do totalitarismo é a sua substituição da busca da verdade e da comunicação entre as pessoas pela propaganda. No caso da propaganda comunista, dá-se a pretensão de instaurar cientificamente um único discurso, cuja validade deve ser aceita por todos; quem se situar do lado de fora desse discurso é ameaçado com a possibilidade de ser substituído pela história, de se atrasar irremediavelmente em relação ao tempo, de esbanjar a sua vida inutilmente. Como na moderna propaganda, tudo é afirmado em nome do progresso e da ciência.

Orwell salientou na sua anti-utopia **1984** um outro aspecto importante da propaganda totalitária: a técnica do *duplipensar*. Tudo, no universo do discurso, deve levar a reforçar o estado de poder total; por isso, nenhuma brecha deve ser deixada sem cobertura pelo discurso ideológico do totalitarismo. Termos que porventura ameacem a verdade dos detentores do poder devem ser banidos, junto com aqueles que ousarem pronunciá-los. Todos sabemos da ingente tarefa que significa re-escrever a história, de que se desincumbia o *Ministério da Verdade* orwelliano.

Essas referências a Orwell e a Hannah Arendt tornam-se necessárias para avaliar adequadamente o surto de literatura de inspiração totalitária aparecida na América Latina ao longo das últimas três décadas. Sob o pomposo título de Filosofia ou Teologia da Libertação, inúmeras publicações aparecem todos os anos. No Brasil, o claro compromisso das maiores editoras católicas com esse surto ideologizante, torna imperativa uma avaliação crítica das obras mais representativas.

Nesse contexto de ideologia totalizante situa-se a obra de Enrique Dussel intitulada *Filosofia da Libertação na América Latina* [1983]. Como em toda ideologia a serviço do poder total, interessa construir uma nova visão de mundo, em que todos os fatos sejam re-interpretados em função do *leitmotiv* que constitui o ponto nevrálgico do sistema: a libertação dos oprimidos. A história polarizar-se-á entre exploradores e explorados. Exploradora será a filosofia européia (chamada *do Centro*); explorada a filosofia da *Periferia*, inserido aí o pensamento latino-americano. Na trilha do *duplipensar* orwelliano, o autor vai peneirando, em monótona tarefa, a história do pensamento ocidental: qualquer surto renovador teria emergido da *Periferia*, mesmo que para isso ele tenha de fazer incríveis acrobacias mentais para imaginar um Kant ou um Descartes "periféricos"!

A Filosofia da Libertação apregoada por Dussel é omni-compreensiva. Como boa ideologia total, não deve deixar de fora nenhum átomo da realidade. Tudo deve ser re-interpretado. Assim, o livro em apreço torna-se um tratado *de omni re scibili et de quibusdam aliis* ou, como diríamos em bom português, é um *angu epistemológico*. Basta examinarmos o conteúdo da obra para perceber isso: em escassas 284 páginas, à Filosofia da Libertação são aproximadas a geopolítica, a mitologia, a política, a *ars amandi*, a pedagogia, a economia, a semiótica, a poesia, a psicologia, a religião, o lazer, a microfísica, etc. Tudo deve entrar na inevitável ciranda libertadora.

A Filosofia da Libertação, na visão de Dussel, cumpre perfeitamente a tarefa intimidatória de todo discurso totalitário: quem ficar do lado de fora é irremediavelmente expulso da história. O verdadeiro sentido dela repousa, de maneira inexorável, na praxe revolucionária dos que lutam por libertar os oprimidos. "A Filosofia da Libertação, frisa o autor, pretende (...) formular uma metafísica (...) exigida pela *praxis* revolucionária e pela *poiesis* tecnológica, a partir da formação social periférica que se estrutura em maneiras de produção completamente entrelaçadas. Por isso é necessário (...) descrever o sentido da *praxis* de libertação que somente parcialmente vislumbraram os críticos pós-hegelianos de esquerda europeus e que somente a *praxis* dos atuais povos oprimidos da periferia, a mulher violada pela ideologia machista e do filho domesticado podem na realidade revelar-nos" [Dussel, 1983: 21].

A Filosofia da Libertação que nos propõe Dussel é o mais total dogmatismo já formulado na América Latina e possui a rara virtude de esterilizar a reflexão filosófica, tornando-a mera adjacência de um todo mais amplo: o esdrúxulo processo *libertador* marxista-leninista, que conduziu às ditaduras totalitárias em Cuba e na Nicarágua.

2) Messianismo Político e Teologia da Libertação.- J. L. Talmon fez uma completa caracterização do messianismo político na sua clássica obra intitulada *Messianismo Político* [Talmon, 1969]. a influência do saint-simonismo, do ponto de vista político, teve ampla repercussão em autores tão variados quanto Augusto Comte, Michelet, Mazzini e o próprio Marx.

Um profundo sentimento apocalíptico empolgava ao conde Saint-Simon (1760-1825), que entrevia o nascimento de uma religião universal que impusesse a organização pacífica da sociedade. Este é um trecho que revela claramente tal sentimento: "Isto é o que dizemos sem dilação: os dias das soluções incompletas chegaram ao fim. É necessário dirigir-se resolutamente em direção do bem geral. É a verdade na sua totalidade o que deve ser salientado perante as circunstâncias atuais: é chegado o momento da crise. Essa crise profetizada por muitos dos textos do Antigo Testamento e para a qual, durante muitos anos, têm-se preparado as sociedades bíblicas, é a crise cuja existência acaba de demonstrar a instituição da Santa Aliança, união fundada nos mais generosos princípios de moralidade e religião. Esta é a crise que os judeus esperaram desde quando, expulsos do seu país, têm andado errantes, vítimas de perseguições, sem jamais renunciar à esperança de ver o dia em que os homens conviveriam como irmãos. Finalmente, essa crise tende diretamente ao estabelecimento de uma religião autenticamente universal e a impor a todos uma organização pacífica da sociedade" [apud Talmon, 1969: 21].

Saint-Simon encarava dessa forma autenticamente messiânica a crise sofrida pela sociedade francesa após a Revolução de 1789. Diante da desagregação ensejada pelo Jacobinismo e o Terror, o filósofo apresentava-se como peça-chave para a redenção, não somente da França como de toda a Humanidade. A respeito, escreve Talmon [1969: 22-23]: "Estava convencido de ser um Napoleão da ciência e da indústria, pela promessa que lhe fez Carlos Magno, durante um sonho que teve quando esteve preso na cadeia de Luxemburgo em 1774, de que conseguiria tanta glória como filósofo, quanto o seu famoso antecessor tinha alcançado nas artes da guerra e do governo (...)".

O conde Saint-Simon assistiu passivamente à Revolução Francesa como observador arguto, em que pese o fato de ter sido eleito, em 1790, como presidente da Assembléia Eleitoral da sua comuna, o que motivou a renúncia ao título de nobreza. Anos atrás, o jovem nobre tinha participado como voluntário do exército que, sob o comando do general Lafayette, tinha ajudado os revolucionários americanos a proclamar a Independência das treze colônias, em 1776.

A Revolução Francesa não foi, no sentir do filósofo, uma *révolution régénératrice*, mas um espetáculo de destruição, de inútil debate e de desordem social. Frisava a respeito dessa situação crítica: "É a falta de idéias gerais o que nos tem levado à ruína; não poderemos renascer autenticamente senão com a ajuda de idéias gerais; as velhas idéias caíram (...) e já não é possível rejuvenescê-las. Precisamos de idéias novas (...), um sistema, quer dizer, uma forma de opinião que seja, por natureza, cortante, absoluta e exclusiva" [apud Talmon, 1969: 26].

Ao passo que Saint-Simon desconhecia o valor de heróis aos protagonistas da Revolução Francesa, considerava, pelo contrário, que Napoleão encarnava esse valor, não pelo fato de ter sido militar ou conquistador, mas por ter se firmado como "o chefe científico da Humanidade (...) e a sua cabeça política" [apud Talmon, 1969: 26], tendo legislado alicerçado em princípios racionais.

Saint-Simon preocupou-se por achar um princípio total que permitisse a explicação racional do universo. Nessa busca, terminou professando uma visão determinística do homem, que Talmon [1969: 27] tipificou assim: "(...) O homem é como um pequeno relógio dentro de outro maior, o universo, do qual recebe a energia para movimentar-se. Saint-Simon sonhava com deduzir passo a passo as leis determinantes do universo em ordem de sucessão (...) para, no final, chegar às leis da organização social mediante a reconstrução prévia da interdependência do orgânico e do inorgânico, dos corpos fixos e dos fluidos, da matéria e do movimento". Nesse contexto, a sociedade é concebida como "verdadeira máquina organizada" ou como um "organismo" que, ao longo dos tempos, criou os seus próprios órgãos para se adaptar às diferentes situações. A unidade inteligível da História não é nem o Estado, nem a Nação, mas a Sociedade organicamente considerada. As suas forças e processos não são criação deliberada de ninguém, mas frutos do organismo social.

O essencial dos processos sociais é representado, no entanto, pelos sistemas filosóficos que seriam, assim, o principal mecanismo de adaptação do organismo social às diferentes épocas. Como frisa Talmon [1969: 30], todo sistema social é, assim "a aplicação de um sistema filosófico. A religião, a política, a moral, a instrução pública, não são mais do que reflexo e aplicação de um sistema de idéias, uma *Weltanschauung* (...)".

Dado o caráter orgânico da sociedade, a expressão dos sistemas de idéias corresponde, nas diferentes épocas históricas, a uma cabeça que pensa pelo todo social. Como frisa Bréhier [1948: II, 712], Saint Simon "é aristocrata demais para poder acreditar que o povo, em cujo favor trabalha, seja capaz de fazer alguma coisa em prol de sua renovação". Assim, é importante identificar aquele ator social a quem corresponderia a tarefa de explicitar o novo sistema de idéias, que regeneraria a sociedade após a Revolução Francesa.

Na formulação do plano salvífico da sociedade por parte de uma elite, o pensamento saint-simoniano percorreu duas etapas: uma cientificista e outra religiosa. Essa dupla feição é típica, aliás, de um discípulo de Saint-Simon: Augusto Comte, cuja obra oferece essa dupla vertente, de cunho cientificista e religioso/dogmático.

Na primeira fase da sua obra, Saint-Simon considerava que a elite pensante que presidiria como cabeça do corpo social, devia ser integrada pelos industriais, que figuravam à frente do sistema produtivo. A sua gestão na sociedade não se revestiria do caráter coercitivo das épocas anteriores, pois prevaleceria não a força, mas a razão das coisas. Todo o trabalho a ser feito consistiria, portanto, em explicar a cada um o lugar que devia ocupar no corpo da sociedade industrial. Saint-Simon salientava que, no sistema

industrial, "os homens desfrutariam, com essa ordem de coisas, do mais alto grau de liberdade compatível com o estado de sociedade" [apud Talmon, 1969: 41].

Em que pese o fato do caráter irreversível da sociedade industrial, Saint-Simon considerava que o seu advento devia ser induzido por outra elite esclarecida: os *savants positifs*, a cuja frente ele próprio se colocava. O papel deles consistiria em preparar a grande revolução que seria a passagem da sociedade tradicional para a industrial. Saint-Simon previa "uma ação que, por sua natureza, é brusca e cortante, pois esta transformação tende a modificar subitamente os hábitos intelectuais assumidos pelo espírito público" [apud Talmon, 1969: 43]. Contudo, não fica confirmado esse caráter aparentemente violento da revolução, quando Saint-Simon entra a explicitar a forma em que deverão proceder os *savants positifs* na efetivação da mesma. O papel deles é eminentemente persuasivo, não violento, devendo limitar-se a mostrar aos reis, povos, aristocracias e governos a inevitabilidade do advento do sistema industrial, cujo caráter construtivo será também explicado. Assim advirá a sociedade industrial.

Apesar do papel de liderança atribuído por Saint-Simon aos *savants positifs*, aos poucos foi reconhecendo, na segunda fase da sua obra, a necessidade de alicerçar o comportamento coletivo harmônico numa base mais ampla do que a pura ciência, a fim de abranger os sentimentos humanos, que jogam um papel tão importante na conduta dos homens. Saint-Simon procurou, assim, forças mais profundas numa *religião vital*. Achou que o fator religioso desempenhava um papel de primeira ordem na organização social. A propósito, escrevia o filósofo: "A religião tem servido e servirá sempre como base da organização social (...). A humanidade tem atravessado crises científicas, morais e políticas, sempre que a ideologia religiosa tem experimentado algum câmbio" [cit. por Talmon, 1969: 50]. E dedicou a última parte da sua vida à procura desse embasamento religioso para a sociedade industrial.

3) Teologia da Libertação e tradição despótica.- A Teologia da Libertação, enquanto discurso teológico que pretende garantir a inserção da Igreja no mundo subdesenvolvido, ganha muita atualidade no Brasil contemporâneo, na medida em que inspira a ação político-pastoral dos setores progressistas, identificados com as comunidades eclesiais de base. Numa avaliação da problemática política e religiosa atual, é imprescindível o seu estudo.

Embora existam interpretações que, de um lado, tentam desligar a Teologia da Libertação de qualquer identidade com o marxismo e analisam-na no contexto do discurso eclesiástico, reivindicando o seu caráter soteriológico [cf. Romano, 1979], ou que, de outro lado, embora reconhecendo alguma inspiração marxista, consideram ser possível a sua permanência no seio da teologia católica, mediante alguns ajustes que limassem as arestas ideológicas [cf. Lepargneur, 1979: 122], acho que a parcela mais agressiva e representativa dos teólogos libertadores aderiu explicitamente ao marxismo. O padre e poeta nicaragüense Ernesto Cardenal expressou, com clareza, essa adesão, em entrevista concedida em 1979 à revista soviética *América Latina*, ao relatar a sua atividade guerrilheira na comunidade de monges e camponeses, no arquipélago de Solentiname, no lago da Nicarágua: "Começamos a estudar o marxismo junto com os

camponeses que estavam mais integrados conosco, especialmente com os jovens. E fomos identificando com o movimento guerrilheiro da Nicarágua, com a Frente Sandinista de Libertação Nacional. E fomos descobrindo que as idéias cristãs originárias eram, em sua essência, revolucionárias, e que colocavam o problema da luta de classes, que o mundo estava dividido entre exploradores e explorados e que os explorados triunfariam sobre os exploradores e seria estabelecida na terra uma sociedade justa. E nos identificamos, então, com a luta do Movimento de Libertação da Nicarágua, e chegamos já praticamente a pertencer a esse movimento" [Cardenal, 1979: 178].

O exemplo de radicalização da comunidade de Solentiname expressa perfeitamente o fenômeno acontecido, no decorrer das décadas de 60 e 70, ao longo da América Latina: não foram as *massas* de cristãos as que, em primeiro lugar, fizeram a opção marxista. Foram os sacerdotes. E eles levaram à radicalização, posteriormente, as suas comunidades, ensejando, assim, o surgimento de uma nova forma de clericalismo. E na radicalização dos sacerdotes pesou muito a influência da revolução cubana e da mística revolucionária por ela difundida.

Para o padre Cardenal não existe dúvida de que o cristianismo é totalmente compatível com o marxismo, e de que a expressão dessa unidade é a Teologia da Libertação: "Nesses anos (da década de 70) -- frisa -- surgiu na América Latina o movimento chamado de Teologia da Libertação. Eu e os outros membros da minha comunidade em Solentiname percebemos que não havia nenhuma incompatibilidade entre o autêntico cristianismo do Evangelho e o marxismo. A partir de então começamos nós também a pertencer a esse grupo, já muito grande na América Latina, de cristãos marxistas. Isso também influenciou na minha poesia" [Cardenal, 1979: 180].

Segundo Cardenal, quem formulou primeiro essa sintonia entre cristianismo latino-americano e revolução foi Che Guevara, ao afirmar que "quando os cristãos, na América Latina, fossem autenticamente revolucionários, a revolução seria inevitável". Sem dúvida, Guevara formulou e encarnou o modelo de mística revolucionária, sobrepondo os elementos da religiosidade popular do povo latino-americano ao arcabouço do messianismo político marxista. Para ilustrar essa afirmação, eis o trecho final da carta enviada por Che a Carlos Quijano, do semanário *Marcha* de Montevideú, em que o líder guerrilheiro sintetizava a sua visão revolucionária nestes termos:

"Nós, os socialistas, somos mais livres porque somos mais plenos; somos mais plenos pelo fato de sermos mais livres. O esqueleto da nossa liberdade completa está formado, falta a substância protéica e a roupagem; criá-los-emos. a nossa liberdade e o seu fundamento cotidiano têm cor de sangue e estão cheios de sacrifício. O nosso sacrifício é consciente; quota para pagar a liberdade que construímos. O caminho é longo e desconhecido em parte; conhecemos as nossas limitações. Faremos, nós mesmos, o homem do século XXI. Forjar-nos-emos na ação cotidiana, criando um homem novo com uma nova técnica. A personalidade joga o papel de mobilização e direção, enquanto encarna as mais altas virtudes e aspirações do povo e não se afasta do caminho. Quem abre o caminho é o grupo de vanguarda, os melhores entre os bons, o Partido. A argila fundamental da nossa obra é a juventude: nela depositamos a nossa esperança e a

preparamos para receber de nossas mãos a bandeira. Se esta carta balbuciante esclarece alguma coisa, cumpriu o objetivo com que a escrevo. Receba a nossa saudação ritual, como um aperto de mãos ou um *Ave Maria Puríssima*. Pátria ou morte! [Guevara, 1977: II, 383-384].

Os comentaristas soviéticos consideravam a Teologia da Libertação como um movimento progressista inspirado no marxismo, que ajudava às revoluções democráticas na América Latina. Valentina Andrónova, da Academia de Ciências da União Soviética, frisava, por exemplo, que o aspecto essencial da mencionada Teologia é a sua inspiração no marxismo, alicerçada no pressuposto de que cristianismo e marxismo são afins. "Os teólogos -- escrevia Andrónova -- consideram que se for tomado o melhor de um e de outro, essa função poderia levar a resolver eficazmente os problemas sociais. O cristianismo é portador de valores espirituais e morais; o marxismo comporta o princípio racional que oferece solução real e prática ao problema" [Andrónova, 1980: 47].

De outro lado, as comunidades eclesiais de base eram apresentadas por Andrónova como núcleos de protesto social da Igreja progressista, que ameaçavam a estabilidade do *status quo* na medida em que punham em prática os princípios da Teologia da Libertação. A grande extensão dessas comunidades seria expressão do seu potencial político. "As estatísticas -- frisava a comentarista soviética -- podem calcular o número das comunidades de base. Atualmente existem em cada país latino-americano, chegando a umas 150 mil. Somente no Brasil existem perto de 50 mil e abrangem um milhão de pessoas" [Andrónova, 1980: 48].

Em que pese essas considerações, os comentaristas soviéticos reconheciam, contudo, que a Teologia da Libertação não constituía uma teoria íntegra, em parte devido a que em sua elaboração participaram teólogos de formação diferente, tanto católicos quanto protestantes; a imprecisão e a confusão afetavam muitas vezes a utilização do conceito de *luta de classes* e, por último, a linguagem figurada de muitos desses teólogos terminava por confundir a claridade dos conceitos. Apesar dessas críticas, Andrónova salientava que a posição prática dos que formularam a Teologia da Libertação era cada vez mais conseqüente e mais firme, do ponto de vista da opção revolucionária [Andrónova, 1980: 46-47].

José Grigulévich, da Academia de ciências da URSS, expressou claramente o **papel instrumental** que representavam a Igreja progressista latino-americana e a Teologia da Libertação na estratégia de penetração soviética no continente: "A experiência destes quatro lustros ensina que, apesar de participar ativamente da luta popular contra as forças reacionárias, a Igreja não tem possibilidades para se converter em fator determinante do processo de mudanças na América Latina, à imagem e semelhança do Islã, que se tornou força reitora do dinamismo revolucionário iraniano (...). Isso é compreendido perfeitamente pelos comunistas que, alheios a um anti-clericalismo ostensivo, têm promovido sempre uma política de colaboração com a Igreja e os católicos em prol da paz, da democracia e das mudanças sociais indispensáveis" [Grigulévich, 1980: 31].

Podemos, a esta altura, formular uma pergunta, que surge espontaneamente do exame dessa mútua atração entre um fenômeno tão tipicamente latino-americano como a Teologia da Libertação e o marxismo: quais foram as razões histórico-culturais que fizeram do mundo ibero-americano caldo de cultura apto para que nele vingasse essa síntese de messianismo político? Tentemos, embora a grandes traços, esboçar uma resposta.

Na Península Ibérica, como também na Rússia, desenvolveu-se uma experiência de absolutismo ensejada pelo despotismo oriental. Ao passo que essa experiência deu-se na Rússia em decorrência da invasão tártara no século XIII e da influência bizantina, na Espanha e em Portugal apareceu a partir da invasão e da dominação árabes, fenômeno que se estendeu de 710 a 1490. Como acertadamente anota Alexandre Herculano na sua *História de Portugal* [1914: II, 19-20], durante todo esse período a minoria cristã, que se refugiou nas montanhas do norte, sofreu uma forte influência da cultura e dos hábitos políticos dos sarracenos, tendo esquecido os costumes medievais de desconcentração de poderes e chegando a imitar os procedimentos centralizadores dos califas. Isso era explicável pela superioridade técnica e cultural dos muçulmanos sobre a nobreza visigótica. Os príncipes herdeiros de Portugal, desde Afonso Henriques (1109-1185), foram influenciados por essa maré centralizadora e despótica.

Se de um lado é certo que os efeitos desse despotismo foram o progresso econômico e urbanístico da Hispania sarracena, de outro lado não é menos certo que essa experiência contribuiu para a difusão da cultura árabe, particularmente no que diz respeito ao papel destinado à religião, no contexto social. Esse papel, segundo mostrou Wittfogel, é claro no contexto do despotismo oriental, e consiste na utilização da variável religiosa para reforçar o poder absoluto do Estado. A respeito, escreve este autor: "Diferentemente da sociedade européia feudal, na qual a maior parte dos chefes militares (os barões feudais) não estavam ligados aos seus suseranos senão por frágeis laços e um contrato, e na qual a religião dominante era independente do governo secular, (no seio do despotismo hidráulico) a religião dominante estava estreitamente ligada ao Estado" [Wittfogel, 1977: 127].

É fora de dúvida que tanto Espanha quanto Portugal, após a expulsão dos árabes, conservaram a tendência para a utilização dos fatores culturais (entre eles, o religioso), como elementos que garantissem a estabilidade do Estado. Fidelino de Figueiredo, no seu ensaio intitulado *As duas Espanhas*, explica bem como o Império espanhol sob a dinastia dos Áustrias, no século XVI, utilizou os fatores científico-religioso-jurídicos para consolidar um modelo absoluto de dominação.

Quanto à utilização do fator religioso, frisa Fidelino: "Entretanto, Carlos V fora eleito Imperador da Alemanha, em sucessão do seu avô, arrogara-se o título de *majestade* e simbolizara numa águia a amplitude nova e ambiciosa da sua política. Esmagada a resistência dos *comuneros*, estava fundado o Império germano-espanhol. Mas era necessário atribuir-lhe algum conteúdo espiritual, porque o que mais estreita os homens é o dinamismo propulsor duma ação em comum. As rivalidades com a França e a Inglaterra eram escopo muito limitado. Deveria ser alguma coisa de maior prestígio, e mais

promotora de energias combativas. *É a reforma religiosa, explodindo, que sugere esse conteúdo unificador*: a defesa da fé católica sob a bandeira do espírito da contra-reforma que, em breve, também acharia no ambiente espanhol um dos seus instrumentos essenciais. E a velha herança romana do imperialismo sobre o alicerce de um pensamento único, nunca esquecida nos séculos medievais e avivada na Renascença, *realiza-se pelo consórcio do império espiritual do pensamento único, que era o papado, com o império militar do mando único, que era a dinastia austríaca*" [Figueiredo, 1959: 76-78].

A herança do despotismo oriental da Espanha estendeu-se à dinastia borbónica, cujo regalismo era, segundo Fidelino de Figueiredo, *mais absorvente que o dos Áustrias*, tendo chegado a realizar uma centralização absoluta [cf. Figueiredo, 1959: 112-113]. Da herança despótica oriental não fugiu Portugal que viu consolidar, sob a dinastia de Avis (1385-1580), os alicerces do Estado patrimonial [Cf. Faoro, 1958: I, 33 seg.]. A irrupção de Portugal na modernidade, obra do Marquês de Pombal (1699-1782), consolidou mais ainda a centralização de poderes no Estado, bem como a fundamentação deste na ciência e na religião oficiais [cf. Paim, 1978].

A modernização do Estado português teve, aliás, elementos comuns ao processo empreendido pela Rússia czarista. Teófilo Braga salienta que a criação do Colégio dos Nobres de Lisboa, efetivada em 1761 para garantir a formação de uma elite esclarecida que servisse à primazia e à estabilidade do Estado na sociedade, proveio do médico de origem judaica Antônio Nunes Ribeiro Sanches, que tinha prestado serviços à Imperatriz da Rússia como conselheiro, médico e pesquisador no Colégio dos Nobres de São Petersburgo [cf. Braga, 1898: III, 350-351].

Em que pese o cientificismo professado por Pombal, o seu projeto modernizador considerava a variável religiosa como elemento essencial à consolidação política do Estado. A propósito, comenta Laerte Ramos de Carvalho: "Na defesa dos interesses da sociedade a política pombalina procurou furtar-se aos termos do dilema Sacerdócio-Império porque, pela força das condições históricas, tentou construir, de acordo com o apoio do próprio clero português, excetuados os jesuítas, a república que, dentro do espírito do absolutismo, se tornara a preocupação dos teóricos mais avançados do tempo. A religião, na mentalidade que então predominava, era o esteio da ordem civil, o tribunal que, ao resguardar a pureza da fé, resguardava, ao mesmo tempo, os interesses mais legítimos do poder temporal. O homem natural pertence tanto à religião quanto aos seus parentes e pátria: somente na união cristã, que não lisonjeia os interesses desnaturalizantes da Igreja, sem pátria e sem fronteiras, pode a sociedade civil viver e prosperar. Não se pretendia propriamente a consagração, tão no gosto do radicalismo cismontano, do aforismo - *non respublica est in ecclesia, sed ecclesia in respublica* - mas uma tentativa de conduzir, numa harmonia de interesses, conjuntamente, a República e a igreja pelo caminho do progresso material e espiritual da nação lusitana" [Carvalho, 1978: 48-49].

Os Estados surgidos na América Latina após os processos de independência das metrópoles espanhola e portuguesa, herdaram do despotismo ibérico fortes tendências centralizadoras e burocráticas, das quais formou parte a tentativa de utilizar os fatores

religiosos, científicos e jurídicos como elementos da estabilidade política, num contexto absolutista. Esse centralismo burocrático, aliado à tendência a considerar o poder como instância patrimonial de quem o detém, levou à atrofia da cultura, segundo um ensaísta como o argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), que escrevia: "Um espanhol ou um americano do século XVI deve ter afirmado: *existo, logo não penso*". E considera que tal cidadão não viveria se tivesse a desgraça de pensar. Para Sarmiento, o cerne dessa situação é o despotismo ibérico, fortemente alicerçado no elemento religioso: "Filipe II -- escreve -- é a concentração do princípio maometano-espanhol da unidade de crenças. Ele, e não o Papa, funda a Inquisição (...). Sem Maomé não haveria Inquisição na Espanha (...). O Papa conservou sem fogo a Inquisição. Porém, só na Espanha e com ex-maometanos (...) podiam ser levantados altares ao canibalismo, à aversão à velha (bruxa) que conservaram os selvagens (...)". Essa é, segundo Sarmiento, a mentalidade herdada pelos hispano-americanos. E conclui: "O terror está em nós" [cit. por Zea, 1976: 113-114].

A tendência à utilização do fator religioso manifestou-se como uma constante da cultura latino-americana, com variadas formas de clericalismo a serviço dos interesses políticos [cf. Vélez, 1978: 85 seg.]. Não estranha, assim, a tremenda força de propostas messiânico-políticas, a serviço de um projeto de dominação despótica, como a Teologia da Libertação.

Os russos compreenderam perfeitamente o valor do elemento religioso na América Latina. Herdeiros -- como nós -- de longa tradição despótica oriental, convertida, ao longo do século XX, para eles, em sistema totalitário, souberam utilizar o fator religioso como ponta de lança para a penetração soviética no continente latino-americano. E estimularam, até a queda do Império da URSS, a difusão da Teologia da Libertação.

Antes da reunião do CELAM em Medellín (1968), a Teologia da Libertação deitava raízes nos esforços de alguns padres ativistas por aderirem à dialética marxista, como instrumento-chave para a análise socio-política da realidade latino-americana. Esse esforço iniciou-se, a nível continental, após a eclosão da revolução cubana, a partir de 1960. Nesse amplo trabalho de doutrinação engajaram-se os movimentos católicos como o MIIC (Movimento Internacional de Intelectuais Católicos, que editava a revista *Víspera* em Montevideu), a JUC (Juventude Universitária Católica que editava, com o auxílio material e intelectual do MIIC, farto material de conscientização marxista no meio universitário latino-americano), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JOC (Juventude Operária Católica), os Movimentos de Profissionais Católicos que, através do método da *revisão de vida*, foram conscientizados pelos sacerdotes e pela elite intelectual (representada principalmente pela liderança do MIIC) acerca da necessidade da utilização da dialética marxista como instrumento de reflexão-ação.

Essa liderança intelectual sediou-se, inicialmente, no Paraguai, no Uruguai, na Argentina e no Chile, tendo-se deslocado posteriormente para o Peru (a partir de 1972) e a Colômbia, na medida em que ia crescendo a onda repressiva no Cone Sul. No Brasil, a tendência à radicalização seria representada pelo trabalho do padre Henrique Cláudio de

Lima Vaz junto à comunidade universitária, o qual, ao longo da década de 60, conseguiu formar na dialética marxista a elite que se radicalizaria na opção totalitária após 64 [cf. Paim, 1979: 118 seg.].

Nas últimas duas décadas do século XX, o foco mais ativo dessa elite intelectual radicalizada concentrou-se no norte do continente, na Colômbia, no México e na América Central. Em que pese o fato de no Brasil haver, na atualidade, boa parcela do clero e leigos influenciados pela teologia da libertação, a sua força não assumiu o grau de radicalismo que conduziu à luta armada na Colômbia, na Nicarágua, em El Salvador, na Guatemala, no México, etc. Do ponto de vista dos russos, a Teologia da Libertação foi um elemento valioso da luta no plano ideológico, toda vez que suficientemente vago em ambíguo do ângulo das propostas de governo, mas tremendamente dinâmico no sentido de motivar grandes massas de cristãos, para assumirem a revolução socialista como um compromisso heróico, deixando o comando do processo, certamente, em mãos de elementos treinados militar e politicamente. O que está acontecendo na Colômbia talvez ilustre esse efeito estratégico. Em que pese a queda do Muro de Berlim e o fracasso do Império Soviético, os guerrilheiros das FARC e do ELN conseguiram mobilizar segmentos significativos da intelectualidade a partir de uma retórica libertadora que empolgou os católicos ativistas, sendo que hoje fica clara a opção eminentemente pragmática da liderança guerrilheira sob o comando de *Tiro-Fijo*, tendo sido deixados de lado ou sumariamente eliminados os líderes que ainda acreditavam numa Teologia Libertadora, após a morte do sacerdote guerrilheiro Manuel Pérez [cf. Rangel, 1999; Villamarín, 1996].

A Teologia que, na sua essência, consiste num discurso racional sobre a fé, não se compatibiliza com esse tipo de instrumentalização política, que se reduz à conquista violenta do poder para mudar as estruturas. A Teologia, como reflexão racional e sistemática sobre a fé religiosa, parte do pressuposto da aceitação da Revelação de Cristo, no caso da Teologia cristã. E o cerne dessa revelação é o seguinte: 1) Jesus-Cristo, Filho de Deus, encarnou-se, morreu e ressuscitou para salvar o homem; 2) a aceitação desse fato é graça de Deus, livremente aceita pelo homem, mas, afinal, *graça*, doação gratuita, que não é concedida a todos os homens (em outros termos, trata-se do reconhecimento da dimensão sobrenatural da fé); 3) a salvação consiste fundamentalmente no perdão dos pecados (que são pessoais e não anônimos ou coletivos) nesta vida, ou seja na conversão e na participação, após a morte, da vida eterna; 4) a salvação oferecida por Deus através de Jesus Cristo é universal, quer dizer, visa a todos os homens, os quais, mesmo que não tenham a graça da fé, podem se beneficiar dela, em virtude da sua retidão moral, quando tiverem procurado agir de acordo com a sua consciência; 5) o fato de possuir a graça da fé, produz no beneficiado obrigações morais e não privilégios: a obrigação moral básica do cristão consistirá no testemunho do amor a todos os homens. É lógico que a luta de classes apregoada pela praxe marxista nega frontalmente essa obrigação moral básica do cristão.

Bem no fundo da Teologia da Libertação encontramos uma fonte de inspiração tão antiga quanto o messianismo político que, se bem foi sistematizado no mundo moderno por Saint-Simon (1760-1825), é uma tentação tão velha quanto o próprio

cristianismo. Não consistiu nisso, por acaso, o cerne das tentações sofridas por Cristo no deserto? E não foi essa, também, a pretensão que o Divino Mestre teve de combater repetidas vezes nos seus discípulos?

O projeto libertador que acalenta a Teologia da Libertação e que pretende erigir como tradição sagrada a luta revolucionária, vem ao encontro direto de outra tendência que, originada na Rússia comunista, fez da luta revolucionária e do modelo totalitário por ela imposto, uma religião cujas divindades seriam os arautos que apregoavam a nova fórmula salvadora. A respeito, frisa Paul Blanchard [1952: 66]: "Na santa trindade da teologia do Kremlin, Marx ocupa o lugar de Deus e Stalin o do Espírito Santo. Engels é o semi-deus (...). A existência dessa deidade trinitária não é especificamente reconhecida na literatura soviética, mas forma parte definida e importante do mundo comunista (...)". Depois de Stalin, poderíamos colocar, no seu lugar, os sucessivos dirigentes, todopoderosos e despóticos do PC, até o desmantelamento da URSS [cf. Barbuy, 1977].

4) Do messianismo político ao reino da utopia: a crítica de Lima Vaz à Teologia da Libertação.- A Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé intitulada "Sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", teve maior ressonância do que se esperava no meio da esquerda clerical. Apesar das declarações primárias de alguns arautos do segundo escalão da famigerada Teologia, figuras proeminentes do progressismo católico, como o padre jesuíta Henrique Cláudio de Lima Vaz, decidiram cerrar fileiras ao redor do documento da Sagrada Congregação, É o que se deduz do artigo intitulado "Cristianismo e pensamento utópico: a propósito da Teologia da Libertação", que Lima Vaz publicou na revista *Síntese* [Vaz, 1984: 5-19].

Para surpresa dos padres engajados nas lutas políticas, que talvez esperassem do mencionado autor um posicionamento contrário ao documento do Vaticano, Lima Vaz desanxa sem misericórdia a "escolástica marxista" que empolga a Teologia da Libertação. A feição epistemológica dela consiste, para o padre jesuíta, numa vulgarização depreciativa da análise marxista. Destaquemos, apenas para registrar, a concordância entre a apreciação de Lima Vaz e a dos especialistas da Academia de Ciências da URSS (José Grigulévich e Valentina Andrónova, notadamente). Para todos eles, a Teologia da Libertação carece do rigor científico suficiente como para servir de marco epistêmico confiável, com miras à uma análise crítica e objetiva da realidade latino-americana. A utilidade da mencionada Teologia, aos olhos da *intelligentsia* do Kremlin, seria apenas de meio de agitação.

Para arrepiar o lombo do rebanho radical, eis um trecho significativo do ensaio de Lima Vaz: "A nenhum dos clérigos entre aqueles que deram os primeiros passos na rota do que veio a ser mais tarde a Teologia da Libertação, foi dada a oportunidade de levar a cabo uma análise em nível técnico da realidade latino-americana, utilizando um instrumental conceitual de categorias marxistas. Estas lhes tombaram sob os olhos prontas e acabadas na leitura de textos(...) de certo modo ritualizados, e delas resultou essa *koiné marxizante* que passou a ser a linguagem proclamada científica das suas aspirações e opções e o *shibboleth* da sua identidade intelectual. Assim sendo, é possível

compreender que o vínculo denunciado pela Instrução (Instr. VII, 1, 12) entre um certo *pathos* de urgência e de eficiência e o recurso à *análise marxista*, não se estabelece com relação entre o alvo de uma realidade a ser compreendida nas suas peculiaridades e o recurso ao único instrumento conceptual que se demonstra apto a levar a cabo tal compreensão, e, sim, como relação entre a tomada de consciência (Instr. VII, 12) de uma situação de injustiça estrutural na sociedade e os resultados de uma análise desta sociedade já feita, e que se apresenta como a única científica. Esta cientificidade, porém, como observa a Instrução (Instr. VII, 4), nem é submetida às exigências demonstrativas e às contraprovas requeridas por uma epistemologia crítica nem - eis o ponto decisivo (Instr. VII, 10) - é julgada à luz da metaciência ou da filosofia implicada nas suas proposições e que deve ser, por sua vez, submetida a critérios rigorosamente teológicos (...), no caso, a critérios de uma autêntica *teologia da História*" [Vaz, 1984: 9-10].

Se faltaram aos teólogos marxizantes categorias adequadas à compreensão da problemática social, bem como o rigor epistemológico e a suficiente maturidade filosófica para julgar à luz de uma autêntica teologia da História, o rasteiro materialismo histórico que os inspirava, no entanto o defeito mais grave que encontra neles o padre Lima Vaz, é a adoção mitológica do discurso utópico, que consiste, basicamente, não na utilização heurística e criativa do conceito de luta de classes, mas na adoção cosmogônica e maniqueia deste paradigma. A respeito, frisa o levita: "(...) O que aparece em inconciliável oposição com a leitura teológica da História é a teoria (Instr. IX, 2) que eleva *o fato do conflito das classes* à condição de *princípio fundante* de um peculiar *lógos* da História que, à maneira dos antigos mitos cosmogônicos, irá descrever o curso histórico como uma sociomaquia implacável travada entre as classes hipostasiadas em combatentes míticos. Na verdade, estamos aqui diante de uma espécie de *teomaquia* entre o bem e o mal, cuja última vicissitude, com a vitória assegurada do bem, anunciará, pela chegada ao poder da classe universal, a supressão de todas as classes e a instauração final do reino do homem - que aboca a si os predicados do Reino de Deus - sobre a terra (Instr. IX, 3-10)".

"Eis aí presente -- sentença com implacável lógica o padre Vaz -- a estrutura típica do discurso utópico, cuja homologia com o discurso mítico aparece evidente e que, do ponto de vista da teologia cristã da História, se mostra constitutivamente um discurso ateu, pois transfere para o próprio devir histórico na sua imanência o predicado divino da *aseidade* (o que existe e se explica exclusivamente a partir de si mesmo: *a se*)" [Vaz, 1984: 10]

O que caracteriza fundamentalmente o pensamento utópico, no sentir de Lima Vaz, "é o pressuposto ou o projeto de se operar, sem sair da clausura espaço-temporal, uma transformação radical do espaço e do tempo do homem - da sua história. Edificar com a matéria do espaço do mundo e com a trama do tempo empírico a cidade do homem absoluto - ou a sociedade perfeita, torre que se eleva até o céu segundo a figura mítica de Babel (Gn. 11, 1-9) - eis o desígnio titânico da utopia. Portanto, é a partir da própria imanência que se delinea o projeto de supressão radical, definitiva - e revolucionária - dessas formas de contingência da história que se exprimem nas carências, nas necessidades, nas imperfeições, nos conflitos - ou, teologicamente, no pecado inscrito

nesse plúmbeo manto de injustiça que pesa sobre a condição humana - e que vão urdindo o lado obscuro do caminhar histórico. A utopia define-se, assim, como intento de negação do mundo através do paroxismo da sua afirmação ou, para usar a metáfora espacial clássica, como intento de instauração de um além do mundo na imanência absoluta do seu aquém" [Vaz, 1984: 11].

Alheio à "transascensão" ou "ascensão através de" típica da meditação crítica, o pensamento utópico, segundo Lima Vaz, reproduz as linhas fundamentais do mito e se fecha numa imanência que impede qualquer tipo de "transascensão dialética", na trilha da qual ocorreria a superação definitiva do mito na formulação das obras-mestras da filosofia clássica, com Platão e Aristóteles. O mito utópico, no sentir do padre, "(...) se propõe como demiurgia humana do futuro, na linearidade do tempo empírico que engendra contraditoriedade, por obra do homem-demiurgo, no seio da imperfeição do seu devir, a perfeição absoluta do seu fim" [Vaz, 1984: 12].

O projeto utópico negador da dimensão transcendental (dimensão que segundo o autor constitui o cerne da meditação filosófica) abarca também, no sentir de Lima Vaz, "o paradoxo de uma filosofia da utopia", que seria ilustrado hodiernamente pelo pensamento de E. Bloch, à luz do qual se chega irremediavelmente à proclamação de um "ateísmo no Cristianismo", que se explicita no momento em que Bloch estabelece o confronto entre a "estrutura utópica do pensamento de Marx" e a "teologia cristã da história".

Como se poderia formular sinteticamente esse "ateísmo no Cristianismo", alicerçado numa visão utópica? Lima Vaz sintetiza assim esse fato: "(...) a tentação utópica presente ao longo da tradição cristã apresenta-se hermeneuticamente como uma forma de leitura materialista do mistério da Encarnação (...), no sentido de que quebra, em favor da imanência, a tensão entre a Liberdade absoluta de Deus que irrompe na história e a liberdade contingente do homem assumida pelo Verbo no mistério teândrico. A politização da cristologia parece a prova mais evidente desse derivar materialista da reflexão teológica capturada nas linhas de força do pensamento utópico (...)" [Vaz, 1984: 13-14].

A tentação do pensamento utópico não é nova, aliás, no contexto da teologia cristã. O próprio padre Vaz dedicou especial atenção ao estudo do "joaquimismo" desenvolvido pelo teólogo Henri de Lubac [1979/1981], na resenha dedicada a uma das mais interessantes obras do pensador católico [Vaz, 1983: 85-87]. De outro lado, análise crítica do messianismo político foi desenvolvida por mim em alguns trabalhos em que salientei a influência dessas idéias na mais nova forma de clericalismo ensejada na América Latina pela Teologia da Libertação [Vélez, 1982: 10-19; 1983: 31-61; 1984: 343-354; 1984: 104-153].

Para Lima Vaz não há dúvida de que o cerne do pensamento de Marx -- em que pese as repetidas exclamações de admiração do padre diante do "humanismo" e da pretendida cientificidade do escritor alemão -- se insere integralmente na trilha do utopismo messiânico joaquimiano. Marx, segundo o padre Vaz, "(...) representa a forma mais radical de joaquimismo secularizado, a expressão mais rigorosa da utopia no sentido

estrito, forjando, com o poder de seu gênio, a cadeia infrangível que liga materialismo, ateísmo e utopia" [Vaz, 1984: 18]. Lembrando uma célebre página da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, Lima Vaz frisa que "(...) o reino da liberdade absoluta ou a cidade da igualdade perfeita converte-se dialeticamente no reino da absoluta servidão ou do Terror" [Vaz, 1984: 18]. O levita vai mais longe: lembra, parafraseando a Instrução do Vaticano, que "Coube ao nosso século fazer, em proporções nunca vistas, essa terrível experiência histórica (...). O projeto utópico, testemunhando a grandeza do homem, constitui-se para ele no risco supremo de perda de sua humanidade, quando acidentes históricos tornam possível o estabelecimento da *Utopia no poder*. Foram alguns desses *acidentes históricos* que fizeram crescer, na terra cruel do *Gulag*, os germes utópicos do pensamento de Marx, sufocando sua autêntica raiz humanista" [Vaz, 1984: 18].

Não poderia sair da pena do padre Vaz condenação mais rotunda do humanismo marxiano. Marx, portador dos "germes utópicos" implícitos na crença na possibilidade de instauração da racionalidade total na cidade humana, terminaria ensejando, no terreno fértil de "acidentes históricos" (que outra coisa não são do que as famigeras revoluções libertadoras de inspiração marxista-leninista), a incrível realidade da "Utopia no poder", paradigma de todos os anti-humanismo, toda vez que instauradora do regime do poder total e do terror, tão bem caracterizado na literatura política do século XX por autores como Hannah Arendt [cf. 1951] ou Karl Wittfogel [cf. 1977]. A diatribe do padre jesuíta contra o utopismo de Marx e dos marxistas corresponde, aliás, (preservadas, é certo, as regras da coerência lógica), a um *mea culpa* do autor pelo "acidente histórico" que o compromete com a esquerda totalitária [cf. Paim, 1979 e 1982. Cf. também Löwy e García-Ruiz, 1997: 9-32].

À luz do anterior, não podemos entender como o padre Vaz chega a afirmar, na parte final do seu artigo, que "Marx tem seu lugar assegurado na grande tradição do humanismo ocidental" [Vaz, 1984: 18]. Não podemos entender, outrossim, a afirmação de Lima Vaz [1983: 7] no sentido de que "(...) o grande sopro humanista que atravessa a obra de Marx deveria bastar para elevar a sua herança bem alto sobre as baixas e irrespiráveis planícies do totalitarismo", como se este "acidente histórico" não decorresse (do ponto de vista do seu conteúdo ontológico) dos germes utópicos do messianismo marxiano. O grande pecado de Marx, a sua *hybris*, consistiu justamente no que hamletianamente o padre Vaz considera, escrevendo em tom utopista, "a sua lição mais alta", ou seja: "ler a história a partir do engendramento criador do homem por si mesmo" [Vaz, 1983: 7].

Maquiavelismos epistemológicos à parte, a análise empreendida pelo padre Lima Vaz no artigo comentado neste capítulo, oferece importantes pontos de reflexão para os que esperam coisas demais da Teologia da Libertação. Num ponto este fenômeno pode ser considerado positivo: no fato de ter ensejado análises como as que vêm aparecendo recentemente, que desmascaram o conteúdo utopista e o messianismo político da famigerada Teologia e tiram qualquer legitimidade intelectual às novas modalidades de clericalismo revolucionário, que se revelou como uma forma vulgar do mais canhestro dogmatismo.

5) Do Reino da Utopia ao Narco-Estado: os descaminhos da Teologia da Libertação.- Inserida numa perspectiva imanentista que lhe tira qualquer resquício transcendente, a Teologia da Libertação ficou ao relento no convulsionado final de milênio, frágil discurso político passível de ser cooptado pelas mudanças temporais sofridas pelas religiões civis. Se ao longo da segunda metade do século XX a mencionada Teologia se aproximou do Marxismo – Leninismo, já no final do século, notadamente após a queda do Muro em 1989, ela caiu nos braços do pragmatismo temporal em que descambaram as ideologias salvacionistas. Perdida a mesada soviética, os novos Messias precisavam de fundamento monetário para manter vivas as suas crenças. Eis que, por uma perversa coincidência, em que se situa primeiro Fidel Castro e o general Ochoa (este último injustamente fuzilado pelo ditador cubano quando ficou evidente demais a conexão de Fidel com o Cartel de Medellín), os revolucionários barbudos abriram as portas para os dinheiros quentes dos cartéis colombianos, como forma de cobrir o rombo da ajuda do Kremlin que sumiu de uma hora para outra. O discurso de Fidel inseria-se no contexto da *Realpolitik* de Pedro o Grande: utilizar quaisquer métodos para enfraquecer o inimigo. Ora, dizia Fidel, “poremos os gringos de joelhos pelas narinas”. A droga que fartamente era oferecida pelo Cartel de Medellín seria a nova moeda revolucionária que, de um lado, contribuiria para fazer apodrecer mais rapidamente o inimigo yankee e, de outro, garantiria as divisas de que precisava a combalida economia cubana, servindo, além do mais, para financiar os movimentos revolucionários. De outro lado, perdida a ilha caribenha que os mafiosos colombianos tinham como entreposto para a droga que exportavam para os Estados Unidos (em decorrência da imprevidência de um deles, Carlos Lehder, posteriormente entregue por *don Pablo* à DEA), a ilha de Fidel seria um excelente ponto de apoio para a comercialização dos narcóticos destinados aos mercados americano e europeu.

Estava processada nos laboratórios do messianismo político cubano a estranha mistura entre Teologia da Libertação e Narcotráfico. Como o fim almejado pelos teólogos libertadores era a implantação, a qualquer preço, do socialismo marxista, seria bem vindo o narcotráfico se ele servisse para acelerar o processo revolucionário. Os teólogos libertadores passaram, em decorrência das novas premissas, a não enxergar o perigo representado pelos cartéis da coca. O próprio don Pablo, em Medellín, desfraldava bandeiras revolucionárias, usando um linguajar de luta de classes dos descamisados contra os oligarcas, sendo ele o líder da guerra libertadora. Não estranha, assim, que nos anos 90, a guerrilha colombiana herdeira do discurso libertador, notadamente as FARC de *Tirofijo*, essencialmente pragmáticas, tivessem se aproximado sem escrúpulos dos chefões do narcotráfico, a fim de financiar as suas atividades revolucionárias com os *dineros calientes* provenientes da exportação de cocaína para os Estados Unidos e a Europa. As FARC foram a primeira organização guerrilheira que se dispôs a aceitar os novos financiadores. O Exército de Libertação Nacional, fundado pelo sacerdote espanhol Manuel Pérez (que se alinhou com a luta armada já na sua época de professor no Seminário Intermisional de Bogotá), viria depois. Inicialmente, os *elenos* manifestaram a sua oposição às negociações com os narcotraficantes. Mas, após a morte do *cura* Pérez, a tarefa viu-se facilitada, graças à cooptação que *Tirofijo* passou a exercer sobre os novos chefes do ELN. Consolidou-se a realidade do Cartel da Narcoguerrilha, que hoje domina o panorama colombiano [cf. Villamarín, 1996], e que estende os seus braços até o Brasil, através de

Fernandinho Beira-Mar e alguns *intelectuais* do governo Lula, como frei Beto, aberto defensor do alinhamento cego do PT com Castro e com a sua estratégia revolucionária para o Continente sul-americano [Beto, 1985]. Não é de hoje, aliás, a contribuição de frei Beto e de outros assessores do Lula, no sentido de mascarar as relações entre as FARC e os cartéis da cocaína, forçando a barra para que esse grupo delinquente não seja declarado terrorista pelo governo brasileiro.

A respeito do total alinhamento de frei Beto, um dos principais teóricos da Teologia da Libertação no Brasil, com o castrismo, escreveu recentemente Gilberto de Mello Kujawski na sua coluna no *Jornal da Tarde* de São Paulo, destacando, ao mesmo tempo, o anacronismo do assessor petista: "Pregar a revolução hoje, como fazem frei Beto e os adeptos da Teologia da Libertação, é o mesmo que pretender partir para a Guerra dos 30 Anos. Em primeiro lugar, porque vivemos num tempo em que o extremismo está cada vez mais reduzido e isolado, feito atributo, atualmente, dos terroristas e dos grupos guerrilheiros. O clima dominante hoje é o da conciliação entre os extremos (por exemplo, entre o capital e o trabalho, o masculino e o feminino, e até entre o global e o regional). Posições intolerantes como as que desgraçam o Oriente Médio, ou que determinaram a intervenção militar unilateral dos Estados Unidos no Iraque, provocam tanto escândalo porque estão na contramão da História. Em segundo lugar, a revolução ficou anacrônica em razão do seu sucessivo e sistemático fracasso. Todas as revoluções destinam-se ao insucesso, e quando não falham estrepitosamente é porque restabelecem os laços desfeitos com a ordem estabelecida, a exemplo da Revolução Francesa, ou da Revolução Chinesa que fez as pazes com o mercado. Por ocasião do Congresso da Internacional, realizado em outubro (de 2003) nesta capital, a neta do revolucionário Zapata, Margarida Zapata, declarou que não acredita mais na luta armada (...). Frei Beto e os crentes na Teologia da Libertação insistem em apontar a Revolução Cubana como símbolo de redenção para toda a América Latina. Frei Beto atribui o regime de terror e opressão em Cuba ao *bloqueio imposto pelo governo dos Estados Unidos*, isenta Fidel Castro de responsabilidade pelas recentes execuções que revoltaram o mundo, e desculpa a omissão de Lula na defesa dos direitos humanos em sua última viagem a Cuba. Explica que Lula tratou do caso com Fidel, em caráter privado. *Dois presidentes têm o direito de abordar temas que não precisam, necessariamente, chegar ao conhecimento da mídia*. Quer dizer, o cenário próprio da política não é mais o espaço público, e sim o domínio reservado do compadrismo, dos conchavos e das confidências auriculares. Sem comentários. Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Beto, alimenta tanta fé na Revolução Cubana e no ditador caribenho, seu amigo pessoal, de quem recebe, regularmente, caixas de charutos, que faria bem em mudar seu nome para *Carlos Alberto Libânio Castro*. Ele está mais perto de Fidel Castro do que de Jesus Cristo" [Kujawski, 2003: 2].

6) Novo clericalismo e Narco-Estado.- Se o Fundamentalismo constitui, no mundo globalizado, uma das formas mais evidentes de terrorismo que amedronta as nações civilizadas, notadamente após os trágicos acontecimentos do dia 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, o Narcoterrorismo é o tipo mais latino-americano de atentado contra o convívio democrático e o equilibrado desenvolvimento das sociedades. O Narcoterrorismo, na forma em que foi concebido e organizado por Pablo Escobar, na Colômbia dos anos 80, deflagrou uma guerra sem

quartel contra todo aquele que se opusesse ao negócio da droga. Constitui uma forma extremadamente agressiva de patrimonialismo selvagem, que privatiza tudo em função da atividade criminosa. A sociedade civil, as instituições governamentais, o direito, a religião, tudo deve ser cooptado pela empresa do tráfico.

O Narcoterrorismo pressupõe uma estrutura rigorosamente piramidal do poder, estando na cúpula o chefe dos chefes, o *capo di tutti capi*. Mas, diferentemente da Máfia italiana, deixa de ser uma organização familiar, para constituir uma autêntica empresa multinacional, com rigorosa distribuição de funções e aplicação racional dos bilhões de dólares ganhos nas múltiplas transações. O Narcoterrorismo é, outrossim, uma máquina de guerra, com exércitos a seu serviço, como testemunha o atual conflito colombiano, em que a narcoguerrilha e os paramilitares cooptaram os barões da coca e da heroína. Os subversivos passaram a financiar as suas atividades criminosas com os bilhões de dólares que lucram com o comércio de estupefacientes. Os novos chefes colombianos são os comandantes das FARC/ELN e dos paramilitares.

Para se ter uma idéia do perigo que essas organizações armadas representam na América Latina, em relação ao convívio democrático e ao desenvolvimento, lembremos que o Presidente Pastrana entregou às FARC, no início de 1999, uma área equivalente a 40 mil quilômetros quadrados, situada no centro/sul do país. A partir dessa base territorial ampla, os guerrilheiros organizaram um Estado subversivo, hoje denominado de *República das Farc*, a partir do qual passaram a deflagrar golpes violentos contra o resto do território colombiano, com a finalidade de alargar a sua área de dominação. Os serviços secretos norte-americanos realizaram um rigoroso monitoramento desse novo Narco-Estado. Parte desse trabalho de inteligência foi divulgado pelos jornalistas Steven Ambrus e Joe Contreras, da Revista *Newsweek* em 1999. Saindo da *zona de distensão* (nome eufemístico dado por Pastrana ao Narco-Estado), 3 mil guerrilheiros atacaram 13 cidades do sul do país, na fronteira com a Venezuela e com o Brasil, no final de outubro e início de novembro de 1999. A *República independente das FARC* preocupa aos assessores de política internacional norte-americana, pois se trata "de um novo Estado fora da lei, armado, perigoso e financiado com dinheiro da droga, deitando raízes no coração da América do Sul". A zona desmilitarizada, consideram os jornalistas, "converteu-se numa fortaleza a partir da qual os 15 mil guerrilheiros das FARC podem lançar ataques ao longo do país, armados com mísseis terra-ar e com milhares de fuzis de assalto recém comprados da antiga Alemanha Oriental, contando, outrossim, com a sua própria força aérea, pequena mas crescente". Segundo um general colombiano, as FARC adquiriram pelo menos oito helicópteros e fontes de inteligência informam que também compraram umas duas dúzias de mísseis terra-ar SAM-12. Essas mesmas fontes revelaram que os guerrilheiros contrataram assessores militares da Nicarágua e El Salvador, bem como terroristas chilenos e argentinos e especialistas em explosivos iranianos. O artigo da *Newsweek* termina assim: "Com 37 pistas de pouso à sua disposição dentro da zona desmilitarizada, os rebeldes oferecem agora um serviço de correio rápido que transporta cocaína processada a qualquer lugar do país".

A empresa da narcoguerrilha produziu um efeito importante do ângulo cultural: ensinou a corrupção do messianismo político em que se alicerçava a Teologia

da Libertação, aliada tradicional dos primeiros movimentos guerrilheiros de inspiração marxista. O arrazoado inicial, no entanto, foi elaborado por Fidel Castro, quando considerou que qualquer meio seria válido (inclusive o tráfico de entorpecentes), para fazer triunfar a revolução socialista e derrubar o imperialismo norte-americano. Esse raciocínio foi desenvolvido pelo Comandante já em 1982, quando autorizou os primeiros negócios entre empresas cubanas de fachada e os cartéis colombianos da coca, como deixou bem documentado o jornalista Andrés Oppenheimer, no seu clássico livro intitulado *Castro's final hour (La hora final de Castro)*, 1992), que lhe valeu o Prêmio Pulitzer.

Três importantes agentes da política exterior de Castro, o coronel Tony De La Guardia e os generais José Abrantes e Arnaldo Ochoa, foram os incumbidos de pôr em prática essa ousada política, que tinha como finalidade abrir uma importante fonte de divisas para o financiamento das atividades estratégicas de Cuba no cenário africano e no plano latino-americano, como meio de manter viva a chama revolucionária, coisa que lhe possibilitaria ao governo de Havana negociar um *status* mais importante, no novo cenário mundial que se desenhava com o declínio da União Soviética e a ascensão dos Estados Unidos ao plano de única superpotência do Planeta. Os três oficiais mencionados desenvolveram, entre 1986 e 1988, eficiente política de colaboração com os cartéis colombianos da coca, tendo os emissários cubanos se entrevistado pessoalmente, em Medellín, com o capo Pablo Escobar. A cidade de Panamá foi o ponto ideal para sediar a empresa de fachada que daria cobertura à empreitada dos narcóticos. Cubanos e colombianos poderiam circular à vontade nessa cidade e lavar os dólares das transações, sob a proteção do general Noriega, um notório colaborador dos narcotraficantes colombianos e dos emissários do governo de Havana. O negócio passou a se concretizar da seguinte maneira: a droga era transportada de avião desde a Colômbia até Cuba, e daí era conduzida por experientes contrabandistas, em lanchas rápidas, até a Flórida, sendo despejada nas enseadas, acondicionada devidamente em sacos plásticos, para que os traficantes locais a fizessem chegar aos consumidores. O negócio ia de vento em popa até os americanos suspeitarem da empreitada e infiltrarem agentes da DEA entre os contrabandistas. Quando o governo americano estava prestes a denunciar a colaboração de Castro com o narcotráfico, o Comandante pôs fim à empresa, mandando ao *paredón* o general Ochoa e o coronel De La Guardia, como traidores à revolução cubana e narcotraficantes. Abrantes, muito próximo de Castro pelo fato de ser ministro de Estado, foi poupado inicialmente da pena de morte, tendo sido condenado à prisão e assassinado na penitenciária pouco tempo depois [Oppenheimer, 1992: 43-135].

De outro lado, don Pablo Escobar também justificou a empresa do narcotráfico como algo legítimo, em termos bastante folclóricos, com as seguintes palavras: "As drogas são o segundo negócio mais grande do mundo depois do mercado sujo das armas (que é monopólio dos países nórdicos). O petróleo apenas ocupa o terceiro lugar. Se os nórdicos podem praticar o seu negócio e ninguém vê imoralidade nisso, por que os pobres não podem fazer a sua própria *fezinha*?" [Escobar, 1990: 31].

Esses arrazoados tiveram resultados concretos. No momento em que as guerrilhas colombianas ficaram privadas do suporte financeiro que lhes era garantido

por Moscou, passaram a financiar as suas atividades com extorsão e seqüestro. Isso se deu no início dos anos 90. Já no final da década estava por todos assimilada a idéia de que o narcotráfico seria aceitável como forma de garantir a sobrevivência da atividade guerrilheira. No início, foram as FARC as que primeiro se abriram aos dinheiros "calientes" da droga. Depois, o próprio Exército de Libertação Nacional aderiu a essa forma de financiamento. O certo é que, desde o começo, ambos os movimentos guerrilheiros adotaram uma posição pragmática: os fins (o estabelecimento de uma ditadura marxista) justificam os meios (se isso não se faz com o dinheiro da antiga União Soviética, sejam bem-vindos os dólares da cocaína e da papoula).

Segundo estudo realizado pela revista colombiana *Semana* em julho de 1992, os ingressos do ELN em 1991 provinham de três atividades ilícitas: seqüestros, extorsão (praticada sobre mineradoras de ouro e de carvão, empresas exploradoras de petróleo, criadores de gado, comerciantes e industriais) e apropriação de recursos do orçamento nacional. Já os ingressos das FARC, nesse mesmo ano, provinham das seguintes práticas criminosas: seqüestros, extorsão (praticada mais ou menos sobre as mesmas vítimas do ELN) e impostos sobre o narcotráfico (mediante o pagamento dos produtores de coca e de heroína de uma porcentagem do lucro obtido com o comércio de narcóticos). Para o final da década dos noventa, tanto FARC quanto ELN passaram a montar os seus próprios cartéis da droga, como forma principal de financiamento, sem que tivessem sido abandonadas as outras práticas criminosas. Do ângulo do discurso da Teologia da Libertação, o padre-guerrilheiro Manuel Pérez passou a abençoar qualquer prática criminosa que garantisse a sobrevivência do seu movimento guerrilheiro, o ELN, notadamente após ter recebido da empresa alemã Mannesmann (como "vacina" para que não fossem seqüestrados os funcionários dessa empresa), em 1985, 4 milhões de dólares, que tiraram do vermelho a organização guerrilheira [cf. "Mannesmann, el primer negocio", *Semana*, no. 760, dezembro de 1996]. Destaquemos um detalhe importante: a partir do final da década dos 80, as organizações guerrilheiras colombianas, que antes lutavam nas áreas mais pobres do país, passam, rapidamente, a ocupar os centros rurais mais ricos, ali onde há campos de petróleo, minas ou agroindústria mais desenvolvida. Essa foi uma decisão estratégica para compensar o corte da mesada soviética [cf. "El gran negocio de la guerrilla", *Semana*, no. 531, julho de 1992, p. 26-32].

No caso brasileiro, os arrazoados heterodoxos dos Teólogos da Libertação acomodaram-se à peculiar realidade dos movimentos contestatários do nosso país. Invariavelmente a Pastoral da Terra passou a abençoar as "apropriações compensatórias" feitas pelos Sem-Terra nas invasões costumeiras de fazendas produtivas no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Minas Gerais, em Pernambuco, etc. Diríamos que a retórica libertadora não avançou tanto quanto a cubana ou a colombiana. Se no país vizinho os Teólogos da Libertação, como o padre Manuel Pérez, não duvidaram em abençoar os narconegócios da guerrilha e um eventual Narco-Estado que lhes garantisse a sobrevivência, no Brasil não deixaria de acontecer isso, se a nossa realidade social se convulsionasse até o ponto de surgirem movimentos insurgentes como os das FARC e do ELN. É clara, do ângulo dos Teólogos da Libertação no Brasil, a simpatia para com os narcoguerrilheiros. Isso ficou claro em várias oportunidades, como quando da reunião do Primeiro Foro de São Paulo, lá no início dos anos oitenta, ocasião em que Dom Pedro Casaldáliga, em

verdadeiro ato de liturgia libertadora, vestiu extasiado, no palco do teatro da PUC, o uniforme que um guerrilheiro centro-americano lhe presenteou na ocasião.

O negócio da morte ensejado pelo tráfico de drogas alimenta-se da cultura patrimonialista, que impediu a formação do conceito de bem público. Os Teólogos da Libertação, em que pese as evidentes contradições em que incorrem, possuem ainda grande capacidade de mobilização de massas indigentes no Brasil, como se tem observado a partir das inúmeras invasões dos Sem-Terra, guiados pela Pastoral da Terra. Não nos iludamos: os novos Teólogos (pragmáticos) da Libertação não terão nenhuma dificuldade em se acomodar a um Narco-Estado que lhes garanta a preeminência social e as benesses, numa nova forma de clericalismo a serviço da revolução movida a coca, como já aconteceu com os sacerdotes-guerrilheiros colombianos. No fundo da opção pelos *dineros calientes* está, como já foi salientado, a ética totalitária que serve de chão axiológico para as decisões dos novos messias. Na busca da realização do ideal comunista, qualquer meio é válido, até utilizar os dividendos do narcotráfico. Questões como direitos humanos não devem atrapalhar o andamento da política real. Lembremos a propósito o pedido da esposa do jornalista cubano condenado por Fidel a 20 anos de cadeia por emitir opiniões, que foi solenemente desconhecido por frei Beto no final de setembro de 2003, alegando a amizade dele com o ditador cubano. Ou as esfarrapadas razões apresentadas pelo religioso brasileiro, para não condenar o fuzilamento sumário de três jovens que pretenderam fugir da Ilha. A alegação do funcionário do PT era de que não se deveria dar palpite em briga de família. Assistimos, portanto, ao esdrúxulo casamento entre o neo-clericalismo dos Teólogos da Libertação e a ascensão do Narco-Estado na América Latina, sendo a República das FARC a canoa furada em que embarcaram os novos messias.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO III

ANDRÓNOVA, Valentina [1980]. "Lucha por la Teología de la Liberación". In: *América Latina*, Moscou - Academia de Ciências da URSS.. Vol. 34, no. 10: p. 47 seg.

ARENDT, Hannah [1951]. *The origins of Totalitarianism*. 1a. edição. New York: Hartcourt/Brace & Co.

BARBUY, Heraldo [1977]. *Marxismo e Religião*. 2a. Edição. São Paulo: Convívio.

BETO, Frei (Carlos Alberto Libânio Christo) [1985]. *Fidel e a religião. Conversas com Frei Beto*. São Paulo: Brasiliense.

BLANSHARD, Paul [1952]. *Communism, Democracy and Catholic Power*. London: Jonathan Cape.

BRAGA, Teófilo [1898]. *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Real das Ciências. Vol. III.

CARDENAL, Ernesto [1979]. "Cuando termine la lucha volveré a la poesía". In: *América Latina*. Moscou - Academia de Ciências da URSS. Vol. 22, no. 2: p. 178 seg.

CARVALHO, Laerte Ramos de [1978]. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/Edusp.

CUMERLATO, Corine e Denis ROUSSEAU [2001]. *A ilha do doutor Castro: A transição confiscada*. (Tradução de Paulo Neves). São Paulo: Peixoto Neto.

ESCOBAR, Pablo [1990]. "Los papeles de Escobar: apuntes para un libro impersonal". In: *Semana*, Bogotá, no. 426 (Julho 24 a 31 de 1990): pg. 26-32.

FAORO, Raymundo [1958]. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 1a. Edição. Porto Alegre: Globo, 2 vol.

FIGUEIREDO, Fidelino de Souza [1959]. *As duas Espanhas*. Lisboa: Guimarães.

GRIGULÉVICH, José [1980]. "La Iglesia latinoamericana en el umbral de los años 80". In: *América Latina*. Moscou - Academia de Ciências da URSS. Vol. 34, no. 10: p. 31 seg.

GUEVARA, Ernesto "Che" [1977]. *Obras Escogidas*. Madrid: Fundamentos, 2 vol.

HERCULANO, Alexandre [1914]. *História de Portugal*. Lisboa: Aillaud & Bertrand, vol. I.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello [2003]. "Anacronismo das Revoluções". In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, (edição de 21 de novembro de 2003): caderno 1, pg. 2

LEPARGNEUR, Hubert [1979]. *Teologia da Libertação*. São Paulo: Convívio.

LÖWY, Michaël e Jesús GARCÍA-RUIZ [1997]. "Les sources françaises du christianisme de la libération au Brésil". In: *Archives des Sciences Sociales des Religions*. Paris, no. 97, (janeiro-março): p. 9-32.

LUBAC, Henri de [1979]. *La Posterité Spirituelle de Joachim de Flore. I- De Joachim à Schelling*. Paris: Lethielleux-Namur. Culture et Vérité.

LUBAC, Henri de [1981]. *La Posterité Spirituelle de Joachim de Flore. II- De Saint-Simon à nos Jours*. Paris: Lethielleux-Namur. Culture et Vérité.

OPPENHEIMER, Andrés [1992]. *La hora final de Castro: La historia secreta detrás de la inminente caída del comunismo en Cuba*. (Tradução ao espanhol de Aníbal Leal). Bogotá / Buenos Aires: Javier Vergara Editor. (Prêmio Pulitzer).

PAIM, Antônio [1978] *A querela do estatismo*. 1a. edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PAIM, Antônio [1979] (Organizador). *Liberdade Acadêmica e Opção Totalitária*. Rio de Janeiro: Artenova.

PAIM, Antônio [1982]. *A opção totalitária*. 1a. Edição. Brasília: Universidade de Brasília. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1994.

RANGEL Suárez, Alfredo [1999]. *Colômbia: Guerra en el fin de siglo*. 4a. Edição. Bogotá: Tercer Mundo/Universidad de Los Andes.

ROMANO, Roberto [1979]. *Brasil: Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós.

SEMANA [1992]. "El gran negocio de la guerrilla". In: *Semana*, Bogotá, no. 531 (Julho 7 a 14 de 1992): pg.26-32.

SEMANA [1996]. "El primer negocio". In: *Semana*, Bogotá, no. 760 (26 de Novembro a 2 de Dezembro de 1996): pg. 62.

SEMANA [1996]. "La conexión alemana". In: *Semana*, Bogotá, no. 760 (26 de Novembro a 2 de Dezembro de 1996): pg. 40-60.

TOCQUEVILLE, Alexis de [2003]. *Ensaio sobre a pobreza - Estudos sobre os paradoxos da pobreza e da desigualdade em países em desenvolvimento*. (Apresentação de José Osvaldo de Meira Penna; introdução de Gertrude Himmelfarb; análises críticas de André Andrade, Mário Guerreiro, Ricardo Vélez Rodríguez e Arno Wehling; tradução de Juliana Lemos). Rio de Janeiro: UniverCidade.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima [1983a]. "Resenha da obra de Henri de Lubac, *La Posterité Spirituelle de Joaquim de Flore*". In: *Síntese*, Belo Horizonte, vol. X, no. 27 (janeiro-abril): p. 85-87.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima [1983b]. "Um centenário: Karl Marx". In: *Síntese*, Belo Horizonte, vol. X, no. 27 (janeiro-abril): p. 7 seg.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima [1984]. "Cristianismo e pensamento utópico: a propósito da Teologia da Libertação". In: *Síntese*, Belo Horizonte, vol. X, no. 32 (setembro-dezembro): p. 5-19.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1978]. *Liberalismo y conservatismo en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1982]. "Teologia da Libertação e tradição despótica". In: *Convivium*, São Paulo, vol. 25, no. 1 (Janeiro/fevereiro): p. 10-19.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1983]. "Messianismo político e Teologia da Libertação". In: *Communio*, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 12 (novembro/dezembro): p. 31-61.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1984a]. "Politischer Messianismus und Theologie der Befreiung". In: *Internationale katholische Zeitschrift Communio*, Padernborn, no. 4: p. 343-354.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1984b]. "Teologia da Libertação e Ideologia Soviética". In: *Communio*, Rio de Janeiro, vol. 3 no. 14 (março/abril): p. 104-153.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1998]. *A Democracia Liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarin.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1999]. "François Guizot e a sua influência no Brasil". In: *Carta Mensal*. Rio de Janeiro, vol. 45, no. 536: p. 41-60.

VILLAMARÍN Pulido, Luis Alberto [1996]. *El Cartel de las FARC*. Bogotá: Edições El Faraón.

WITTFOGEL, Karl [1977]. *Le Despotisme Oriental: Étude Comparative du Pouvoir Total*. (Tradução do inglês de M. Pouteau). Paris: Minuit.

ZANCANARO, Antônio Frederico [1994]. *A corrupção político-administrativa no Brasil*. (Apresentação de Ricardo Vélez Rodríguez). São Paulo: Editora Acadêmica.

ZEA, Leopoldo [1976]. *El pensamiento latinoamericano*. 3a. Edição. Barcelona: Ariel.

Capítulo IV - COLÔMBIA: UMA GUERRA CONTRA A SOCIEDADE

A melhor forma de caracterizar o conflito que aflige aos colombianos seja talvez afirmar que é uma guerra contra a sociedade. Não se trataria, em sentido estrito, de uma guerra civil (em que uma parte da sociedade briga contra outra, ou em que a sociedade se encontra dividida em várias facções que lutam entre si). O conflito no país vizinho é protagonizado por minorias (guerrilheiros, narcotraficantes e paramilitares) que lutam entre si e contra as Forças Armadas, ficando os 40 milhões de colombianos como reféns dessa briga. Aí radica o dramatismo da situação dos nossos irmãos, no meio de uma guerra que a maioria não quer, mas que lhes tem sido imposta por minorias de fanáticos e facínoras. É evidente que as causas da guerra que hoje enfrenta a Colômbia têm raízes de longa data na história do país. Mas o sentimento dos cidadãos é o de que a guerra atual é um desastre que desabou sobre as cabeças de todos. Talvez aí, nesse fatalismo, radique uma das causas do problema. Desenvolverei neste capítulo quatro pontos: 1) estudos sobre a guerra, 2) estrutura e dinâmica do conflito, 3) a opinião pública em face da guerra e 4) saídas para o conflito e riscos para o Brasil.

1) Estudos sobre a guerra.- O conflito colombiano tem dado ensejo a volumosa bibliografia, que revela a crescente preocupação dos intelectuais e das organizações internacionais. Praticamente tem sido abordados todos os aspectos relacionados à guerra, desde as variáveis econômicas e políticas, passando pelas culturais, as jurídicas e levando em consideração, também, a repercussão internacional do fenômeno. Há até um *boom* literário dos anos noventa, no que respeita a uma nova narrativa em torno ao conflito. Um exemplo disto é o escritor Jorge Franco, cuja obra *Rosario Tijeras*, que retrata a destruição do tecido social colombiano ensejada pela narco-guerrilha, constitui hoje um *best seller*. Outros autores novos que giram ao redor da mesma temática são Lina María Pérez Gaviria (ganhadora do Prêmio Internacional de Contos "Juan Rulfo"), Miguel Ángel López (premiado pela Casa de las Américas de Cuba), Héctor Abad Faciolince (ganhador do prêmio Casa de América de Narrativa Inovadora) e Juan Felipe Robledo (ganhador do Prêmio Internacional Jaime Sabines, do México). Esse *boom* literário é acompanhado, também, por um grande surto de criatividade no plano do cinema. Apenas para lembrar um dos diretores mais premiados (recebeu a Palma de Ouro em Cannes), citarei o nome do jovem Victor Gaviria, que dirigiu os filmes *Rodrigo D* e *La vendedora de rosas*, verdadeiras epopéias dos jovens heróis-vítimas do submundo criado pela luta armada colombiana.

No terreno dos estudos sociológicos e políticos recentes, poderia mencionar os seguintes: de Hernando Gómez Buendía (organizador) *Para dónde va Colombia?* [1999]; do general Rosso José Serrano, *Jaque mate* [1999]; de Alfonso Monsalve e Eduardo Domínguez (organizadores) *Colombia: democracia y paz* [1999]; de Hermes Tovar Pinzón, *Colombia: droga, economía, guerra y paz* [1999]; de Alfredo Rangel Suárez, *Colombia: guerra en el fin de siglo* [1999]; de Alvaro Camacho, Andrés López e Francisco Thoumi, *Las drogas: una guerra fallida* [1999]; de Francisco Javier Barreto

(organizador), *La otra guerra: el derecho como continuación del conflicto y lenguaje de la paz* [1999].

A revista francesa *Problèmes d'Amérique Latine*, no número 34 do ano passado, publicou sob o sugestivo título de "Colombie: une guerre contre la société" (que inspirou a manchete deste ensaio), cinco artigos de grande atualidade: de Daniel Pécaut, "Colômbia, uma paz inatingível"; de Camilo Echandía Castilla, "A guerrilha colombiana: condições objetivas e estratégias de uma expansão"; de Fernando Cubides, "Colômbia: a violência dos paramilitares"; de Adolfo León Atehortúa Cruz, "Colômbia: o lugar do exército no conflito político armado" e de Mauricio Rubio, "Colômbia: grupos armados e justiça penal". Este ensaio alicerça-se nessa bibliografia, bem como em recentes artigos e informes da imprensa (tirados especialmente dos boletins da Agência France Presse, dos jornais *El Tiempo* e *El Espectador* de Bogotá e *El Colombiano* de Medellín, bem como das revistas *Semana*, publicada na capital colombiana, *Época*, editada em São Paulo e *América Economía*, publicada em Santiago do Chile).

2) Estrutura e dinâmica do conflito.- O conflito colombiano constitui, hoje, uma das principais preocupações estratégicas dos Estados Unidos. Segundo dados do Centro de Estudos sobre Conflitos da Universidade do Rosário (Bogotá) e do Sistema Cultural e Informativo do governo dos Estados Unidos (USIS), há quatro prioridades estratégicas para os americanos no mundo pós-guerra fria: Colômbia (pelo risco de desestabilização continental que representa), Nigéria (pois o que suceder nesse país repercutirá no continente africano, dada a sua situação estratégica como uma das principais potências militares da área), Ucrânia (que constitui uma força nuclear cujo comportamento é incerto) e Indonésia (que é a primeira potência militar do Oceano Índico e que enfrenta sérios problemas para conservar a unidade do seu território). Não é por acaso que o governo dos Estados Unidos tenta aprovar no Congresso uma ajuda ao governo colombiano de aproximadamente 1,6 bilhão de dólares, a fim de combater a narcoguerrilha.

As estatísticas acerca do conflito colombiano são deveras assustadoras e revelam a magnitude que atingiu nos últimos dez anos. A Colômbia é hoje o país que possui, dentro das suas fronteiras, o maior número de refugiados de guerra no mundo, segundo dados fornecidos pela Consultoria para os Direitos Humanos (1.900.000 refugiados, dos quais 1.100.000 menores de idade). O conflito armado obrigou, de outro lado, a mais de 500.000 colombianos a se exilarem no exterior. Segundo dados do Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar, 2.000 menores integram as filas guerrilheiras e 3.000 foram incorporados aos grupos paramilitares. De outro lado, o conflito praticamente paralisou a economia do país. Estima-se que o crescimento para 1999 caiu para menos 5 %, ao passo que os restantes países da América Latina ficaram em 0 %, no mesmo período. Do ponto de vista da propriedade da terra, a reforma agrária está paralisada, sendo inexistente, praticamente, uma política agrícola. Tanto a onda dos grandes cartéis da cocaína, nos anos 80, quanto a guerrilha e os paramilitares, nos anos 90, produziram o fenômeno de uma maior concentração. Os grandes proprietários são hoje 13.000, ao passo que aproximadamente 500.000 medianos proprietários possuem a metade da terra registrada. Perambulam pelo país afora milhões de camponeses sem terra e sem trabalho, que constituem, obviamente, a massa de manobra de onde os guerrilheiros e paramilitares extraem as suas forças.

As organizações guerrilheiras contam na sua totalidade com aproximadamente 20.000 homens. As fontes de financiamento delas, após a derrubada do império soviético são constituídas, basicamente, pela comercialização da droga (que lhes garante um lucro de 500 milhões de dólares anuais) e pela extorsão contra os cidadãos, principalmente mediante o seqüestro (há hoje mais de 3.400 seqüestrados, sendo a Colômbia o país campeão mundial nesse tipo de crime). A guerrilha colombiana está fortemente armada com aparelhos modernos fornecidos pela máfia russa, pelo governo sírio e por contrabandistas de El Salvador. O esquema de financiamento para a compra desses materiais bélicos conta, hoje, com a ajuda do ex-ditador da Guiana Holandesa, Dersi Bouterse. As FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) possuem hoje 15 mil homens, distribuídos em 62 frentes concentradas em 7 blocos. O ELN (Exército de Libertação Nacional) conta com aproximadamente 5.000 combatentes distribuídos em cinco blocos, que se subdividem em 32 frentes rurais e 8 urbanas.

A guerrilha colombiana deixou de ser um movimento armado idealista e restrito a algumas localidades rurais. Tornou-se uma empresa bélica pragmática e desenvolveu na última década uma clara estratégia de ocupação do território nacional, a partir da divisão do país. Os guerrilheiros das FARC tornaram-se fortes especialmente na estratégica região ocupada pela Cordilheira Oriental, que passa ao meio do país e na qual está situada a capital, Bogotá. A finalidade dessa estratégia foi dupla: em primeiro lugar, ocupar áreas altamente desenvolvidas nos vales andinos, a fim de garantir o financiamento da atividade guerrilheira mediante a chantagem e o seqüestro de industriais, comerciantes e produtores rurais ricos e remediados. Em segundo lugar, obrigar as Forças Armadas a pulverizar a sua presença. É incrível como o Exército colombiano caiu nessa cilada e hoje encontra-se espalhado em mais de 120 quartéis pelo país afora, que são facilmente atacados pelos guerrilheiros.

A guerrilha colombiana, em conseqüência, ampliou muito a sua atividade econômica e terrorista no país: dos 1.000 municípios colombianos, ela está presente em 650. Nos municípios das regiões sul e sudeste (que limitam com o Brasil, na região amazônica), os subversivos são praticamente a única autoridade que administra justiça, cobra impostos e dirige racionalmente as atividades dos produtores de cocaína e de heroína, tendo garantido o plantio da coca e da papoula, a fim de não depender da matéria prima vinda do Peru e da Bolívia e contando, ao mesmo tempo, com ampla gama de aeroportos não controlados pela Força Aérea. Isso tornou-se possível graças à entrega pelo governo às FARC, no ano passado, de ampla área de 42.000 quilômetros quadrados, que consolidou a balkanização do país em três regiões claramente definidas e tumultuadas: o noroeste, onde dominam os paramilitares, o centro e nordeste, onde ainda tenta governar o Estado e o sul e sudeste, praticamente em mãos dos insurgentes. De outro lado, os 20.000 guerrilheiros, camponeses pobres na sua maioria, não têm de que se queixar, pois cada guerrilheiro recebe ao ano ingressos de aproximadamente 70.000 dólares, soma que equivale a 40 vezes o que ganha um colombiano médio [cf. Agence France Presse, 1997].

Ao financiamento dos guerrilheiros têm contribuído, de forma irresponsável, organizações e empresas multinacionais do primeiro mundo, que passaram a negociar diretamente com os terroristas sem levar em consideração a sua capacidade de destruição. Em relação a este ponto, deve ser dito, com todas as letras, que é uma hipocrisia sem

tamanho os países desenvolvidos condenarem, nos foros internacionais, países do terceiro mundo pelo desrespeito aos direitos humanos e, ao mesmo tempo, apoiarem subrepticiamente movimentos guerrilheiros que desconhecem esses direitos, só para obterem vantagens econômicas. Isso, por exemplo, ocorreu na Colômbia em 1996, quando o governo descobriu que firmas alemãs (no caso, a Mannesman), tinham dado aos guerrilheiros do ELN 4 milhões de dólares, com os quais os elenos do padre-guerrilheiro Manuel Pérez retomaram fôlego para suas ações terroristas. Isso com conhecimento do governo alemão à época [cf. "La conexión alemana", *Semana*, 1996: 40-81].

Sintetizando a estratégia política da guerrilha colombiana, escreve o cientista político Alfredo Rangel, na sua obra *Colômbia: guerra en el fin de siglo*: "No terreno político, a estratégia da guerrilha centrou-se em ocupar o poder local. Dessa forma, se concentrando no domínio dos pequenos poderes municipais, as guerrilhas resolveram a grande contradição em que se debatem atualmente e que consiste em possuir uma grande solidez econômica e uma indiscutível e crescente capacidade militar mas, ao mesmo tempo, uma imensa debilidade na sua capacidade de convocação política nacional. Isso tem sido muito positivo e tem suprido fartamente a carência de um projeto político aceitável e atrativo para as grandes massas urbanas".

As Forças Armadas colombianas contam, na atualidade, com 117.000 homens distribuídos em 5 divisões e 24 brigadas. O custo de manutenção delas corresponde a 11% do orçamento e 3,07% do PIB. O principal problema que enfrentam é o da sua estrutura arcaica, que as tem impedido de responder de forma ágil e eficaz à nova estratégia dos grupos guerrilheiros. A respeito, escreve o cientista político Adolfo León Atehortúa: "A partir de 1995, as forças armadas sofreram derrotas sucessivas em face das FARC. Esta cascata de insucessos manifesta que os militares não estão preparados para levar adiante o combate contra as guerrilhas que são capazes, por sua vez, de juntar simultaneamente numerosos efetivos em múltiplos pontos do território. A sua falta de mobilidade, a carência de equipamentos adaptados a uma guerra moderna, a falta de treinamento dos recrutas, a imprecisão das suas diretrizes, a burocratização da sua gestão, as modalidades de promoção, são outros tantos fatores que pesam na sua eficácia. Nessa situação, não é de estranhar que alguns comandantes locais não tenham encontrado outra solução que delegar aos paramilitares a tarefa de garantir o controle ou a reconquista de certas regiões". Isso se traduz, naturalmente, em freqüentes violações aos direitos humanos.

Nos municípios onde ainda não exercem o controle total, notadamente os do centro e nordeste do país, os guerrilheiros fazem gala do seu pragmatismo e da insensibilidade diante dos direitos humanos. Nessas regiões, excluídos apenas os grandes centros urbanos, os subversivos cobram 10 % do orçamento municipal. Prefeitos ou vereadores que se oponham a essa partilha são banidos ou sumariamente assassinados. O eleitorado dessas regiões passou a ser pressionado pelos guerrilheiros para que votasse, nas últimas eleições municipais, nos candidatos indicados pelas FARC ou pelo ELN. É o fenômeno que os analistas políticos têm caracterizado como "clientelismo armado" ou "salvadorização" da guerra. Exemplo dessa pressão terrorista sobre a sociedade civil, foi o bárbaro assassinato de uma fazendeira de classe média, cometido pelos guerrilheiros das FARC mediante um colar-bomba (com tecnologia aprendida da ETA), em meados de maio deste ano [cf. León 2000: 1-3].

Nas grandes cidades, a fim de que os contribuintes percebam o poder dos subversivos, são sistematicamente dinamitadas torres de energia. É assim como, atualmente, Medellín, Cali e Bogotá sofrem racionamento elétrico. De outro lado, os subversivos organizam sistematicamente reténs nos arredores das grandes cidades, a fim de praticar as chamadas "pescas milagrosas", ou seqüestros. Ninguém sai mais nos finais de semana. O lazer consiste em as pessoas se reunirem em família, ou em ir ao cinema. Fazer turismo interno, é uma aventura que pode sair muito cara ou custar a própria vida. De outro lado, os atentados perpetrados de forma sistemática contra os oleodutos servem para alertar os políticos e a opinião pública contra planos de privatização do setor energético ou petrolífero e para cobrar das multinacionais polpudas "vacinas", que evitariam mais prejuízos. O terrorismo corriqueiro contra a cidadania é o que permite caracterizar a situação colombiana como uma guerra contra a sociedade.

Os paramilitares, por sua vez, contam com um número de aproximadamente 7.000 combatentes, concentrados especialmente na região noroeste do país, embora tenham começado a se deslocar para o centro e para o sul, a fim de se apropriar de ricas regiões hoje sob controle da guerrilha. A característica fundamental dos "paras", chefiados pelos irmãos Castanho (que assistiram ao assassinato dos seus pais pelas FARC, nos anos 80), é que constituem grupos de extermínio extremadamente violentos, que têm como finalidade eliminar comunidades camponesas inteiras suspeitas de darem apoio aos guerrilheiros. As Forças Armadas têm sido acusadas, em repetidas oportunidades, de receberem a colaboração dos "paras" e hoje parece que esse tipo de relação diminuiu consideravelmente, graças à pressão internacional. De qualquer forma, a estratégia de "terra arrasada" dos paramilitares tem produzido êxodos multitudinários de camponeses que engrossam hoje as favelas de Medellín, Cali e Bogotá. No que respeita ao seu financiamento, os "paras" têm se inspirado nos métodos da guerrilha, notadamente utilizando os dinheiros "calientes" dos produtores de coca e heroína, embora na sua fase inicial tivessem recebido apoio de criadores de gado da região do Magdalena Médio.

3) A opinião pública em face da guerra.- Não há dúvida de que a opinião pública colombiana rejeita de forma decidida a violência dos guerrilheiros e dos paramilitares. A rejeição é de tal ordem, que 57 % dos entrevistados pelo jornal *El Tiempo*, no ano passado, aprovaram uma eventual intervenção das Forças Armadas americanas. Nas eleições municipais do ano passado, a grande maioria do eleitorado pronunciou-se em favor da paz. Mas parece não haver clareza acerca dos meios que devem ser postos em prática para conseguí-la. Ou melhor: as pessoas ainda esperam uma solução miraculosa, tipo intervenção dos mocinhos.

Segundo pesquisa desenvolvida pelo matutino liberal *El Espectador* e publicada na edição de 6 de fevereiro do ano em curso, para 78 % dos entrevistados as recentes ações armadas das FARC demonstram que essa organização guerrilheira não quer a paz, e para 80 % dos entrevistados o ELN tampouco a quer. 78 % dos entrevistados considera, de outro lado, que os paramilitares também não buscam a paz. Em relação à pergunta de se o governo deveria conceder ao ELN uma zona de distensão, como fez em relação às FARC, a opinião dos entrevistados foi contrária num 72 %. Esses dados, somados à majoritária desaprovação à gestão de Pastrana (62 %, contra um 31 % que a aprova), mostram que a atual política do governo colombiano está errada e que deveria ser formulada uma nova estratégia em face das ameaças dos insurgentes e dos paramilitares.

4) Saídas para o conflito e riscos para o Brasil.- Cientistas políticos destacam que é possível reverter a situação em que a guerrilha e os paramilitares ganham espaço e acuam às Forças Armadas e aos cidadãos. O primeiro passo seria o governo mudar a sua política de distensão. Haveria, teoricamente, duas alternativas: ou vencer totalmente a guerra, aniquilando as forças insurgentes, o que não seria viável, ou criar condições estratégicas para uma paz negociada, o que seria possível. O governo Pastrana não tem sabido negociar a paz. Daí a sua impopularidade. Ninguém oferece, de mão beijada, a organizações armadas que se deixaram contaminar por práticas criminosas, um monte de regalias, incluindo a zona de distensão, sem ter uma saída para tornar realidade as promessas de paz. É necessário que as Forças Armadas comecem a ganhar a guerra no terreno militar, para que os guerrilheiros e os paramilitares queiram negociar a paz, e para que a sociedade recobre a confiança nas instituições. Essa mudança estratégica implica numa profunda reformulação das Forças Armadas, desburocratizando a gestão, mudando os critérios para promoções a fim de privilegiar quem luta e não quem fica no escritório, modernizando o armamento e profissionalizando o exército, de forma a ter uma organização mais enxuta e ágil. Foi só os Estados Unidos anunciarem em janeiro deste ano a ajuda de 1,6 bilhão de dólares para o governo colombiano combater a narcoguerrilha, e os líderes das FARC mudaram imediatamente o chocho discurso marxista-leninista, dizendo que apoiavam um modelo social-democrata e partiram em comitiva, junto com o negociador oficial, para conhecer esse *modelito* nos países escandinavos, na Espanha e na França. Cinismo guerrilheiro à parte, o fato é que um simples anúncio produziu resultados concretos.

Em segundo lugar, é necessário que a sociedade colombiana reaja, deixando de lado o fatalismo que incorporou ao longo dos últimos anos, como se já tudo estivesse entregue às baratas. Falta, a meu ver, uma bem desenhada campanha de esclarecimento à população acerca da natureza do conflito, a fim de começar o governo a ganhar a guerra também no terreno psicológico. Há resultados positivos: o primeiro, o fato de a polícia, sob o comando do general Rosso José Serrano, ter conseguido desmantelar, ao longo da década passada, os cartéis da cocaína, graças a que a organização policial foi modernizada estrutural e praticamente (como revela com detalhes o general no seu livro *Jaque mate*); o segundo, o fato de o governo colombiano ter conseguido manter funcionando o país, em condições adversas econômica e politicamente, embora de modo precário, mas de forma suficiente como para ganhar o apoio internacional.

A conclusão que podemos tirar no Brasil é a de que não pode haver tolerância com organizações que se situam à margem da lei e que tentam substituir o jogo político partidário e a prática da democracia representativa, por formas de cooptação, sejam elas quais forem. O peso da lei deve cair, sem dó, sobre todos aqueles que atentarem contra as nossas instituições livres. Mantê-las e aperfeiçoá-las é a condição necessária para a paz e a felicidade nossa e das futuras gerações.

Enganam-se redondamente os que pensam que as últimas iniciativas do MST não passam de atos de oposição ao atual governo. Os procedimentos usados pelo Movimento são estratégia de confronto, destinados a desestabilizar as instituições. Não é outra a finalidade da tomada de prédios públicos, da invasão indiscriminada de propriedades rurais (não apenas latifúndios improdutivos, mas também produtivos e até áreas de média extensão cultivadas por camponeses pacíficos), do bloqueio ao trânsito nas estradas, da

intimidação aos que não concordam com as suas táticas, da aliança com os arruaceiros de plantão (como foi observado na recente greve dos caminhoneiros), da retenção de funcionários públicos, das ameaças de bloqueio às vias que escoam os produtos do Mercosul, dos xingamentos às autoridades legitimamente constituídas, da condenação indiscriminada à política do atual governo, etc. É estratégia de confronto tudo isso, sim, inserida na finalidade mais ampla de enfraquecer as instituições democráticas, a fim de abrir caminho para confrontos mais "quentes", com a aparição de grupos armados.

Ora, não sejamos ingênuos, essa foi a estratégia que conduziu, na Colômbia, no México e no Peru, à luta armada que hoje ameaça a estabilidade da democracia nesses países. As guerrilhas, na América Latina, tornaram-se mais pragmáticas que as dos decênios anteriores (romanticamente inspiradas na figura do guerrilheiro-mártir). O que hoje acontece na Colômbia e que tenho ilustrado em vários artigos publicados no *Caderno de Sábado* e no *Caderno de Domingo* do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, é o estágio mais adiantado do que começa a se gestar aqui no Brasil. À arruaça sistemática e macunaímica do MST e dos seus comparsas seguirá a luta armada, já confessada por alguns líderes mais afoitos, com a finalidade de tornar reféns do Movimento populações rurais situadas na periferia (como tem acontecido em El Caguán, na Colômbia, onde as FARC de Tirofijo indicam quem pode ser eleito nos pleitos municipais e regionais, aplicam justiça sumária e cobram impostos extorsivos). Aventura irresponsável que todos sabemos onde irá a parar: na desestruturação da vida democrática penosamente conquistada e na volta de novo ciclo autoritário.

Diante da ameaça que o MST apresenta hoje às instituições, não valeria a pena instaurar uma CPI correspondente, a fim de indagar de onde vêm os polpudos dinheiros que financiam o Movimento (que conta, aliás, com claqué internacional muito bem organizada, à maneira da que dá sustentação aos guerrilheiros colombianos)? O normal seria que o MST se transformasse em Partido Político, com plataforma e candidatos, a fim de que a opinião pública pudesse saber o que ele pretende e por que meios busca realizar os seus ideais de justiça social. A partir daí, o Movimento poderia legitimamente aspirar a conquistar o poder, alicerçado não na arruaça das ruas e dos campos, mas no voto do eleitorado. Mas como o Movimento não se organizou em Partido Político e diante da agressividade de confronto total encenada pelos seus líderes, a sociedade brasileira deve saber hoje o que ele pretende. A mais democrática forma de saber as coisas a respeito é, creio, a CPI proposta.

Parcela não pequena de responsabilidade cabe aos governadores que, de modo geral, passaram a agir como espectadores das arruaças protagonizadas pelos Sem-Terra. Ora, se a lei não é obedecida nos Estados, se as suas autoridades (eleitas legitimamente para garantir a ordem pública) tornaram-se reféns do "politicamente correto", será muito difícil ao Governo Federal manter incólumes as instituições pelo Brasil afora. Isso para não falar da irresponsabilidade notória de segmentos da sociedade civil que, embalados nos sonhos populistas de um socialismo fácil, fazem o jogo dos baderneiros, querendo convencer Deus e o mundo que se trata de luta pela justiça social. Sejam claros: este é um ideal importante demais para fazê-lo naufragar nas águas turbas de um Movimento que faz pouco da inteligência dos cidadãos deste país, ao apresentar como solução para a pobreza a derrubada da ordem democrática conquistada com tantos sacrifícios.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO IV

AGENCE FRANCE PRESSE. "Guerrilla y paramilitares se disputan las zonas más ricas de Colombia". Boletim Informativo de 03/08/97.

ATEHORTÚA, Cruz, Adolfo León. "Colombie: la place de l'Armée dans le conflit politique armé". In: *Problèmes de l'Amérique Latine*. Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 75-88.

BUSTOS, Alirio. "La guerrilla se escobariza". In: *El Tiempo*, Bogotá, 23/03/1997.

CAMACHO, Alvaro, Andrés LÓPEZ e Francisco THOUMI. *Las drogas: una guerra fallida*. Bogotá: Universidad Nacional / Tercer Mundo, 1999.

BARRETO, Francisco Javier (organizador). *La otra guerra: el derecho como continuación del conflicto y lenguaje de la paz*. Bogotá: Universidades de Los Andes e Javeriana / Plaza & Janés, 1999.

CARDONA, Uriel. "Factores internos recesivos". In: *El Colombiano*, Medellín, 24/01/2000, pg. 2B.

CLAPS, Alejandro. "Las FARC se mueven en Suecia como en su propia casa: las relaciones entre Suecia y las FARC se fortalecieron tras un secuestro". In: *El Espectador*, Bogotá, 06/02/2000, pg. 7A.

CUBIDES C., Fernando. "Colombie: la violence des paramilitaires". In: *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 61-74.

D'ARTAGNAN. "Tirofijo manda aquí". In: *El Tiempo*, 02/02/2000, pg. 5A.

ECHANDÍA Castilla, Camilo. "La guérilla colombienne: conditions objectives et stratégies d'une expansion". In: *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 33-60.

EL COLOMBIANO. "Las cuatro prioridades de los Estados Unidos" In: *El Colombiano*, Medellín, 20/01/2000, p. 9A.

EL ESPECTADOR. "Las dudas de la paz: opinión de los colombianos sobre el resultado del proceso". In: *El Espectador*, Bogotá, 06/02/2000, pg. 6A.

EL TIEMPO. "FARC piden vacuna a municipios de Cundinamarca". In: *El Tiempo*, Bogotá, 27/01/2000, pg. 8A.

GÓMEZ Buendía, Hernando (organizador). *Para dónde va Colombia?* Bogotá: Tercer Mundo / Colciencias, 1999.

GÓMEZ Maseri, Sergio. "Ayuda de Estados Unidos obliga a las FARC a negociar". In: *El Tiempo*, 10/02/2000.

JARAMILLO Gómez, William. "Una comedia de equivocaciones". In: *El Espectador*, Bogotá, 23/01/2000, pg. 4A.

LEÓN, Juanita. "El collar de dinamita". In: *El Tiempo*, Bogotá, 21/05/2000, pg. 1-4.

MARULANDA Vélez, Manuel (Tirofijo). "Era una opinión, no una amenaza". In: *El Colombiano*, Medellín, 03/02/2000, pg. 7A.

MERCADO, Bibiana. "Crece la niñez desplazada". In: *El Tiempo*, Bogotá, 27/01/2000, p. 2A.

MONSALVE, Alfonso e Eduardo DOMÍNGUEZ (organizadores). *Colombia: democracia y paz*. Medellín: Universidades Bolivariana e de Antioquia, 1999, 2 volumes.

OINEGUE, Eduardo. "Sem terra e sem lei". In: *Veja*, São Paulo, vol. 33, no. 19, edição 1648 (10 de maio de 2000): pg. 42-49.

PALACIO, Germán (organizador). *La irrupción del paraestado: ensayos sobre la crisis colombiana*. Bogotá: Cerec/Ilsa, 1990.

PÉCAUT, Daniel. "Colombie: une paix insaisissable". In: *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 5-32.

RANGEL Suárez, Alfredo. *Colombia: Guerra en el fin de siglo*. Bogotá: Universidad de Los Andes / Tercer Mundo, 1999.

RUBIO, Mauricio. "Colombie: groupes armés et justice pénale". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris: La documentation française, no. 34 (julho-setembro de 1999): pg. 89-108.

SABOGAL, Hugo. "Vivendo com o inimigo". In: *América Economía*, Santiago do Chile, no. 182 (4 de maio de 2000): pg. 24-30.

SEMANA. "Guerrilla: el campanazo". In: *Semana*, Bogotá, no. 897 (julho 12 a 19 de 1999): pg. 28-32.

SEMANA. "Historias paralelas: guerrilla y autodefensas combaten a muerte en muchas regiones del país". In: *Semana*, Bogotá, no. 897 (12 a 19 de julho de 1999): pg. 40-44.

SEMANA. "La conexión alemana". In: *Semana*, Bogotá, no. 760 (26 de novembro a 2 de dezembro de 1996): pg. 40-81.

SERRANO, Rosso José, general. *Jaque mate*. Bogotá: Norma, 1999.

SILVA, Eumano. "Colômbia: no país da guerrilha". In: *Época*, São Paulo, vol. 2, no. 64 (9 de agosto de 1999): pg. 115-120.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. "Emergencia internacional". In: *El Tiempo*, Bogotá, 30/03/97.

TOVAR Pinzón, Hermes. *Colombia: droga, economia, guerra y paz*. Bogotá: Planeta, 1999.

VELASCO, Hector Fabio (general). "El arsenal que tendría las FARC". In: *El Espectador*, Bogotá, 23/01/2000, pg. 7A.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. "A violência na América Latina: aspecto político". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 43, no. 516 (março de 1998): pg. 41-52.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. "Colômbia: Narcotráfico e terrorismo". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 39, no. 464 (novembro de 1993): pg. 41-50.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. "MST: confronto total". In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, 10/05/2000, pg. 2.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. "MST usa tática da guerrilha colombiana" (Entrevista concedida a José Nêumanne), in: *Jornal da Tarde*, edição de 14 de maio de 2000: pg. 4A.

Capítulo V- VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO NO RIO DE JANEIRO: PERSPECTIVAS E IMPASSES NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO*

Em setembro de 1993, na reunião da Sociedade Mont Pélérin realizada no Rio, o Presidente da Sociedade Tocqueville da França, Monsieur Guy Plunier, bretão de pura cepa, dizia-me exprimindo as suas impressões sobre a antiga capital brasileira que visitava pela primeira vez: *Très belle, mais délabrée*. Exprimia muito bem o ilustre visitante o que se passa na Belacap. Décadas de crise conseguiram empanar a sua beleza, que heroicamente teima em resistir. A cidade do Rio de Janeiro, após a transferência da capital federal para Brasília, no início dos anos 60, sofreu um primeiro baque na sua estrutura sócio-econômica. Sem as generosas verbas federais que a tornavam um centro de prestação de serviços e de intensa vida política e cultural, a outrora capital foi-se esvaindo. Novo golpe sofreu com a extinção do Estado da Guanabara e a sua transformação em capital do Estado do Rio de Janeiro, em meados dos anos 70. Sem aumentar o seu orçamento, a bela cidade teve de compartilhar os escassos recursos com o empobrecido Estado fluminense. Nos anos 80 e 90 do século passado, a bela dama caiu em poder do crime organizado e tornou-se refém do narcotráfico, ao ensejo do populismo desvairado, do vácuo de investimentos e da crise geral da economia brasileira na denominada “década perdida”. As vias expressas que cortam os subúrbios da cidade e lhe dão acesso ao resto do Brasil e ao mundo, são veias abertas por onde corre o sangue de cidadãos baleados sem misericórdia pelos mercadores da morte, em ônibus e carros de passeio.

Roberto Campos assim tipificou a crise da cidade, sugada por esse turbilhão de decadência econômica, violência, desemprego, medo e perda da esperança: “A Guanabara sofre de um círculo vicioso e da síndrome do medo. É uma trágica causação circular. O desemprego provoca a marginalidade; a marginalidade gera a violência; a violência afasta investidores e agrava o desemprego; e o desemprego fomenta a marginalidade. Os investidores nacionais vivem sob a ameaça do seqüestro ou têm de pagar tributo a traficantes e pseudo-sindicalistas para diminuição de roubos. Ao tempo de Brizola, as multinacionais, além disso, dificilmente dariam prioridade a um Estado cujo governador as considerava espoliadoras e causadoras de *perdas internacionais*, atitude há muito abandonada pela China, Cuba e Vietnã. Na paisagem medieval, os morros eram ocupados por templos, mosteiros e castelos. Os morros do Rio se tornaram fortalezas do crime, onde pequenos comerciantes têm de pagar pedágio para continuarem no negócio, e uma população pobre e honesta tem de se submeter às ordenanças dos criminosos que controlam o direito de ir e vir. O esvaziamento desta nova Bósnia é duplo. Fogem os turistas e fogem os investidores. Em 1984, o Rio recebeu 623 mil turistas; 5 anos depois, apenas 471 mil, numa época de crescimento explosivo do turismo mundial. Perdera sua condição de capital política para Brasília, perdeu a gala de capital financeira para São Paulo, a de cartão postal turístico para o Nordeste e a de grande porto comercial para Vitória, onde os custos portuários são mais baixos. A Belacap é uma órfã a ser resgatada, e não uma pérola a ser invejada” [Campos, 1996].

* Conferência pronunciada no Conselho Técnico da CNC, Dezembro de 2003.

Quadro bem definido da queda vertiginosa da qualidade de vida no Rio, foi traçado por um leitor de importante jornal carioca, nos seguintes termos: “O Rio é hoje uma cidade medieval. Como nas urbes européias do século XIII, vende-se de tudo em suas vias: alimentos, animais, unguentos e poções milagrosas. Há videntes, ciganos e curandeiros. Artesãos e um sem-número de faz-tudo à disposição. A população alivia-se em qualquer lugar e vias e calçamento precário fedem a urina e fezes. Há carcaças sendo comidas por abutres e o esgoto, em muitos bairros, corre em valas abertas, onde brincam crianças. Arruaceiros brigam pelas ruas ao mesmo tempo em que prostitutas oferecem seus corpos em locais onde passam famílias. Nas estradas salteadores impiedosos roubam o povo, matando os que se lhes opõem; veículos de passageiros e de cargas são saqueados e queimados. Palácios são fortificados e cercados de exércitos particulares. O quadro se completa com a atuação do Estado: olha, ignora e cumpre seu papel primordial de cobrador de impostos, sem qualquer obrigação de contrapartida. Teremos andado 700 anos para trás?” [Luís Soledade Santos, “Rio medieval”, in: *O Globo*, 02/06/2003, pg. 6].

Foi uma cruel coincidência o Rio ter mergulhado no caos de violência e decadência que acaba de ser ilustrado? Aparentemente, sim. Mas, examinadas as coisas mais de perto, não. Houve uma deliberação clara do crime organizado, no sentido de incluir o Brasil no organograma de produção/consumo/exportação de tóxicos. Não esqueçamos que o narcotráfico constitui a maior multinacional do planeta, que rivaliza com as companhias petrolíferas. O comércio global de drogas proibidas, anualmente e a nível mundial, é calculado em 500 bilhões de dólares [dados da Revista *The Economist*, citados por Sarmiento e Moreno, 1990]. Ora, seria ingênuo pensar que os capos da droga têm a mentalidade do quitandeiro da esquina. Muito pelo contrário, planejam friamente os seus negócios. O jornalista Amauri Mello [“Crime a futuro”, *O Globo*, 13/06/2003] lembra que, em 1989, a máfia italiana estava interessada em incrementar os negócios do narcotráfico no Brasil, diante do combate que estavam sofrendo, da parte dos Estados Unidos e dos governos locais, os cartéis andinos da coca. Segundo Amauri, que trabalhou na Europa, policiais italianos tiveram uma série de conversas nesse ano com jornalistas latino-americanos (entre os que ele se encontrava), acerca das últimas pesquisas dos órgãos de segurança da Itália, em relação aos negócios do narcotráfico.

A propósito dessas conversas, frisa o mencionado jornalista: “Mal engatinhávamos no consumo de drogas mais glamourosas como a cocaína. O brasileiro era bom de marijuana, diziam os oficiais da Guarda Finanziaria, entidade policial italiana que trata desde crimes tributários até lavagem de dinheiro e associação mafiosa. Mas, afirmavam, em pouco tempo o Brasil seria o maior fornecedor de cocaína do mundo. Os argumentos, observados agora, à luz do tempo, pareciam fantasiosos. Vamos percorrê-los: 1) o Brasil possui imensas e livres fronteiras; 2) a pobreza no interior das áreas da Amazônia e do Centro-Oeste é permanente; 3) a população, sempre crescente, reúne uma classe média de muitos milhões de pessoas, clientes potenciais da droga, então tida como chique; 4) as legislações que tratam de imigração, estabelecimento de estrangeiros e assemelhados são quase um convite; 5) fronteiras com o mar de mais de oito mil quilômetros; o litoral de Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina repleto de ilhas e ilhotas com grandes fluxos de turismo argentino (na época, claro); 6) miscigenação total; encontra-se brasileiro com nome de árabe, chinês, japonês, turco, boliviano, etc.; 7) consumismo e lazer marcam o comportamento de ricos e pobres, facilitando festas e estas drogas...”.

Em face desse diagnóstico, os mafiosos italianos delinearão uma política de penetração no Brasil, a fim de tender com o nosso país uma cabeça de ponte para o narcotráfico internacional. Eis, segundo o testemunho de Amauri Mello, as linhas mestras dessa política: “A colagem de informes apontava para as seguintes ações, num plano de considerar implantada a transferência do tráfico de coca do eixo espanhol latino para o lado brasileiro em, no máximo, acreditavam, dez anos. Vejam só: 1) Estimular associação com negócios em áreas de massa populacional carente; 2) recomendar atividades que gerassem grandes volumes de notas, como, por exemplo, vender material de construção nas tais áreas. Ou participar de transporte coletivo. Além da facilidade de justificar movimento de dinheiro, também estabeleceria uma simpática relação com a vizinhança... 3) participar do Poder Legislativo *de fora para dentro*, vereança em pequenas cidades isoladas nas regiões de fronteira e avançar com representação federal, dando preferência às regiões com *corredores* para a pasta de coca; 4) Estimular o jogo (naquele período discutia-se muito a reabertura de cassinos no Brasil); 5) criar *chefes* brasileiros”.

A julgar pelo acontecido no Brasil ao longo dos últimos dez anos, as previsões da polícia italiana se realizaram quase por completo. Somente agora, com o narcotráfico tendo assumido dimensões catastróficas, começamos a perceber o tamanho do problema. No entanto, podemos dizer que diante da falta de providências das autoridades e da sociedade civil em face da gravíssima situação de violência no Brasil e no Rio de Janeiro, em particular, tudo indica que a História não é mestra da vida. Simplesmente não aprendemos com os erros alheios, (no caso da segurança pública, com as falhas que cometeram as autoridades colombianas ao longo dos últimos vinte anos, que desaguarão na situação de confronto civil em que mergulhou o vizinho país).

Que o crime organizado ganhou, no Brasil, dimensões catastróficas, ninguém o nega. O jornalista Carlos Amorim, um dos mais conceituados estudiosos do fenômeno, assim inicia o seu último livro intitulado *CV-PCC: a Irmandade do Crime*, traçando um quadro deveras trágico das dimensões que a criminalidade atingiu nas nossas cidades: "No meio da noite, prédios públicos são atacados com rajadas de fuzis automáticos e metralhadoras. Bombas explodem em frente a repartições públicas. Comboios de homens armados percorrem as ruas depois da meia-noite. Param o trânsito em grandes avenidas, saqueiam - pessoas são mortas sem nenhuma razão. Magistrados são emboscados e mortos a tiros. Funcionários de alto escalão são ameaçados. Pelo mar chegam armas e drogas. É o cenário de uma guerra que não se quer admitir. Escolas, comércio e bancos fecham a mando de meninos descalços, que se dizem porta-vozes de grandes traficantes e bandidos. Todos obedecem. Inimigos dos bandos armados são apanhados, julgados e executados sumariamente. Os policiais escondem suas identidades e se protegem atrás de barricadas. Trinta mil presos chegam a se rebelar de uma só vez, atendendo ao comando de uma liderança de cinco homens. Agora não é mais uma ameaça. A sombra ganhou contornos próprios. Porque o crime organizado no Brasil é uma realidade terrível. Atinge todas as estruturas da sociedade, da comunidade mais simples, onde se instala o traficante, aos poderes da República. Passa pela polícia, a justiça e a política. A atividade ilegal está globalizada e o país é um mercado privilegiado no tabuleiro do crime organizado. Estamos tão envolvidos, que a velha máxima de *Big Paul Castellano*, o poderoso chefe da família Gambino, a maior e mais influente da Máfia de Nova York, tem por aqui um significado profético: - *Não preciso mais de pistoleiros. Agora eu quero deputados e senadores*" [Amorim, 2003: 15-16].

Tudo se passou na Colômbia como está acontecendo no Rio de Janeiro. Corrupção policial e do Judiciário, que termina beneficiando os bandidos. Glamourização do consumo de cocaína pelas elites. Corrupção no Executivo estadual, que faz vista grossa em face de notórias vinculações de um Secretário de Estado com o narcotráfico. Corrupção e fraqueza do Legislativo estadual, que não consegue veicular as legítimas reclamações da cidadania, vítima direta do confronto entre policiais e meliantes. Apologia da criminalidade em *raps* que apresentam o bandido como herói. Assassínatos sistemáticos de policiais e de jornalistas comprometidos com denunciar as atividades do crime organizado. Ameaças às autoridades toda vez que mostrarem determinação no combate ao narcotráfico. Pusilanidade dos poderes constituídos, em face da agressividade crescente dos criminosos. Enfim, miopia da própria sociedade civil, que não consegue ver claramente o nexu entre consumo corriqueiro de narcóticos por parte dos seus filhos, e a onda de violência e terrorismo desatada pelos mercadores da morte. Padecemos, no Brasil, da doença da hipermetropia cívica, que nos permite ver com clareza os erros que se passam longe, no cenário mundial, mas que nos impede, ao mesmo tempo, de observar o que acontece perto de nós. Somos capazes de deflagrar campanhas pacifistas em face de um confronto internacional, como no caso da recente guerra entre os aliados anglo-saxões e o Iraque, mas não conseguimos enxergar as causas da violência cotidiana que bate às nossas portas.

A finalidade deste capítulo consiste em discutir a problemática da violência que enfrenta o Rio de Janeiro sob cinco ângulos: em primeiro lugar, numa perspectiva factual do crescimento do confronto entre autoridades e sociedade civil, de um lado, e crime organizado, de outro; em segundo lugar, sob um viés sociológico, com a finalidade de situar a tríade *bicheiros / traficantes / narcoguerrilheiros* no contexto da tipologia weberiana acerca do Estado Patrimonial, que foi a forma assumida pelas nossas organizações políticas na América Latina; em terceiro lugar, do ponto de vista das propostas de Segurança Pública do atual governo estadual; em quarto lugar, do ângulo do Plano Federal de Segurança Pública elaborado pelo PT; em quinto lugar, do ponto de vista da proposta de segurança para o Rio de Janeiro feita pelo prefeito César Maia. Terminarei concluindo acerca das perspectivas e os impasses que se descortinam para a cidade do Rio, à luz das políticas propostas. Agradeço aos conselheiros (do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio) e amigos Antônio Paim e José Osvaldo de Meira Penna as sugestões que fizeram em relação ao meu texto.

- 1) **Histórico do confronto entre autoridades e sociedade civil, de um lado, e crime organizado, de outro, na cidade do Rio de Janeiro.**- Destacarei neste item, numa espécie de enumeração sumária, os fatos principais que, a meu ver, marcam os principais momentos do avanço do confronto da sociedade e das autoridades com o crime organizado. Alicerçar-me-ei, neste item, em paciente pesquisa jornalística feita pela minha filha Vitória (da Agence France Presse) a quem muito agradeço pelo levantamento feito no noticiário policial das décadas de 80 e 90 do século passado.

a - Primeiro momento.- Entre 1950 e 1980 encontramos a etapa de predomínio, nos anais do crime organizado, da contravenção representada pelo jogo do bicho. A cidade foi loteada pelos meliantes. Mas estes revestiam-se de características um tanto folclóricas, que nem de longe revelavam as dimensões assumidas hoje pela violência

desencadeada nos morros e no asfalto pelos atuais traficantes. Hoje certamente sentiríamos saudades da *naïveté* de malandros como *Mineirinho* (nos anos 50) e *Tião Medonho* (nos anos 60). Os bandidos das décadas seguintes tornaram-se mais violentos, acobertados pela impunidade de que gozavam os *bicheiros*. Meliantes como Lúcio Flávio (nos anos 70) ou *Escadinha* (na década de 80) tornaram-se mais sofisticados e ameaçadores.

Os bicheiros, certamente, conseguiram enraizar na sociedade carioca uma “cultura da contravenção”. Ser bicheiro ou contraventor passou a ser sinônimo de esperteza. “Terá a sociedade brasileira absolvido a contravenção? Ou mais: estará o jogo do bicho legitimado, cultural e socialmente?” – perguntava editorial do jornal *O Globo*, em 14 de abril de 1994. Embora o mencionado editorial considerasse estas afirmações pouco procedentes, não deixava de reconhecer que o longo braço do bicho partiu para a beneficência, numa espécie de acomodação ao velho princípio macunaímico de “rouba mas faz”. E concluía: “A mão aberta dos *banqueiros* não se confunde com a virtude da magnanimidade. Daí sua preferência pelos apetites de fácil satisfação; pelas paixões populares que se esgotam no efêmero – o patrocínio de um ciclo de glória de times de futebol, ou da gala na Marquês de Sapucaí. Nunca se viu o cartel dos bicheiros empenhado em aspirações nacionais mais profundas e de satisfação menos imediata”. Enganava-se redondamente o editorialista do jornal nesta sua última afirmação. Os bicheiros de ontem, transformar-se-iam, com o correr do tempo, como tem ficado demonstrado pelos fatos, nos chefões do narcotráfico carioca, que fazem alianças com os traficantes de outras regiões do país, com os meliantes do Primeiro Comando da Capital (de São Paulo), com Suricartel do ex-ditador Bouterse e com as FARC, a fim de peitar o estado de direito no Brasil. Os bicheiros de ontem, convertidos em financiadores dos narcotraficantes, têm hoje sim anseios de poder nacional. Aspiram a influir na política do país elegendo deputados e patrocinando a “formação” de delegados, policiais, militares e juizes que sejam seus aliados.

b – Segundo momento.- Entre 1980 e 1990 desenvolve-se a etapa de aumento de poder de fogo da contravenção nos morros, devido à aquisição de armamento de longo alcance. A polícia deixa de subir o morro já no primeiro governo Brizola. “A permissividade em relação à criminalidade nos morros – tidos como redutos eleitorais do PDT – resultou em brigas de gangue e balas perdidas, que intimidam turistas e investidores”, registrava, preocupado, Roberto Campos [“O Rio de Janeiro, o futuro e nós”, *O Globo*, 13/11/1994]. Consolida-se, de outro lado, o mercado de tóxicos, na medida em que os cartéis colombianos começam a ser combatidos de forma sistemática pelo governo desse país e pela DEA. O caudilho do “socialismo moreno”, Leonel Brizola, um dos responsáveis pela escalada da violência desencadeada pelos bicheiros no Rio de Janeiro, afirmou cinicamente em novembro de 1986: “Não reprimimos o jogo de bicho porque temos coisas mais importantes a fazer”. Ele próprio caracterizou o resultado do descaso oficial em novembro de 1991, ao afirmar que “continua a matança de adolescentes e jovens no Rio (...). Sucedem-se aqui, para escândalo do mundo, as chacinas de crianças. Queiramos ou não, estamos diante deste desafio: deter, parar, extirpar esses crimes. Ou iremos adquirir um estigma monstruoso: o de sermos o grande centro mundial de execuções. A máfia, Chicago, o Harlem, o West Side de Nova York não são nada comparados (com isto). Mata-se mais no Rio do que se matou nas próprias

guerras da Coreia, do Vietnã e do Líbano” [“Brizola e o bicho”, editorial de *O Globo*, 14 de abril de 1994].

Bandido representante desse período foi o famoso *Escadinha*, que fugiu três vezes de presídios até ser transferido para Bangu I, na época considerado de segurança máxima. Ganhou fama, entretanto, ao protagonizar a espetacular fuga do presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande, usando um helicóptero, em dezembro de 1985. *Escadinha* colocou em prática ousada estratégia que já pressupunha maciço apoio financeiro da contravenção. Roberto Campos, em artigo publicado na *Carta Mensal* [“O Rio sob o signo do atraso e da violência”, no. 491, fevereiro de 1996], confirmava essa triste realidade citando dados transcritos pelo presidente do Tribunal de Contas do Rio, Sérgio Quintella, segundo os quais, no período compreendido entre 1985 e 1991, houve 70.061 homicídios no Rio de Janeiro, enquanto que nos sete anos da guerra do Vietnã houve 56.000 americanos mortos, tendo sido de 70.000 o número de mortos nos quatro anos da guerra da Bósnia e de 25.000 o total das vítimas da guerra travada entre o Sendero Luminoso e o Estado peruano (ao longo de sete anos). Em face desses dados alarmantes, o saudoso pensador liberal frisava: “Há tempos, costumava comparar o Rio de Janeiro a uma Beirute tropical, pelo seu crescendo de violência. Depois que Beirute se acalmou, a comparação mais pertinente passou a ser feita com a Bósnia, (...) o que deixa a Belacap em posição solitária. (...) Ninguém imaginaria que no Rio de Janeiro, em sete anos, entre 1985 e 1991, o número de homicídios viria a superar o da guerra do Vietnã, sendo quase três vezes o das vítimas do terrorismo peruano do Sendero Luminoso, e chegando a concorrer com o genocídio da Bósnia”.

c - Terceiro momento.- Entre 1990 e 2000 consolida-se o poder dos bicheiros como traficantes que passam a intimidar de forma sistemática a população e a dar uma organização empresarial aos seus negócios ilícitos, ampliando os tradicionais pontos de aposta para bocas de fumo gerenciadas racionalmente, diversificando os investimentos em empresas de fachada, deitando as bases para a exportação de tóxicos, expandindo a empresa do narcotráfico/contravenção para outros Estados e passando a organizar, de maneira sistemática, os exércitos da morte, mediante o aliciamento de militares que garantem o treinamento e a aquisição de munições e armamento.

A cidade do Rio é loteada entre os chefões do *bicho*. Castor de Andrade e Paulo Roberto de Andrade comandam a contravenção em Marechal Hermes, Padre Miguel, Bangu, Santíssimo, Senador Camará, Mangaratiba e Ibicuí; Aniz Abrahão David manda em Nilópolis e Baixada Fluminense; José Caruzzo Scafura (Piruíinha) é o senhor de Rocha Miranda e Pavuna; Luiz Pacheco Drummond (Luizinho Drummond), é o chefe da Leopoldina; Raul Correia de Mello (Raul Capitão) manda na Ilha do Governador e no Centro do Rio; José Petrus Kalil (Zinho) comanda o *bicho* também no Centro da cidade; Waldemir Paes Garcia (Maninho), é dono do Andaraí, Tijuca, Vila Isabel e outros pontos situados na Zona Sul; Haroldo Rodrigues Nunes (Haroldo da Saenz Pena) comanda na Tijuca e na Zona Norte da cidade; Emil Pinheiro é o chefe da Barra da Tijuca e Jacarepaguá; Aílton Guimarães Jorge (Capitão Guimarães) é o todo-poderoso de Niterói e da Região dos Lagos, ao passo que Antônio Petrus Kalil (Turcão) é o capo de Alcântara, parte de Niterói e da Zona Portuária. Trata-se de um Estado paralelo, com os seus régulos e as forças que os acompanham, verdadeiras *gards de corp* dispostas a qualquer violência contra a população, para fazer cumprir as ordens dos seus senhores. Não são raras as

desavenças entre eles, que terminam desaguando em verdadeiros banhos de sangue das gangues rivais e dos cidadãos que porventura se atravessam no fogo cruzado. É o que poderíamos denominar de *Patrimonialismo primitivo*, a forma mais bárbara assumida por essa organização social, alicerçada no que os sociólogos colombianos denominam de “clientelismo armado”.

Paralelamente, no mesmo período, as FARC, novo cartel das drogas que se consolida após as derrotas infringidas pelo Estado colombiano aos cartéis tradicionais de Medellín e de Cáli, firmam o seu poder na denominada “zona de distensão”, cedida pelo governo colombiano (e equivalente a uma área do tamanho do Estado do Rio), e iniciam a sua penetração na fronteira brasileira. O poder da contravenção no Rio, como vimos, torna-se empresário dos tóxicos. Um dos mais importantes representantes dessa nova geração de bicheiros-empresários foi Ernaldo Pinto Medeiros, *Uê*. Mesmo na prisão de Bangu I, *Uê* mandava nos pontos de venda de drogas dos morros do Adeus e Juramento, que herdou de *Escadinha*. Era audacioso e violento. Foi o responsável, no início da década de 90, pela ordem de ataque a postos da Polícia Militar e às delegacias de polícia no subúrbio carioca. Era temido pelos seus pares, não bebia, não fumava e não consumia os entorpecentes que vendia. Lembrava, em muitos aspectos, o traficante colombiano Pablo Escobar.

A população carioca, aos poucos, vai virando refém do narcotráfico, fato que levou o editorialista de *O Globo* a escrever em 13 de outubro de 1994: “Vivendo no Rio de Janeiro, sempre se aprende alguma coisa. Recentemente, o carioca começou a adquirir uma certa competência auditiva para distinguir entre tiros de fuzil, pistola, metralhadora, escopeta e armas mais sofisticadas e mais pesadas. Em bairros residenciais próximos de morros – vizinhos, portanto, das disputas territoriais entre traficantes, e dos ocasionais tiroteios entre bandidos e policiais – rara é a semana que passa sem que se ouça à noite, longe ou ameaçadoramente perto, o som das rajadas. Botafogo, Laranjeiras, São Conrado, Copacabana e Santa Teresa vivem com essa realidade, e com uma incerteza: onde acertará a próxima bala perdida?”. O mesmo jornal, em editorial de 3 de setembro de 94, frisava que “no Rio de Janeiro de hoje, estamos todos confinados. Confinados os que são obrigados a viver em apartamentos de janelas blindadas, em prédios de portarias gradeadas e em condomínios que apelam para as empresas privadas de segurança. Confinados os trabalhadores habitantes de morros e favelas a quem os traficantes impuseram primeiro o código do silêncio, e agora o toque de recolher. Confinados estão os credos religiosos e as entidades assistenciais, forçados a ceder seus espaços para o narcotráfico e as quadrilhas”.

Nesse confinamento situam-se também as escolas nos vários bairros da cidade. A violência escolar é apenas um corolário do avassalador poder de penetração do narcotráfico na sociedade carioca. É claro que esse aspecto da violência acompanha o desenvolvimento do mercado de entorpecentes nas principais cidades do planeta, como tem ficado claro após os estudos do fenômeno nos Estados Unidos, Espanha, França, Portugal, etc. No caso do Rio, a violência ensejada pelo narcotráfico nas escolas é causa direta da evasão escolar, segundo o prefeito César Maia [cf. “Violência nas escolas”, *O Globo*, 1º de maio de 2003].

Em relação ao treinamento dos meliantes, o mesmo jornal carioca noticiava em 29 de julho de 1995: “O serviço reservado da PM investiga o treinamento de guerrilha que

traficantes vêm recebendo em acampamentos como o que foi descoberto anteontem na Floresta da Tijuca. A polícia já estourou um acampamento desse tipo no Morro do Andaraí e investiga outros locais de difícil acesso usados pelos bandidos. Em Botafogo, o traficante Marcinho VP costuma acampar próximo ao Mirante dona Marta. Os marginais são treinados por ex-militares que recebem até R\$ 2 mil por semana para ensinar aos bandidos o manuseio de armas, sobrevivência na selva e camuflagem”. Em 30 de junho do mesmo ano, o jornal *Tribuna de Minas* informava, referindo-se às atividades logísticas do narcotráfico, que “a Polícia Federal está investigando a informação de que a quadrilha do coronel-aviador da reserva da Aeronáutica, Latino da Silva Fontes, preso (...) com um carregamento de 30 mil balas de fuzil, utilizava a própria zona portuária do Rio para negociar armas contrabandeadas”.

Aspecto importante do crescimento do crime organizado neste período constituiu a infiltração de soldados do narcotráfico entre os militares. Em 1994, o vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Luciano Casales, confirmou que os traficantes estavam se infiltrando nas três forças, na época do alistamento militar. Denunciou ainda que o narcotráfico estava patrocinando a formação profissional de delegados e juizes no Rio. Contou que, entre 1990 e 1993, quando comandou a Escola de Estado Maior do Exército no Rio, descobriu que um de seus melhores soldados era chefe da boca-de-fumo do Morro Dona Marta. “Descobrimos o fato quando suspeitamos de seu comportamento e mandamos um olheiro atrás dele”, - contou o general. Vale a pena citar a resposta que lhe deu o soldado, depois de ouvir que o Exército descobrira a sua profissão paralela de traficante: “General, eu sei separar as coisas. Aqui, eu sou um de seus melhores soldados. Lá, eu fui escolhido pelo mesmo motivo. Pela competência”. Graças à infiltração dessas “pessoas competentes”, passou a acontecer rotineiramente, nas Forças Armadas, o roubo de munição, uniformes e armamentos. O então ministro-chefe do EMFA, almirante Arnaldo Leite Pereira, lembrou que as polícias federal e militar sofriam de problemas parecidos.

O poder militar do narcotráfico no Rio viu-se estimulado, ao longo deste período, pelo fortalecimento do crime organizado na Colômbia, ao ensejo da organização da “República do Caguán”, pelas FARC, na zona desmilitarizada de 42 mil quilômetros quadrados que o governo do presidente Pastrana garantiu aos meliantes. Graças a essa zona de impunidade, os narcoguerrilheiros colombianos passaram a exercer pressão sobre a fronteira brasileira, invadindo-a repetidas vezes, em busca de insumos para o refino da cocaína, bem como para o comércio de armas. Houve atritos entre patrulhas do Exército brasileiro e insurgentes colombianos, que terminaram ensejando mortes de soldados do nosso país. Em face da penetração das FARC, em outubro de 1999 o Exército e a Força Aérea do Brasil atacaram a guerrilha colombiana na operação “Querarí”, tendo sido mobilizados 5 mil homens e 40 aviões de combate.

Ao poder crescente do narcotráfico juntou-se, neste período, no Rio de Janeiro, a idéia de que tudo é permitido. Como escrevia em novembro de 1994 o jornalista Leonel Kaz, “Qualquer um hoje no Rio pode fazer o que lhe passar pela cabeça”. De mendigos dormindo à vontade sob as marquises dos prédios do Centro, do Flamengo, de Copacabana, aos assassinos que, por serem menores de idade gozam de impunidade, o Rio se transformou, no sentir do jornalista, em terra de ninguém, em que não é garantido o direito comezinho à vida ao cidadão que paga impostos. Indignado, Leonel Kaz

escrevia: “Começamos pelo *dimenor* Meleca, solto pelo Juiz da 2^a vara de menores porque o Estado não tem condições de garantir sua guarda. Meleca participara, juntamente com o também *dimenor* Ratinho, do assassinato do ex-diretor do Banco Central Luís Carlos Serrano, em pleno centro do Rio. O Juiz atendeu reclamos da mãe, que prometeu levar o menor a viver no Sul do país. Meleca foi visto, há uma semana, no Bairro de Fátima. Cabe a pergunta: quem garante a nossa guarda?” [Leonel Kaz, “Rio: a cidade e as serras”, *O Globo*, 23 de novembro de 1994].

Em face da agressividade dos narcotraficantes, o poder público, tanto a nível estadual quanto federal, não conseguiu esboçar uma resposta à altura. No plano estadual, as ações foram mais de caráter tópico, repetindo um pouco o esquema que garantiu a segurança da Eco 92: nos momentos de maior crise, policiamento ostensivo do Exército, bem como ações tópicas da polícia para dar uma resposta às investidas dos bandidos. Mas não houve a formulação de uma estratégia continuada de segurança pública. No plano federal, no decorrer de 1994 os Estados Unidos suspenderam a ajuda financeira para o combate ao tráfico de entorpecentes no Brasil, porque constataram que não havia vontade política do Governo Federal para a repressão às drogas. O convênio entre os dois países, assinado em 1983, previa a ajuda financeira dos Estados Unidos, que em 1988 chegou a 2 milhões de dólares. Em 1994, a Polícia Federal recebeu apenas 200 mil dólares para a compra de equipamentos. Segundo o então diretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, delegado Sérgio Sakon, a consequência mais séria do corte da ajuda americana consistiu em que o Brasil parou de receber informações da Drug Enforcement Administration (DEA) sobre o movimento dos cartéis do narcotráfico. Os agentes da DEA, que chegaram a colaborar com a Polícia Federal em ações conjuntas, ficaram impressionados com a falta de recursos dos policiais brasileiros. “Não existe combate ao tráfico de drogas no país”, frisou Sakon.

Tamanha falta de ação do governo brasileiro terminou facilitando a ação dos bandidos do narcotráfico, que passaram a exercer a sua ação corruptora mediante o lavado de dólares em ações patrocinadas por entidades humanitárias. O episódio mais conhecido na época foi o dos “dinheiros quentes” recebidos pela ABIA, entidade coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, que em 1991 recebeu da contravenção, com a intermediação do advogado Nilo Batista (que seria posteriormente governador do Estado do Rio), soma equivalente a 58 mil dólares. Esse fato, aliás, já tinha-se tornado corriqueiro na Colômbia, onde os dinheiros “calientes” do narcotráfico beneficiaram instituições filantrópicas e até paróquias, ao longo dos anos 80. Nem o Poder Judiciário do Estado ficou ileso diante de tantos avanços dos narcotraficantes. Segundo noticiava a imprensa em abril de 1994, o órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado - composto pelos 25 desembargadores mais antigos - abriu sindicância para apurar o envolvimento de juizes que constavam da lista de propinas da contravenção [cf. “Justiça vai apurar envolvimento de juizes”, *O Globo*, 14/04/94].

A Justiça, certamente, tentou reagir, ao longo do período, para se contrapor ao avanço do poder do narcotráfico. O primeiro golpe significativo contra a máfia dos tóxicos foi dado em maio de 1993, quando a juíza Denise Frossard, da 14^a Vara Criminal, condenou à prisão a cúpula do *bicho* carioca integrada pelos contraventores Luizinho Drummond, Anísio, Miro, Maninho, Turcão, Zinho, Capitão Guimarães e Paulinho Andrade. Graças às investigações conduzidas pelo Ministério Público no ano

seguinte, ficou conhecida a clara vinculação dos bicheiros com o narcotráfico, como financiadores do mesmo. Ao longo de cinco meses os promotores investigaram o movimento financeiro dos bicheiros. O Ministério Público formalizou acusação contra mais de 30 pessoas ligadas à contravenção por formação de quadrilha. Entre os acusados contavam-se 12 dos 14 “banqueiros” condenados em 1993. A partir da apreensão dos livros contábeis e dos disquetes nas fortalezas de Castor de Andrade, a Procuradoria Geral de Justiça denunciou, ao longo de 1994, 147 pessoas por corrupção ativa e passiva. Entre os acusados figuravam os nomes dos juizes César Augusto Leite e Renato Simoni por envolvimento com a máfia do jogo. De outro lado, o Legislativo federal também tentou reagir à pressão dos narcotraficantes mediante a CPI do Narcotráfico (instalada em abril de 1999 e encerrada em dezembro de 2000). A CPI foi bastante ameaçada pelos traficantes especialmente os do Rio de Janeiro, que chegaram a trocar tiros com as embarcações em que os parlamentares se mobilizavam na Bahia da Guanabara. Apesar dessa pressão do crime organizado, a CPI indiciou 800 pessoas pelo país afora. Mas, segundo informou a imprensa posteriormente, 70% dos políticos e juizes indiciados não foram punidos.

A conseqüência mais clara do avanço do poder do narcotráfico no Rio, foi o aumento assustador da violência, que passou a se traduzir já não em assassinatos isolados, mas na prática sistemática de chacinas. Pode-se estabelecer um cronograma claramente definido, que aponta para um paralelismo entre aumento do narcotráfico e crescimento do número de chacinas, como aliás aconteceu também na cidade de São Paulo. Instalado o narcotráfico numa cidade, a conseqüência natural é a explosão incontida da violência, chegando ao que hoje vivemos nas grandes e médias cidades do país, numa situação próxima do genocídio de uma parte da população. O crescimento da violência no Brasil fez com que a pirâmide da idade passasse a se configurar nos parâmetros dos países em guerra: a partir de meados da década de 90 começaram a faltar homens jovens, o que criou o desequilíbrio entre os sexos. Segundo dados da polícia em 1994, a média era de oito homens mortos para cada mulher. Em algumas cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro a diferença chegava, nessa época, a 15 homens mortos para cada mulher. Esses dados foram apresentados pela pesquisadora Alba Zaluar no VI Fórum Nacional sobre a Violência. Segundo esta estudiosa, a taxa de homicídios no Rio triplicou durante a década de 80 e somente em 1992 para cada 100 mil habitantes, 76 foram assassinados [cf. Alba Zaluar, “Violência no Brasil ameaça o equilíbrio entre os sexos”, *O Globo*, 28 de abril de 1994].

d – Quarto momento.- No período compreendido entre 2000 e 2003, Fernandinho Beira-Mar e Leonardo Dias Mendonça, os dois mais importantes capos brasileiros, organizam o “Suricartel”, uma multinacional do crime e do narcotráfico, que garante armas às FARC e cocaína aos morros cariocas. Consolida-se a penetração da organização guerrilheira colombiana nas favelas do Rio, ao ensejo do domínio que Fernandinho Beira-Mar passa a desempenhar sobre os outros traficantes. Ao redor desse meliante unifica-se o comando do narcotráfico no eixo Rio - São Paulo e começa a guerra declarada contra as instituições no Rio de Janeiro. Essa unificação de comando já se anunciava desde meados da década de 90, época em que, segundo Ricardo Hallack, diretor da delegacia de Repressão ao Crime Organizado (DRACO), “traficantes de vários morros passaram a agir em conjunto e adotaram estrutura semelhante à de uma empresa” [*O Globo*, Caderno Especial, 16/06/02]. Presos em 93, os bicheiros tradicionais foram

preparando os seus sucessores, a fim de que dessem continuidade à estrutura empresarial dos negócios [*Jornal do Brasil*, 22/05/93].

De outro lado, aumentou neste período a pressão internacional do crime organizado, mediante contatos regulares deste com organizações radicais e políticos de esquerda no nosso país. Um exemplo disso é o fato de que, a partir de 1998 e com intensidade crescente até 2002, o comandante Bernal, das FARC, passou a atuar junto a lideranças populares do Movimento dos Sem Terra (MST), da Liga Operária Camponesa (LOC) e do Movimento Revolucionário dos Sem Terra (MRST), proferindo também palestras entre intelectuais e políticos. Mais um exemplo da penetração do crime internacional no Brasil: em dezembro de 2001 é seqüestrado em São Paulo o publicitário Washington Olivetto, por uma quadrilha de ex-guerrilheiros chilenos que tinha vínculos com as FARC. Esse seqüestro, aliás, revestiu-se de características muito semelhantes às que se deram no do industrial paulista Abílio Diniz em fins de 1989.

Juntando os cacos dos noticiários da imprensa e dos boletins das agências internacionais, pode-se concluir o seguinte: enfraquecidas com a queda do regime comunista na antiga União Soviética, as organizações guerrilheiras latino-americanas passam a buscar novas fontes de financiamento. Na Colômbia e na América Central os guerrilheiros começaram a praticar, de forma corriqueira, o seqüestro como meio de financiamento, além, evidentemente, do tráfico de drogas. As FARC financiam-se mediante esse esquema (um 60% dos seus ganhos provêm do narcotráfico e o 40% restante do seqüestro sistemático de empresários, comerciantes e profissionais liberais, chegando hoje a 3.500 o número de pessoas seqüestradas na Colômbia). Tudo indica que nos seqüestros de Diniz e Olivetto as guerrilhas latino-americanas associaram-se para praticar esse tipo de extorsão de forma sistemática no Brasil, começando pela capital econômica do país, São Paulo. A propósito disto, aliás, a agência ANSA noticiou que em 2000 houve, na Itália, uma reunião dos principais grupos guerrilheiros latino-americanos (encabeçados pelas FARC), mais o grupo terrorista basco ETA, visando a encontrar caminhos para solucionar os problemas de caixa dessas organizações.

Em fevereiro de 2002, Fernandinho Beira-Mar organizou o seu escritório na *prisão de segurança máxima* de Bangu I, de onde passou a ordenar ações armadas e a compra de armamento pesado, inclusive mísseis e o explosivo C-4. Ocorre, por esses dias, o atentado contra o centro administrativo da Prefeitura do Rio, com tiros de fuzil e granadas. O prefeito da cidade pede a decretação do estado de defesa, invocando o artigo 136 da Constituição. Nesse mesmo mês, a imprensa noticia que militares brasileiros estão servindo às FARC [*O Globo*, edição de 4 de fevereiro de 2002]. De outro lado, passa a circular nas bancas de jornais, com regularidade e editada em português, a revista das FARC, *Resistência*. Em abril de 2002 é noticiado pela imprensa o projeto do MST de criar o *Estado do Pontal*, no interior do Estado de São Paulo, inspirado na criação da *República do Caguán* pelas FARC, na zona desmilitarizada da Colômbia. Pesquisa desenvolvida por uma ONG revela que o tráfico carioca conta com 5.369 menores como soldados armados nos morros.

Em junho de 2002 ocorre o assassinato do jornalista Tim Lopes por Elias Maluco e seu bando. Delito do jornalista: ter noticiado o aliciamento de menores e a trata de brancas pelos traficantes nos bailes funk programados em favelas e bairros sob seu controle. Esse crime, somado à eliminação indiscriminada e quase diária de policiais

militares e civis no Rio e ao assassinato seletivo de promotores de justiça nos Estados de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, mostra o poder intimidatório dos barões do narcotráfico. O recado é claro para a sociedade: se os agentes da ordem não estão seguros, muito menos o cidadão comum. É melhor fazer o jogo dos meliantes. Fernandinho Beira-Mar é caracterizado pela imprensa como “a síntese de uma geração de bandidos que une inteligência e violência” [*O Globo*, Caderno Especial, 16/06/2002].

Em agosto de 2002, a sede da diretoria de Bangu I é destruída em rebelião comandada por Fernandinho Beira-Mar, que firma o seu poder, definitivamente, sobre os outros traficantes cariocas. No mesmo mês é noticiado o projeto da Prefeitura de Ribeirão Preto (comandada pelo doutor Palocci), para abrir uma representação das FARC nessa cidade. Em 30 de setembro de 2002, por ordem de Beira-Mar, lojas fecham em 40 bairros do Rio de Janeiro e 33% das indústrias páram. O comércio tem prejuízos calculados em 130 milhões de Reais. Os traficantes cariocas inauguram *sites* na Internet, nos quais fazem propaganda do consumo de tóxicos e ensinam técnicas básicas terroristas para fabricação de bombas. Em 16 de outubro desse ano ocorre o ataque do narcotráfico ao Palácio Guanabara e à Torre Rio Sul. No dia seguinte, acontece um ataque com granadas à delegacia da Cidade Nova. Em novembro de 2002, agentes infiltrados nas favelas do Rio descobrem guerrilheiros das FARC com plano para libertar Beira-Mar. A *Drug Enforcement Administration (DEA)* entrega ao governo colombiano provas dos vínculos existentes entre Beira-Mar e outros traficantes cariocas com as FARC.

Em fevereiro e março de 2003, contínuos tiroteios entre traficantes e policiais fecham as principais vias de acesso ao Rio. Civis são baleados em ônibus, metrô, ruas e universidades. A polícia descobre plano de fuga massiva de Bangu III e incauta dos detentos o explosivo C-4 comprado por Beira-Mar. Destacando o poder exclusivo que os traficantes têm nos morros, o jornalista Ricardo Miranda escreve em abril de 2003: “Um dos mais violentos complexos de favelas do Rio de Janeiro, a Maré, está ocupada (...) por 200 homens das Polícias Civil e Militar. Um mandado de busca e apreensão itinerante permite que policiais revistem qualquer casa. Mas que ninguém se engane. Ali, a PM é invasora. O território é controlado pelos narcotraficantes do Terceiro Comando (TC) e o *governador* é Paulo César Silva dos Santos, o Linho, que põe todo mês 300 quilos de cocaína nas ruas do Rio. Localizada junto à Baía da Guanabara, o que facilita a entrada e distribuição de drogas, e também junto às principais vias de acesso à cidade (Avenida Brasil e Linhas Amarela e Vermelha), a Maré é estratégica para o TC, que controla 14 de suas 16 favelas, e objeto de desejo - e disputa - da facção rival, o Comando Vermelho (CV), que comanda as favelas Parque União e Nova Holanda” [Ricardo Miranda, *Istoé*, 30/04/2003].

Em face do avassalador crescimento das forças do narcotráfico, que passaram a atacar quartéis das Forças Armadas, em maio de 2003 o Ministério da Justiça informou que seria criada uma Força Nacional (semelhante ao FBI americano), com a finalidade de combater o crime organizado [cf. Jailton de Carvalho, “Força Nacional contra o crime”, *O Globo*, 22/05/2003]. Essa Força estaria integrada por 600 policiais federais, civis e militares de elite, a serem chefiados pelo diretor-geral da Polícia Federal. Digamos, de entrada, que a Força Nacional chega um pouco tarde; em segundo lugar, a sua dimensão é bastante modesta. Enquanto só no Rio de Janeiro os traficantes contam com um exército de aproximadamente 7 mil homens muito bem armados, os 600 efetivos da Força são

totalmente insuficientes. Parece como se o governo tivesse noticiado o fato da criação da Força somente para acalmar a opinião pública, que cobra, no governo Lula, uma posição mais efetiva em face do crime organizado. Certamente a violência dos traficantes não será desmotivada por essa notícia e outros fatos terríveis acontecerão no futuro. A medida anunciada não passa de jogar a poeira do narcotráfico para baixo do tapete.

Outra medida anunciada (em junho de 2003), consistiu no fato de o Exército ter começado a treinar um grupo de elite para atuar na repressão à criminalidade no Rio de Janeiro. O número de militares e a localização da nova força foram mantidos em sigilo. A julgar pela forma em que essa unidade foi configurada, trazendo soldados de outras regiões do país, menos passíveis portanto de serem pressionados pelos traficantes, parece que o projeto em andamento inspirou-se na bem-sucedida experiência do governo colombiano que criou esse tipo de força, altamente eficiente, graças à qual o Estado do país vizinho está infringindo sérias derrotas às FARC. Em relação à nova unidade militar, frisavam os jornalistas Helena Chagas e Francisco Leal: “A nova tropa de elite foi concebida a partir do diagnóstico de que, embora as Forças Armadas não devam atuar em segurança pública, a situação é tão grave que o governo não pode abrir mão de ter uma equipe preparada, caso haja necessidade de utilizá-la. Os idealizadores da equipe insistem que não é competência dos militares fazer o patrulhamento das ruas do Rio e que as Forças Armadas não devem ser encaradas como a solução para todos os problemas de segurança do Estado. O grupo especial só será acionado segundo critérios preestabelecidos pelo governo. (...) A equipe de elite do Exército poderá servir como reforço à Força Nacional que o Ministério da Justiça pretende criar para combater o crime organizado” [Helena Chagas e Francisco Leal, “Exército prepara grupo para atuar no Rio”, *O Globo*, 10 de junho de 2003].

Em que pese essa boa notícia, a situação real é a de uma força policial estadual mal aparelhada e sem uma política eficaz para defender eficientemente o cidadão. Pesquisa realizada pela Universidade Cândido Mendes mostra que a polícia carioca mata mais e morre mais, sem que os índices de violência caiam realmente [cf. Paulo Marqueiro, “Segurança enxugando gelo”, *O Globo*, 9 de junho de 2003]. Além disso, são alarmantes os índices de desrespeito aos direitos humanos por parte das forças policiais, tanto no Rio quanto no resto do país, o que levou o afoito Secretário de Segurança Pública do Rio a cometer um verdadeiro *sincericídio* ao afirmar que “polícia no Brasil tortura mesmo”. Crimes cometidos por policiais ou agentes penitenciários ficam absolutamente impunes, sem que os acusados sequer sejam afastados do serviço. A coisa chegou a tal grau de gravidade, que as Nações Unidas decidiram investigar os grupos de extermínio existentes no país [cf. Rodrigo França Taves “ONU investigará grupos de extermínio no Brasil”. *O Globo*, 7 de setembro de 2003].

Mas voltemos ao insuficiente número de homens do exército da legalidade contra o banditismo. O tamanho da Força Nacional proposta pelo Governo Federal é pequeno demais para fazer frente às tropas do narcotráfico na cidade. Embora não saibamos de quantos efetivos será o grupo de elite que o Exército prepara para combater o crime no Rio, certamente não terá mais homens do que a Força Nacional. De novo salta à vista aqui a insuficiência quantitativa das forças da ordem. Só para se ter uma idéia do tamanho que um exército deve possuir para enfrentar o narcotráfico, na Colômbia foi organizada, pelo governo do Presidente Uribe, uma Força Nacional de 50 mil soldados

profissionais que contam com sofisticado apoio logístico fornecido pelo governo americano (para enfrentar um exército guerrilheiro do dobro do tamanho do exército do narcotráfico no Rio).

Na trilha das respostas policiais insuficientes, situa-se, a meu ver, o pseudo-pacifismo com que alguns intelectuais e administradores públicos tentam responder à onda de violência desencadeada pelo narcotráfico. O problema é apresentado por eles da seguinte forma: O fator que produz a violência é o uso de armas de fogo pela população. Tirem-se de circulação as armas, que a paz reinará de novo na sociedade. Ora, o argumento é falacioso. Em primeiro lugar, porque a causa real da violência na sociedade carioca e, em geral, na sociedade brasileira, foi o descontrolado avanço do narcotráfico, com os exorbitantes lucros que apresenta. Tirar as armas de circulação, simplesmente significa que os traficantes podem exercer a sua perversa negociação com o pó da morte, enquanto não houver conflito com tiros e mortes. Não significa que eu esteja querendo defender a posse indiscriminada de armas. Mas o problema não está simplesmente na posse destas. É claro que deve haver uma legislação restritiva do posse de armas. Mas isso deve ser acompanhado do combate sem leniência contra os grupos marginais fortemente municiados com armamento de guerra, bem como contra o narcotráfico e o consumo de entorpecentes, nas suas variadas manifestações.

Com muito bom senso o prefeito César Maia criticou a política de segurança formulada por Luis Eduardo Soares (que defendia o banimento unilateral de armas de fogo mas não a comercialização e o consumo de tóxicos). A propósito, escrevia o prefeito em agosto de 2001: “Em que se baseia a política de Segurança formulada por ele? Com total e entusiasmado apoio de uma ONG patronal chamada Viva-Rio (que conseguiu alvará para vender serviços sem entrar em licitações), o problema central para o Sr. Luis Eduardo Soares está no uso das armas e não no tráfico de drogas. Por isso mesmo, propõe suspender a repressão, desde que as gangues de traficantes não disputem os pontos de venda a tiros, nem façam uso das armas. Ele sonha em ver o varejo das drogas repetir, no Rio, a lógica do varejo das drogas de Los Angeles, onde as gangues se acomodaram distribuindo entre elas as regiões da cidade, acabando com a disputa a bala pelos pontos de bocas de fumo, ou, para não ir muito longe, repetir a lógica adotada pela contravenção carioca. É sabido que se realizaram no Rio reuniões clandestinas, com a participação de traficantes e autoridades, ou seus próceres, para discutir a *pacificação*. O preço era uma espécie de camuflagem, ou *adeus às armas*, tendo como contrapartida a suspensão da repressão ao tráfico de drogas. A polícia do Rio recebeu orientação, no início de 1999, para deixar o mercado de varejo de drogas correr solto e só atuar quando houvesse tiroteio, como se fosse uma espécie de castigo. Quem não atirar, pode traficar drogas à vontade. Onde houver tiros, entra a polícia” [César Maia, “Um desastre na segurança pública”, In: *Folha de São Paulo*, 1^o de agosto de 2001].

2) *Intermezzo* sociológico: bicheiros, traficantes, narcoguerrilheiros.- A realidade do narcotráfico deve ser colocada no contexto do Estado patrimonial, que foi a modalidade de organização política que prevaleceu no Brasil. Lembremos o aspecto fundamental dessa formação político-social. O Estado, no contexto do Patrimonialismo, surge como hipertrofia de um poder patriarcal original, que alarga a sua dominação doméstica sobre territórios, pessoas e coisas extrapatrimoniais, passando a administra-los como propriedade familiar (patrimonial). A forte tradição patrimonialista, em que pese os

esforços modernizadores que pontilham a história brasileira, ainda não foi superada. O Estado, como dizia o saudoso Raimundo Faoro, “tem donos”. A nossa história republicana é rica em exemplos de tentativas de privatização do poder por grupos e estamentos. A “política dos governadores” obedeceu, no contexto da República Velha, a uma tentativa das elites regionais para se apossarem da máquina burocrática do Estado, como meio de enriquecimento. A longa passagem de Getúlio pelo poder, deu ensejo à tentativa de disciplinar o Patrimonialismo tradicional, fazendo emergir proposta modernizadora afinada com o Executivo central hipertrofiado, que passou a cooptar os senhores patrimoniais regionais, as tradicionais oligarquias, ao redor de uma proposta que faria emergir as bases da industrialização. Mas esse esforço modernizador e autoritário ensejado pela Segunda Geração Castilhistas encontrou forte oposição nos tradicionais setores oligárquicos, bem como no contexto da miúda burocracia caudatária destes e em alguns segmentos intelectuais e políticos (minoritários, por certo) de inspiração liberal.

Os últimos cinquenta anos do século passado viram emergir dois momentos modernizadores tributários do modelo getuliano: o plano de metas de Juscelino e o regime militar (1964-1984). A retomada da vida democrática não garantiu, necessariamente, a preservação dos elementos modernizadores. Estes passaram a conviver com a tradicional liturgia cooptativa das oligarquias, ao redor das várias Repúblicas em que se pode disseminar a nossa experiência política das últimas décadas. Poder-se-ia falar, sucessivamente, da *República do Maranhão*, da *República das Alagoas*, da *República do pão de queijo*, da *República do tucanato paulista* e, nestes tempos de consolidação nacional da liderança petista, com áreas sensíveis como a saúde sendo loteadas entre as clientelas políticas de militantes, possivelmente da *República do ABC*. A máquina burocrática é ciosamente preenchida, nos seus níveis federal e estadual, por aqueles que melhor representem os interesses da *República de plantão*. Ausência total de espírito público? Seria injusto afirmar tal coisa. Mas também seria utopia pensar que estamos num regime republicano estrito, em que a *res publica* não se confunde com a *coisa nossa*, com os interesses particulares e clânicos dos que exercem o poder. A longa história da que Oliveira Vianna denominava de *política alimentar* ainda está muito presente e não sairá tão fácil de cena. Precisariamos fazer emergir em cada brasileiro a noção de *bem público*. E isso é questão para formar toda uma geração, num ensino básico que realmente eduque para a cidadania. Coisa que, convenhamos, ainda está em débito na nossa realidade.

A marginalidade acomodou-se à essência do Estado patrimonial brasileiro. O contraventor tradicional, o folclórico *bicheiro*, sempre conviveu numa boa com a estrutura patrimonial regional. Exemplo desse modelo de convivência foi, no antigo Estado da Guanabara, a administração do governador Chagas Freitas, na qual os *bicheiros* encontraram o seu lugar ao sol, sem ultrapassar a linha da contravenção tolerada. Os diligentes apontadores estavam nos lugares previamente combinados com a polícia, que recolhia religiosamente a *fezinha* dos homens da lei e as coisas ficavam na santa paz do convívio carnavalesco. Esse é o tipo de contraventor que prevalece na vida carioca até a década de 80. Realidade exclusivamente brasileira no contexto latino-americano? Certamente não. Poder-se-ia estabelecer um paralelo bastante fiel entre o *bicheiro* carioca e o *chancero* de Medellín, ambos agentes da economia informal numa atividade muito apreciada nos contextos em que a *ética do atalho* substituiu à *ética do trabalho*: os jogos de azar, que garantem o desejo do enriquecimento fácil, num passe de

mágica, sem a incômoda obrigação de trabalhar. A estrutura social costurada ao redor do tradicional *bicheiro* tinha muito de semelhante com as práticas da máfia siciliana: fidelidade aos pactos, sentido da família e da honra, solidariedade com os membros do clã, colaboração com os outros bicheiros numa espécie de *clientelismo horizontal*, crueldade para com os desertores ou aqueles que violassem as regras do jogo.

Com o primeiro governo Brizola, no início dos anos 80, os morros convertem-se em redutos fortes da marginalidade e começa a surgir um novo tipo de *fora-da-lei* muito mais agressivo que o tradicional bicheiro: o *traficante*. Este não aparece da noite para o dia. Desponta inicialmente como servidor do *bicheiro*, como aquele comerciante audaz do novo mercado que assoma na cidade: o dos tóxicos, inicialmente o da maconha. Com a entrada da cocaína na cena carioca, ao longo da década de 80, e com os desconhecidos lucros que os contraventores auferem a partir desse novo negócio, alguns *bicheiros* abandonam o perfil de *contraventores soft* e convertem-se em reles traficantes. Tal é o caso, por exemplo, de Aniz Abraham David, figura que desponta nos anais do *bicho* carioca como alguém que quebra os elos parentais. O que vale é o enriquecimento *tout-court*, ou a manutenção, a qualquer preço, da primazia obtida no meio pelo terror. A carta-testamento da ex-mulher de Aniz é bem significativa desse novo tipo de marginal, o *bicheiro* que virou *traficante*. Alguns destes surgem meteoricamente das hostes que prestavam serviços aos antigos *bicheiros* e passam a exercer um crescente domínio, alicerçados exclusivamente no amedrontamento e na violência indiscriminada.

Figuras como *Elias Maluco* ilustram muito bem esse novo tipo de personagem do nosso panorama social. Surge, nos lugares onde se torna forte o tráfico de drogas, uma nova hierarquia de poder: na cúpula está o *chefão* ou *traficante*, aquele que compra a cocaína para ser distribuída e que garante o armamento; ele é o *capo di tutti capi* no morro. Vem a seguir o *gerente do tráfico*. Rodeiam esses líderes, numa espécie de *gard de corp* primitiva, os *chefes das bocas de fumo*, responsáveis pelas vendas das drogas no varejo e pelo gerenciamento dos lucros obtidos, bem como os *soldados do tráfico*, muitos deles menores de idade, treinados e armados pelo *chefão*. Na parte inferior da hierarquia de domínio situam-se o *olheiro* (aquele que, mediante rojões ou pipas, avisa a presença da polícia ou a chegada de estranhos) e o *vapor* (*office-boy do traficante*, que garante a distribuição da mercadoria no asfalto). A autoridade exercida pelo *chefão*, pelos *gerentes* e pelos *chefes das bocas de fumo* é vertical e inquestionável. O *chefão* é, no seu reduto, uma espécie de *sátrapa*, senhor da vida e da morte das pessoas reféns do seu domínio. Pratica julgamentos sumários contra os seus desafetos, como no caso de Tim Lopes. Quem não é diretamente ligado às atividades do tráfico, deve se deixar cooptar por ele: a lei do silêncio é a primeira providência, que garante o anonimato da estrutura de poder do tráfico em face da polícia.

Ao contrário do que acontecia em Medellín, na época áurea do Cartel de *don Pablo* (que proibia sob pena de morte o consumo de cocaína pelos seus colaboradores, com a finalidade de não atrapalhar os negócios), nos morros cariocas o combustível da febril atividade do tráfico é costumeiramente a droga. Exemplo disso é o relato de Caco Barcellos acerca das atividades de *Cabeludo*, um dos chefes do tráfico no morro Dona Marta. A propósito deste ponto, escreve o jornalista: “As extravagâncias de Cabeludo eram derivadas do consumo de cocaína. Longe das drogas, no universo restrito do crime, era um homem generoso e solidário. Já antes de virar o chefe do tráfico, transferiu parte

do dinheiro roubado no assalto milionário à Casa da Moeda para os parentes dos parceiros que morreram em combate. Sempre manteve o compromisso de enviar dinheiro e drogas aos que estavam presos. Quando não cheirava, gostava de passear pela favela na companhia de crianças e de contar histórias curiosas de assaltos aos aposentados, que passavam horas ouvindo sentados em frente aos barracos. Uma grossa linha branca sobre o bigode mal raspado sinalizava quando *Cabeludo* estava sob efeito de cocaína. Nesses dias ele virava outro homem. As pessoas mais próximas sabiam disso e muitos o evitavam para se proteger de suas atitudes imprevisíveis. Não era raro *Cabeludo* ficar até três dias seguidos sem dormir, período em que tinha alucinações e crises de desconfiança” [Barcellos, 2003: 92-93]. Pode-se imaginar o potencial incrível de violência que o consumo de drogas tem produzido no narcotráfico carioca. As repetidas chacinas são prova meridiana disso, bem como as que diariamente acontecem em São Paulo, Belo Horizonte e outras cidades brasileiras.

Em decorrência do contato diuturno com a estrutura do narcotráfico e devido à falta de formação profissional, alguns setores policiais se corrompem. Já não esperam do traficante o pagamento tranqüilo da *fezinha*, como procediam com os bicheiros. Passam a extorquir simplesmente os traficantes e os seus colaboradores. A violência, nesse contexto, cresce de forma descontrolada. Os ajustes de contas entre traficantes e colaboradores, ou entre estes e consumidores ou com os policiais, dão-se simplesmente mediante a eliminação física de todos os envolvidos e das suas famílias. Daí o crescimento terrível das chacinas nas grandes cidades brasileiras, a partir do final dos anos 80. Os *traficantes* firmam o seu domínio sobre colaboradores e nas comunidades reféns da sua autocracia, mediante o mecanismo que os sociólogos colombianos passaram a denominar de *clientelismo armado*. Trata-se de uma subserviência aos senhores do tráfico alicerçada exclusivamente no medo. Os policiais corruptos, por sua vez, organizam-se em corpos de extermínio que praticam sistematicamente chacinas como a de Vigário Geral.

Outra figura importante que caracteriza a cena carioca nos dias que correm é o *chefe de cartel*. Diferencia-se do simples *traficante* pelo fato de que o seu universo é mais amplo. O *chefe de cartel* é um executivo internacional das drogas, aquele que compra cocaína diretamente dos cartéis estrangeiros e que negocia armamentos sofisticados com os traficantes de armas, como foi o caso de Fernandinho Beira-Mar, quando da organização do *Suricartel*, que garantia armamento para as FARC e cocaína para os morros cariocas. Esse personagem, o *chefe de cartel*, aparece ao longo da década de 90. Ele é um herói para os jovens que vivem sob seu domínio. Conquista as garotas que desejar. Inspira os *raps* que embalam os bailes funk. Faz obras beneficentes nas favelas e bairros pobres, ganhando tintes messiânicos. Vira ator de TV nos seriados produzidos pelas cadeias estrangeiras. Converte-se em astro dos longas nacionais, financiados por banqueiros e empresários politicamente corretos. Vira capa de revista e de *best-seller*, como os finados Pablo Escobar ou o Marcinho VP [cf. Barcellos, 2003; Salazar, 2001]. Possui características de estrategista e de homem de negócios. Passa a cooptar os simples *traficantes*, cobrando deles imposto de suserania. Herdou a disposição para a luta dos antigos guerrilheiros. Mas, ao contrário destes, é oportunista, de um lado porque visa ao lucro, ganhando aspectos de negociante pragmático. De outro lado, porque tem uma notável capacidade de planejar estratégias de guerra. As guerrilhas latino-americanas, órfãs da mesada soviética após a queda do Muro em 1989, passaram a se aproximar dos

tradicionais cartéis da cocaína na Colômbia, tendo dado ensejo a esse novo personagem, mistura paradoxal de sancho-pancismo e quixotismo, o *chefe de cartel*.

Este é uma espécie de *condottiere*, como aqueles que pululavam na sociedade italiana na época da Renascença, e que semearam a intranqüilidade e a violência na terra de Maquiavel. As melhores expressões desse personagem as encontramos na Colômbia, na figura de Pablo Escobar, o primeiro *chefe de cartel* das Américas, ou na atual figura de *Mono Jojoy*, o estrategista das FARC, grupo armado que realizou ao longo da década passada a simbiose com elementos do antigo Cartel de Cali [cf. Villamarín, 1996: 11-12]. (Na Colômbia a primeira colaboração entre guerrilha e narcotráfico tinha ocorrido em 1985, na tomada do Palácio de Justiça, com a finalidade de queimar as provas que a Suprema Corte tinha contra os traficantes). Mas voltemos ao nosso assunto. Ao redor do *chefe de cartel* pode surgir uma força armada com características semelhantes às de um exército regular, como é o caso das guerrilhas colombianas, notadamente das FARC e do ELN (que agora juntaram esforços para se contraporem ao *Plano Colômbia* do Presidente Uribe). O efeito mais importante da presença do *chefe de cartel* é a organização de um exército de soldados do tráfico (os *narcoguerrilheiros*), que obedecem a um comando único e seguem uma rigorosa disciplina militar, bem como a montagem de uma sofisticada estrutura empresarial com executivos que falam várias línguas e vestem roupas de *griffe*, engenheiros, advogados, relações públicas. A finalidade não é diretamente a tomada do poder, mas o fortalecimento, pelo terror, da estrutura empresarial do narcotráfico, para que possa trabalhar “em paz”. Nessa tentativa de organização de uma força regular, o aliciamento de ex-oficiais e soldados das Forças Armadas é fator importante, como ocorreu na Colômbia e como está acontecendo hoje no Brasil.

Como *Narcoditadura* definiu o jornalista Percival de Souza, com propriedade, o clima gerado pela *narcoguerrilha* nos morros e favelas. Queixa-se Percival de que a sociedade (leia-se as classes média média e média alta) trata com excessiva benevolência esses assassinos que garantem o embalo dos sonhos propulsados a droga. A respeito, frisa: “Por que essas ditaduras são tratadas diferentemente? Porque em torno da droga existe charme, *glamour*, e os consumidores respeitam e admiram os traficantes, a ponto de quando se toca nesse assunto pretenderem defendê-los. Não se sabe a receita para ser implacável com o vendedor de sonhos em forma de substâncias. A idéia de que usuário não vive sem traficante incomoda, e incomoda bastante. Confundem misantropo com filantropo. A narcoditadura manda matar os indesejáveis, os que não pagaram a conta em dia. Inadimplência é uma palavra que não existe na cartilha verbal do narcoditador. Nem pedido de falência ou concordata. Cobrança em cartório, nem pensar. As ações judiciais na área cível ajudam a entender, e muito, a economia do país. Na narcoditadura, a regulação do mercado é feita por tiros, facadas, tortura e cremações. A narcoditadura consegue implantar uma pedagogia ignorada pela maioria que fala sobre drogas” [Souza, 2002: 251].

A força da *narcoguerrilha* passa a cooptar elementos da sociedade civil, notadamente candidatos ao Poder Legislativo nacional ou regional, bem como juizes, delegados de polícia e (como já foi destacado), soldados e oficiais das Forças Armadas. Se necessário for, como acontece na Colômbia, parte-se para um confronto militar explícito com as forças da ordem. Mas o ideal é manter um conflito de baixa intensidade,

de forma a garantir os lucros do narcotráfico, sem ter de despender muitos recursos numa luta armada regular. Aplica-se aqui o princípio da “rentabilidade administrativa variável”, formulado por Paul Milukov para as sociedades regidas por Estados patrimoniais [cf. Wittfogel, 1977].

No contexto dessa lógica flexível e bastante pragmática, o narcotráfico acomodou-se, na América Latina e no Brasil em particular, à onda de terceirização e de privatização que varreu o nosso Continente ao longo da década de 90. Os antigos cartéis colombianos pulverizaram-se em centenas de pequenos cartéis que continuam com o negócio firme como antes. A respeito desse fenômeno, escreveu Argemiro Procópio: “O narcotráfico na América Latina dança de acordo com a música que embala a corrupção nos três Poderes. Parece ousadia, mas a desregulamentação abraçou igualmente o comércio e a produção de drogas. Nos anos 1970, agiam praticamente apenas dois cartéis colombianos. No final dos anos 1990, o narcotráfico pulverizou-se entre máfias, gangues, bandos e cartéis de diferentes procedências geográficas. Tal desregulamentação tornou-o ágil e fora de alcance das tradicionais estratégias de repressão” [Procópio, 1999: 242-243].

Os esforços de racionalidade administrativa dão-se na medida das necessidades da manutenção da supremacia inquestionável dos donos do poder. As táticas da guerrilha rural e urbana foram incorporadas pelos narcoguerrilheiros, com toda a seqüela de desgaste institucional, violência continuada, criminalidade em alta, insegurança crescente para os cidadãos, desestímulo à inversão estrangeira, quebra do turismo, incentivo a tipos de delito rentáveis para os traficantes como o seqüestro sistemático de comerciantes, industriais, políticos e profissionais liberais. No mundo do terror globalizado, o *chefe de cartel* e o *narcoguerrilheiro* são uma porta aberta para os terroristas profissionais, que encontram neles eficazes colaboradores. São conhecidas, por exemplo, as ações conjuntas desenvolvidas por Pablo Escobar com os terroristas da ETA (na derrubada de um Boeing da empresa colombiana Avianca em Bogotá, em meados dos anos 80). Recentemente, podemos lembrar os atentados perpetrados pelas FARC junto com os ativistas do IRA. O que se passa na Colômbia e começa a se firmar na sociedade brasileira como uma sina trágica, é tudo consequência da consolidação desse novo poder, o dos *chefes de cartel* auxiliados pelos *narcoguerrilheiros*. Fernandinho Beira-Mar é, sem dúvida, o grande paradigma brasileiro dessa nova figura da criminalidade. Conseguirá o Estado Patrimonial brasileiro fazer frente a essa nova onda de desagregação e atraso?

3) Política de segurança pública da governadora Rosinha Garotinho.- A atual governadora do Estado do Rio de Janeiro explicitou a sua política de segurança pública no documento intitulado *Propostas Preliminares do Plano de Governo – Segurança pública*, publicado no início de 2003. Mais do que fazer uma análise abrangente da situação caótica de segurança pública no Estado, para a partir daí assinalar a política a ser seguida, a governadora Rosinha partiu para identificar onze ações tópicas, que, sozinhas, soam mais como medidas paliativas. Enumeremo-las:

A – Centralizar o comando da Segurança Pública, os serviços de inteligência (através da criação da Central de Inteligência estadual), as operações e as comunicações da Polícia Militar, Polícia Civil Defesa Civil e DESIPE no prédio da Central do Brasil, para que estas entidades atuem de forma integrada com a Polícia Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Isso permitirá ainda a ligação com outros bancos de dados, como os do Poder Judiciário, DETRAN, Instituto de Identificação, Instituto de

Criminalística, Secretaria de Fazenda, CEDAE, entre outros. Ficará assim constituída a Central de Segurança Pública.

B – Reunir numa mesma coordenadoria as delegacias especializadas no combate ao crime organizado, a fim de agilizar e tornar mais eficiente a atuação policial. Das 22 delegacias especializadas, oito formarão a Coordenadoria de Repressão ao Crime Organizado. Elas são as seguintes: Delegacia de Homicídios (Rio e Baixada), Delegacia de Pessoas Desaparecidas, Delegacia de Repressão a Entorpecentes (Rio e Niterói), Delegacia Anti-sequestro, Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas, Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis, Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos e Delegacia de Capturas (POLINTER).

C – Aumentar o efetivo do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) para ocupar emergencialmente áreas críticas. As ações serão descentralizadas para a Baixada e o Interior com dois núcleos em cada região.

D – Realizar ação social nas áreas críticas, substituindo gradativamente o BOPE pelo Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), a exemplo do que ocorre no Cantagalo e no Pavão/Pavãozinho.

E – Instituir novamente as rondas noturnas nas vias expressas com os *boinas azuis* do Grupamento Especial Tático Móvel (GETAM).

F – Intensificar o combate ao crime nas rodovias estaduais, reestruturando e aumentando os efetivos do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual.

G – Ampliar o programa *Escolas da Paz* para atender 300 estabelecimentos de ensino (no governo Garotinho foram atendidas 242 escolas). O programa, que tem a parceria da UNESCO, visa à utilização dos prédios escolares no final de semana com atividades educativas, culturais, esportivas e de lazer, integrando pais, alunos, professores e comunidades. Esse programa será desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação.

H – Ampliar os serviços da Polícia Técnica para outras regiões do Estado e colocar em funcionamento os oito postos construídos no governo Garotinho. Essa descentralização vai otimizar a realização das perícias, permitindo a obtenção de provas para apuração de crimes com maiores rapidez e eficiência, garantindo, assim, o pronto atendimento às requisições do Ministério Público e do Poder Judiciário. A nova Polícia Técnica unificou os Institutos Carlos Éboli (ICCE), Afrânio Peixoto, Félix Pacheco (IFP) e Diretoria de Identificação do DETRAN.

I – Retomar o programa *Delegacia Legal* para concluir as reformas de todas as delegacias de polícia, que serão transformadas numa repartição policial moderna, informatizada e dotada de equipamentos de última geração.

J – Retomar o programa *Casa de Custódia* para concluir as unidades que estão em obras e construir mais unidades com capacidade para 500 pessoas cada. O objetivo é acabar com todas as carceragens em delegacias de polícia.

K – Comprar mais viaturas policiais e contratar mais policiais militares.

4) O Plano Federal de Segurança Pública do governo Lula.- Este Plano foi preparado em abril de 2002 pelo Instituto Cidadania, ligado ao PT, e contou com a

apresentação do então candidato presidencial Luiz Inácio Lula da Silva, que destacava o caráter apartidário e revolucionário do documento, conclamando para uma unidade nacional em torno ao tema da segurança pública. Frisava Lula: “A proposta não possui coloração partidária, nem credo ideológico. Sua intenção é convocar uma amplíssima unidade nacional para enfrentar e vencer esse inimigo comum, a violência, em todas as suas formas: do crime organizado que usa colarinho branco aos assassinatos, estupros e odiosos seqüestros. (...) Aqui se aponta a necessária conjugação de esforços entre União, Estados e Municípios e se recomendam diversas alterações na legislação brasileira. Antes de mais nada, trata-se de garantir uma verdadeira revolução na história de nosso país: *é fundamental que as leis passem a ser cumpridas*”.

O sumário do Projeto abarca muitos itens, 15 ao todo: identificação da problemática e síntese do diagnóstico; exigências para a elaboração de uma política de segurança pública na esfera policial; reformas substantivas na esfera da União e dos Estados; reformas substantivas na esfera municipal; um novo marco legal para o setor de segurança pública; a persecução penal; violência doméstica e de gênero; a violência contra as minorias; o acesso à justiça; sistema penitenciário; diagnóstico e propostas para a segurança privada; programas de proteção a testemunhas; o Estatuto da Criança e do Adolescente e a redução da idade da imputabilidade penal; a violência no trânsito e, por último, desarmamento e controle de armas de fogo. Não há dúvida de que se trata de um Plano bastante completo e abrangente. Deixa, no entanto, por fora algumas questões essenciais: em primeiro lugar, numa época em que o mundo sofre as terríveis conseqüências do terrorismo globalizado, o tema não merece atenção suficiente no documento; em segundo lugar, em face da problemática das drogas e do narcotráfico, que certamente constitui uma questão essencial para a segurança do país, o assunto não recebe a atenção adequada, que exigiria um capítulo específico. Outras deficiências serão anotadas no final deste item, após a exposição dos elementos essenciais que integram o mencionado documento.

Destacarei, a seguir, algumas das partes do Plano que me parecem fundamentais para entender os lineamentos gerais da política de segurança pública do governo Lula. Uma análise detalhada de todos os itens contidos no documento exigiria uma extensão que supera as pretensões deste ensaio.

Um primeiro item é dedicado à “identificação e diagnóstico do problema da segurança”. O objetivo do documento consiste em “submeter à apreciação da sociedade um projeto de segurança pública cuja meta é a redução daquelas modalidades da violência que se manifestam sob a forma de criminalidade”. O Plano insiste na abrangência do conceito de segurança, que deve-se estender a todos os membros da sociedade, não apenas a algumas classes privilegiadas; em relação a esse ponto, o documento frisa que “ou haverá segurança para todos, ou ninguém estará seguro no Brasil”. A seguir, o documento assinala o problema fundamental de segurança que enfrenta o país; esse problema consiste no “verdadeiro genocídio a que vem sendo submetida a juventude brasileira, especialmente a juventude pobre do sexo masculino”. O tamanho do problema é ilustrado com alguns dados estatísticos: “Em 1999, na cidade do Rio de Janeiro, em cada grupo de cem mil habitantes, 239 jovens do sexo masculino, com idades entre 15 e 29 anos, foram vítimas de homicídios dolosos. É como se o Brasil experimentasse os efeitos devastadores de uma guerra civil sem bandeira, sem propósito,

sem ideologia e sem razão”. E mais adiante o documento destaca o centro nevrálgico dessa tragédia, ligada ao narcotráfico: “juventude pobre recrutada por unidades locais do tráfico de armas e de drogas, responsável pelo varejo desse comércio ilegal: aí está o centro de uma de nossas maiores tragédias nacionais”. O comércio de tóxicos desenvolve essa dinâmica de aliciamento, no contexto de um arrazoado econômico: “O tráfico coopta um exército de reserva para a indústria do crime, em função da conveniência econômica de preencher a capacidade ociosa do armamento”.

O centro do drama ensejado pelo narcotráfico são os espaços urbanos pobres e esquecidos pelos políticos. Mas a causa da barbárie não se situa ali. O documento do PT aponta em direção a criminosos de “colarinho branco”, que de algum lugar das avenidas chiques da Zona Sul carioca comandam esse exército da morte. Digamos, de entrada, que se trata de uma identificação muito vaporosa, quando todos sabemos para onde apontam os indicadores do crime: as FARC e as organizações correspondentes no Brasil, os cartéis da droga (Comando Vermelho, Primeiro Comando, Primeiro Comando da Capital, etc.) administrados por homens da laia de Fernandinho Beira-Mar. Em relação a este ponto, frisa o documento: “Se a cena mais dramática é o teatro da guerra (os espaços urbanos abandonados pelo poder público), a cena decisiva, da qual emana o roteiro da tragédia, situa-se bem longe dali. Seus atores são os operadores do atacado do tráfico de armas e drogas, que moram bem, falam línguas estrangeiras, têm acesso a informações privilegiadas: são os criminosos de colarinho branco”.

Para o documento do PT, a dimensão da violência no Brasil deixou de ser já problema de alçada puramente policial, para se tornar um problema político de grande monta. A respeito, o Plano destaca: “O fenômeno ultrapassa as fronteiras da questão criminal e lança a violência num patamar político. O que se passa hoje no Brasil, em muitas áreas urbanas empobrecidas e negligenciadas pelo poder público, é um ultraje à democracia, (é) a banalização da violência, é o preâmbulo da barbárie”.

Uma vez feita a análise da situação de violência pela que o país atravessa, o documento fixa a sua atenção na síntese que, do ponto de vista criminal, poder-se-ia fazer em relação a essa realidade. Neste ponto são destacadas duas variáveis, como elementos condicionantes do fenômeno: o tráfico de armas e o consumo de drogas, sendo que esta última condiciona a primeira. A respeito, o Plano frisa: “Síntese do diagnóstico especificamente criminal: para a compreensão do quadro da criminalidade são relevantes as seguintes circunstâncias: a) na esfera da criminalidade prepondera a articulação entre tráfico de drogas e de armas, como matriz da economia clandestina que orienta a delinqüência como prática utilitária; b) o tráfico de drogas é alimentado pelo mercado que lhe é cativo; c) o tráfico de drogas financia as armas e, apropriando-se delas, potencializa seus efeitos destrutivos”.

Qual o caminho a ser empreendido para resolver tamanho problema? A solução, para o documento petista, deve-se inspirar na experiência internacional e consiste numa combinação de elementos, no seguinte sentido: “Feliz combinação entre tendências demográficas, a mobilização de um amplo espectro de agências públicas e entidades da sociedade civil e policiamento focalizado”. Trata-se, a meu ver, de uma fórmula bastante indefinida, que de tanto generalizar não diz nada. À luz da trilha assinalada, o Plano identifica o novo ângulo de abordagem da problemática em questão, nos seguintes termos: “Os fenômenos da violência e da criminalidade são complexos e

multidimensionais. O êxito de qualquer esforço público voltado para a redução desses fenômenos depende de um número muito grande e variável de circunstâncias”. Novo ângulo verdadeiramente obscuro, assim como é indefinida a trilha que lhe deu nascedouro.

Nesse *mare tenebrosum* de generalidades e abstrações, por fim aparece uma solução prática: a criação, de cima para baixo, de uma estrutura administrativa situada no alto governo, para que, a partir dela, sejam fixadas as políticas de segurança necessárias. Eis o teor da medida: “Será formada uma coordenação unificada para a gestão da política integrada de segurança pública. Seus membros serão os ministros ou os secretários das pastas pertinentes. Nesse contexto, as secretarias de segurança, as polícias e o ministério da Justiça não estarão mais isolados no comando da política de segurança pública”.

O documento passa a analisar, a seguir, as causas e as conseqüências da ineficiência policial. As causas são identificadas nos seguintes termos: “Falta investigação, falta confiança, faltam informações. Qualquer intervenção política que vise a transformar esse quadro de impunidade, carência e descrédito, deve agir sobre os três tópicos”. Já no que tange às conseqüências, o Plano identifica os pontos a seguir: “Inviabilidade de aplicação de políticas públicas de segurança racionais; ineficiência (baixíssimas taxas de esclarecimento de crimes); descrédito público (gerando subnotificação de crimes); práticas violentas (implicando medo da população); corrupção crônica e comprometimento capilar com a criminalidade”.

No capítulo 4, o Plano apresenta o que, a meu ver, constitui o cerne da política de segurança pública. Nele são propostas “reformas substantivas na esfera da União e dos Estados”. Essas reformas estão contidas nos seguintes nove pontos: a) criação do Sistema Único de Segurança Pública; b) este Sistema centra-se nas Polícias Estaduais, que vão servir de ponte com a Polícia Federal e com as Guardas Municipais. Propõe-se a integração, nos Estados, entre polícia civil e polícia militar; c) a política unificada de segurança pública será acompanhada pelo conselho consultivo de segurança pública (integrado por representantes da sociedade civil e pelos chefes e comandantes das polícias); d) propõe-se a criação, nos Estados, de um núcleo de formação em segurança pública e proteção social; e) propõe-se, outrossim, a criação, nos Estados, das áreas integradas de segurança pública (AISPs); f) as finalidades das áreas integradas de segurança serão as seguintes: integrar as polícias; melhorar a qualidade dos serviços; integrar as forças de segurança estaduais e municipais; racionalizar os recursos; possibilitar a participação da comunidade por meio das comissões civis comunitárias de segurança; facilitar a prestação de contas; tornar mais ágeis os serviços de segurança pública; coordenar as ações locais com as políticas de segurança do Estado e formular estratégias para problemas que transcendam a esfera local; g) propõe-se a criação de órgão integrado de informação e inteligência policial, vinculado ao gabinete do secretário de segurança pública; h) o órgão coordenador da política nacional de segurança pública denominar-se-á de *Secretaria de Estado de Segurança Pública* e resultará da ampliação da atual Secretaria Nacional de Segurança Pública vinculada ao Ministério da Justiça. A nova secretaria terá sob a sua jurisdição a Polícia Federal e a Coordenação Nacional da Política de Drogas; i) objetivos gerais do órgão coordenador: reorientar a Polícia Federal para o combate ao crime organizado; criar o banco de dados nacional sobre segurança

pública; aumentar o efetivo da Polícia Federal; criar a ouvidoria da Polícia Federal e reformular o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Além dos pontos negativos que foram destacados no decorrer da exposição do Plano, podemos adicionar outras críticas. Em primeiro lugar, acho que o documento sobre a política de segurança pública do governo Lula peca pelo mesmo que sempre se pecou no Brasil: é dimensionado de cima para baixo, quando, como se diz, “a febre não está nos lençóis”. A violência pipoca é no município, onde todos vivemos. Ora, qualquer política de segurança pública que se preze, teria de partir daí. No documento, a política é traçada a nível federal, administrada a nível federal e são cogitadas as desgastadas e corruptas polícias estaduais para que sirvam de ponte com a população. Em segundo lugar, não se insiste adequadamente na importância do policiamento ostensivo, como forma de dar ao cidadão de novo a segurança no lugar onde mora; justamente como se deixou de lado a perspectiva municipal no gerenciamento da segurança pública, o ponto do policiamento ostensivo passa a segundo plano. As polícias estaduais são alérgicas ao policiamento; degeneraram em atividades meio, quando não descambaram para a pura e simples criminalidade, como no Rio de Janeiro e em outros Estados onde pululam os esquadrões da morte chefiados por policiais. Essa é a situação que se vive no país.

Outras críticas seriam as seguintes: a) não é mencionado o fenômeno da cooptação de ex-militares pelo narcotráfico; b) não se afirma nada acerca do papel de organizações não governamentais que se situam deliberadamente à margem da lei e que terminam engrossando o caldo da violência sistemática no país, como é o caso do MST; c) embora se mencionem casos de ações bem sucedidas contra a criminalidade em vários países, não é sequer citada a bem-sucedida experiência colombiana na extinção dos cartéis da cocaína em Medellín e Cali (ocorrida nos anos 90 sob a chefia do general Rosso José Serrano); d) não é mencionado o papel letal de apoio ao narcoterrorismo brasileiro desempenhado pelas FARC. O PT considera, ingenuamente, que se trata ainda de um agrupamento de ativistas animados pelo ideal socialista. Em virtude disso, o governo Lula recusa-se a considerar as FARC como terroristas, contrariando deliberação da Organização dos Estados Americanos que se pronunciou nesse sentido; e) embora os exércitos do narcotráfico no Rio de Janeiro sejam formados por milhares de jovens entre 16 e 18 anos (os cálculos apontam para mais de 5 mil menores que integrariam exércitos marginais), não é sequer contemplada a idéia de diminuir a idade da imputabilidade dos delinqüentes. O Plano considera que deve ser mantido, inalterado, o atual *Estatuto da Criança e do Adolescente*; f) no histórico da criminalidade não é mencionado o fato de a origem do crime organizado decorrer, além do jogo do bicho, no Rio, também do convívio entre ativistas de esquerda e bandidos, na prisão da Ilha Grande, durante o regime militar; g) na denominação “criminosos de colarinho branco”, o documento insinua que esses pertencem unicamente às classes altas, nunca ao chamado “povão”. Isso contradiz os fatos que foram apontados no início da minha exposição. Fernandinho Beira-Mar vem do povão. E é um criminoso de colarinho branco.

5) A proposta de segurança pública para o Rio de Janeiro, elaborada pelo prefeito César Maia.- Está contida no documento intitulado *Nova política nacional de segurança*, que foi adotado pelo Partido da Frente Liberal, ao qual pertence o prefeito, como plataforma para a política de segurança pública dessa agremiação. A adoção oficial do mencionado documento pelo PFL revela a seriedade com que o mesmo foi elaborado,

partindo de um conhecimento detalhado da realidade do Rio de Janeiro, bem como do Estado e da região Sudeste, onde se concentram as atividades do crime organizado, justamente por ser a que mais contribui com a produção de riqueza no Brasil.

A proposta de César Maia é, a meu ver, a mais completa de todas as que até agora têm sido formuladas. Parte, em primeiro lugar, da situação de insegurança vivida pelos cidadãos no município e ali tenta já dar uma resposta, desverticalizando a abordagem dos problemas mediante a criação dos Distritos de Segurança, onde a criminalidade será detectada e combatida, adotando o princípio de “tolerância zero com os delitos de rua”. Em segundo lugar, identifica, de forma realista, os principais focos de criminalidade na cidade, a fim de ali intensificar o seu combate. Em terceiro lugar, coloca o policiamento ostensivo da Polícia Militar como fator essencial e atribui a esta papel importante nos procedimentos de isolamento e cobertura dos locais dos delitos, a fim de que não sejam perdidas provas essenciais; o projeto assinala a necessidade da especial capacitação dos efetivos da Polícia Militar para que bem possam desempenhar essa função. Em quarto lugar, identifica claramente os mecanismos processuais que devem ser agilizados e indica a forma de fazê-lo, no interior de cada Distrito. Em quinto lugar, assinala a forma em que se dará a colaboração dos Distritos entre si e com o Município e o Estado, a fim de tornar as ações mais eficazes, evitando a migração dos focos de criminalidade para outros pontos da cidade ou do Estado. Em sexto lugar, foge das apreciações ideológicas da temática em questão, deixando claro que se trata da efetivação de políticas pragmáticas que devem beneficiar num razoável espaço de tempo à população que clama por segurança. Em sétimo lugar, apresenta uma proposta exequível de reforma do sistema penitenciário do Município e do Estado, a fim de desafogar as delegacias, hoje inadequadamente convertidas em prisões. Em oitavo lugar, a proposta de César Maia, pela praticidade e a desverticalização que a caracterizam, constitui um modelo ágil para ser adotado em outras cidades do país, fazendo deslanchar, destarte, uma nova prática de segurança pública no Brasil. O projeto do prefeito do Rio considera que cabe à União capitanear as ações em prol do estabelecimento de uma política nacional de segurança pública, levando em consideração o flexível modelo apresentado por ele para a cidade. E, por último, identifica, de forma realista, os fundos de que o Município poderá fazer uso para financiar essa política de segurança, mediante a criação do fundo de segurança pública (utilizando, entre outros recursos, as contrapartidas do Estado e da Federação; o autor aponta, por exemplo, para a utilização social das *royalties* do petróleo).

A proposta de César Maia situa-se, a meu ver, na trilha das grandes políticas de segurança pública, que deram certo em países como Estados Unidos, Inglaterra, França, que se caracterizam justamente por terem atacado o problema da violência ali onde ela se pratica, ou seja, nas *comunas* ou nos *distritos*. Lembremos como essa perspectiva local impressionou a um atento observador da política americana, o grande Alexis de Tocqueville, que já em 1835, na sua obra *A democracia na América*, chamava a atenção para o fato de os americanos enfrentarem as duas mazelas que mais acossavam as sociedades de início do século XIX, a violência e a pobreza, justamente a nível das *comunas*, assinalando, para isso, comissões de cidadãos (os denominados na América *selected-men*) que se encarregariam de realizar o diagnóstico dos problemas, a fim de irem encontrando as respostas cabíveis. As políticas regionais e nacionais construir-se-iam a partir das respostas locais, e não ao contrário [cf. Tocqueville, 1977:53-67]. A proposta do prefeito do Rio resgata, outrossim, o melhor da nossa tradição luso-brasileira

de valorização do município como cerne das políticas públicas. Lembremos que o visconde de Uruguai, no seu *Tratado de Direito Administrativo* fazia suas as palavras de Tocqueville quando dizia que “o município é a escola primária da democracia” [Souza, 1960: 368].

Feita a síntese da proposta de César Maia, destaquemos, com ajuda do “resumo executivo” preparado pelo PFL e que introduz o documento do prefeito, alguns pontos essenciais. A primeira questão que vale a pena ser destacada é a que se refere ao objetivo central da proposta, que consiste na devolução à polícia da sua capacidade de iniciativa, deixando de ser ela, assim, apenas um mecanismo reativo que se mobiliza em função dos deslocamentos dos criminosos. A respeito, frisa o documento: “No entendimento do prefeito César Maia, o objetivo central imediato da nova política nacional de segurança deve consistir em devolver à polícia a sua capacidade de iniciativa. Para tanto cumpre considerar: I – Ações imediatas; II – Descentralização com concentração de autoridade a nível local e III – Suporte técnico na atuação da polícia. Considera ainda a integração dos três níveis da administração e a Reorganização do Sistema Prisional. O cumprimento desse programa exigiria, finalmente, a Criação de Fundos específicos, com recursos dos três níveis de governo”.

A proposta de César Maia focaliza os interesses do cidadão, que anseia intensamente viver em segurança. Em face das frustrações repetidas, bem como do cinismo das autoridades que em não poucas oportunidades consideram o próprio cidadão culpado pela situação que vive, a proposta do prefeito visa a implementar ações imediatas. A respeito, o “resumo executivo” destaca: “As Ações Imediatas consistem, em primeiro lugar, no redimensionamento dos efetivos da Polícia Militar com vistas a restaurar o policiamento ostensivo. O redimensionamento em causa deve ter em vista que, para o conjunto da população de determinada área, o acesso à polícia seja factível, sem tardança e efetivo. Trata-se de restaurar no país a situação em que os policiais possam ser vistos na rua, estejam conectados uns com os outros – pelos meios modernos disponíveis. Para o aumento imediato dos efetivos podem ser adotadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes providências: oferta de uma segunda jornada ao policial, exame da possibilidade de recrutamento de inativos para formações de apoio; dimensionamento com o máximo rigor dos efetivos aquartelados, desde que essa modalidade, inevitavelmente, acaba desviando para atividades-meio pessoal que, formalmente, estaria destinado a atividades-fins. (...) A atuação do policiamento ostensivo será orientada para exercitar *tolerância zero com delitos de rua*”.

Peça-chave da proposta do prefeito consiste na descentralização da política de segurança. Esta será efetivada mediante a criação dos Distritos de Segurança. Trata-se de medida importante, pois responde perfeitamente à forma em que a criminalidade se instala no seio das comunidades. César Maia considera, aliás, que a víbora do crime organizado somente será morta mediante a inoculação do seu próprio veneno, ou seja, com ações que o enfrentem no seu nascedouro. Em que consistem os Distritos de Segurança? Eis a forma em que o “resumo executivo” os apresenta: “Entende-se como Distrito de Segurança os espaços geográficos onde as ações dos policiais são focadas, integradas e co-geridas. As delegacias serão centrais onde estará o Juizado Especial, a Defensoria Pública e a sala de trabalho do promotor. A Polícia Civil e a Polícia Militar atuarão no distrito como uma secretaria de segurança operacional e local. E contarão com

os instrumentos de polícia técnica e de acesso aos sistemas de identificação e de informação. Suas ações de combate local ao crime terão ampla autonomia”.

A proposta do prefeito coloca como assunto essencial o adequado suporte técnico para as atividades de combate ao crime. Em relação a esse ponto, o “resumo executivo” frisa: “A atuação da polícia deverá contar com moderno Suporte Técnico. Para tanto, incumbe aprimorar o processo de registro das ocorrências, a cargo da Polícia Militar, executora do policiamento ostensivo, que será devidamente treinada a fim de assegurar que esse instrumento inicial transforme-se num fator de agilização da Justiça. É imprescindível conseguir que o boletim inicial da ocorrência não precise ser refeito, cabendo à polícia técnica complementá-lo. Trata-se certamente de alcançar o requerido nível de qualidade. Outros elementos de suporte técnico consistirão na reconstituição, digitalização e sofisticação do sistema de identificação; construção de eficaz sistema de informação; aprimoramento da comunicação; introdução do monitoramento eletrônico, através de câmaras fixas e móveis; e, ainda, implantação do sistema centralizado de Inteligência”.

No que se refere às prisões, o documento do prefeito do Rio preocupa-se em distinguir a finalidade que possui cada uma das instituições que integram o sistema. A propósito deste item, o “resumo executivo” frisa o seguinte: “O princípio básico da Reorganização do Sistema Prisional consiste em distinguir precisamente qual o propósito de cada uma das instituições que o integram. Assim, por exemplo, aquelas destinadas a menores têm por objetivo promover a ressocialização, o que impõe atuar em conformidade com o perfil do menor infrator e do delito, bem como impedir a concentração daqueles mais violentos e de maior periculosidade. O mesmo princípio deve presidir à reorientação dos espaços prisionais, de forma a não misturar condenados, observando de igual modo o perfil do condenado e o tipo de delito. Além disto, promover a criação de presídios especiais, capazes de acolher os que não colocuem em risco a sociedade, onde possam realizar trabalhos com nexos futuros com o emprego e a reintegração. Esta parte do Programa contempla a questão da liberdade provisória, com sistema de monitoramento e controle individual; da Defensoria Pública; do atendimento às famílias dos condenados e de ex-detentos. No que se refere aos presídios de segurança máxima, não se limitar à questão do risco de fuga, criando regimes especiais de contatos e visitas, de acesso a materiais e de incomunicabilidade eletrônica. Por fim, priorizar a efetivação dos mandatos de captura e planejar, para uso eventual, sistema de celas metálicas pré-moldadas de forma a dar resposta rápida às necessidades do sistema”.

Qual o perfil temporal da política de segurança pública proposta? O “resumo executivo” frisa a respeito: “A nova Política Nacional de Segurança deveria ser concebida para orientar a atuação do Poder Público nos próximos vinte anos”, abrindo margem, assim, para a revisão dos aspectos essenciais da proposta, em face da mutável realidade social brasileira.

6) Considerações finais.- É de suma gravidade, para a segurança nacional, o que está acontecendo no Rio de Janeiro. Os soldados do narcotráfico mostraram que têm a iniciativa, e conseguem manter reféns do terror os cidadãos. A situação, ao que parece, fugiu ao controle da governadora Rosinha Garotinho. É necessária, porisso, uma resposta mais agressiva no âmbito da União. Acho que se torna necessária uma intervenção federal no Rio de Janeiro, em decorrência, fundamentalmente, destes fatores: em primeiro

lugar, a presença de terroristas internacionais das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia no meio dos traficantes cariocas (no morro do Borel na Tijuca, no Complexo do Alemão e no bairro da Penha), que estariam ajudando a planejar os atos terroristas que têm apavorado a cidade ao longo dos últimos meses. Em segundo lugar, a utilização sistemática, por parte dos bandidos no Rio de Janeiro, de armamento sofisticado e de táticas típicas da guerrilha colombiana. Segundo foi noticiado, os traficantes já contam com o poderoso explosivo C-4, adquirido por Fernandinho Beira-Mar por meio de uma conexão mantida com traficantes de São Paulo e com ele planejavam derrubar o muro da penitenciária de Bangu III, a fim de possibilitarem a fuga em massa de bandidos ali presos. A utilização desse explosivo em carros-bomba é, sem dúvida, questão de tempo, pois os narcoguerrilheiros das FARC começaram as suas ações urbanas exatamente assim há alguns anos atrás, derrubando primeiro muros de penitenciárias, para depois passarem ao terrorismo em larga escala com a explosão de carros-bomba e até de casas-bomba. Em terceiro lugar, a corrupção que não conseguiu ser extinta nas polícias civil e militar no Rio de Janeiro, que torna praticamente impossível aos bons elementos das forças da ordem conservarem o segredo necessário no combate aos terroristas. No fator corrupção é necessário também levar em consideração a venalidade dos guardas penitenciários e de alguns advogados e até de juizes, que têm possibilitado a livre comunicação dos detentos nos presídios de segurança máxima, bem como a entrada de armas e até de computadores.

Uma intervenção federal no Rio de Janeiro possibilitaria várias providências que são necessárias ao controle do Estado sobre as forças do narcotráfico: tornaria possível, em primeiro lugar, uma ação mais unitária e contundente da justiça, centralizando os vários casos relacionados ao narcoterrorismo. Em segundo lugar, permitiria que fossem selecionados bons policiais cariocas, civis e militares, para que atuassem em estreita colaboração com a polícia federal e com as forças armadas. Em terceiro lugar, seria possível ter uma unidade de comando das forças policiais e militares, para atuarem mais eficazmente no combate à criminalidade organizada. Em quarto lugar, tornar-se-ia viável a estruturação de uma séria política de inteligência, fundamental para que os governos estadual e federal consigam elaborar estratégias adequadas. Por último, estaria se dando um recado aos bandidos das outras regiões do país, bem como aos guerrilheiros das FARC, no sentido de que o governo federal e os governos estaduais não estariam dispostos a permitir ameaças à ordem e à legalidade. O temor que me assalta é que se não se der uma resposta contundente e eficaz aos narcotraficantes no Rio de Janeiro, o *modelito* de luta que estes iniciaram contra o Estado e as instituições democráticas no Rio, termine se alastrando a outras cidades do país (como já está acontecendo com o Estado de São Paulo, onde o PCC planeja atos terroristas no mesmo figurino dos guerrilheiros das FARC, atentando contra a infra-estrutura elétrica das cidades para semear o pânico). Estes fatos colocam em seríssimo risco a vida democrática e a segurança dos brasileiros.

Até agora o governo do Estado do Rio só respondeu com ações isoladas, com muita retórica do secretário de segurança e da governadora, mas com resultados muito aquém dos esperados pela população. É só ler as "cartas dos leitores" dos vários jornais publicados no Rio de Janeiro, para observar como os cariocas já perderam a confiança nas autoridades e na conquista da paz. Torna-se imperioso, por isso, restabelecer a credibilidade da sociedade nas suas instituições, a fim de que sejam garantidos os direitos básicos dos cidadãos. A presença do exército nas ruas foi, evidentemente, uma solução

paliativa. À luz de uma intervenção federal no Rio fica clara a necessidade de se ter uma força policial de abrangência nacional (chame-se guarda nacional ou polícia federal ampliada), que possibilite ao governo federal efetivar esse tipo de intervenção contando, evidentemente, com o grupamento especial que o exército está treinando para debelar o crime organizado. Mas essa força federal deveria possuir mais efetivos do que os 600 homens inicialmente propostos pelo Governo Federal. Lembremos que se trata de desarmar pelo menos 7 mil combatentes muito bem armados.

Passatas como a que recentemente se fez, dizendo um “Não às Armas” (mas não às drogas), só fazem rir os bandidos que comandam o narcotráfico nos morros cariocas. O fato de altos funcionários do governo Lula terem participado da mencionada passeata, faz pensar que não há muita vontade política para fazer a guerra ao narcotráfico, com a contundência necessária. Desarmamento? Sim, claro, mas começando pelos narcoterroristas. A intervenção federal que proponho é no sentido de conseguir esse desarmamento. Não desarmar os bandidos e dizer que o problema da violência é das armas que estão em poder de cidadãos honestos, é pura demagogia. Não podemos cair na esparrela de criar uma cortina de fumaça que impeça ver a causa real da violência: o narcotráfico.

Uma vez feita a intervenção federal no Rio e desarmados os bandidos, deveria ser aplicada, integralmente, a proposta de segurança pública apresentada pelo prefeito César Maia. É uma proposta realista, sensata, que ataca os problemas da violência e da insegurança ali onde eles ocorrem: onde moramos, nos distritos ou seja, nos bairros que compõem o nosso município.

É evidente que a minha proposta é simplesmente isso: uma iniciativa para ser discutida. Vozes autorizadas dizem que, nos momentos atuais da vida republicana, se pretender uma intervenção federal num importante Estado da Federação, é coisa difícil de se pensar. Os acontecimentos do ano passado ao redor da solicitada intervenção da União no Estado do Espírito Santo, que custaram a cabeça ao então ministro da Justiça, reforçariam essa hipótese. Situação deveras calamitosa para a população brasileira, a meu ver, já em estado de desespero em face do crescimento da criminalidade e da corrupção das polícias estaduais. Deveria ser possível se pensar nessa saída da intervenção federal. Mas não deixo de reconhecer as dificuldades apresentadas pela política real. Uma solução menos radical é a de um convênio entre os Estados mais afetados pela guerra do narcotráfico, aqueles situados na Região Sudeste, a fim de traçar políticas conjuntas de combate ao crime organizado. Isso está em marcha, como têm revelado os encontros recentes dos governadores de Minas, Rio e São Paulo. Será suficiente esse tipo de solução? É paliativa, mas talvez ofereça menos oposição de parte da classe política e da magistratura, bem como das forças policiais. Veremos o que acontece. Torçamos para que as instituições de direito triunfem sobre o crime organizado, nessa batalha que o Brasil trava atualmente entre civilização e barbárie.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO V

Livros

AMORIM, Carlos [1993]. *Comando Vermelho – A história secreta do crime organizado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record.

AMORIM, Carlos [2003]. *CV-PCC: A irmandade do crime*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

BARCELLOS, Caco [2003]. *Abusado – O dono do morro Dona Marta*. 2ª edição. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record.

CAVALCANTI, Sandra [2002]. *A escalada da insegurança*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

PROCÓPIO, Argemiro [1999]. *O Brasil no mundo das drogas*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes.

SALAZAR, Alonso [2001]. *La parábola de Pablo – Auge y caída de un gran capo del narcotráfico*. Bogotá: Planeta.

SERRANO Cadena, Rosso José (general)[1999]. *Jaque mate*. (Obra escrita com a colaboração de Santiago Gamboa). Bogotá: Editorial Norma.

SOUZA, Paulino Soares de (visconde de Uruguai) [1960]. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

SOUZA, Percival de [2002]. *Narcoditadura. O caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil*. São Paulo: Labortexto Editorial.

TOCQUEVILLE, Alexis de [1977]. *A democracia na América*. (Tradução, prefácio e notas de Neil Ribeiro da Silva). 2ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

VARELA Barrios, Edgard (organizador) [1999]. *Reestructuración de los gobiernos locales - La experiencia de Armenia*. Armenia: Alcaldía Municipal; Cali: Universidad del Valle.

VILLAMARÍN Pulido, Luis Alberto (maior do exército colombiano) [1996]. *El cartel de las FARC – La más completa documentación escrita y testimonial sobre el que ahora es el cartel más grande y peligroso de Colombia*. Bogotá: Ediciones El Faraón.

WEBER, Max [1944]. *Economía y Sociedad*. (Tradução ao espanhol de José Medina Echavarría *et alii*). 1ª edição em espanhol. México: Fondo de Cultura Económica, 4 vol.

WITTFOGEL, Karl [1977]. *Le despotisme oriental: étude comparative du pouvoir total*. (Versão francesa a cargo de Micheline Pouteau). Paris: Minuit.

ZALUAR, Alba [1994]. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: REVAN – Editora da UFRJ.

Documentos oficiais e de Partidos políticos

MAIA, César (prefeito do Rio de Janeiro) [2003]. *Nova política nacional de segurança*. Brasília: Instituto Tancredo Neves. Cadernos dos Grupos Temáticos do PFL – 7.

MUNICIPIO DE PENNSILVANIA (Caldas – Colômbia) [1999]. *Una bandera de paz – Propuesta de la sociedad civil del municipio de Pensilvania a la Nación, al Estado colombiano, a las FARC, a las otras fuerzas insurgentes y a la Comunidad*

Internacional. Pensilvania: Comisión Regional de Diálogo; Bogotá: Casa Editorial El Tiempo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES [2002]. (Apresentação a cargo de Luiz Inácio Lula da Silva). **Projeto Segurança Pública para o Brasil.** São Paulo: Instituto Cidadania, abril de 2002.

RIO DE JANEIRO, Governo do Estado [2003]. **Propostas preliminares do plano de governo – Segurança Pública.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado.

Artigos publicados em revistas e capítulos de livros

BUZAGLO, Samuel [2003]. “A pena de morte ou a morte da pena”. In: **Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 178-180.

BUZAGLO, Samuel [2003]. “Os crimes de extorsão mediante seqüestro”. In: **Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 181-183.

CAMPOS, Roberto de Oliveira [2003]. “Criminalidade e sensatez”. In: **Crime e castigo - O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 21-24.

CAMPOS, Roberto de Oliveira [2003]. “É preciso uma pastoral das vítimas”. In: **Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 17-20.

CAMPOS, Roberto de Oliveira [1996]. “O Rio sob o signo do atraso e da violência”. **Carta Mensal,** Rio de Janeiro, no. 491 (fevereiro de 1996).

PAIM, Antônio [2003]. “Policiamento ostensivo”. In: **Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 56-57.

PAIM, Antônio [2003]. “Política de segurança”. In: **Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. N 58-59.

PAIM, Antônio [2003]. “Reforma da segurança”. In: **Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 54-55.

PENNA, José Osvaldo de Meira [2003]. “A idade do álibi”. In: **Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 127-165.

PENNA, José Osvaldo de Meira [2003]. “Antropologia e sociologia da guerra”. In: **Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 166-177.

RIOS, José Arthur [2003]. “Crime organizado, corrupção e reciclagem”. In: **Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões.** Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 95-111.

RIOS, José Arthur [2003]. “O paradoxo da penitenciária”. In: *Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões*. Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 112-126.

RIOS, José Arthur [2003]. “O tempo das Hordas”. In: *Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões*. Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 83-94.

RIOS, José Arthur [2003]. “Os Vândalos vêm aí”. In: *Crime e castigo – O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões*. Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 69-82.

RIOS, José Arthur [2003]. “Terra e crime”. In: *Crime e castigo - O problema da criminalidade no Brasil: análise e sugestões*. Rio de Janeiro: CNC (no prelo), pg. 60-68.

SALGADO, Eduardo e Leandra PERES [2003]. “O beato Rainha”. *Veja*, São Paulo, edição 1807, vol. 36, no. 24 (18 de junho de 2003): pg. 72-80.

SARMIENTO Anzola, Libardo e MORENO Ospina, Carlos [1990]. “Narcotráfico y sector agropecuario en Colombia”. In: *Economía colombiana*, Bogotá, no. 226/227 (fevereiro-março de 1990): pg. 29 seg.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1990]. “Colombia: narcotráfico y terrorismo”. In: *Política e Estratégia*, São Paulo, vol. 7 no. 1 (janeiro/março 1990): 61-74.

Artigos de imprensa (assinados)

ALECRIM, Michel [2002]. “Câmara aprova o Fundo de Segurança Pública”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/06/2002, caderno 1, pg.17.

AMORA, Dimmi [2002]. “Administração igual à de um supermercado: quadrilhas do Rio se unem para reduzir custos”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 2.

AMORA, Dimmi [2003]. “Inquérito, só agora: depois de 3 meses, governo diz que vai apurar denúncia de coronel contra secretário”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/05/2003, caderno 1, pg. 12.

AMORA, Dimmi e Célia COSTA [2003]. “Coronel recebe apoio de deputados e oficiais”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/05/2003, caderno 1, pg. 14.

AMORA, Dimmi e Vera ARAÚJO [2002]. “Estado formal concorre com o dos bandidos: Para cientista, Rio lembra Chicago da Lei Seca”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o crime?* Pg. 3

AMORA, Dimmi e Vera ARAÚJO [2002]. “Narcoditadura, o poder cada vez menos paralelo no Rio: autoridades admitem que Estado não controla favelas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 3.

AMORA, Dimmi e Vera ARAÚJO [2002]. “Organização que lembra a de tribos: Para antropólogo, elites e tráfico são parecidos”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 3.

AMORA, Dimmi [2002]. “Nos pontos de venda, a alma do negócio: Para pesquisador, tráfico é inviável com repressão”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 2.

AMORA, Dimmi [2003]. “Relações delicadas: Agentes dizem que Chiquinho visitava traficantes em Bangu III, mas secretário nega”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02/06/2003, caderno 1, pg. 9.

ANDERSON, Carter e Aduari Antunes BARBOSA [2002]. “Serra defende fechamento de fronteiras: Candidato tucano diz que na Bolívia é fácil comprar armas até em quartel”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/06/2002, caderno 1, pg. 16.

ARAÚJO, Vera [2002]. “Eles são como bichos” (Depoimento de um motorista de ônibus). *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 4.

ARAÚJO, Vera [2002]. “Juizado não consegue fazer a fiscalização: Funcionário confirma que há orgias em bailes”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 4.

ARAÚJO, Vera [2003]. “Presos tinham escritório do crime na Frei Caneca – Grupo de 11 detentos usava celulares para achacar empresários de São Paulo, Rio e Minas”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 14/09/2003, caderno 1, pg. 39.

AZEVEDO, Magno, Valéria Medeiros RIBEIRO e Lidiane Silva GOMES [2002]. “Medo no morro e no asfalto”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 9.

BEZERRA, Múcio [2002]. “O encontro do morro e do asfalto: Instrutor de futebol desce o Chapéu Mangueira e o cantor de rap de Copacabana circula nas favelas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 8.

BITTENCOURT, Adriana [2003]. “Fim da trégua: César Maia cancela convênios de R \$ 100 milhões para segurança com Estado”. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27/09/2003, caderno 1, pg. 13.

BLOCH, Arnaldo [2002]. “Segunda-feira sangrenta no Leblon”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01/10/2002, caderno 1, pg. 18.

BOTTARI, Elenilce [2002]. “As favelas no fio da navalha: Líderes comunitários lamentam morte de repórter, mas se calam quando o assunto é o tráfico”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11/06/2002, caderno 1, pg.12.

BOTTARI, Elenilce [2002]. “Bandidos usam baile funk para levar drogas e armas a Vila Cruzeiro: empresas são obrigadas a ceder ônibus para transporte de convidados”. *O Globo*, 16/06/2002, Rio de Janeiro, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 4.

BRANDÃO, Túlio [2002]. “Bandido atira mesmo sem a vítima reagir: publicitário foi baleado perto do Palácio Guanabara”. *O Globo*, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 8.

BRANDÃO, Túlio e Cristiane de CÁSSIA [2002]. “Do canivete do malandro do passado ao fuzil AK-47 do traficante de hoje”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 8.

BRANDÃO, Túlio [2002]. “Há 20 anos, fuzil não era arma comum: arma começou a aparecer no Rio na década de 90”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 8.

BRASIL, Sandra e Míriam GUARACIABA [1994]. “Entrevista de Uê irrita chefe do EMFA”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03/09/1994, caderno 1, pg. 19.

CAMPOS, Roberto de Oliveira [1994]. “O Rio de Janeiro, o futuro e nós”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13/11/1994, caderno 1, pg. 7.

CANO, Ignacio [2002]. “Crime parasita”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 18.

CAPITELLI, Marici [2002]. “Alckmin diz que não teme ameaças de nenhum bandido”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 01/06/2002, caderno A, pg. 6.

CARVALHO, Jailton [2003]. “Força Nacional contra o crime: tropa de elite, com 600 policiais ganhando até R\$ 10 mil, deverá enfrentar o narcotráfico”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/05/2003, caderno 1, pg. 3.

CARVALHO, Jailton [2003]. “Retrato da impunidade: CPI do Narcotráfico indiciou 800 pessoas, mas 70% de políticos e juizes não foram punidos”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13/04/2003, caderno 1, pg. 3.

CARVALHO, Nívia [1994]. “Bicheiros serão denunciados por ligação com o tráfico”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07/09/1994, caderno 1, pg. 18.

CÁSSIA, Cristiane de [2003]. “Um negócio de R\$ 840 milhões: traficantes de sete complexos e favelas vendem seis toneladas de cocaína por ano”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/05/2003, caderno 1, pg. 14.

CASTRO, Erika e Claudia LAMEGO [2003]. “Rosinha recusa controle federal”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/03/2003, caderno 1, pg. 13.

CHAGAS, Helena e Francisco LEAL [2003]. “Exército prepara grupo para atuar no Rio”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10/06/2003, caderno 1, pg. 18.

CHAGAS, Helena [2003]. “Segurança: hora de bom senso”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06/05/2003, caderno 1, pg. 4.

COSTA, Ana Cláudia [2002]. “Um dia de medo para funcionários e vizinhos”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/06/2002, caderno 1, pg. 17.

COSTA, Cláudia e Carla ROCHA [2003]. “Secretário se defende: *Sou contra o tráfico*”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/05/2003, caderno 1, pg. 13.

COSTA, Milton Corrêa da [2002]. “Narcoterrorismo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 17.

DANTAS, Pedro [2002]. “Tráfico já reúne 7 mil menores: Pesquisa de ONG revela que jovens trabalham para pelo menos 337 bocas-de-fumo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/04/2002, caderno 1, pg. 8.

DINIZ, Orlando [2002]. “Vinte anos de descaso”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01/10/2002, caderno 1, pg.17.

DUART, Solange [2002]. “Manobras libertaram assassino: Falhas da polícia e recursos de advogados permitiram que matador de Tim Lopes ficasse livre”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11/06/2002, caderno 1, pg. 11.

FERREIRA, Arnaldo [2003]. “Retrato da impunidade: parlamentares reeleitos e magistrados tranqüilos”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13/04/2003, caderno 1, pg. 4.

FROSSARD, Denise [2002]. “O preço da tolerância”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 18.

GARCIA, Renato [2002]. “Promotores têm segurança reforçada: Agência Brasileira de Inteligência alerta o MP para risco de sofrer ataque”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/06/2002, caderno 1, pg. 18.

GODOY, Marcelo [2002]. “Raptos de Olivetto na mira do Exército”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 01/06/2002, caderno A, pg. 7.

GODOY, Roberto [2002]. “Brasil atacou FARC na fronteira com a Colômbia: Exército nega, mas Operação Querarí transformou-se em recurso anti-rebeldes”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12/05/2002, caderno A, pg. 10.

GONÇALVES, Lúcia Stela de Moura [2002]. “A droga venceu?” *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/04/2002, caderno 1, pg. 7.

KAZ, Leonel [1994]. “Rio: a cidade e as serras”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23/11/1994, caderno 1, pg. 6.

KOPSHITZ, Isabel [2003]. “Trilhas usadas por traficantes nos morros serão mapeadas pela Polícia Federal”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/06/2003, caderno 1, pg. 10.

KOSOVSKI, Ester [2003]. “Autoridades devem respeitar as leis: sem legalidade, banditismo tomará conta do Rio”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/03/2003, caderno 1, pg. 14.

LEÃO, Tom [2002]. “Meninas do Andrews: choro de medo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01/10/2002, caderno 1, pg. 18.

LEITE, Marcelo [1995]. “Guerrilha ao alcance dos traficantes – Ex-militares ensinam táticas de combate às quadrilhas nas matas de difícil acesso no Rio”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29/07/1995, caderno 1, pg. 16/17.

LINCK, Ricardo [2002]. “O novo alvo da violência”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11/06/2002, caderno 1, pg. 12.

LINS, Paulo [2002]. “Quem são os culpados?” *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 3.

LOMBARDI, Renato [2003]. “Denarc prende um dos chefes do Cartel de Cali: com chefe, foi detido piloto francês que lutou no Vietnã e é instrutor das FARC”. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25/09/2003, caderno C, pg. 1.

MACEDO, Ana Paula [2002]. “Prefeito pede decretação de Estado de Defesa: medida tem duração de até dois meses”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/06/2002, caderno 1, pg. 17.

MACHADO, Luiz [2003]. “O medo de viver cercado de inimigos”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/03/2003, caderno 1, pg. 14.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto [2003]. “Tráfico incendeia mata para criar rotas de fuga”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01/06/2003, caderno 1, pg. 19.

MAIA, César (prefeito do Rio de Janeiro) [2001]. “Um desastre na segurança pública”. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01/08/2001, caderno 1, pg. 4.

MAIA, César (prefeito do Rio de Janeiro) [2003]. “Violência nas escolas”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 01/05/2003, caderno 1, pg. 7.

MARQUEIRO, Paulo [2003]. “A década da violência”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08/06/2003, caderno 1, pg. 19.

MARQUEIRO, Paulo [2002]. “Casas viram fortalezas com cercas elétricas, alarmes e blindagem”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 9.

MARQUEIRO, Paulo [2003]. “Segurança enxugando gelo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/06/2003, caderno 1, pg. 9.

MARQUES, Hugo [2003]. “Uma escola superior para reciclar a polícia: Luiz Eduardo Soares que integrar contingente de 550 mil agentes de segurança”. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/09/2003, caderno 1, pg. 6.

MATTA, Paulo Roberto [1993]. “Bicheiros presos preparam os seus sucessores”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/05/1993, caderno 1, pg. 18.

MELLO, Amauri [2003]. “Crime a futuro”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13/06/2003, caderno 1, pg. 7.

MENDES, Taís [2003]. “Governo do Estado em alerta contra ataques”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/06/2003, caderno 1, pg. 17.

MENEZES, Maiá [2003]. “Garotinho adota o silêncio para driblar crise na área de segurança”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/05/2003, caderno 1, pg. 15.

MISSE, Michel [2002]. “A cocaína colombiana aumentou a violência: Pesquisador da UFRJ analisa a evolução das drogas no Estado do Rio nos últimos 30 anos”. (Entrevista concedida à jornalista Angelina NUNES). *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 4.

MOREIRA, Marcelo [1994]. “A teia dos negócios de Castor – Promotores decifram o organograma das atividades escusas do banqueiro no Rio”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/05.1994, caderno 1, pg. 30.

NÊUMANNE, José [1994]. “O véu rasgado”. *Boletim Planalto*, São Paulo, no. 8, 1994, pg. 3.

OTÁVIO, Chico; Solange DUART e Jailton de CARVALHO [2002]. “Ministro da Justiça comandará força-tarefa”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/06/2002, caderno 1, pg. 16.

PASSOS, José Meirelles [1998]. “Guerrilha usa tecnologia para planejar seqüestros”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29/03/1998, caderno 1, pg. 51.

PASSOS, José Meirelles [1998]. “Um país refém da violência: guerrilha, tráfico, paramilitares e milícias urbanas travam guerra não-declarada na Colômbia”. *O Globo*, 29/03/1998, caderno 1, pg. 49.

PEÑA, Bernardo de la [2003]. “A vida ainda clandestina dos desertores das FARC”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 28/09/2003, caderno 1, pg. 51.

PINNA, Rafael [2003]. Ex-soldado é condenado a 59 anos por chacina - Réu foi considerado culpado por morte de 21 em Vigário Geral”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 14/09/2003, caderno 1, pg. 39.

REALE, Wladimir [2002]. “Fraqueza do poder”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 18.

ROCHA, Carla [2002]. “A operação resgate das FARC: polícia descobre guerrilheiro colombiano em favela, com plano para libertar Beira-Mar”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10.11.2002, caderno 1, pg. 26.

ROCHA, Carla, Elenilce BOTTARI e Mauro VENTURA [2002]. “Tráfico expande seus limites para além das favelas: Criminosos causam prejuízos ordenando fechamento de lojas e levam para o asfalto suas disputas territoriais”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/09/2002, caderno 1, pg. 21.

ROCHA, Carla [2003]. “PF suspeita de ligação entre futebol e máfia”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/06/2003, caderno 1, pg. 27.

SANTOS, Luís Soledade [2003]. “Rio medieval”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02/06/2003, Seção *Cartas dos Leitores*, caderno 1, pg. 6.

SCHMIDT, Selma e Toni MARQUES [2002]. “Onde estão as cápsulas entregues a FH? – César manda resgatar material, antes do embarque do Presidente para Brasília”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/06/2002, caderno 1, pg. 15.

SILVA, Benedita da – Governadora do Estado do Rio de Janeiro [2002]. “Já perdi vários sobrinhos metralhados: Governadora nega existência de Estado paralelo” (Entrevista concedida a Paulo MARQUEIRO e Paulo MOTTA). *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 5.

SILVA, Jailson de Souza e [2003]. “Sobre (a) vivência dos moradores”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2003, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 9.

SOARES, Luiz Eduardo [2002]. “A politização da insegurança”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 15.

TAVES, Rodrigo França [2003]. “ONU investigará grupos de extermínio no Brasil: relatório do governo federal admite a ação dos esquadrões da morte em 15 Estados e reconhece impunidade”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07/09/2003, caderno 1, pg. 10.

TOMAZELA, José Maria [2002]. “A última do MST: criar o *Estado do Pontal*”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 14/04/2002, caderno A, pg. 4.

TOMAZELA, José Maria [2003]. “Rainha promete novo Canudos no Pontal”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24/05/2003, caderno A, pg. 12.

TOMAZELA, José Maria [2003]. “Rainha volta à acena com superacampamento”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23/05/2003, caderno A, pg. 10.

VALENTE, Leonardo e Vera ARAÚJO [2002]. “O poder paralelo *on line*: com celulares grampeados, traficantes passam a se comunicar pela Internet”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/09/2002, caderno 1, pg. 20.

VENTURA, Zuenir [2002]. “O inferno pertinho do céu”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 8.

WERNECK, Antônio [2002]. “Balas ligam todos os atentados”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/06/2002, caderno 1, pg. 15.

WERNECK Antônio [2003]. “Bangu III tinha plano de fuga em massa”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09/03/2003, caderno 1, pg. 14.

WERNECK, Antônio e Dimmi AMORA [2003]. “Militares investigaram Chiquinho”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29/06/2003, caderno 1, pg. 20.

WERNECK, Antônio [2002]. “Líder comunitário é suspeito de ligação com o tráfico”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11/06/2002, caderno 1, pg. 13.

WERNECK, Antônio [2003]. “Manual contra a guerra urbana: Exército elabora normas para treinar militares no combate ao crime organizado”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 28/09/2003, caderno 1, pg. 18.

WERNECK, Antônio [2002]. “Poder paralelo: Polícia monta esquema de segurança na área do Batalhão de Choque, onde Beira-Mar está preso”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/09/2002, caderno 1, pg. 21.

WERNECK, Antônio [2002]. “Polícia Federal descobre que bandidos globalizaram o tráfico de drogas no Rio: casas de câmbio ligam os morros ao crime organizado internacional”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 2.

WERNECK, Antônio [2003]. “Tráfico infiltra homens nas Forças Armadas – Conclusão estará no relatório final do MP criada para apurar desvio de armas dos quartéis do Rio”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 14/09/2003, caderno 1, pg. 34.

WERNECK, Antônio [2003]. “Uma força na contramão da Constituição: professores e militares afirmam que o uso das Forças Armadas em ações de segurança pública contraria a lei”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 28/09/2003, caderno 1, pg. 19.

YUKA, Marcelo [2002]. “O tamanho real do perigo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 16.

YUKA, Marcelo [2002]. “Passeatas não vão cegar o sabre dos Elias Maluco”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 2.

ZALUAR, Alba [1994]. “Violência no Brasil ameaça o equilíbrio entre os sexos”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28/04/1994, caderno 1, pg. 14.

Artigos de imprensa (não assinados)

“A cada ação, um novo limite para a audácia: Antes do atentado ao Palácio Guanabara, dois prédios públicos já haviam sido alvejados por traficantes”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 19.

“A cultura da contravenção” (Editorial). *O Globo*, Rio de Janeiro, 14/14/1994, caderno 1, pg. 6.

“A década sofrida: Imagens mostram como a violência se tornou rotina na cidade ao longo dos anos”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?* Pg. 10.

“A federação celerada” (Editorial). *O Globo*, Rio de Janeiro, 03/09/1994, caderno 1, pg. 6.

“Agrônomo tinha terra produtiva: foi desapropriado”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 14/04/2002, caderno A, pg. 4.

“Bondes espalham tiros e medo na madrugada”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 16.

“Brizola e o bicho” (Editorial). *O Globo*, Rio de Janeiro, 14/04/1994, caderno 1, pg. 1.

“Carta do outro mundo”(Editorial). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/08/1991, caderno 1, pg. 8.

“Como o terror se espalhou”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 20.

“Doação à ABIA: mulher do bicheiro Turcão desmente Nilo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/04/1994, caderno 1, pg. 12.

“Estados vão atuar em conjunto contra o crime: Alckmin afirma que Beira-Mar vai ficar em São Paulo o tempo que for necessário”. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27/09/03, caderno 1, pg. 14.

“EUA cortam ajuda à Polícia Federal”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 16/01/1995, caderno 1, pg. 11.

“Ex-informante liga Castor ao tráfico”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 30/04/1994, caderno B, pg. 8.

“Faver acredita que tribunal possa virar alvo: Presidente do Tribunal de Justiça volta a defender a participação das Forças Armadas no combate ao crime”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/06/2002, caderno 1, pg. 18.

“Fuzileiros ocupam morros e prendem 75”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08/12/1994, caderno 1, pg. 19.

“Governo Federal descarta Estado de Defesa no Rio”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/06/2002, caderno 1, pg. 18.

“Guerra no escuro” (Editorial). *O Globo*, 13/10/1994, caderno 1, pg. 14.

“Juíza decreta prisão de 28 bicheiros”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/10/1994, caderno 1, pg. 11.

“Justiça vai apurar envolvimento de juizes”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14/04/1994, caderno 1, pg. 15.

“MST já virou guerrilha” (Editorial). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23/05/2003, caderno A, pg. 3.

“O confronto entre o poder do Estado e do crime”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16/06/2002, Caderno Especial *O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?*, pg. 7.

“O dia em que a sede do governo tremeu”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 17.

“Onda de medo na cidade teve efeito dominó”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01/10/2002, caderno 1, pg. 18.

“O primeiro levantamento sobre o narcotráfico”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13/04/2003, caderno 1, pg. 4.

“Poder paralelo: lojas permanecem fechadas em pelo menos 40 bairros; 33% das indústrias interrompem a produção; comércio tem prejuízo de R\$ 130 milhões”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01/10/2002, caderno 1, pg. 17.

“Prefeitura crivada de balas de fuzil: Bandidos usam até duas granadas em atentado contra Centro Administrativo”. *O Globo*, 25/06/2002, caderno 1, pg. 14.

“Presos tinham explosivo usado por terroristas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17/10/2002, caderno 1, pg. 15.

“Quadrilha de coronel usava a zona portuária do Rio”. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 30/06/1995, caderno 1, pg. 5.

“Risco Brasil”(Editorial). *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/06/2002, caderno 1, pg. 6.

“Tiroteio faz Garotinho interromper carreata”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23/09/1994, caderno 1, pg. 7.

“Um dia histórico no Fórum do Rio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22/05/1993, caderno 1, pg. 17.

“Um pesadelo: Não se pode suspeitar que autoridades façam acordos com bandidos” (Editorial). *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/05/2003, caderno 1, pg. 6.

“Segurança: uma luz no fim do túnel” (editorial). In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, 30/09/2003, cad. 1^o, pg. 3.

Capítulo VI - AS INSTITUIÇÕES MILITARES NO SÉCULO XXI: A SUA MISSÃO EM FACE DOS CONFLITOS*

Não há rupturas radicais na história humana. Os processos de mudança, mesmo os mais ousados, anunciam-se nas tendências do presente. Assim aconteceu, por exemplo, com a Revolução Francesa, que pretendia ser uma ruptura definitiva com o fio da história, tendo dado ensejo, ao contrário, como todos sabemos após as críticas análises de Tocqueville em *O Antigo Regime e a Revolução* [Tocqueville, 1989: 67-70], a mais um capítulo da longa história do absolutismo, que constitui a nota característica das instituições da França desde o início da modernidade. Algo de muito semelhante aconteceu, no início do século XX, com a Revolução Bolchevique na Rússia, que ensejou uma reedição do velho czarismo, o mais acabado modelo de patrimonialismo conhecido na Europa, como foi ilustrado detalhadamente por Karl Wittfogel na sua clássica obra *O Despotismo Oriental* [Wittfogel, 1977] e por Milovan Djilas no livro intitulado *A Nova Classe* [Djilas, 1958].

Não farei aqui exercício de profetismo em relação às perspectivas que se descortinam para o Brasil no contexto internacional, neste início de século, embora a ele seja a imaginação humana fortemente tentada em conjunturas muito significativas como o fim de um milênio. Pelo contrário, tratarei de desenhar um mapa das tendências que estão vigentes e que herdamos do século que ora finda. Partindo do pressuposto formulado no século XIX pelos liberais franceses (Madame de Staël, Royer Collard, Constant de Rebecque, François Guizot, Alexis de Tocqueville) no sentido de que a dupla tendência ao progresso e à democracia constitui, desde o século XIX, o pano de fundo da história de longo curso da civilização ocidental, colocarei a questão nos seguintes termos: quais são as perspectivas que se desenham para o mundo e para o Brasil, no terreno da completa realização do ideal democrático e da conquista do desenvolvimento, neste início de milênio? [cf. Staël, 1998: 28-29; Guizot, 1864: 3-64; Tocqueville, 1977] A indagação tem, aliás, fundamento na própria tradição militar brasileira, haja vista que *Democracia e Desenvolvimento* constituem dois dos objetivos nacionais permanentes, assinalados pela doutrina da Escola Superior de Guerra.

Pretendo mostrar que o principal obstáculo que se ergue contra a realização desse duplo ideal são, na atual conjuntura brasileira e internacional, os conflitos, que podem chegar a constituir uma espécie de muro intransponível, capaz de barrar o acesso ao gozo pleno da democracia e do desenvolvimento a amplas camadas da população, no nosso país e alhures, para não falar da exclusão de países inteiros, como o que acontece hoje no continente africano. Esse problema é sentido, de forma

* Este Capítulo foi redigido em Fevereiro de 2001, sete meses antes dos atentados de 11 de Setembro do mesmo ano contra o World Trade Center (em Nova York) e o Pentágono (em Washington). Inicialmente Constituiu texto de uma palestra proferida, em Março de 2001, no Instituto de Geografia e História Militar, no Rio de Janeiro.

crecente, tanto no mundo desenvolvido quanto nos países em vias de desenvolvimento. Na França, por exemplo, constitui hoje preocupação central da sociedade, às voltas com minorias culturais agressivas, que não foram assimiladas pelo sistema sociocultural estabelecido. Algo semelhante ocorre na Alemanha e nos Estados Unidos, sociedades abastadas que vêm com crescente preocupação a ascensão de grupos neonazistas, que pretendem excluir estrangeiros e minorias étnicas do convívio civilizado, ou nas quais aparecem, com frequência, (como no caso dos atiradores americanos a esmo) indivíduos que pretendem aniquilar a sociedade à sua volta, que é enxergada unicamente como perigosa fonte de competição e instabilidade. No Brasil, os conflitos sociais, na versão irracional da violência que paira sobre nossas cabeças, constituem o pesadelo que assombra a todos, sem que consigamos enxergar uma saída confiável para o mal.

Esses conflitos, com o potencial de violência que nos assusta, têm contribuído em muito para baixar a qualidade de vida na nossa sociedade. Lembremos as palavras do velho filósofo inglês Thomas Hobbes, no *Leviatã*: "Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força, não há conhecimento da face da terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, (prevalece) um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta" [Hobbes, 1974: 80].

Antes de particularizar as formas de conflito com que se defronta a nossa sociedade no contexto internacional, é necessário destacar um dado fundamental: o conflito não é apenas uma variável social. É, inicialmente, um dado antropológico que expõe a nossa herança genética, como lembra, com propriedade, Meira Penna: "O que a antropologia está revelando é o passado animalesco do homem, um caçador carnívoro cuja inteligência presumivelmente se desenvolveu durante centenas de milhares de anos de expedições coletivas para enfrentar animais maiores e mais ferozes. Um tal atavismo não é facilmente sobrepujado" [Penna, 2000: 6].

Mas o conflito deita raízes ainda mais profundas na nossa essência humana. É, basicamente, uma tendência ontologicamente enraizada no íntimo da nossa natureza. Heráclito de Éfeso, um dos filósofos Pré-socráticos, tinha caracterizado o homem como conflito (*pólemos*), no século VI a. C. Na mesma época, Parmênides lembrava que o ser humano é, na sua essência, como aliás os outros *entes* no mundo, ser e nada (*dokounta*), porquanto não possui o monopólio da existência [cf. Souza, 1989: 47-138]. Pode ser e não ser. Pode, como no caso do feto que é eliminado após algumas semanas de vida, apenas ter uma precária existência uterina. A certeza da nossa finitude, apreendida pela razão e não aceita, constitui, no ser humano individual, a raiz ontológica do conflito. "Sereis como deuses", teria dito a astuta serpente a Adão e Eva

no paraíso. O cerne do pecado original seria essa não aceitação da finitude humana. Pecado prometeico de soberba ou de *hybris*.

A filosofia ocidental mostrou um caminho construtivo para emergir da angústia da própria finitude: a partir de Sócrates, a meditação filosófica apresenta-se como *sofia* libertadora das angustiantes cadeias da nossa precariedade existencial. A Religião, desde as mais remotas épocas da história humana, já tinha aberto uma porta para dar vazão, no plano da crença, a essa problemática. A solução religiosa continua a ter plena validade e é interessante observar o renascer das diversas religiões neste início de milênio. Mas a Filosofia constituiu sempre a resposta, do ângulo racional, para a finitude. Na modernidade, os filósofos da cultura, após Pufendorf [cf. Hell, 1986: 26-46], tentaram definir os contornos desse *espaço humano* que nos abre caminho à perspectiva da imortalidade nas grandes criações do espírito, na aventura intelectual. Estão aí os imorredouros trabalhos de Platão, Aristóteles, Averróis, S. Tomás de Aquino, Ockham, Descartes, Hume, Kant, Hegel, Scheler, Tobias Barreto, Vicente Ferreira da Silva, Miguel Reale e tantos outros. Somos pó, mas podemos aspirar às estrelas mediante o nosso conhecimento e a nossa grandeza moral. Sempre que a humanidade se distanciou dessa forma construtiva de lidar com a sua finitude, mergulhou no sem-sentido de uma violência niilista. Não é por acaso que no *curto século vinte*, para lembrar a expressão cunhada por Eric Hobsbawn [1995], após ter renunciado à transcendência religiosa e à transcendentalidade da criação cultural, o pensamento europeu entrou em parafuso existencial e proclamou, alto e bom som, a morte de Deus e do homem.

O homem encontrou também, na esfera produtiva, um caminho amplo para fazer deslanchar as suas energias e dar vazão aos conflitos gerados pela finitude. A agressividade humana pode muito bem se tornar criativa na empresa capitalista. A respeito, escrevia lord John Maynard Keynes: "A possibilidade de ganhar dinheiro e fazer fortuna pode orientar certas inclinações perigosas da natureza humana para caminhos onde elas se tornem relativamente inofensivas e, não sendo satisfeitas deste modo, possam elas buscar uma saída na crueldade, na desenfreada ambição de poder e de autoridade e ainda em outras formas de engrandecimento pessoal" [Keynes, 1983: 254]. Outro caminho para a superação dos conflitos ensejados pela finitude humana foi constituído, já desde as origens da civilização, pela dominação do homem sobre o homem, que constitui a essência da política. Não é a toa que o máximo estudioso das formas de dominação, Max Weber, no seu ensaio intitulado "A política como vocação", identificou o Estado como "uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território" [Weber, 1993: 98]. O Estado seria, assim, a expressão do conflito aceito (e institucionalizado) pelas comunidades humanas em todas as épocas.

Feita a ressalva antropológica que acabo de formular (e que nos poupa de buscar soluções fáceis à problemática em apreço, pois as raízes do conflito estão em nós), é importante anotar que não se trata de banir os conflitos da face da terra, mas de saber administrá-los. Eles formam parte da nossa finitude. A filosofia liberal deixou isso muito claro, quando, a partir de Locke [cf. 1965: 361-394], passou a elaborar uma concepção da sociedade política como luta em prol da defesa dos interesses materiais do indivíduo. Na organização parlamentar pensada pelo pai do Liberalismo clássico,

não se tratava de banir os conflitos entre as classes, mas de fazer com que se pudesse negociar entre eles, a fim de permitir o convívio de todos. A democracia representativa estruturou-se justamente como forma de permitir a negociação entre interesses materiais diferentes, organizados em partidos políticos, com representação nas duas casas do Parlamento.

Passarei a analisar as principais tendências conflituosas que se desenham, no plano social, neste começo da nova era que temos o privilégio de viver. Coloquemos novamente a questão enunciada atrás: quais são as perspectivas que os conflitos opõem à realização do ideal democrático e do desenvolvimento, no século que ora começa? Recordemos que no plano internacional os conflitos estão presentes entre as nações. Após o fim da Guerra Fria, a perspectiva dos conflitos diversificou-se até o ponto de que alguns estudiosos falam de uma simultânea desideologização e banditização daqueles. O Holocausto Nuclear, que foi o risco mais forte sentido pela Humanidade no século XX, não aparece, de imediato, no começo do Novo Milênio, como perigo iminente. O mundo se homogeneizou e os dois Blocos que protagonizaram a Guerra Fria dissolveram-se no predomínio difuso da globalização capitalista.

Sete grandes tendências de conflitos desenham-se, a meu ver, no horizonte do mundo globalizado, neste início de século: 1) o Fundamentalismo; 2) o Narcoterrorismo; 3) o Patrimonialismo; 4) o Neonazismo, 5) as Guerras pelos Recursos Naturais, 6) as Guerrilhas Comerciais e 7) a Banditização dos Conflitos. Analisemo-las detalhadamente. Na parte final da minha exposição, destacarei o papel que têm as Forças Armadas no Brasil em face desses reptos.

1) O Fundamentalismo.- Não há dúvida de que o Fundamentalismo será uma das causas mais relevantes de conflitos contra o convívio democrático e o desenvolvimento no século XXI. A essência dele é esta: só é aceita a forma purista de opção religiosa adotada pelos membros da seita radical; qualquer opção diferente deve ser aniquilada sem contemplações, pois é considerada um pecado imperdoável. No caso dos fundamentalistas islâmicos, a saída é a eliminação de quem se opuser, no seio do país, ao seu domínio absoluto. Isso aconteceu no Irã dos Aiatolás, no totalitarismo fundamentalista dos Talibãs no Afeganistão, ou no terrorismo deflagrado pelos xiitas no Oriente Médio e na Argélia. No caso dos suicídios coletivos apregoados por seitas radicais, a auto-eliminação dos membros do grupo trata de impedir a sua contaminação com um mundo irremediavelmente perdido. Para o fundamentalista só pode haver uma democracia válida: a da unanimidade ao redor do mesmo credo. Democracia pluralista é, portanto, uma contradição inaceitável.

Para mostrar a força que o Fundamentalismo tem hodiernamente, podemos lembrar uma série de atos terroristas praticados, pelo mundo afora, ao longo da última década, por fanáticos. Por exemplo, o atentado de Oklahoma, nos Estados Unidos, perpetrado por extremistas *wasp* e que causou inúmeras vítimas civis; o atentado contra a sede da Sociedade Israelita em Buenos Aires, praticado por muçulmanos radicais; os suicídios coletivos patrocinados nos Estados Unidos e em países europeus por seitas milenaristas; os atentados contra embaixadas americanas na África, ao longo de 1998, de autoria intelectual do fanático Bin Laden; os vários atentados praticados na França pelos ativistas muçulmanos da GIA; os atos terroristas

deflagrados na Argélia contra a população civil pelos fundamentalistas islâmicos; o terrorismo dos fanáticos Talibãs, de que é vítima a população do Afeganistão; a onda terrorista que sacudiu Moscou, patrocinada pelos nacionalistas chechenos e que deu ensejo à brutal onda repressiva do governo russo contra a população civil de Grosni e outras cidades da Chechênia; os atentados com gás sarin em Tóquio, provocados por fanáticos religiosos; o assassinato do premiê israelense Iszhak Rabin, perpetrado por um judeu radical; os constantes atos terroristas praticados em Israel por fundamentalistas islâmicos ou judeus ultra-ortodoxos, com a finalidade de fazer ruir o processo de paz (a eleição de Ariel Sharon revela, hoje, a força destes elementos reacionários); os inúmeros atentados cometidos por extremistas na Índia e no Paquistão, etc.

O panorama não parece mudar, no sentido de um arrefecimento do Fundamentalismo. O regime iraniano pode evoluir, caso fracasse a atual onda liberalizante, até formas de exercício do poder total. De outro lado, podem surgir novos governos radicais islâmicos, especialmente na Ásia e na África. O advento dos xiitas ao poder na Argélia, por exemplo, parece uma questão de tempo. O período de ditadura militar e o posterior processo de re-democratização têm retrasado, não eliminado o risco desse desfecho. Na América Latina, é previsível um crescimento do Fundamentalismo islâmico no presente século, a partir do aumento da imigração de cidadãos do Oriente Médio para países como Brasil, Paraguai e Argentina. Por outro lado, é de se prever uma radicalização dos movimentos independentistas de inspiração islâmica, nas antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central. A força com que Moscou tem castigado os rebeldes chechenos, deixa ver a preocupação dos russos perante essa alternativa. Nem os Estados Unidos parecem livres do fantasma fundamentalista no novo século, tanto do ponto de vista do radicalismo das seitas *wasp*, quanto do ângulo do já tradicional Fundamentalismo islâmico. A recente criação de uma polícia especializada em ações anti-terroristas, deixa ver que os americanos vêm essa questão com crescente preocupação. Notadamente, se levarmos em consideração que terroristas possam ter acesso ao armamento nuclear ou a outros tipos de tecnologia de destruição massiva, como as armas químicas. O medo da Humanidade com esse tipo de ameaça certamente não se limita ao perigo representado por Saddam Hussein. O século XXI conhecerá, infelizmente, novas ameaças.

2) O Narco-terrorismo.- Esta constitui a forma mais recente e mais latino-americana de conflito contra o convívio democrático e o equilibrado desenvolvimento das sociedades. O Narco-terrorismo, na forma em que foi concebido e organizado por Pablo Escobar, na Colômbia dos anos 80, deflagrou uma guerra sem quartel contra todo aquele que se opusesse ao negócio da droga. Constitui o Narco-terrorismo uma forma extremadamente agressiva de patrimonialismo selvagem, que privatiza tudo em função da atividade criminosa. A sociedade civil, as instituições governamentais, o direito, a religião, tudo deve ser cooptado pela empresa do tráfico. O Narco-terrorismo pressupõe uma estrutura rigorosamente piramidal do poder, estando na cúpula o chefe dos chefes, o *capo di tutti capi*. Mas, diferentemente da máfia italiana, deixa de ser uma organização familiar, para constituir uma autêntica empresa multinacional, com rigorosa distribuição de funções e aplicação racional dos bilhões de dólares ganhos nas múltiplas transações. O Narco-terrorismo é, outrossim, uma máquina de guerra, com exércitos a seu serviço, como testemunha o atual conflito colombiano, em

que a Narco-guerrilha e os Para-militares cooptaram os barões da coca e da heroína. Os subversivos passaram a financiar as suas atividades criminosas com os bilhões de dólares que lucram com o comércio de estupefacientes. Os novos chefes colombianos são os comandantes das FARC/ELN e dos Para-militares [CF. Vélez, 2000a; 2000b; Guillermprieto, 2000a; 2000b].

O Brasil entrou, infelizmente, no ciclo do narcotráfico da *República das FARC*. Mencionemos, em primeiro lugar, o trabalho de relações públicas que a narco-guerrilha realiza regularmente no nosso país, sem ser incomodada [cf. Amorim, 2000: 4d] (como ficou patente na rápida libertação pela Justiça do ex-padre representante das FARC em Foz do Iguaçu, bem como no Fórum Social anti-Davos de Porto Alegre, onde os apelos à luta armada juntaram-se aos protestos contra a Operação Colômbia e às arruaças anti-transgênicas do ativista francês Bové, acompanhado pela liderança do MST) [cf. Caramel-Sévilla, 2001: 5]. Lembremos, em segundo lugar, que os meios de comunicação têm divulgado, ao longo dos últimos meses, a cobertura que os guerrilheiros esquerdistas colombianos dão ao conhecido traficante brasileiro Fernandinho Beira-Mar, a fim de que lhes garanta a compra de armamento, através do Suriname.

Isso para não falar do crescente mercado da droga no nosso país, que já não é mais apenas corredor de exportação de estupefacientes, mas que virou consumidor regular de maconha, cocaína e crack. A violência nas grandes cidades brasileiras explodiu a partir do momento em que a delinquência comum juntou-se ao narcotráfico. Isso ficou patente no Rio de Janeiro após os dois governos brizolistas, que tornaram os morros santuários dos traficantes, impedindo a polícia de subir neles e estabelecendo deliberadamente a confusão nos indicadores da criminalidade na cidade e no Estado. Em São Paulo, a violência quintuplicou justamente ao ensejo da entrada do crack no mercado de estupefacientes, com a conseqüente democratização do consumo. O "Jornal Nacional" da Rede Globo de Televisão noticiava em 7 de junho de 1995, que havia na cidade 5.000 pontos de venda de crack, sendo 60% dos assassinatos motivados pelo consumo e comercialização de tóxicos. O mesmo telejornal noticiava que de janeiro a junho desse ano tinha havido na Grande São Paulo 21 chacinas e 3.000 assassinatos, sendo que 15 dessas massacres estiveram ligadas diretamente ao narcotráfico.

3) O Patrimonialismo.- Foi definido por Max Weber como uma das formas mais antigas de despotismo, tendo-se caracterizado como um Estado que surgiu não a partir da diversificação da sociedade em classes que lutavam pela posse do poder (como os modernos Estados europeus ocidentais), mas a partir da hipertrofia de um poder patriarcal original, que alargou a sua dominação doméstica sobre territórios, pessoas e coisas extra-patrimoniais, passando a administrá-los como propriedade familiar (patrimonial). Essa foi a origem do Estado na Rússia, na China, na Espanha, em Portugal e, por tabela, na América Latina, como apropriadamente mostraram Oliveira Vianna [1974], Raymundo Faoro [1958], Simon Schwartzman [1982], Antônio Paim [1978], Meira Penna [1988], Vélez Rodríguez [1997], etc.

Séculos de cultura patrimonialista levaram os países ibero-americanos a encararem a política como luta entre os clãs pela posse do poder do Estado e, uma vez consolidado este, a administrá-lo como botim orçamentário a ser distribuído entre

amigos e apaniguados, com exclusão de todos os outros, o que constitui, sem dúvida, uma forma de violência, na medida em que a *res publica* que deveria servir a todos, vira *res privata* ou coisa nossa, a serviço dos *donos do poder* e da sua clientela. Essa é a raiz peculiar da violência na América Latina. Não fomos dotados, como outros povos, do sentido do bem público. O nosso, como destaca Oliveira Vianna, é um individualismo clânico ou insolidário, amadurecido em três séculos de poder latifundiário. O patotismo, nos nossos países, sufocou o patriotismo. Fenômeno semelhante, embora acrescido das práticas totalitárias do antigo sistema soviético, enfrentam a Rússia e os demais países do antigo bloco comunista na Europa Oriental. Fenômeno correlato acontece nas ex-colônias europeias do sudeste asiático, notadamente no Camboja e no Vietnã que, durante o período de dominação comunista, sofreram com o fortalecimento totalitário das antigas tendências privatizantes do poder do Estado. De outro lado, não esqueçamos que, embora uma potência econômica emergente, a China não deixou de ser um Estado Patrimonial, uma das mais acabadas formas do despotismo oriental estudadas por Karl Wittfogel. Muito sangue correrá no século XXI por conta da tendência privatizante dos *donos do poder* nos vários países de tradição patrimonialista. Poderíamos dizer que a corrupta feição do Estado patrimonial, que visa à privatização do governo pelos clãs, foi a via expressa que deu ensejo, na Colômbia, ao Narco-Estado e que torna possível esse perigo no resto do continente, do México à Patagônia.

Oliveira Vianna destacou, com rara objetividade, o fundo cultural em que repousa o patrimonialismo brasileiro e ibero-americano: o *complexo de clã*, caracterizado por ele da seguinte forma: "Em toda essa psicologia da vacuidade ou ausência de motivações coletivas da nossa vida pública, há um traço geral que só por si bastaria para explicar os outros aspectos (...). Este: a tenuidade ou fraqueza da nossa consciência do bem coletivo, do nosso sentimento da solidariedade social e do interesse público. Esta tenuidade ou esta pouca densidade do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica de que o interesse pessoal ou de família tenha, em nosso povo - no comportamento político dos nossos homens públicos -, mais peso, mais força, mais importância determinante do que as considerações do interesse coletivo ou nacional. Este estado de espírito tem uma causa geral (...), e esta razão científica é a ausência da compreensão do poder do Estado como órgão do interesse público. Os órgãos do Estado são para estes chefes de clãs, locais ou provinciais, apenas uma força posta à sua disposição para servir aos amigos e aos seus interesses, ou para oprimir os adversários e os interesses destes" [Vianna: 1974: I, 297]

Teremos chance de vermos diminuída a agressividade do patrimonialismo entre nós, no século que se inicia? Tudo leva a crer que a tarefa será difícilíssima, haja conta das profundas raízes que o Estado patrimonial deitou nas nossas crenças e valores. Se bem é certo que na última década houve um esforço no sentido de despatrimonializar o Estado, tornando-o uma entidade enxuta e eficiente a serviço da sociedade, no entanto é necessário reconhecer que ainda é muito forte, no Brasil, a estrutura do Estado patrimonial. A nossa classe política, de um lado, ainda se alimenta das práticas do nepotismo e da festança com o dinheiro público. Lembremos as reações iradas de prefeitos e vereadores contra a nova lei de Responsabilidade Fiscal. E o nosso Parlamento, que deveria representar os interesses dos cidadãos em face do

Estado, tornou-se, nos últimos meses, a arena para a disputa despuerada pelas presidências da Câmara e do Senado, num jogo bruto de vale-tudo [Cf. Gomes, 2001]. Se vivo fosse, o caudilho gaúcho Júlio de Castilhos veria confirmada a sua frase: "O regime parlamentar é um regime para lamentar". Lamentável que isso aconteça, quando sabemos que somente com o reforço e a moralização do Poder Legislativo haverá no Brasil autêntica representação. A alternativa é a cooptação, perigoso caminho que conduz à sovietação e que tem sido seguido, infelizmente, por partidos de esquerda tão importantes quanto o PT [cf. Paim, 2000a].

De outro lado, as reformas que deveriam ser feitas para democratizar o Estado (reforma tributária, reforma político-partidária, reforma administrativa, reforma previdenciária, controle da Petrobrás pela sociedade), ou ficaram a meio caminho, sendo obstaculizadas sistematicamente por uma oposição insensível ao bem público, ou simplesmente foram empurradas com a barriga, como foi o caso da reforma tributária ou da Petrobrás, campeã internacional de agressão ao meio-ambiente e da elaboração de ficções contáveis que escondem o verdadeiro preço do petróleo por ela extraído. Além disso, a implantação de um ensino básico de boa qualidade, que atenda a todos os brasileiros, garantindo a educação para a cidadania, não tem conseguido os resultados esperados. Não foi resolvida a questão da formação de professores, embora hoje contemos com tecnologias (como o ensino on-line), que barateariam enormemente a massificação para o universo docente de cursos de graduação e pós-graduação. Recursos escassos ainda são mal geridos, carregando-os para o ineficiente e caro sistema federal de ensino superior, onde certamente faz falta um processo de reformas profundas, que cobre de quem pode pagar, para que os menos favorecidos possam estudar de graça. Do ensino público universitário gratuito beneficiam-se as classes média-alta e alta, deixando do lado de fora quem não conseguiu pagar ensino básico privado de boa qualidade. De nada adiantam as bravatas do ministro da Educação em face dos dados apresentados pelo Banco Mundial, se é um fato que o nosso sistema de ensino superior ainda atende a uma elite econômica e teima em ficar assim. O caminho para sairmos do atraso passa pela educação básica de boa qualidade para todos e pela abertura das opções profissionalizantes ou de ensino superior aos brasileiros capazes de estudar, desmontando os privilégios sócio-econômicos.

O século XXI assistirá, certamente, à consolidação do maior Estado patrimonial do extremo-oriental, a República Popular da China, como uma das potências econômicas e políticas do mundo. Com raro pragmatismo (de que carecem as nossas esquerdas tupiniquins), os comunistas chineses estão conseguindo dar passos definitivos rumo à completa modernização de seu país. Como frisava o jornalista Carlos Tavares de Oliveira, "encerrou a China o ano, o século e o milênio deixando estabelecidas sólidas bases para reconquistar, no futuro não muito distante, a hegemonia perdida a partir do século XVI" [Oliveira, 2001]. Ainda segundo o citado autor, "o ciclo histórico da fantástica recuperação da milenar nação asiática começou exatamente na metade do século passado, com a chegada ao poder do líder comunista Mao Tsé-Tung, em 1950, que eliminou os resquícios da retrógrada dinastia imperial da minoria manchu, além de expulsar as forças colonialistas japonesas e o exército contra-revolucionário de Chiang Kai-Chek. Quase 30 anos depois, em 1979, o vice-primeiro ministro Deng Xiao-Ping, ex-exilado em Paris, comandava uma nova revolução, esta de origem pacífica, mas que alterou radicalmente não só as estruturas

econômicas mas também os próprios costumes da população. Porém, o lado positivo do antigo sistema - quanto à educação, saúde e assistência social - não só foi mantido como até aperfeiçoado".

Efetivamente, o gigante do extremo-oriental caminha a passos largos rumo à completa modernização da sua economia. Sob o curioso rótulo de "economia de mercado com características chinesas", conseguem-se índices de crescimento não atingidos por nenhum outro país. As cifras e as realizações são realmente impressionantes e poderiam ser resumidas nos seguintes itens: a) Crescimento anual do produto interno bruto da ordem de 8,2%. b) Desenvolvimento equilibrado da produção nos mais variados setores, abrangendo agricultura, comércio e indústria. c) Adoção de um esquema de eficiência e produtividade na reforma agrária, mediante o contrato de responsabilidade (que assegura a produção e venda livre da colheita e que levou a China a quebrar todos os recordes no setor, com safra de cereais em torno de 460 milhões de toneladas, o dobro dos Estados Unidos, utilizando apenas 7% da área agricultável). d) Excepcional produtividade de frutas, tendo atingido o recorde mundial de 59 milhões de toneladas anuais. e) Crescimento acelerado de 6% anual na produção de carne, aves, ovos e frutos do mar; nesse setor, aliás, a China já exerce liderança mundial. f) Notável avanço tecnológico no terreno da irrigação, aproveitando a água do mar para o cultivo de vários produtos competitivos no mercado internacional, como trigo, arroz e soja. Vale a pena lembrar, em relação a este ponto, que a China já conseguiu irrigar, com a nova tecnologia, 300 mil hectares de planícies litorâneas. g) Crescimento expressivo do comércio exterior, que atingiu já a meta de 474 bilhões de dólares anuais, levando a China a ocupar o 4º lugar no ranking internacional, logo depois dos Estados Unidos, Alemanha e Japão. h) Abertura ao capital internacional (ingressaram na China, só no ano passado, 40 bilhões de dólares, chegando nas últimas duas décadas a um total de 662 bilhões, atrás apenas dos Estados Unidos na esfera mundial). Só para estabelecermos uma comparação com o Brasil, 400 multinacionais instaladas na China respondem por 47% das exportações, enquanto no nosso país a participação estrangeira nas vendas externas não chega a 20%. i) Investimento maciço na infra-estrutura portuária: a China conta hoje com dois dos dez maiores portos do planeta: Xangai (o 3º em volume mundial de carga) e Hong Kong (líder mundial na movimentação de contêineres). j) Liderança mundial na fabricação de contêineres: são produzidos na China 70% do total universal. k) Liderança mundial também no que tange ao volume de reservas cambiais (273 bilhões de dólares) [cf. Oliveira, 2001].

Os interrogantes quanto à completa modernização da China ficam por conta da variável política. A Humanidade não esqueceu "a longa marcha na noite" do marxismo de Mao, que produziu entre 6 e 10 milhões de vítimas, justificando a característica de *Despotismo Oriental* apontada por Wittfogel [1977; cf. Margolin, 1977: 503 seg.; Bobin, 2001: 1]. De outro lado, na era do pós-maoísmo, ainda lembramos o massacre da Praça da Paz Celestial, de 1989, como nódoa que empanou o espetacular desenvolvimento chinês no final do século passado. Não há dúvida de que o processo modernizador que se solidifica no campo econômico está sendo acompanhado por profundas mudanças nos terrenos político e cultural. Parece que os chineses tivessem enveredado por trilha semelhante à empreendida pela liderança brasileira na redemocratização, e que se poderia definir como "abertura ampla e

gradual", ou, como frisa Jean-Louis Margolin, "as reformas pós-maoístas têm privilegiado a economia, mas a política não tem sido esquecida. Tudo (começando com as transformações econômicas) caminha no sentido de uma emancipação da sociedade e de uma limitação do poder arbitrário" [Margolin, 1997: 590].

Mas, e no plano das relações internacionais? Uma China desenvolvida alargará a sua influência estratégica, certamente, sobre o Índico e o Pacífico. Como vê o Ocidente desenvolvido hoje essa perspectiva? Muito provavelmente os estrategistas tirarão da gaveta a fórmula que foi vigente no século XVII: será possível uma duradoura aliança entre o secular Império do Oriente e as Potências do Ocidente, graças a semelhanças culturais, no terreno ético religioso, entre o cristianismo (na versão protestante-calvinista) e o budismo/confucionismo chinês. Ambas as tradições (eminentemente pragmáticas), são abertas ao monoteísmo e à ética do trabalho e da riqueza. Essa aliança permitiria superar o inimigo comum de chineses e ocidentais desenvolvidos: o Islã. Este arrazoado não é novo e já tinha sido cogitado, na época das Cruzadas, pelo rei São Luís da França, tendo sido retomado pelo filósofo e estrategista Gottfried Wilhelm Leibniz no século XVII [cf. Didier, 2000: 11-68; Leibniz, 1994: 61-138; Cook-Rosemont, 1994: 1-44]. O que parece claro é que o antigo *Império Imóvel* começou a caminhar, a passos agigantados, rumo à modernização social e econômica, para perplexidade dos que acreditaram, com Hegel, que na China "Nenhum progresso pode ocorrer" [cf. Peyrefitte, 1997: 7].

Para finalizar este item sobre o Patrimonialismo, mencionemos o problema das guerras tribais africanas, que ceifaram a vida de milhões de seres humanos nas últimas décadas do século XX, e que constituem um risco que se pode catalogar no capítulo do Patrimonialismo, na sua versão mais arcaica, a privatização tribal do poder. A problemática que tem ensejado essa forma de violência no Continente africano ainda não foi equacionada e, certamente, haverá muitos conflitos desse gênero no século que ora se inicia. A questão é particularmente preocupante, na medida em que as potências mundiais parece terem chegado à conclusão de que têm mais a perder do que a ganhar na mediação dessas guerras numa região relativamente isolada do Globo, como aconteceu na Somália. Intervenções militares *high tech*, como as que os aliados da OTAN gostam de fazer, é coisa difícil de se pensar nas primitivas aldeias africanas. Tudo leva a crer que os cidadãos desses países serão entregues à própria sorte nas orgias de intolerância e sangue que caracterizam as guerras tribais.

4) O Neonazismo.- Entendida esta tendência como a tentativa de organizar um Estado excludente de determinadas etnias e/ou culturas, podemos anotar que esse risco não desapareceu com o final da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Eixo. O que aconteceu na Bósnia e, mais recentemente em Kosovo e no Timor Leste, indica que a tendência à exclusão étnica e/ou cultural é um risco concreto para o convívio democrático no século que se inicia, tanto do ponto de vista de países inteiros (como a Albânia, por exemplo), como do ângulo da luta política nos países ocidentais, em decorrência da consolidação de partidos e grupos neo-nazistas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. A problemática da exclusão sistemática de etnias e culturas aparece também no Continente asiático, em decorrência da não solução do problema da integração de minorias historicamente perseguidas como os curdos e os tibetanos.

Em relação ao ressurgimento do perigo neonazista, alertava em 1996 o professor Michel Wieviorka, do Centro de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris: "O racismo e o anti-semitismo haviam-se esfumado com a formação de estruturas políticas nacionais que criavam, sobretudo para a educação, as condições da modernização econômica e da industrialização, da expansão e da integração cultural. Hoje essas estruturas se desintegram, a economia se internacionaliza e mais parece se opor à nação do que nela se fundamentar; as instituições se enfraquecem; o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo voltam então a se expandir nas sociedades que cada vez têm mais dificuldade para articular os valores da razão e do progresso econômico aos da especificidade, sobretudo cultural e nacional" [Wieviorka, 1996: 13].

No nosso país, em que pese a tradição de democracia racial que nos caracteriza, grupos neo-nazistas têm aparecido em várias cidades, apregoando a exclusão social de minorias raciais ou sociais. Há no fundo disso uma mistura de ignorância, intolerância e neocolonialismo, uma vez que esses esquemas são importados da Europa ou dos Estados Unidos. Há um mecanismo psicológico que reforça essa odiosa tendência: a tentativa a justificar os próprios fracassos, atribuindo-os aos que têm aparência diferente. Esse foi um dos perversos mecanismos que permitiram a rápida ascensão de Hitler na Alemanha, nas décadas de 20 e 30 do século passado. O mesmo mecanismo parece estar presente também na atual organização de grupos neo-nazistas, integrados geralmente por jovens provenientes da antiga Alemanha Oriental. Somente um amplo trabalho de educação poderá prevenir os nossos jovens para não caírem nessa simplória cilada.

5) As Guerras pelos Recursos Naturais.- O século vinte conheceu, na década final, a Guerra do Petróleo. As guerras pelos recursos naturais parece que aumentarão no século XXI, notadamente pelo domínio da biodiversidade e da água. A globalização econômica e a relativização das fronteiras nacionais abrirão o caminho para que os blocos econômicos mais poderosos queiram estabelecer um controle mais rigoroso sobre recursos naturais escassos, marginalizando, em muitos casos, as nações menos poderosas. Isso constituirá um grave risco para o convívio democrático no Planeta. Particularmente encarniçada será a luta pela água potável, em regiões tradicionalmente carentes dela como o Meio Oriente ou certas partes da África. No Brasil, é bem provável que experimentemos uma pressão internacional crescente em relação à racionalização da água e da biodiversidade, na Amazônia e no Pantanal. Isso sem contar com a pressão que já exerce o narcotráfico para ocupar espaços nessas regiões. Um esforço muito grande deveremos fazer no Brasil, para formularmos políticas objetivas e responsáveis, adotando cada vez mais a idéia de desenvolvimento sustentado e procurando avançar na pesquisa básica que nos possibilite preservar a biodiversidade das nossas florestas [Cf. Paim, Prota, Vélez, 1999b].

A melhor forma de o Brasil se habilitar para proceder à exploração racional dos seus recursos naturais, num contexto de desenvolvimento auto-sustentado, consiste em elaborar um quadro o mais completo possível desses recursos. Para isso, torna-se primordial que não somente o Estado trabalhe, através das Universidades e Fundações, mas que também seja chamada a participar desse trabalho a empresa privada, mediante a elaboração e financiamento de projetos. O nosso esquema de pesquisa na área de desenvolvimento rural e de recursos naturais é basicamente

elaborado a partir de instituições estatais como a EMBRAPA. Ora, a eficiência desses estudos poderia ser multiplicada se o Estado contasse com a colaboração do setor privado, como acontece em países que deram passos importantes na exploração racional dos seus recursos naturais como o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos.

6) As Guerrilhas Comerciais.- A maluca guerrilha comercial entre o Canadá e o Brasil, ensejada pela proibição de comercializar nesse país a carne brasileira com a desculpa do mal da *vaca louca*, mostrou, mais uma vez, que em matéria de relações comerciais não há amigos do peito, mas as coisas obedecem à lei da oferta e da procura e às brigas por abocanhar fatias de mercado. É evidente que o nosso país passou a ameaçar a tranquilidade do negócio dos canadenses, no que se refere à industrialização e venda de aviões de porte médio. A *Bombardier* e não a *vaca louca* foi a causa do celeuma que azedou as relações entre os dois países. Mas do episódio tiramos duas lições claras: em primeiro lugar, não adianta querer agradar os outros passando por cima da lei: essa política é neocolonialista e se volta contra nós mesmos. Foi isso o que aconteceu quando da libertação dos seqüestradores de Abílio Diniz, cuja condenação por *crime hediondo* tinha transitado em julgado, seguindo todos os passos indicados pelo nosso código penal e tendo sido garantido aos facínoras amplo direito de defesa. Ora, o governo federal, num ato de bom-mocismo globalizante em que intermediaram representantes da *Esquerdigreja*, da CUT, do PT e dos *soi disants* intelectuais progressistas, terminou liberando os bandidos, que passaram a desfilar como heróis no Canadá e nos seus respectivos países de origem. Podemos supor que a falta de respeito que os canadenses passaram a ter com o Brasil decorre, em grande parte, dessa solução que conspurcou as nossas instituições jurídicas.

Em segundo lugar, ficou claro que o nosso país precisa se preparar para a *guerrilha comercial* da economia globalizada. Não poderemos competir de igual para igual com nações poderosas, se o Estado é, no nosso país, o primeiro obstáculo a ser superado. O Brasil ainda não se preparou tecnicamente para defender as suas políticas comerciais em face dos outros países, no seio da Organização Mundial do Comércio. A posição do Itamaraty é defasada a respeito. Devemos ter mais agressividade no nosso comércio exterior, aproveitando as brechas que a legislação internacional deixa para países em vias de desenvolvimento. Convenhamos que nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha ou Japão, o Estado é instrumento de desenvolvimento e de incentivo à comercialização dos produtos produzidos pelas respectivas empresas nacionais. Em contraposição, como aponta o estudioso Thompson Motta, "o Brasil tem hoje uma das cargas tributárias mais altas do mundo, atingindo valor acima de cinquenta por cento. Além dos tributos diretos sobre os lucros, o governo tributa as empresas com cinquenta e nove taxas e impostos. Torna-se necessária e inadiável a adoção de medidas que fortaleçam a empresa nacional, eliminando-se os fatores que afetam, de um lado, a capacidade de autofinanciamento empresarial, e, de outro lado, a orientação dos fluxos de poupança, tanto voluntária quanto compulsória. (...) Enquanto não se processar uma profunda modificação no quadro governamental, seria importante a criação de um Conselho Nacional de Política Industrial, como foi proposto ao governo pela FIESP, em 1985, para definir e normalizar a política industrial do país" [Motta, 1997: 62-63]. Se referindo ao cipoal de confusas normas e procedimentos que emperram o comércio brasileiro, outro estudioso do assunto, o embaixador Assis Grieco, frisava: "A comunidade exportadora procura, mormente, a

revisão de certos controles onerosos e demorados, causados pela falta de normas reguladoras claras e de aplicação permanente, com margem a atrasos e corrupção na fiscalização nos diversos níveis burocráticos" [Grieco, 1998: 4].

7) A Banditização dos Conflitos.- Não há dúvida de que com a queda do Muro de Berlim e a derrubada do Império Soviético, a guerra fria chegou ao seu fim. Esse fato, de um lado, descongelou conflitos seculares que tinham ficado presos sob a camada de gelo da bi-polaridade, especialmente na Europa Oriental e nos Bálcãs. A série de confrontos surgidos, na última década, na antiga Iugoslávia e em Kosovo, mostram a realidade dessa afirmação. A unificação alemã mostrou de que forma o comunismo conseguiu manter numa redoma de vidro, na Alemanha do Leste, antigas idéias nazistas, paradoxalmente misturadas com a ideologia estalinista. De outro lado, o fim da guerra fria fez ressurgir alhures a idéia dos regionalismos radicais e do separatismo. Eventos dessa natureza têm-se observado na Espanha (com as reivindicações de bascos e catalães), na França (com um ressurgimento da questão corsa, bem como do separatismo bretão), na Inglaterra (com as reivindicações da Escócia em prol de um Parlamento independente), da Irlanda do Norte (com o reaquecimento, no final do século passado, da problemática do Ulster), na Rússia (com a questão chechena), etc.

Mas o fim da guerra fria colocou a descoberto, também, um fato que antes se mimetizava sob o véu da bi-polaridade: antigas lutas que antes eram atribuídas a reivindicações ideológicas, passaram a se tornar simples banditismo. O caso mais marcante é, sem dúvida, o acontecido com a guerrilha colombiana. Cortada a mesada que o Império Soviético passava aos insurgentes, estes voltaram-se simplesmente para o narcotráfico como forma de financiamento das suas atividades, tendo adotado, de outro lado, práticas abertamente criminosas, como o seqüestro regular de cidadãos colombianos e estrangeiros. A Colômbia virou, destarte, paraíso de seqüestradores. O número de pessoas seqüestradas chega hoje a 3.500. As organizações guerrilheiras (FARC/ELN) financiam com o negócio da droga 60% dos seus gastos, ao passo que os 40% restantes provém dos seqüestros. Calcula-se em 500 milhões de dólares anuais o montante dos ingressos da guerrilha colombiana. Ser subversivo, aliás, é um bom negócio: cálculos da Fundação Milênio, com sede em Bogotá, indicavam que um guerrilheiro ganha ao redor de 70 mil dólares anuais, o que equívale a 40 vezes o que ganha um colombiano médio [cf. AFP, 1997].

Mas o banditismo não é apenas uma propriedade dos guerrilheiros colombianos. Com as duas guerras mundiais e a ulterior globalização, houve também uma progressiva universalização do crime, de forma que a indústria ligada às ações à margem da lei cresceu assustadoramente no mundo todo, como destacou Ralph Dahrendorf [1987: 11-46; cf. Macedo, 2001: 3; Ceaux, 2001: 9], com motivo da síndrome denominada por ele de "o caminho para a anomia". Este é, sem dúvida, um dos mais sérios reptos para a civilização ocidental no início do novo milênio, especialmente se levarmos em consideração a crescente utilização da tecnologia (como a Internet, por exemplo) nas atividades delictivas [cf. Ilhesca, 1996: 17].

No Brasil, sentimos muito de perto essa problemática, em primeiro lugar ao verificarmos a força cada vez maior dos narcotraficantes não apenas nos morros, onde tradicionalmente mandaram, mas também nas atividades econômicas convencionais,

em decorrência do processo de lavagem de dólares. Nas penitenciárias brasileiras é cada dia mais notório o poder das gangues que as controlam, acuando as autoridades e, em muitos casos, sobrepondo-se a elas, como nas recentes rebeliões em cadeia ocorridas no Estado de São Paulo, estrategicamente controladas, via telefones celulares, a partir das penitenciárias pelo autodenominado Primeiro Comando da Capital, que já chegou à sofisticação de publicar código de conduta e anunciar na mídia as suas próximas ações, deixando em evidência o despreparo das autoridades e a ousadia e articulação dos bandidos. Na década passada conseguiram se organizar no Estado de São Paulo cinco facções criminosas, que contam com dinheiro proveniente de assaltos, intimidam aos demais detentos e fazem chantagens à administração dos presídios. Note-se que esse processo se dá não apenas no Brasil mas também, com aceleração crescente, em outros países latino-americanos, como Argentina, Equador, Colômbia, México, etc.

A banditização dos conflitos revela-se, em segundo lugar, na agressividade do MST, que já não constitui apenas movimento de reivindicação válida de justiça social no campo, mas que se configurou como organização à margem da lei, que abertamente despreza as autoridades legitimamente constituídas, invade prédios públicos, faz reféns entre os funcionários do INCRA e prepara as suas lideranças, de maneira ostensiva, em táticas de acirramento de conflitos que hoje são postas sistematicamente em prática pelos guerrilheiros colombianos, que conseguem mobilizar verdadeiros exércitos de camponeses famintos para pressionar o Estado. Para ninguém é mistério que o MST (financiado, aliás, por generosas contribuições de ONGs internacionais), desenvolve amplo trabalho de doutrinação marxista-leninista e de formação revolucionária na UNICAMP e outras instituições educacionais públicas, tudo sob o olhar passivo das autoridades [cf. Chaves, 1999a: 3; 1999b: 3; 2000: 3; Vélez, 2000a: 10-12; Vélez, 2000c: 4A].

A banditização dos conflitos traduz-se, no cotidiano das pessoas, numa queda do nível de vida, associada ao temor hobbesiano da morte violenta. A respeito, escreve Ubiratan Macedo: "Locke já nos alertava sobre a importância da segurança como responsabilidade pública, principal função do Estado na teoria democrática (...). Um cidadão vitimado por um marginal não está interessado nos bons hospitais e escolas públicas ou na eficiência da previdência social pública, e menos ainda no prestígio e na segurança conferidos ao país pelas Forças Armadas. Primeiro ele quer sua vida e sua integridade física e patrimonial protegidas, e depois a execução de outras funções públicas" [Macedo, 2001: 3].

Diante da agressiva realidade representada pela banditização dos conflitos, a sociedade brasileira ainda não conseguiu formular uma clara e eficaz política de segurança pública. Organizadas no contexto do espírito autoritário que prevaleceu na história republicana, as nossas instituições policiais, assim como as judiciais, estão defasadas e precisam de uma urgente modernização, acorde com os princípios da vida democrática. Os estudiosos apontam, hoje, para o caminho da profissionalização das forças policiais, a sua adaptação à complexidade do mundo moderno mediante a multiplicidade e especialização das mesmas, criação de uma agência nacional reguladora das polícias privadas, transformação das guardas municipais das cidades maiores em polícia preventiva e ostensiva municipal, criação no ministério da Justiça

de um centro de informações que sirva a todas as polícias do país, reforço das organizações policiais de nível federal para guardar as fronteiras, unificação das polícias rodoviária e ferroviária federais, criação de uma polícia fazendária no ministério da Fazenda, criação de uma polícia judiciária, etc. [cf. Macedo, 2001: 10-11]. Um erro grosseiro que precisa ser evitado, consiste em atribuir às Forças Armadas funções policiais, que se distanciam da sua missão constitucional de garantir a defesa externa do país e proceder "à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem" (art. 142 da Constituição de 1988). Finalizando este item, valha o alerta dado pelo ex-deputado suíço Jean Ziegler: "O crime organizado pode matar a liberdade" [Ziegler, 2001: 37].

8) O papel das Forças Armadas em face dos reptos do século XXI.- A melhor coisa que podemos fazer em prol da segurança nacional é, sem dúvida, garantirmos educação básica de qualidade para todos os brasileiros. Ela é o melhor antídoto contra o neonazismo e demais ideologias segregacionistas. Ela é, de outro lado, o melhor meio para superarmos os riscos do fundamentalismo e para acelerarmos a nossa saída do patrimonialismo mediante a completa modernização da nossa economia e das instituições políticas. Só com educação básica de qualidade tornaremos possível a racional utilização dos nossos recursos naturais. Não se trata, evidentemente, de fazer da educação básica a panacéia. Acontece que esse foi o ponto esquecido pela liderança brasileira, ao longo das últimas décadas do século XX. E essa carência fundamental está condicionando a nossa modernização econômica, bem como o aperfeiçoamento das instituições democráticas [cf. Paim, Prota, Vélez, 1999: 5, 7].

Feita essa observação inicial, concluamos destacando quais seriam os aspectos a serem levados em consideração pelas nossas Forças Armadas, em face do panorama que desenhei para o século XXI. Não assinalarei medidas imediatas a serem tomadas. Destacarei, melhor, qual deveria ser o espírito que, no meu entender, constitui a base para tomar decisões estratégicas em face da problemática apontada.

Após as reformas iniciadas pelo Marechal Castelo Branco e continuadas no governo Geisel (seguindo provavelmente a trilha civilista aberta por Oliveira Vianna), parece que as Forças Armadas no Brasil enveredaram definitivamente pelo caminho da profissionalização [cf. Santos, 1991: 133-149. Vélez, 1997: 187-222]. No entanto, de início não foi assim. O regime republicano tinha deixado um buraco na nossa vida constitucional: acostumada a sociedade brasileira à prática da representação e, no contexto dela, à existência de um Poder Moderador (porta-voz dos interesses permanentes da Nação e que entraria como árbitro da disputa para corrigir os desvios da representação, no momento em que os políticos se desentendessem), parece que as Forças Armadas passaram a exercer esse tipo de função moderadora, à margem evidentemente da Constituição escrita, mas não à margem da política costumeira. É a conhecida tese de Alfred Stepan [1975].

Esse tipo de função vicária produziu as denominadas "intervenções salvadoras" comandadas pelo que o marechal Castelo Branco denominava de "espírito miliciano", ao longo da República Velha, durante o período getuliano e até 64. A melhor expressão da mentalidade que deu ensejo a esse tipo de intervenção, talvez sejam as palavras de Juarez Távora, no início dos anos 30: "Nossa atitude em política

é a de quem observa um banquete. Quando o banquete for transformado em rega-bofe, então entraremos com a espada moralizadora" [apud Torres, 1956: 181]. A última intervenção, no entanto, desgastou a Instituição Armada, em decorrência da sua longa permanência no poder. Hoje parece relegado à história esse tipo de intervencionismo na vida do país. A boa aceitação das Forças Armadas, testemunhada pelas pesquisas de opinião ao longo dos últimos anos, revela que a opinião pública apoia a feição profissional não intervencionista em política.

O tenente-brigadeiro Murillo Santos definiu a profissionalização seguindo a terminologia adotada por Samuel Huntington, da seguinte forma: "O relacionamento correto (*entre poder civil e militares*) repousa na profissionalização dos militares e a isto é que precisamente denomina de *controle objetivo*, isto é, aquela situação em que as Forças Armadas têm atribuições claras, relacionadas à defesa, dispendo de um corpo de oficiais rigorosamente profissionalizado. (...). O verdadeiro controle civil é uma decorrência da maximização do profissionalismo militar. (...) O corpo de oficiais altamente profissionalizado encontra-se pronto para sustentar as aspirações de qualquer grupo civil que exerça autoridade legítima no interior do Estado. Com efeito, este conjunto define os limites do poder político dos militares sem referência à distribuição do poder político entre os vários grupos civis" [Santos, 1991: 136-138].

Três passos, no meu entender, são fundamentais, uma vez aceita a realidade do profissionalismo dos militares e do controle objetivo destes pelo poder civil legitimamente constituído: A) Formulação de um pensamento estratégico; B) Adoção de uma estratégia nacional; C) Unificação das Forças Armadas ao redor da estratégia adotada.

A) *Formulação de um pensamento estratégico*.- Até o presente, essa foi prerrogativa de instituições militares como a ESG, a Escola de Altos Estudos de Política e Estratégia do Exército e as Escolas de Comando e Estado Maior das três Armas. Reconheça-se que nessas instituições, especialmente na ESG, tem sido tradição a presença do elemento civil. Mas ainda falta muito para que a elite pensante brasileira se engaje, de forma sistemática, nesse trabalho de reflexão. Tímidas são, por enquanto, as iniciativas civis a respeito. Na década de setenta surgiu o Centro de Estudos Estratégicos do Convívio, em São Paulo, que publicou, até início da década de 90, a revista *Política e Estratégia*. Na trilha aberta por essa primeira experiência surgiu o Centro de Estudos Estratégicos da Unicamp.

Mais recentemente foi criado no Ministério da Ciência e Tecnologia o Centro de Estudos Estratégicos, dirigido pelo diplomata Carlos Henrique Cardim e que publica em Brasília a revista *Parcerias Estratégicas*, com o objetivo de contribuir para a discussão de temas de importância estratégica na área de ciência e tecnologia. Com o patrocínio do Ministério da Aeronáutica e sob a coordenação do tenente-brigadeiro Murillo Santos, foram realizados, ao longo dos anos 80, vários seminários sobre política e estratégia, com a finalidade de aglutinar estudiosos civis do assunto [cf. Santos, 1991: 145]. Mas tudo isso ainda é pouco, em face da complexidade da formulação de uma estratégia nacional no mundo contemporâneo. As variáveis problemáticas por mim levantadas nesta apresentação, constituem apenas a ponta do *iceberg* dessa complexa realidade.

É evidente que a liderança civil precisa ter clara a essência da política estratégica que deve ser seguida. Num contexto de governo democrático-representativo, isso é fundamental, pois são os representantes da nação os que no Parlamento aprovam o orçamento para as Forças Armadas. Os nossos problemas decorrem ainda da não suficientemente aprimorada representação (pois não contamos com distritos eleitorais que atrelem o eleito ao eleitor) e os nossos partidos políticos ainda estão muito submetidos a lideranças carismáticas. Seria necessário fortalecer a representação para que houvesse um compromisso claro e honesto dos representantes com os reais interesses do país.

O ideal, no que tange à formulação de um pensamento estratégico, seria que se engajassem nesse esforço múltiplos centros de reflexão (em Universidades públicas e privadas, bem como em centros de pesquisa e nos institutos de estudos mantidos pelos partidos políticos) para que, de forma continuada e sistemática, discutissem com as instâncias acadêmicas já existentes nas Forças Armadas, a linha mestra de um pensamento estratégico que consulte os interesses do país. Publicações especializadas e de divulgação se encarregariam de difundir no seio da sociedade essas propostas, a fim de ir gerando um consenso a respeito. Somente assim garantir-se-ia a adoção de uma estratégia nacional.

B) *Adoção de uma estratégia nacional.*- Esta passaria fundamentalmente pela discussão ampla no Congresso, no qual as instituições militares teriam presença através dos assessores parlamentares na comissão correspondente e de propostas concretas apresentadas pelo Ministro da Defesa. Tornaram-se rotineiras no parlamento brasileiro as discussões sobre orçamento para as Forças Armadas, bem como sobre aspectos administrativos e organizacionais das mesmas, no contexto da reforma do Estado. O esforço deveria ser concentrado, no entanto, na formulação de uma estratégia que responda aos interesses do país, num cenário cada vez mais globalizado e complexo. Como definir uma estratégia de defesa clara para o Brasil, num contexto internacional em que novos inimigos ameaçam a soberania nacional, como os *hackers* e os narcoguerrilheiros? Como prevenir a defesa do nosso país, em face da sofisticação crescente dos terroristas? Qual deve ser a prioridade estratégica da nossa Marinha de Guerra, quando a ameaça imediata nas nossas costas e rios são as lanchas rápidas dos narcotraficantes e contrabandistas de armas? As perguntas são múltiplas e somente um debate aberto, amplo, feito com pessoas competentes, poderá ir abrindo espaço para soluções verdadeiras.

C) *Unificação das Forças Armadas ao redor da estratégia adotada.*- A criação recente do Ministério da Defesa certamente abriu a porta para a adoção de uma estratégia unificada pelas nossas Forças Armadas. O que falta, a meu ver, não decorre das estrutura das Forças Armadas, que têm sabido aprimorar a sua organização em face dos novos reptos do país, reformulando currículos nas Academias Militares, aperfeiçoando os mecanismos de recrutamento e inclusive colaborando com a globalização das questões estratégicas, mediante a participação eficiente e corajosa dos nossos militares nas missões de paz organizadas pelas Nações Unidas, em que pese os cortes orçamentários que se tornaram a regra nas últimas décadas. .

Por isso enfatizo que o que falta é a colaboração da sociedade brasileira como um todo, em primeiro lugar mediante o engajamento dela nas questões que dizem relação à estratégia e defesa, através da representação parlamentar e do estudo sistemático dessas questões nas Universidades e centros de pesquisa. Termino citando o tenente-brigadeiro Murillo Santos: "É preciso realidade e pragmatismo, é preciso transparência e visualização, é preciso verdade e ação. Novas estratégias decorrerão com objetividade e certeza, na medida em que mais se aproximarem da realidade. Fiquemos nós, militares, somente com a *Defesa, nosso mister e dever competente*. O que deve vir primeiro e com intensidade? O Submarino Nuclear, o carro de combate Osório, os helicópteros, os nossos projetos aeronáuticos, os mísseis, os navios aeródromos, todos para serem aplicados na defesa contra possíveis inimigos, ou... a assistência as crianças, os livros escolares e a preservação ambiental? Afinal, qual é o inimigo? A resposta deve ser de toda a sociedade!" [Santos, 1991: 148-149].

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO VI

AFP [1997]. "Guerrilha e militares se disputan las zonas más ricas de Colombia". *Boletim Informativo*. Paris, 3 de agosto de 1997.

AMBRUS, Steven e Joe Contreras [1999]. "A República independente das FARC". In: *Newsweek*, New York, edição internacional de 29 de novembro de 1999.

AMORIM, Carlos [2000]. "O padre guerrilheiro fala da luta na Colômbia". In: *Jornal da Tarde - Caderno de Domingo*, São Paulo, edição de 3 de dezembro de 2000, pg. 4d.

BOBIN, Frédéric [2001]. "Les âmes errantes de la démocratie chinoise". In: *Le Monde / Sélection hebdomadaire*. Paris, no. 2725 (edição de 27 de janeiro de 2001): pg. 1.

CAMEL, Laurence; SÉVILLA, Jean-Jacques [2001]. "Le forum de Porto Alegre a jeté les bases d'une autre mondialisation". In: *Le Monde / Sélection hebdomadaire*. Paris, no. 2727, (edição de 10 de fevereiro de 2001): pg. 5.

CEAUX, Pascal [2001]. "Les crimes et délits constatés en 2000 ont augmenté de 5,72% en un an". In: *Le Monde / Sélection hebdomadaire*. Paris, no. 2727 (edição de 10 de fevereiro de 2001): pg. 9.

CHAVES, Cláudio [1999a]. "A defesa da transgressão, o MST e a Nação". In: *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba-SP, edição de 17 de abril de 1999, pg. 3.

CHAVES, Cláudio M. [1999b]. "O crime organizado autorizado". In: *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba-SP, edição de 15 de dezembro de 1999, pg. 3.

CHAVES, Cláudio [2000]. "Ainda da Universidade". In: *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba-SP, edição de 9 de agosto de 2000, pg. 3.

COOK, Daniel J. e Henry ROSEMONT [1994]. "Introduction". In: Gottfried Wilhelm Leibniz, *Writings on China*. (Tradução ao inglês, Introdução, Notas e Comentários a cargo de Daniel J. Cook e Henry Rosemont, Jr.). Illinois: Open Court, pg. 1-44.

DAHRENDORF, Ralph [1987]. *A lei e a ordem*. (Tradução de Tamara D. Barile). Brasília: Instituto Tancredo Neves; Bonn: Fundação Friedrich Naumann.

DIDIER, Hugues [2000]. *Os portugueses no Tibete. Os primeiros relatos dos jesuítas (1624-1635)*. (Introdução histórica a cargo de Hugues Didier; coordenação e fixação dos textos da edição portuguesa a cargo de Paulo Lopes Matos; tradução de Lourdes Júdice). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

DJILAS, Milovan [1958]. *A nova classe: uma análise do sistema comunista*. Rio de Janeiro: AGIR.

FAORO, Raymundo [1958]. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 1ª edição. Porto Alegre: Globo, 2 volumes.

GOMES, João Carlos Teixeira [2001]. *Memórias das trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães*. (Prefácio de Gilberto Felisberto Vasconcellos). São Paulo: Geração Editorial.

GRIECO, Francisco de Assis [1998]. "A babel do comércio exterior. Parte II". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, volume 43, no. 516 (março 1988): pg. 3-22.

GUILLERMOPRIETO, Alma [2000a]. "Our new war in Colombia". In: *The New York Review of Books*, New York, edição de 13 de abril de 2000, pg. 34-39.

GUILLERMOPRIETO, Alma [2000b]. "Colombia: violence without end?" In: *The New York Review of Books*, New York, edição de 27 de abril de 2000, pg. 31-39.

GUIZOT, François [1864]. *Histoire de la civilisation en Europe, depuis la chute de l'Empire Romain jusqu'a la Révolution Française*. 8ª edição. Paris: Didier.

HELL, Victor [1986]. *La idea de cultura*. (Tradução ao espanhol de Hugo Martínez Moctezuma). México: Fondo de Cultura Económica.

HOBBSBAWM, Eric [1995]. *A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. (Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Célia Paoli). 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.

ILHESCA, Marlise [1996]. "Subversão no ciberespaço". In: *Jornal do Brasil*, edição de 5 de maio de 1996, pg. 17.

KEYNES, John Maynard *Lorde of Tilton* [1983]. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro - Inflação e deflação*. (Tradução de Mário R. da Cruz e Rudolf Kunz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador; apresentação de Adroaldo Moura da Silva). São Paulo: Abril Cultural. Coleção *Os Economistas*.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm [1994]. *Writings on China*. (Tradução ao inglês, Introdução, Notas e Comentários a cargo de Daniel J. Cook e Henry Rosemont, Jr.). Illinois: Open Court.

LOCKE, John [1965]. *Two treatises of government*. (Edição crítica organizada por Peter Laslett). New York: Mentor Book.

MACEDO, Ubiratan de [2001]. "Segurança pública em uma sociedade democrática". In: *Think Tank*, São Paulo, vol. IV, no. 13 (dezembro-janeiro-fevereiro): Encarte Especial sobre Segurança Pública, pg. 3-12.

MARGOLIN, Jean-Louis [1997]. "Communismes d'Asie: entre *rééducation* et massacre. La Chine, le Vietnam, le Laos et le Cambodge". In: Stéphane Courtois, Nicolas Werth e outros. *Le livre noir du communisme: crimes, terreur, répression*. Paris: Robert Laffont, pg. 503-597.

MOTTA, Manoel Fernando Thompson [1997]. "Política industrial". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, volume 43, no. 513 (dezembro 1997): pg. 57-74.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de [2001]. "China: bases para nova superpotência". In: *O Globo*. Rio de Janeiro (edição de 1º de fevereiro): pg. 7.

PAIM, Antônio [1978]. *A querela do estatismo*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PAIM, Antônio, Leonardo PROTA e Ricardo VÉLEZ Rodríguez [1999a]. *Cidadania: o que todo cidadão precisa saber*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

PAIM, Antônio, Leonardo PROTA e Ricardo VÉLEZ Rodríguez [1999b]. *O empresário e a cidadania - vol. III, Meio ambiente e recursos naturais*. Londrina: Edições CEFIL / Instituto de Humanidades.

PAIM, Antônio [2000a]. *Momentos decisivos da história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.

PAIM, Antônio [2000b]. *O relativo atraso brasileiro e a sua possível superação*. São Paulo: SENAC, Coleção Livre Pensar.

PAIM, Antônio [2000c]. *O socialismo brasileiro (1979-1999)*. Brasília: Quick Print / Instituto Teotônio Vilela.

PENNA, José Osvaldo de Meira [1988]. *O Dinossauro: uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas*. São Paulo: T. A. Queiroz.

PENNA, José Osvaldo de Meira [2000]. "Antropologia e sociologia da guerra". In: *Digesto Econômico*, São Paulo, volume 56, no. 401 (março/abril 2000): pg. 5-16.

PEYREFITTE, Alain [1997]. *O Império imóvel ou o choque dos mundos*. (Tradução de Cylene Bittencourt). Niterói: Casa Jorge Editorial.

SANTOS, Murillo *tenente-brigadeiro* [1991]. *O caminho da profissionalização das Forças Armadas*. (Prefácio de Miguel Reale; apresentação de Sócrates da Costa Monteiro, ministro da Aeronáutica e Leônidas Pires Gonçalves, general de Exército R/1). Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica / Gráfica Editora do Livro.

SCHWARTZMAN, Simon [1982]. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Campus.

SOUZA, José Cavalcante de (organizador) [1989]. *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. (Seleção de textos e supervisão de José Cavalcante de Souza; dados biográficos a cargo de Remberto Francisco Kuhnen; tradução a cargo de José Cavalcante de Souza e Anna Lia A. de Almeida Prado; introdução de José Américo Motta Peçanha). 4ª edição. São Paulo: Nova Cultural. Coleção *Os Pensadores*.

STAËL, Germaine Necker (Madame de) [1998]. *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. (Introdução e notas a cargo de Axel Blaeschke). Paris: Garnier.

STEPAN, Alfred [1975]. *Os militares na política*. (Tradução de Ítalo Tronca). 1ª edição. Rio de Janeiro: Artenova.

TOCQUEVILLE, Alexis de [1977]. *A democracia na América*. (Tradução, prefácio e notas de Neil Ribeiro da Silva). 2ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

TOCQUEVILLE, Alexis de [1989]. *O Antigo Regime e a Revolução*. (Tradução de Yvonne Jean; apresentação de Zevedei Barbu; introdução de J. P. Mayer). 3ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: HUCITEC.

TORRES, João Baptista de Vasconcellos [1956]. *Oliveira Vianna, sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Freitas Bastos.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1997]. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro*. (Prefácio de Antônio Paim). Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [2000a]. "Até onde o narcotráfico ameaça o Brasil?" In: *Sistema Fecomércio Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 16 (agosto de 2000): pg. 10-12.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [2000b]. "Colômbia: uma guerra contra a sociedade". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, volume 46, no. 546 (setembro 2000): pg. 15-28.

VÉLEZ, Rodríguez, Ricardo [2000c]. "MST usa tática da guerrilha colombiana". (Entrevista concedida a José Nêumanne). In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, (edição de 14 de maio de 2000): pg. 4 A.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1974]. *Instituições Políticas Brasileiras*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2 volumes.

WEBER, Max [1944]. *Economía y sociedad*. (Tradução ao espanhol de José Medina Echavarría *et alii*). 1ª edição em espanhol. México: Fondo de Cultura Económica, 4 volumes.

WEBER, Max [1993]. *Ciência e política: duas vocações*. (Prefácio de Manuel T. Berlinck; tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota). 9ª edição. São Paulo: Cultrix.

WIEVIORKA, Michel [1996]. "As mutações do ódio". In: *O Correio da Unesco*. Rio de Janeiro, vol. 24, no. 5 (maio 1996): pg. 10-13.

WITTFOGEL, Karl [1977]. *Le despotisme oriental*. (Tradução ao francês de Micheline Pouteau). Paris: Minuit.

ZIEGLER, Jean [2001]. "O crime organizado pode matar a liberdade". In: *O Globo*, edição de 21 de janeiro de 2001, pg. 37.

Capítulo VII – ALTERNATIVAS PARA A VIOLÊNCIA: SOCIEDADE, MERCADO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA*

Qual é a real possibilidade de a América Latina se tornar uma região plenamente desenvolvida, incorporada de forma definitiva à economia de mercado e à vida democrática? A resposta a esta pergunta parece incerta, se olharmos para o conjunto de dificuldades que eclodem aqui e acolá. Insatisfação dos cocaleros bolivianos, que pressionam o governo para que suspenda a erradicação de cultivos ilícitos. Agitação crescente entre os indígenas equatorianos, que se consideram marginalizados num país em que constituem a maioria da população. Instabilidade da economia e da política argentinas, que carrega nuvens negras sobre o horizonte do Mercosul. Insatisfação de setores oposicionistas chilenos em face da herança de repressão e morte deixada pelo governo Pinochet. Protestos da sociedade venezuelana, com as instituições do governo representativo e do judiciário em crise, após a maré montante de inspiração rousseauiana do chavismo que, de outro lado, não tem conseguido fazer decolar a economia do país. Incerteza quanto à consolidação do processo de paz e de recuperação econômica nos países da América Central, duramente castigados, ao longo dos últimos anos, pelos desastres naturais. Turbulências econômicas e políticas no Peru, após o longo ciclo da ditadura fugimorista, alimentada no seu nascedouro pelo populismo dos governos militares e de Alan García, bem como em decorrência do insano surto terrorista desatado pelo Sendero Luminoso. Tradicional desconfiança da comunidade internacional diante da vinculação de importantes setores da política, no Paraguai, com o crime organizado, que se vale habitualmente do Estado como alavanca para os seus negócios nefastos. Fragilidade da economia uruguaia, não suficientemente saneada dos vícios do burocratismo orçamentário. Reivindicações sociais, políticas e econômicas dos guerrilheiros zapatistas, que parecem acreditar mais num modelo rousseauiano de "democracia direta". Dificuldades crescentes para colocar a economia em ordem no Brasil, onde as duas administrações do social-democrata presidente Cardoso não conseguiram fazer as reformas fundamentais que dariam lastro à estabilidade do Real e onde não é desprezível o risco da eleição de um governo esquerdista e populista, que reviva a tradição estatizante e o processo inflacionário. Enfim, o conflito colombiano que foi definido por um estudioso como "uma guerra contra a sociedade", feita a partir de minorias (as FARC, o ELN e as AUC) que pretendem se apossar do Estado para enriquecimento próprio, buscando a total liberdade para as atividades do narcotráfico, em face de um governo enfraquecido por altos índices de corrupção e ineficiência. Isso para não falar das duvidosas perspectivas caribenhas, tornadas obscuras pela ditadura mais antiga das Américas, a protagonizada em Cuba por Fidel Castro, que consegue a proeza de manter ainda viva a estrutura do comunismo, às custas do bem-estar e das esperanças dos cubanos.

* Conferência pronunciada em Lisboa, na Universidade Católica Portuguesa, 14 de Novembro de 2001.

Desenvolverei nesta exposição quatro aspectos: 1) A tradição patrimonialista na América Latina; 2) Como os países da região estão saindo do patrimonialismo; 3) Perspectivas futuras para a América Latina e 4) O Liberalismo, filosofia modernizadora.

1) A tradição patrimonialista.- Os fatos apontados no início desta exposição talvez nos levem a pensar na inexistência de um elo comum, que permita estabelecer semelhanças fundamentais entre os vários países latino-americanos. Domingo Faustino Sarmiento, que foi presidente da Argentina na segunda metade do século XIX, expressava da seguinte forma a necessidade de um estudo sobre a essência da realidade política latino-americana: "Na América do Sul, em geral, e sobretudo na República Argentina, fez falta um Tocqueville que, premunido dos conhecimentos das teorias sociais, como viajante científico de barômetros, oitantes e bússolas, penetrasse no interior da nossa vida política, como num campo vastíssimo e ainda não explorado nem descrito pela ciência, e revelasse - para a Europa, para a França, tão ávida de etapas novas na vida das diversas porções da humanidade - este novo modo de ser que não tem antecedentes bem marcados e conhecidos" [Sarmiento, 1996: 9].

Torna-se necessário, por isso, dar uma olhada um pouco mais ampla e aprofundada sobre o conjunto da realidade latino-americana. Enxerguemos a forma em que se consolidou o Estado nesses países. Eles herdaram da colonização ibérica o modelo patrimonialista, que é definido por Max Weber como aquele no qual o Estado surge a partir da hipertrofia de um poder patriarcal original, que alarga a sua dominação doméstica sobre territórios, pessoas e coisas extrapatrimoniais, passando a administrá-los como propriedade familiar ou patrimonial [cf. Weber, 1944; Wittfogel, 1955 e 1977].

Contrapõe-se este modelo (que vingou na Espanha e em Portugal, bem como na Rússia e nas antigas sociedades hidráulicas) ao modelo contratualista, definido por Weber como aquele no qual o Estado surge a partir da negociação entre as classes que lutam pela posse do poder, dando ensejo ao contrato social que desembocaria no parlamentarismo (esse é o modelo que vingou na Europa Ocidental, a partir da prática do feudalismo de vassalagem, e que se estendeu pelo mundo nos países de cultura anglo-saxã que incorporaram a experiência da democracia representativa, como os Estados Unidos, Canadá, Austrália, etc.).

Espanha e Portugal transplantaram para as suas colônias do Novo Mundo a estrutura patrimonial do Estado. A primeira organização político-administrativa que tiveram os países latino-americanos foi a decorrente da distribuição de terras entre os amigos do rei, que deu ensejo ao regime das Capitânicas Hereditárias e das Províncias, organizadas ulteriormente sob os Vice-Reinados. As novas terras descobertas no final do século XV e início do XVI foram incorporadas à Coroa real, de forma semelhante a como os reis cristãos tomavam posse das terras tiradas aos sarracenos nos *fossados* ou expedições punitivas, incorporando-as à fazenda real como *presúria*. Esta prática permitiu que, ao longo dos séculos XII a XIV, os reis se tornassem os maiores proprietários de terras na Espanha e em Portugal e que, sobre essa base, se deitassem os alicerces da empresa ultramarina, quando os soberanos, enriquecidos, passaram a dirigir o comércio como *mercadores de mercadores* [cf. Azevedo, 1978; Faoro, 1958].

O latifúndio colonial latino-americano surge como consequência da distribuição patrimonialista de terras entre os amigos e fiéis servidores do rei (essa distribuição deu

lugar, no Brasil, ao regime de *sesmarias*, base das *capitanias hereditárias*). Muito significativa é, sob este ângulo, a carta de Pero Vaz de Caminha ao monarca português, que data de início do século XVI. A organização do latifúndio ao redor do *senhor de engenho*, essa seria a primeira experiência político-administrativa ocorrida no Novo Mundo. Depois viria a criação das cidades, com as suas câmaras municipais que, se bem prolongaram nas nossas terras o liberalismo telúrico das municipalidades ibéricas, cedo foram submetidas ao *élan* privatizante dos senhores rurais, sendo posteriormente cooptadas pelo centralismo da coroa, ao longo do período filipino, no século XVII.

É evidente que houve, no universo espanhol (e, *a fortiori*) nas colônias hispano-americanas, diferenças fundamentais quanto ao tipo de *patrimonialismo* que teve vigência no mundo luso e luso-americano. A mais importante delas relaciona-se à índole mais fortemente estatizante do universo português, que se traduziu, ao longo do século XIX, na preservação da unidade continental da ex-colônia portuguesa, ao contrário da atomização que afetou as ex-colônias hispânicas, que enveredaram cedo pelo caminho de repúblicas caudilhistas. Mas esse complexo processo histórico não invalida a apreensão do traço cultural básico da organização política em ambos os contextos: a feição patrimonial do poder do Estado. Os estudos comparativos de O'Donnell [1980], Uricoechea [1978], Véliz [1980], Tavares-Rojo [1998] e outros, deixam claro o fato apontado.

Os traços fundamentais dos Estados patrimoniais ibero-americanos são os seguintes:

a) Trata-se de organizações mais fortes do que a sociedade. As sociedades submetidas aos Estados patrimoniais possuem um tecido muito frágil, que as torna perpétuas caudatárias deles. O autoritarismo dos "donos do poder" [cf. Faoro, 1958], essa é a nota característica da política latino-americana, ao longo dos cinco séculos da nossa história. Lembremos o registro que dessa característica faz a narrativa ao longo do século XX. A confusão entre público e privado, num contexto marcado pelo caudilhismo e pelo terror policial constitui, sem dúvida, importante *leitmotiv* em obras como *El señor presidente* do guatemalteco Miguel Angel Asturias, *El otoño del patriarca* do colombiano García Márquez, *Yo el supremo* do paraguaio Augusto Roa Bastos, *Sobre héroes y tumbas* do argentino Ernesto Sábato, *La fiesta del chivo* do peruano Vargas Llosa. No caso brasileiro, para só mencionar um autor, é primorosa a descrição do autoritarismo positivista, paternalista e clânico que empolga a Chimangos e Maragatos, nos belos romances *O tempo e o vento* e *Incidente em Antares* de Érico Veríssimo. O poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz [1983] deixou-nos, aliás, magnífica descrição do Leviatã patrimonialista latino-americano no seu incomparável livro *El ogro filantrópico*, que inspirou, sem dúvida, o ensaio *O dinossauro* do pensador brasileiro Meira Penna [Penna, 1988].

b) O Estado, embora mais forte do que a sociedade, não constitui propriamente uma instância pública, projetada para o bem-estar dos cidadãos. O aparelho estatal, pelo contrário, tende a ser privatizado em benefício dos governantes, do estamento burocrático e dos segmentos sociais cooptados por eles. As classes sociais possuem, no contexto das sociedades latino-americanas e nas demais sociedades regidas por Estados patrimoniais, características próprias que as diferenciam das classes sociais no seio das sociedades regidas por Estados contratualistas. A diferença básica consistiria no seguinte: ao passo que a participação das classes nestas últimas se efetiva mediante a luta pela defesa dos

próprios interesses no seio dos órgãos da representação (câmaras municipais, assembleias estaduais ou regionais, parlamentos), mediante os partidos políticos, nas sociedades regidas por Estados patrimoniais a participação política efetiva-se mediante a cooptação dos indivíduos e das classes pelos governantes e pelo estamento burocrático. Essa situação foi caracterizada assim por Simon Schwartzman [1982]: ao passo que para outros povos a política é um meio de melhorar os negócios, para os brasileiros (e o mesmo poderia ser dito dos demais latino-americanos), o exercício da mesma é o grande negócio.

c) Os indivíduos e as classes sociais são afetados pelo *complexo de clã*, fenômeno que foi especialmente estudado por Oliveira Vianna [cf. Vianna, 1982]. Esse complexo consiste em estender a solidariedade social só aos membros do clã parental ou político. Produz, em primeiro lugar, o insolidarismo, responsável pela fragilidade do tecido social e, em segundo lugar, enseja a tendência privatizante do Estado "para beneficiar amigos e lascar inimigos", conforme reza o ditado popular. A prática do nepotismo e do clientelismo constitui o principal caminho através do qual se efetiva a privatização do Estado. A propósito do mencionado fenômeno, escreve Oliveira Vianna [1982: 553-554]: "Esta tenuidade ou esta pouca densidade do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica para o fato de que o interesse pessoal ou de família tenha, em nosso povo (no comportamento coletivo dos nossos homens públicos) mais peso, mais força, mais importância determinante, do que as considerações do interesse coletivo ou nacional. Este estado de espírito tem uma causa geral (...), uma razão lógica, uma razão científica: e esta razão científica é a ausência da compreensão do poder do Estado como órgão do interesse público. Os órgãos do Estado são para estes chefes de clãs, locais ou provinciais, apenas uma força posta à sua disposição para servir aos amigos e aos seus interesses, ou para oprimir os adversários e os interesses destes".

A forma clientelista de fazer política, expressa-se nos ditados populares: "aos amigos, marmelada; aos inimigos, bordoadá"; "governar é nomear, demitir e prender"; "é dando que se recebe"; etc. A respeito, Laureano Gómez, presidente da Colômbia em meados do século passado, escreveu: "Fora as atividades rigorosamente individuais e com propósitos individuais, a vida coletiva da nação sofre uma parálise. Todos os estímulos de índole intelectual desapareceram, substituídos pelas intrigas, pela eficácia do caciquismo, pela preponderância das patotas. É melhor ser parente de um funcionário do que ser um intelectual. Dá mais resultado se filiar a uma patota do que ser competente e honesto; e não há elevados pensamentos, nem profundos estudos, nem conduta irrepreensível que valham nada equivalente à matrícula na clientela de um cacique. A vasta teia desses interesses criados mantém-se pelo silêncio, pelo imobilismo e pela falta de transparência" [Gómez, 1928: 141-142].

d) Surgiu, no contexto das sociedades latino-americanas, um modelo econômico caudatário do mercantilismo espanhol e português. A propósito, escreve o pensador brasileiro Roberto Campos: "Somos uma sociedade patrimonialista. O patrimonialismo não é mais que a forma ibérica do mercantilismo europeu do começo da Idade Moderna. Isso é o mercantilismo piorado pela influência cultural da Contra-Reforma, dos confiscos da Inquisição e dos resquícios do despotismo árabe" [Campos, 1992]. O ponto central desse modelo mercantilista consiste na suposição de que compete ao Estado empresário garantir a riqueza da nação. À sociedade só competiria se encostar nele para enriquecer às

suas custas. Essa é a convicção que ainda hoje alimenta a demanda dos empresários pelo lucro subsidiado, bem como a reserva de mercado, o empreguismo estatal e a tendência à corrupção (entendida como o enriquecimento dos cidadãos com o dinheiro público). O orçamento do Estado é entendido como botim a ser distribuído clientelisticamente entre amigos e apaniguados [cf. Penna, 1988 e 1991]. A tributação, nas sociedades latino-americanas, converteu-se em política de confisco, alimentada pela capacidade orçamentívora do Estado e do seu estamento burocrático. Não é rara a superposição de tributos, como acontece, por exemplo, no Brasil, país onde o cidadão paga 52 impostos diferentes, comprometendo seriamente a capacidade de poupar e de investir, dessanguando destarte a economia.

e) As práticas do clientelismo e da cooptação ensejam regimes autoritários, que têm como preocupação fundamental banir qualquer dissidência. O terror policial, o presidencialismo caudilhista de partido único e as "ditaduras científicas" de tecnocratas e militares, são as expressões latino-americanas mais comuns da forma patrimonialista de fazer política [cf. Touraine, 1989]. As filosofias políticas rousseuniana, comteana e marxista-leninista reforçaram, do ponto de vista teórico, essa tendência.

f) Além dos clãs parentais, estamentais e políticos, o único elo de união entre os cidadãos são as corporações, que constituem, basicamente, organizações clientelisticamente estruturadas, para garantir parcela do poder do Estado ou da sua riqueza, em benefício próprio. Essa estrutura corporativista permite entender fenômenos tão comuns ao sindicalismo latino-americano como o *peleguismo* brasileiro ou o *peronismo* argentino. Também se poderia situar, no interior dessa estrutura, a tendência oligopólica e cartelizante do empresariado.

g) A principal decorrência desse estado de coisas é a fraqueza da cidadania no contexto latino-americano. Ser cidadão é ser um João-ninguém. A pessoa não vale por si, pelos seus direitos inalienáveis, mas apenas pelas suas relações clientelísticas. Existem, em consequência, cidadãos de primeira e de segunda, dependendo do grau de relacionamento individual com os governantes e com o estamento burocrático [cf. Matta, 1991].

h) A lei e as instituições jurídicas, nas sociedades patrimoniais latino-americanas, ressentem-se da tendência privatizante atrás pontada. Elas não exprimem normas impessoais fixadas a partir de um consenso social, mas constituem fundamentalmente aparelho casuísta a ser administrado de acordo com os interesses particulares ou clânicos de quem governa. Alguns ditados populares, como os seguintes, exprimem muito bem esse espírito: "aos amigos, os cargos; aos inimigos, a lei"; "aos nossos inimigos, o único que lhes resta é uma sincera penitência".

i) As ideologias políticas funcionam, nestas sociedades, como roupagem retórica que encobre a mais profunda realidade do poder administrado clânicamente. Os golpes de Estado constituíam, até os anos 80 do século passado, monocórdio rodízio dos donos do poder. A prática democrática, retomada na região no final do século passado, não conseguiu, porém, se firmar no exercício diuturno e amadurecido da representação. Os partidos políticos, nesse contexto, não passam de blocos parlamentares aglutinados ao redor de figuras carismáticas mediante as práticas da cooptação, do nepotismo e do clientelismo [cf. Vélez, 2000b].

j) A retórica do democratismo ocupa geralmente o lugar de um real projeto político, que conduza à maturidade da cidadania e da representação. À luz desta retórica, o detentor do poder tende à legitimação carismática, se apresentando como "pai do povo", protetor dos descamisados", etc. O novo messias tratará de banir, como inimigo da felicidade coletiva, qualquer um que esboçar oposição aos seus propósitos messiânicos. O eminente cientista político Seymour Lipset mostrou em clássico estudo que o messianismo marxista acompanha os países de mais baixa renda, entre estes os latino-americanos [cf. Lipset, 1970: 40-41]. Não é raro o surgimento, neles, de partidos únicos que garantem a unanimidade ao redor dos *puros*, que encarnam o *regime da virtude*. Esse fenômeno, de clara inspiração rousseauiana, tem encontrado as mais variadas manifestações na América Latina, desde Papa Doc, no Haiti, passando pelo autoritarismo do doutor Gaspar Rodríguez de Francia no Paraguai, continuando com a *ditadura científica* de Júlio de Castilhos e de Getúlio Vargas no Brasil e chegando, nos nossos dias, ao regime totalitário de Castro em Cuba e ao autoritarismo bolivariano de Chávez na Venezuela.

k) Acompanha às características enunciadas, como chão axiológico que pauta o comportamento social, uma ética que poderia ser caracterizada como do *jeitinho* ou do *atalho*, ou seja, inspirada pelo imperativo categórico de levar vantagem em tudo driblando o trabalho produtivo. Essa ética foi incorporada pelas elites latino-americanas no decorrer do ciclo colonial, a partir dos anti-valores do consumo suntuário e do horror ao trabalho produtivo, que inspiraram às nobrezas decadentes espanhola e portuguesa, ao longo dos séculos XVI a XVIII. Esse fenômeno tem sido apontado por estudiosos como Américo Castro [1950] e Oliveira Vianna [1958]. O principal resultado dessa ética é a corrupção, que se alastra descontrolada nos vários níveis da administração pública. É bom lembrar aqui o sentido em que o termo *corrupção* é entendido, à luz do pensamento aristotélico: algo se corrompe, quando perde a sua substância, o que no terreno da política equívale a dizer, "quando o Estado perde a sua razão de ser". Os pensadores da segunda escolástica ibérica, Francisco Suárez notadamente, chamavam a atenção para a perda de sentido do Estado, quando este deixava de zelar pelo bem-estar dos cidadãos ou, em outros termos, quando deixava de procurar o bem comum. Ora, a essência do Estado, no seio da tradição patrimonialista, consiste na sua privatização em benefício de uma minoria, que não constitui propriamente uma classe, mas uma espécie de casta estamental, de *nomenclatura*, que administra o Estado como se fosse propriedade sua. A essência do patrimonialismo é a corrupção da noção de Estado como esfera do público, do que tange ao bem comum, ao bem-estar dos cidadãos, à defesa dos seus direitos inalienáveis à vida, à liberdade e às posses, como rezava o credo liberal de John Locke. Quando o Estado é privatizado em benefício exclusivo de uma parcela da nação, ocorre a sua corrupção. O resto é consequência disso. O uso e abuso dos dinheiros públicos para enriquecimento individual ou da família, o tráfico de influências, a manipulação de informações privilegiadas por parte dos governantes e seus assessores, etc., tudo isso decorre do fato primordial.

l) A religião dominante, no caso latino-americano o catolicismo, tendeu a se transformar em *raison d'État* no contexto do absolutismo pós-feudal, o que levou ao amplo engajamento da Igreja na contra-reforma patrocinada pelas monarquias ibéricas [cf. Paim, 2000]. Convém lembrar que esse engajamento temporal deu-se também nas lutas inquisitoriais contra os judeus de Espanha, de Portugal e das suas respectivas

colônias, ao longo dos séculos XV a XVIII. O fenômeno do clericalismo, e da sua variante mais recente, a versão marxista-leninista da teologia da libertação inserem-se, indubitavelmente, nesse contexto [cf. Vélez, 2000b: 313-327].

o) Cabe anotar que, no interior das sociedades patrimoniais latino-americanas, têm emergido, ao longo dos séculos XIX e XX, projetos modernizadores de alcance limitado, que se bem não conseguiram dar ensejo à definitiva transformação daquelas, pelo menos têm sentado os alicerces para reformas posteriores. Tal é o caso, por exemplo, da experiência parlamentarista brasileira ao longo do Segundo Reinado, após o Ato Adicional, no período compreendido entre 1841 e 1889. Essa experiência, aliás, suscitou elogiosos comentários de François Guizot [1864], que via nela a instauração dos ideais de liberdade, racionalidade política e justiça, mediante a prática da monarquia representativa.

p) Essas experiências modernizadoras têm se inspirado no liberalismo, que na versão latino-americana apresentou-se em íntima vinculação com outras correntes filosóficas como o spencerismo, o positivismo ilustrado, o krausismo, o ecletismo espiritualista, etc. Assim por exemplo, a experiência parlamentar do Império brasileiro, que permitiu limitar a influência do Estado patrimonial, inspirou-se no liberalismo lockeano e na versão liberal-conservadora de Benjamin Constant de Rebecque [1970]. De forma semelhante, as reformas que deram ensejo à representação política na América espanhola inspiraram-se ora no liberalismo ibérico [cf. Gortázar, 1994; Perdomo, 1991; Romero, 1989], ora no krausismo que na Espanha correspondeu a uma variante liberal de importância com a obra de Francisco Giner de los Ríos [cf. 1969 e López-Morillas, 1988], ora na retomada pelas lideranças civis das novas Repúblicas da filosofia libertária anglo-americana e francesa, que permitiram contrarrestar o conservadorismo e o autoritarismo ibéricos. Certamente o rousseauianismo de Bolívar encontrou uma oposição decidida no liberalismo de Francisco de Paula Santander [cf. 1988] e o positivismo dos militares brasileiros, no início da República, foi refreado pela pregação liberal de Rui Barbosa [cf. Vélez, 1980; Paim, 1978].

A influência do liberalismo situa-se, aliás, na América Latina, na origem da luta contra o absolutismo, que começou no século XVIII com as conjurações neo-granadina de 1781 e mineira de 1789, ambas inspiradas na tradição libertária e municipalista ibérica [cf. Ots, 1969: 10-25] bem como na filosofia da ilustração francesa e nos ideólogos liberais anglo-americanos [cf. Macedo, 1977].

2) Saindo do Patrimonialismo.- O sentido do termo *desenvolvimento* é complexo. Com muito bom senso, o pensador brasileiro Roberto Campos [1994: 1272] destacava isso, afirmando o seguinte: "O desenvolvimento, num sentido amplo - compreendendo o crescimento econômico e a melhoria social - continua algo misterioso, pois depende de uma complexa interação de fatores econômicos, sociais e políticos. Esse mistério não foi ainda decifrado por nenhuma das variedades da teoria do desenvolvimento, umas otimistas, outras pessimistas". Algo semelhante pensava Lorde Keynes, quando frisava que a realidade econômica precisava ser apreendida à luz das "tendências gerais da sociedade", que implicavam uma infinidade de fatores tão complexos quanto a vida humana [Keynes, 1984: 151]. Observação semelhante fez a conhecida estudiosa Gertrude Himmelfarb em relação aos estudos sobre a pobreza. Pela

sua complexidade, a idéia da pobreza constitui "um assunto híbrido, um cruzamento entre duas espécies distintas: a história social e a história intelectual" [Himmelfarb, 1988: 19].

Flagrar as sociedades latino-americanas saindo do patrimonialismo é, portanto, apreender um fato complexo, portador de inúmeras variáveis. Mas a complexidade não descarta a possibilidade de registrar tendências gerais, um pouco como Guizot descobria, por baixo da série multifacética dos fenômenos, tendências gerais da sociedade européia da sua época, que apontavam no sentido da democracia. Não há dúvida de que as sociedades latino-americanas, ao se tornarem predominantemente urbanas no decorrer do século passado, foram evoluindo progressivamente em direção a um modelo mais moderno, que implicava abertura ao capital estrangeiro, fortalecimento da indústria nacional, aperfeiçoamento da produção agrícola, bem como reformas nos terrenos político, educacional e trabalhista. Mesmo que esse processo no seu início não implicasse em democratização (como no Brasil de Getúlio Vargas, na Argentina de Perón ou no México de Porfirio Díaz), foram deitadas, sob a batuta do Estado intervencionista, as bases de novas práticas trabalhistas que ajudaram a deslanchar o surto de industrialização, que se canalizou, já na metade do século XX, numa política de substituição de importações. Consequentemente, a tradição patrimonialista, que se enraizava na vida rural, viu-se forçada a um *élan* modernizador.

O processo de globalização da economia mundial ocorrido nas últimas décadas do século passado, veio acelerar esse conjunto de mudanças no seio das sociedades latino-americanas. Loser e Guerguil, economistas do FMI, caracterizaram assim os câmbios ocorridos na região, no terreno das políticas econômicas: "Após a crise da dívida, a política econômica da América Latina e do Caribe experimentou uma profunda mudança: a maior parte dos países da região, oprimidos por fortes distorções no uso dos seus recursos produtivos, decidiram abandonar o velho modelo de industrialização baseada na substituição de importações e intervenção do Estado, e adotar políticas de liberalização dos mercados e abertura ao exterior. No final da década de 80 a luta contra a inflação e, de forma mais geral, a busca da estabilidade financeira converteram-se no principal objetivo da política econômica para muitos governos do mundo, incluídos os da América Latina e do Caribe. A gestão fiscal tornou-se mais rigorosa, ajustaram-se os programas de gasto público, reduziu-se o tamanho da administração pública e foram reformados os sistemas tributários. Com isso, o déficit fiscal da região desceu a uma média de 2% do PIB em meados da década de noventa, comparado com 4-5% nos últimos anos da década anterior. Avançou-se em direção a uma carga tributária mais equilibrada, com menores impostos sobre o comércio exterior e menores níveis de evasão, e aumentou o peso dos ingressos tributários no PIB. A relação entre a dívida pública externa e o PIB desceu de 50% no final dos anos oitenta para menos de 20% em 1997. Com esses avanços no terreno fiscal, reduziu-se a necessidade de financiamento do setor público por parte do banco central, dando lugar a uma gestão monetária mais rigorosa (...). A maior parte dos países da região implementou uma ampla gama de reformas estruturais, desmantelando os controles de preços e desregulando os mercados. As três principais áreas de reformas estruturais foram a abertura comercial, a liberalização financeira e a privatização das empresas públicas" [Loser - Guerguil, 2000: 7-8].

Esse conjunto de mudanças no terreno econômico, traduziu-se em melhores padrões de vida para a população civil, que passou a pressionar, paralelamente, para que

se democratizasse a gestão do Estado. A consequência de tudo isso foi a melhora no índice de desenvolvimento humano na América Latina, de um modo geral. Nesse contexto processaram-se as mudanças mais significativas, como a reforma estrutural argentina na década de 1990 [cf. Pou, 2000: 13-15], a reforma econômica brasileira do mesmo período [cf. Fraga Neto, 2000: 16-18], bem como os processos de mudanças econômicas e sócio-políticas ocorridas no Chile e no México na última década do século passado [cf. Aninat, 2000: 19-21; Gurría, 2000: 23-26].

3) Perspectivas futuras.- Posso dizer, sem temor a ser contraditado pelos fatos, que o panorama que se desenha para o século XXI, na América Latina, é o da paulatina superação da tradição patrimonialista, mediante o pleno desenvolvimento da economia de mercado e da democracia representativa. Isso, evidentemente, não afasta os temores de retrocessos pontuais, não globais. Os aspectos negativos, que constituem focos de preocupação na medida em que alimentam essa velha tradição, são os seguintes:

a) Predomínio, cada vez maior, do patrimonialismo bárbaro ou "clientelismo armado" das FARC/ELN na Colômbia. Este risco é real, toda vez que os subversivos controlam praticamente metade do país e o governo colombiano está cada vez mais acuado, tendo ficado a população civil como refém dos grupos armados. O denominado "Plano Colômbia" não conseguiu, até agora, colocar o governo de Bogotá em condições de liderar um processo de negociação, que não signifique capitulação diante dos subversivos [cf. Vélez, 1998 e 2000a].

b) Surto de democratismo rousseauiano na Venezuela, no chamado "movimento bolivariano" do presidente Chávez, que busca alianças pelo mundo afora com os países contrários aos interesses ocidentais e que tem dado sinais de simpatia para com o regime de Havana (copiando a prática castrista da criação dos "comitês de defesa da revolução") e que aprova o genocídio causado pelos guerrilheiros colombianos, ao afirmar que eles lutam legitimamente contra as oligarquias burguesas, buscando implantar um regime de democracia de massas.

c) Presença desestabilizadora de Cuba no cenário latino-americano. São claras as simpatias do regime de Castro em face de uma eventual "República das FARC/ELN" na Colômbia, bem como diante do modelo de "ditadura bolivariana" de Chávez na Venezuela ou de movimentos que se situam à margem da lei e que pretendem implantar um socialismo de tipo castrista no Brasil, como é o caso do Movimento dos Sem Terra [cf. Vélez, 2000c].

Esses aspectos negativos não são, contudo, predominantes, se colocados diante das realizações latino-americanas para superar a velha tradição do patrimonialismo. Mencionarei- para terminar, os três pontos que me parecem mais positivos:

a) Influência benfazeja e crescente dos países desenvolvidos sobre a América Latina. A ALCA já é um fato para o México e é de se prever que nos próximos anos outros países do continente se acolham a esse grande mercado. Essa é a tendência que se desenha a partir das rodadas de negociações. Não seria aventurado dizer que a partir de 2005 terá tido começo efetivo a Aliança de Livre Comércio das Américas, constituindo um dos maiores blocos comerciais do planeta. No contexto das influências dos países desenvolvidos, ocupa lugar de relevo o papel desempenhado por Espanha e Portugal, no processo de modernização das economias latino-americanas. Além de compartilharem

com estas uma história comum, pois implantaram na América Latina o modelo patrimonialista no período colonial, é muito significativa, de outro lado, a presença de empresas espanholas e portuguesas nas áreas financeira e de telecomunicações de vários países latino-americanos.

Essa presença empresarial, aliada ao reforço dos laços culturais que unem as nações do continente latino-americano com Espanha e Portugal, traduz-se num estímulo ao avanço das reformas sociais e políticas. Iniciativas de intercâmbio de idéias (como a representada pela Revista *Nova Cidadania*, dirigida pelo professor João Carlos Espada), são de grande utilidade na discussão dos problemas fundamentais, comuns aos países ibéricos e latino-americanos, em torno da modernização e do desenvolvimento.

b) Consolidação da democracia e da economia de mercado nos países do Mercosul. Apesar dos sobressaltos das economias argentina e brasileira, os avanços feitos certamente levarão a um reforço do comércio latino-americano e, a médio prazo, a uma aceleração da entrada dos países da América do Sul na Área de Livre Comércio das Américas. Recente comunicado emitido (em fevereiro de 2001) pelo Council on Foreign Relations, integrado por empresários americanos, recomendava ao governo Bush levar em consideração o Brasil como um dos mais importantes parceiros dos Estados Unidos no hemisfério ocidental, para promover o desenvolvimento econômico. Será muito difícil para um país como o Brasil dar marcha ré no processo de modernização da sua economia, mesmo que nas próximas eleições um presidente de esquerda seja vencedor. Os benefícios da estabilidade econômica alcançados com o Plano Real não poderão ser desconhecidos. O eleitorado certamente é sensível a essa variável. As esquerdas brasileiras, afinadas ainda hoje com um discurso defasado de estatismo irresponsável, estão tendo de mudar o perfil dos seus programas, a fim de conquistar as simpatias dos eleitores.

É provável que nessa remodelação da cara da esquerda latino-americana, o modelo do novo trabalhismo britânico ou dos sociais-democratas portugueses e espanhóis deixe de ser esnobado e passe a nortear os próximos passos dos atores políticos. De outro lado, as forças políticas situadas no ponto contrário do espectro ideológico, estão afinando as suas propostas partidárias, levando em consideração a modernização das agremiações políticas de inspiração conservadora da Península Ibérica. O Partido do presidente Aznar inspira, hodiernamente, o *aggiornamento* de tradicionais agremiações políticas conservadoras no Chile, Brasil, México, Colômbia, etc.

c) Consolidação progressiva da democracia e da economia de mercado nos países centro-americanos e do Caribe, influenciados imediatamente pela dinâmica do México na sub-região. As recentes visitas do presidente mexicano aos países da América Central deixaram claras as afinidades e a vontade comum de encontrar soluções conjuntas para os problemas da pobreza e dos desastres naturais, no marco do desenvolvimento capitalista e da democracia representativa. O fortalecimento da economia mexicana é fundamental para impulsionar o desenvolvimento dos países centro-americanos e do Caribe. Os mexicanos são vistos pelas nações da sub-região como irmãos mais desenvolvidos que podem ajudá-las, longe dos tradicionais preconceitos *anti-yankees*.

4) Liberalismo social e modernidade na perspectiva latino-americana, segundo Tocqueville.- Uma última observação relativa ao papel importante que

desempenha a filosofia liberal (na versão tocquevilliana de *liberalismo social*), enquanto fonte de inspiração do processo de mudanças na América Latina. Assim como as doutrinas liberais clássicas deram embasamento às mudanças modernizadoras que se processaram, no seio dos Estados patrimoniais latino-americanos, ao longo dos séculos XIX e XX (fundamentando, por exemplo, a prática da representação), da mesma forma a versão do liberalismo social inspira hoje (e o fará ao longo do século que se inicia), a progressiva saída do patrimonialismo, permitindo o equacionamento da justiça social.

Como destaquei em apresentação de recente livro dedicado a Alexis de Tocqueville, "a nossa história, em Ibero-América, desenvolveu-se sempre entre dois extremos antidemocráticos: de um lado, o velho absolutismo ibérico e o seu herdeiro, o caudilhismo; de outro, o anarquismo revolucionário. A liberdade foi, nesse contexto de barbárie, a grande vítima. Alexis de Tocqueville mostrou que o caminho para iluminar a luta pela conquista da autêntica democracia nos nossos países deveria ser o da defesa da liberdade para todos os cidadãos. Após a queda do Muro de Berlim e, com ela, do modelo de democracia sem liberdade proposto por Marx, o modelo tocquevilliano de democracia liberal está em alta e é capaz de inspirar, ainda, os processos de renovação política e de reforma do Estado, em andamento no Brasil e no resto da América Latina" [Vélez, 1998].

Tocqueville, aliás, era otimista em relação à América Latina. Achava que o estado de atraso dos países do continente seria transitório e que, assim como a Inglaterra conseguiu influenciar positivamente os países da Europa Continental na superação das mazelas da pobreza e do autoritarismo, de forma semelhante os Estados Unidos conseguiriam, mais cedo ou mais tarde, influenciar beneficentemente os seus vizinhos do sul, fazendo surgir, neles, a valorização do trabalho, do desenvolvimento e da democracia, dinamizando os elementos de civilização cristã presentes nas tradições ibéricas. Antecipava o grande pensador francês a proposta da Aliança do Livre Comércio das Américas, que hoje os Estados Unidos tentam implementar na América Latina. Tocqueville talvez se possa aproximar da idéia de Nisbet [cf. 1969], no sentido de que as mudanças sociais não obedecem apenas a fatores endógenos, mas que são implementadas fundamentalmente por influências exógenas.

Após os repetidos fracassos das idéias socialistas e sociais-democratas na tentativa de equacionar na América Latina a democracia econômica, preservando o capitalismo e as liberdades civis, volta a ter plena validade na nossa realidade a proposta de *liberalismo social* desenvolvida por Alexis de Tocqueville. O liberalismo por ele pensado pode, certamente, equacionar a questão social, sem sacrificar as liberdades civis. Os sociais-democratas tentaram fazer isso, mas ficaram presos ao politicamente correto, mantendo o estatismo da economia (como aconteceu no Brasil com o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, que para não ser alcunhado de direitista, caiu na esparrela de esvaziar as privatizações em setores estratégicos como o energético e o petrolífero), dando asas novamente à privatização desses importantes segmentos pelos estamentos burocráticos controlados pelo Partido dos Trabalhadores. Após o descalabro petista no início do século, os olhos das sociedades latino-americanas, certamente, voltar-se-ão para a proposta de *liberalismo social* veiculada por Tocqueville. As reformas democratizantes podem e devem ser feitas, sem ferir a liberdade e sem alimentar o monstro do estatismo. A influência americana será, nesse terreno, de capital importância, em que pese o renascimento do anti-americanismo ensejado pela guerra contra o terrorismo. O exemplo

mexicano será de capital importância no renascimento das reformas liberais. Só o fato de os mexicanos terem ingressado no Nafta, no final do século XX, garantiu-lhes força suficiente para dinamizar a sua economia e efetivar as reformas que reforçaram a democracia. Igual peso terão, outrossim, os exemplos chileno e colombiano. O primeiro, deixando claro que a economia de mercado é a melhor forma de atender aos requerimentos da justiça social. O segundo, destacando a idéia de que o combate ao terror pode muito bem se dar junto com a manutenção da democracia representativa e do desenvolvimento da livre economia de mercado. O ideal toquevilliano do “interesse bem compreendido” será de capital importância para elaborar soluções liberais autênticas, que levem em consideração a problemática social.

Vale a pena citar, para finalizar, as palavras de Tocqueville a respeito: "Os espanhóis e os portugueses fundaram, na América do Sul, grandes colônias que posteriormente se transformaram em impérios. A guerra civil e o despotismo desolam, hoje em dia, aqueles vastos territórios. O movimento da população se detém e o reduzido número de homens que os habita, preocupado com o cuidado de se defender, apenas experimenta a necessidade de melhorar sua sorte. Mas não será possível ocorrer sempre assim. A Europa, entregue a si mesma, chegou pelos seus próprios esforços a vencer as trevas da Idade Média; a América do Sul é cristã como nós; tem as nossas leis, os nossos costumes; encerra todos os germes das civilizações que se desenvolveram no seio das nações européias e de seus rebentos; a América do Sul tem, mas do que nós, o nosso exemplo: por que há de permanecer bárbara para sempre?".

"Trata-se, evidentemente, neste caso, de uma questão de tempo: uma época mais ou menos distante chegará, em que os sul-americanos formarão nações florescentes e esclarecidas. (...) Não poderíamos duvidar que os americanos do norte da América venham a ser chamados a prover um dia às necessidades dos sul-americanos. A natureza os colocou perto deles. Forneceu-lhes, assim, grandes facilidades para conhecer e julgar as suas necessidades, a fim de estabelecer com aqueles povos relações permanentes e para se apoderarem gradualmente do seu mercado. O comerciante dos Estados Unidos só poderia perder essas vantagens naturais se fosse muito inferior ao comerciante da Europa. Acontece que é, pelo contrário, superior a este em muitos pontos. Os americanos dos Estados Unidos já exercem grande influência moral sobre todos os povos do Novo Mundo. É deles que partem as luzes. Todas as nações que habitam o mesmo continente já se habituaram a considerá-los como os filhos mais esclarecidos, mais poderosos e mais ricos da grande família americana. Constantemente voltam os seus olhares para a União e, na medida do possível, assemelham-se aos povos que a compõem. Todos os dias vão buscar nos Estados Unidos doutrinas políticas e tomar-lhes leis emprestadas".

"Os americanos dos Estados Unidos estão, perante os povos da América do Sul, precisamente na mesma situação que seus pais ingleses perante os italianos, os espanhóis, os portugueses e todos aqueles povos da Europa que, sendo menos adiantados em civilização e indústria, recebem das suas mãos a maior parte dos objetos de consumo (...)" [Tocqueville, 1992: 471-473].

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO VII

ANIMAT, Eduardo [2000]. "Chile en los noventa: las oportunidades de desarrollo". In: *Finanzas y Desarrollo*. Washington, vol. 37, número 1 (março de 2000): pg. 19-22.

AZEVEDO, J. Lúcio de [1978]. *Épocas de Portugal econômico: esboços de história*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

CAMPOS, Roberto [1992]. "A falência do inexistente". In: *O Globo*, Rio de Janeiro, edição de 29 de novembro.

CAMPOS, Roberto [1994]. *A lanterna na popa: memórias*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Topbooks.

CASTRO, Américo [1950]. *España en su historia*. Buenos Aires: EUDEBA.

CONSTANT de Rebecque, Benjamin [1970]. *Principios de Política*. (Tradução ao espanhol a cargo de Josefa Hernández Alfonso; introdução de José Alvarez Junco). Madrid: Aguilar.

FAORO, Raymundo [1958]. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 1ª edição. Porto Alegre: Globo, 2 volumes.

FRAGA NETO, Armínio [2000]. "Política monetaria durante la transición a un tipo de cambio flotante". In: *Finanzas y Desarrollo*, Washington, vol. 37, número 1 (março de 2000): pg. 16-18.

GINER de los Ríos, Francisco [1969]. *Ensayos*. (Seleção, edição e prólogo de Juan López-Morillas). Madrid: Alianza Editorial.

GÓMEZ, Laureano [1928]. *Interrogantes sobre el progreso de Colombia*. Bogotá: Editorial Populibro.

GORTÁZAR, Guillermo (editor) [1994]. *Nación y Estado en la España liberal*. Madrid: Noesis.

GURRÍA, José Ángel [2000]. "México: evolución reciente, reformas estructurales y futuras tareas". In: *Finanzas y desarrollo*, Washington, vol. 37, número 1 (março de 2000): pg. 23-26.

HIMMELFARB, Gertrude [1988]. *La idea de la pobreza: Inglaterra a principios de la época industrial*. (Tradução de Carlos Valdés). México: Fondo de Cultura Económica.

KEYNES, John Maynard (Lorde de Tilton) [1984]. *Economia*. (Coletânea de textos de John Maynard Keynes, selecionados e organizados por Tamás Szmrecsányi; tradução de Míriam Moreira Leite). 2ª edição. São Paulo: Atica.

LIPSET, Seymour Martin [1970]. *El hombre político: las bases sociales de la política*. (Tradução ao espanhol a cargo de Elías Mendelievich). 3ª edição. Buenos Aires: EUDEBA.

LÓPEZ-MORILLAS, Juan [1988]. *Racionalismo pragmático: el pensamiento de Francisco Giner de los Ríos*. Madrid: Alianza Editorial.

LOSER, Claudio e Martine GUERGUIL [2000]. "El largo camino hacia la estabilidad financiera". In: *Finanzas y Desarrollo*, Washington, vol. 37, número 1 (março de 2000): pg. 7-12.

MACEDO, Ubiratan de [1977]. *A liberdade no Império*. São Paulo: Convívio.

MATTA, Roberto da [1991]. "A questão do nepotismo, ou como o cidadão brasileiro usa o famoso jeitinho". In: *Indústria e Comércio*. Curitiba, 15/09/91, pg. 6-7.

NISBET, Robert [1969]. *La formación del pensamiento sociológico*. (Tradução espanhola de Enrique Molina de Vedia). Buenos Aires: Amorrortu, 2 vol.

O'DONNELL, Guillermo [1980]. *Modernization and bureaucratic authoritarianism*. Berkeley: Berkeley University Press.

OTS y Capdequí, José María [1969]. *Historia del derecho español en América y del derecho indiano*. Madrid: Aguilar.

PAIM, Antônio [1978]. *A querela do estatismo*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PAIM, Antônio [2000]. *Momentos decisivos da história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.

PAZ, Octavio [1983]. *El ogro filantrópico*. Barcelona: Seix Barral.

PENNA, José Osvaldo de Meira [1988]. *O dinossauro: uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas*. São Paulo: Queroz.

PENNA, José Osvaldo de Meira [1991]. *Opção preferencial pela riqueza*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.

PÉREZ Perdomo, Rogelio [1991]. "Liberalismo y derecho en el siglo XIX de América Latina". In: *Sociologia del Diritto*, Milano, n. 2: pg. 81-102.

POU, Pedro [2000]. "La reforma estructural argentina en la década de 1990". In: *Finanzas y Desarrollo*, Washington, vol. 37, núm. 1 (março de 2000): pg. 13-15.

ROMERO Baró, José María [1989]. *El positivismo y su valoración en América*. (Prólogo de Eudaldo Forment). Barcelona: PPU.

SANTANDER, Francisco de Paula [1988]. *Cartas Santander-Bolívar (1813-1830)*. (Prólogo de Germán Arciniegas). Bogotá: Fundación Francisco de Paula Santander, 5 volumes.

SARMIENTO, Domingo Faustino [1996]. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. (Tradução de Aldyr García Schlee). Porto Alegre: EDIPUCRS / Editora da Universidade.

SCHWARTZMAN, Simon [1982]. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Campus.

STEWART, Julian H. *et alii* [1955]. *Las civilizaciones antiguas del viejo mundo y de América - Symposium sobre las civilizaciones de regadío*. (Prefacio de Theo R. Crevenna). Washington: Unión Panamericana - Departamento de Asuntos Culturales.

TAVARES, José Antônio Giusti e Raúl Enrique ROJO (organizadores) [1998]. *Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

TOCQUEVILLE, Alexis de [1992]. *Oeuvres II - De la Démocratie en Amérique*. (Introdução de Jean-Claude Lamberti. Edição do texto e notas a cargo de James T. Schleifer). Paris: Gallimard. Biblioteca de La Pléiade.

TOURAINÉ, Alain [1989]. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. (Tradução de Iraci D. Poletti). São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

URICOECHEA, Fernando [1978]. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1980]. *Castilhismo: uma filosofia da República*. 1ª edição. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1998]. *A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarim / Instituto Tancredo Neves.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1997]. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [1998]. "A violência na América Latina: aspecto político". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 516 (março de 1998): pg. 41-52.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [2000a]. "Colômbia: uma guerra contra a sociedade". In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 546 (setembro de 2000): pg. 15-28.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [2000b]. *Estado, cultura y sociedad en la América Latina*. Santafé de Bogotá: Editora da Universidad Central.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo [2000c]. "MST usa tática da guerrilha colombiana". In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, edição de 14 de maio de 2000: pg. 4A (entrevista concedida a José Nêumane).

VÉLIZ, Claudio [1980]. *The centralist tradition of Latin America*. Princeton - New Jersey: Princeton University Press.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1958]. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1982]. *Populações meridionais do Brasil e Instituições políticas brasileiras*. (Introdução de Antônio Paim). 1ª edição num único volume. Brasília: Câmara dos Deputados.

WEBER, Max [1944]. *Economía y sociedad*. (Tradução ao espanhol a cargo de José Medina Echavarría, et alii). 1ª edição em espanhol. México: Fondo de Cultura Económica, 4 volumes.

WITTFOGEL, Karl [1955]. "Aspectos del desarrollo de las sociedades hidráulicas". In: Julian H. Steward et alii. *Las civilizaciones antiguas del viejo mundo y de América - Symposium sobre las civilizaciones de regadío*. Washington: Unión Panamericana - Departamento de Asuntos Culturales, pg. 45-54.

WITTFOGEL, Karl [1977]. *Le despotisme oriental: étude comparative du pouvoir total*. (Tradução ao francês a cargo de Micheline Pouteau). Paris: Minuit.

**Anexo I – BRASIL: O DESAFIO DO NARCOTRÁFICO E OS
DILEMAS DA TRANSIÇÃO POLÍTICA**
(ENTREVISTA CONCEDIDA A DARÍO ARIZMENDI POSADA E
PUBLICADA NO JORNAL *EL MUNDO*, MEDELLÍN – COLÔMBIA, 17
DE JANEIRO DE 1988)

Ao redor de dois temas dominantes da vida brasileira atual, como são a difícil transição democrática e a crescente presença do narcotráfico, o professor Ricardo Vélez Rodríguez desenvolve extensa exposição. Oferecemos aqui partes substanciais da entrevista, na qual, em alguns trechos, emerge a reflexão de Vélez sobre a própria realidade colombiana. “Pelo menos num desses problemas enfrentamos o mesmo desafio na Colômbia, infelizmente sem os paliativos da efetiva diplomacia brasileira, que defende, com propriedade, a imagem do seu país no exterior”, frisa Vélez.

São chamados de “Meio-Quilo”, “Gordo”, “Cabeludo”, “Escadinha”. Moram em luxuosos bunkers e mantêm os seus próprios exércitos de guarda-costas. As suas mal havidas fortunas, o seu consumo suntuário, a sua debochada impunidade, o seu poder ilimitado também gozam da tolerância social e ainda são objeto de secreta inveja. Controlam os morros, zonas marginalizadas do Rio de Janeiro, cidade que como Medellín possui uma singular configuração geo-social. “Escadinha”, o mais famoso dos capos, é uma mistura de líder social e padrinho, com um poder enorme no interior do seu feudo, onde oferece proteção e aparente estabilidade, em troca de cumplicidade e de favores especiais. Como Medellín, o Rio criou uma nova mitologia marginal, após a entronização dessa nova elite criminosa surgida do colossal negócio do narcotráfico. “Tudo isso”, frisa Ricardo Vélez Rodríguez, antioquenho radicado no Brasil há uma década, “obedeceu a um processo de corrupção que começa na administração de Leonel Brizola, o outrora controvertido governador do Estado do Rio”.

“Brizola – continua contando Vélez – fez um pacto com os capos do narcotráfico: prometeu que a polícia não subiria aos morros em troca de um bom cabedal de votos e da sua promoção política nesses bairros. E assim os narcos tornaram-se fortes nos morros, adquiriram armamento privativo do exército e um poder tremendo de amedrontamento e de retaliação”. Vélez, um tranqüilo professor do Curso de Doutorado em Pensamento Luso-Brasileiro da Universidade Gama Filho lembra o terror criado pelos narcos do Rio. Fala da impotência da polícia para responder ao poder de fogo da máfia. Censura o nefasto populismo de Brizola. Assinala a abertura do narcotráfico brasileiro ao âmbito internacional. En fim, estabelece relações, por semelhança de contraste, com o caso colombiano.

O jogo do bicho

Brasil, se diz, é hoje o “Eldorado dos narcos”. Quatro fatores contribuem para que o controle policial sobre essa indústria seja quimérico: 1) a grande extensão territorial do país (o selvático Estado do Amazonas é maior do que a Colômbia); 2) a sua situação geográfica limítrofe com vários países; 3) a venda livre de produtos químicos utilizados no processamento da cocaína e 4) a facilidade para as comunicações aéreas. “Alguns dos marginais que controlam a distribuição da droga nas favelas estão desenvolvendo uma espécie de estratégia de guerrilha urbana para roubar armamento ao exército. Trabalho que não é apenas de assaltantes novatos e que provavelmente – isso já foi denunciado – obedece a treinamento guerrilheiro”, frisa Vélez. “Fala-se, também, de nexos com o terrorismo internacional, como por exemplo com a denominada *Conexão Libanesa*. Tradicionalmente, a polícia do Rio e de São Paulo padece de corrupção. Fenômeno inicialmente gerado pelo convívio e a tolerância para com a máfia do *jogo do bicho* (uma espécie de *chance*) que, depois do futebol, é a grande paixão nacional. Trata-se de uma loteria ilegal, que é jogada nas próprias barbas da polícia. Muitos bicheiros são padrinhos

dos times de futebol. O *jogo do bicho* também financia as famosas Escolas de Samba, como a *Beija-Flor de Nilópolis*. Há uma clara vinculação entre bicheiros e narcotraficantes. Tudo isso põe-nos em contato com uma complexa engenharia da corrupção”, assinala Vélez.

“Mas embora o Brasil tenha um problema de narcotráfico tão grande quanto o da Colômbia, a sua imagem no exterior não aparece tão deteriorada quanto a nossa. Por que? - pergunta Vélez. E responde: “Em boa medida, porque o Brasil possui um corpo diplomático altamente profissional. Em qualquer missão brasileira pelo mundo afora, a gente encontra funcionários formados por uma prestigiosa escola diplomática; funcionários que sabem fazer uma autêntica representação e defesa dos interesses dos seus compatriotas no exterior. A Colômbia, pelo contrário, tem a pior representação a nível internacional. São enviadas às nossas embaixadas pessoas com méritos em outros campos, valiosas, certamente, no terreno artístico ou esportivo, mas totalmente ineptas para o serviço diplomático. Pessoas sem preparação para fazer frente à necessária tarefa hodierna de defender os nossos interesses e incapazes para efetuar a recuperação da boa imagem do país no exterior”, frisa Vélez. Em face da alarmante discriminação internacional contra os colombianos, Vélez considera urgente a substituição dessa diplomacia política por uma diplomacia profissional. “Depois de tudo, devemos fazer ver ao mundo que o narcotráfico é um problema amplo e complexo e que a responsabilidade de combater esse flagelo recai tanto sobre o produtor como sobre o consumidor. Ambos têm a sua parcela de culpa no problema”.

O poder moderador

Ricardo Vélez mora no Rio, mas viaja regularmente a Minas Gerais, a fim de ministrar cursos de pensamento brasileiro. Cabe-lhe a honra de ter sido o primeiro doutor nessa matéria no Brasil, logo ele, um estrangeiro! “Nesse país surgiu um grande interesse pelo embasamento filosófico do conceito de nacionalidade. É algo que falta na Colômbia: valorizar o estudo da nossa cultura. Aqui, em Medellín, foi clausurado o único centro de estudos humanísticos. A Universidade Bolivariana deu-se o luxo de fechar a sua Faculdade de Filosofia e Letras. É um pecado de lesa-cultura”.

Formado pela Universidade Javeriana. Diretor da Pós-Graduação na Universidade de Medellín. Professor das Universidades de Antioquia, Bolivariana e Externato da Colômbia. E dez anos de trabalho acadêmico no Brasil. As suas pesquisas abrangem, também, o estudo acerca das origens do autoritarismo. Passando do narcotráfico ao tema político, Vélez oferece uma síntese acerca das causas da atual crise política brasileira. Antes de mais nada, diz, ainda sente-se a pressão dos militares. Curiosa e singular é a tradição política do país. Entre 1824 e 1889, o Brasil foi um Império com Imperador coroado. Ele exercia o chamado “poder moderador”, em face do Parlamento. Em 1889 a República substituiu o Império e os militares herdaram a figura do “poder moderador” imperial, que no entanto carecia de qualquer fundamento na primeira constituição republicana. Com a sua formação positivista, as Forças Armadas juntaram a essa figura a sua teoria da ditadura científica, ou seja, do governo dos que sabem. E se atribuindo esta virtude e aquele direito, realizaram as suas “intervenção salvadoras”, ao ensejo das crises dos governos civis que se sucederam ao longo do período republicano. Mas a partir de 1964 essa estrutura modificou-se com o golpe desferido pelos militares ultraconservadores que galgaram o poder. Mantiveram-no ao longo de 20 anos, às custas

do natural desgaste e com o desprestígio correspondente. Por puro instinto de sobrevivência passaram o poder aos civis. No entanto, ainda subsiste hoje um setor militar agressivo e conservador, que não dissimula os seus anseios ditatoriais.

Figura hamletiana

Nesse contexto situa-se a figura débil e muito hamletiana do presidente José Sarney, explica Vélez. O poder caiu-lhe do céu quase por acaso conjuntural. Acredita-se que Sarney é muito controlado pelos militares e que sobre ele gravitam, também, as orientações do muito influente Ulysses Guimarães, presidente do seu agrupamento político, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB. Fala-se agora da implantação do parlamentarismo, mas os cientistas políticos duvidam dessa opção, em face da forte tradição presidencialista. Ninguém votaria numa figura simplesmente decorativa. É muito provável, então, que apesar da sua inépcia e das suas indecisões, Sarney consiga sobreviver à crise e mantenha o seu mandato, enquanto a Assembléia Constituinte define o modelo definitivo de governo a ser adotado no Brasil. Os militares são advertidos francamente que, em que pese as inúmeras dificuldades e erros cometidos pelo governo civil, é necessário respeitar a conquista conseguida na difícil transição democrática. De fato, diz Vélez, nas Forças Armadas existe um segmento mais liberal que considera ser a função destas puramente profissional. Mas a seu lado aparece ainda, ameaçadora, a sombra do porrete autoritário. “O remédio, - frisa - será talvez a nova Constituição, que deverá assinalar aos militares um papel a serviço dos poderes legitimamente constituídos. Hoje há consciência de que as figuras do *poder moderador* e das *intervenções salvadoras* resultam anacrônicas. Afinal de contas, a estabilidade política de um país depende, antes de mais nada, de um consenso entre os diferentes grupos de uma sociedade pluralista e não da metralha e do porrete”.

Estatismo esmagador

“O grande repto do Brasil – frisa Vélez – é conseguir que se respeite esse pacto social. Há, infelizmente, entre os brasileiros, uma grande desconfiança em face da classe política. Ela encontra-se bastante distanciada da população. Um dado é bastante significativo: os 500 congressistas têm ao seu serviço uma densa burocracia subalterna (14 mil funcionários). Um verdadeiro emaranhado burocrático. E uma distorção muito significativa da sua verdadeira missão. O político brasileiro, ao chegar a um cargo público, passa a se representar a si próprio, sem ligar para os interesses daquele que o elegeu. Discute-se como fazer para que o senador, o deputado federal e o seu séquito de apaniguados zelem pelos interesses reais da população. Em face do voto proporcional têm sido propostos mecanismos como o do voto distrital, mediante o qual o eleito teria de prestar contas aos seus eleitores diretos”.

“Como seqüela do *poder moderador* e da *ditadura científica*, - frisa ainda o professor Vélez - o Executivo possui, no Brasil, um evidente domínio sobre os outros poderes. É uma espécie de ditadura do Executivo. Segundo uma pesquisa recente, 98 por cento dos diplomas legais foram expedidos diretamente pelo Executivo nos últimos anos mediante decretos-lei, enquanto que o Legislativo tramitou normalmente apenas um exíguo dois por cento das leis. Há, além disso, uma presença acachapante da burocracia. Trata-se de um Estado com estruturas burocráticas pantagruélicas, que saem muito caras ao país. Eis a origem da inflação galopante brasileira: uma maquinaria estatal

tremendamente cara e ineficiente. No setor siderúrgico, por exemplo, a produtividade do setor estatal em face do privado é proporcional a um para oito, segundo um outro estudo. Por esse caminho, o Brasil situa-se diante da perspectiva de uma hipertrofia estatal de tal magnitude que os burocratas ineficientes e corruptos terminarão por esvaziar qualquer esforço de modernização. O tradicional modelo de um Estado paternalista não funciona no Brasil, como tampouco em outras partes do mundo. Paternalismo que no Brasil começou com Getúlio Vargas em 1930, e que é a causa histórica da atual ineficiência oficial”.

“Outro desafio – continua Vélez - consiste em diminuir esse peso burocrático. Há indícios de ações muito efetivas nessa direção. O Estado mais desenvolvido da Federação, São Paulo, está dando provas de uma modernização bem interessante. Por exemplo, a nível dos sindicatos metalúrgicos, possui a classe operária mais desenvolvida do país. Já não temos um operário que repete consignas maoístas como um papagaio, mas que olha pelos seus próprios interesses e sabe que para ele é muito mais conveniente uma empresa funcionando e lucrando, do que uma empresa paralisada pela retórica nacionalista. As declarações do líder desse sindicato, um homem com formação marxista-leninista, são de uma grande maturidade, ao considerar que aquilo que garante a estabilidade do operário não são os simples *slogans* marxistas, mas a própria eficiência, esteja ela embalada pela ideologia que for. Outro fenômeno interessante: a participação de grandes contingentes da população, que antes estavam marginalizados do jogo político. Estão se conformando Partidos que representam as mais variadas tendências: a União Democrática Ruralista (UDR), fundada pelos os latifundiários conservadores, o Partido dos Trabalhadores, além, evidentemente, das agremiações políticas tradicionais como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Liberal. Assim, no Brasil está se chegando a uma constatação importante e promissória: a única fórmula para que um país de suas dimensões funcione é a de que todos os interesses tenham representação. Salta à vista a atualidade do pressuposto liberal pluralista, como a via mais adequada rumo à democratização autêntica”.

Anexo II – A ESTRATÉGIA DAS FARC E O MST
(ENTREVISTA CONCEDIDA A JOSÉ NÊUMANNE PINTO E
PUBLICADA NO *JORNAL DA TARDE*,
SÃO PAULO, 14 DE MAIO DE 2000)

José Nêumanne - **Que estratégia usavam as FARC de Tirofijo que possa ser assemelhada à do MST?**

Ricardo Vélez Rodríguez - Em primeiro lugar, colocaria o verbo no presente, porque as FARC ainda usam a estratégia que, a meu ver, é a do MST, de tomar a sopa pelas bordas, ou seja, desestabilizar primeiro as áreas rurais para, depois, ir atemorizando a população das grandes cidades. É uma estratégia pragmática, porque os movimentos guerrilheiros no mundo globalizado transformaram-se em organizações práticas que visam à tomada do

poder por todos os meios disponíveis: luta armada, propaganda a nível nacional e internacional, formação de lobbies, participação em pleitos eleitorais, pressão sobre os parlamentares, chantagem, etc. Há evidentemente um modelo ético por baixo dessa estratégia: é o que Antônio Paim tem denominado de *ética totalitária*, que consiste na pressuposição de que os fins justificam os meios. Como a finalidade de toda a ação revolucionária é considerada boa (o estabelecimento do paraíso terrestre, sem opressores e oprimidos), todos os métodos que conduzam a esse fim são considerados válidos. Quando as coisas não evoluem com a velocidade pretendida pelos novos messias, existe a alternativa do terrorismo, para "queimar etapas" e quebrar a espinha da sociedade civil, que não se afina com as propostas dos *salvadores*.

JN - A que ponto as FARC levaram a situação na Colômbia?

RVR - Conduziram o país irmão à situação paradoxal que consiste em a população civil ser refém da guerrilha. Quarenta milhões de cidadãos reféns de 30 mil guerrilheiros. Isso é um absurdo! E o terrorismo é, hoje, a arma com que os guerrilheiros contam para subjugar aos seus compatriotas. Não há dúvida de que há um componente de terrorismo no bombardeio indiscriminado e sistemático da população civil das pequenas cidades pelas FARC (com a nova tecnologia dos cilindros de gás repletos de explosivos e pedaços de metal, a chamada popularmente *metralha*). Esse fantasma do terrorismo é o que a ETA faz pairar, ainda hoje, sobre a sociedade espanhola. Só que, neste último país, como a sociedade já sabe o terrível preço do terrorismo, a população vai em massa às ruas protestar contra os fanáticos. Os países desenvolvidos, aliás, deveriam olhar mais para a sua própria história, a fim de terem uma atitude mais responsável em face dos terroristas. É uma hipocrisia sem tamanho os países desenvolvidos condenarem, nos foros internacionais, países do terceiro mundo pelo desrespeito aos direitos humanos e, ao mesmo tempo, apoiarem subrepticamente movimentos guerrilheiros que desconhecem esses direitos, com a finalidade de obter vantagens econômicas. É isso, por exemplo, o que aconteceu na Colômbia em 1996, quando o governo descobriu que firmas alemãs (no caso, a Mannesmann) tinham dado aos guerrilheiros do ELN quatro milhões de dólares, soma com a qual os *elenos* do padre-guerrilheiro Manuel Pérez retomaram fôlego para as suas ações terroristas. Tudo isso com conhecimento do governo alemão à época (conforme noticiou amplamente a Revista colombiana *Semana*, em dezembro de 1996).

JN - Pode-se dizer algo parecido em relação ao Sendero Luminoso no Peru?

RVR - Realmente, não conheço as fontes que financiavam esse movimento guerrilheiro. O que sim é verdade e que o Sendero utilizava a estratégia terrorista que tenho ilustrado e que foi fruto da radicalização insana dos intelectuais e das políticas malucas dos militares populistas, que ao longo dos anos 60 e 70 pretenderam estabelecer um regime de tipo socialista, formando lideranças camponesas com ajuda e assessoria soviética. As fazendas desapropriadas pelo governo eram entregues aos camponeses "alfabetizados" nos princípios do socialismo real. O que fizeram os *cholos*, uma vez receberam as fazendas para trabalhar nelas como se fossem granjas comunais? As retalharam em minifúndios, a produção foi pro beleleu e a aventura do "socialismo inca" terminou numa tremenda frustração que foi capitalizada pelos senderistas.

JN - O noticiário recente dá conta de um certo aquecimento da situação em Chiapas. Existe coincidência em pensamento, palavras e obras entre o comandante Marcos e o Jaime Amorim aqui?

RVR - Entre a guerrilha em Chiapas e o MST há, sem dúvida, elementos comuns. A condenação indiscriminada ao capitalismo, como fonte de todos os males. O desconhecimento sumário das vias institucionais para resolver os conflitos. A pregação da luta armada. O apoio politicamente correto da *mídia*, sem olhar para os aspectos negativos da proposta. A bênção litúrgica do clero de esquerda sobre esses movimentos. A revoada de não poucas ONGs ao redor dos líderes revolucionários. A prática de mecanismos totalitários como a intimidação e a desinformação. É evidente que todos esses movimentos reivindicam uma coisa que em si é boa: a justiça social. O problema está nos meios utilizados, de um lado, e de outro, na idéia de sociedade que anima a esses ativistas, como se o corpo social pudesse ser reduzido a uma única classe de interesses, os dos oprimidos, deixando do lado de fora todos os que não o são. Muito simplismo. Uma sociedade como a mexicana ou a brasileira é multifacetada social e economicamente. Há injustiças, sim e aberrantes, mas primeiro tem que se partir para uma identificação das nossas características e potencialidades. A solução para os nossos problemas não virá pela via rousseauiana de uma *vontade geral* identificada com líderes carismáticos, mas com a diuturna prática da democracia representativa, com o aperfeiçoamento dela, com a realização de reformas no contexto da lei, com a modernização do Estado, com a implantação definitiva de uma economia capitalista que crie riquezas e possibilite aos pobres sair da pobreza. Não será substituindo as instituições democráticas por facões e metralhadoras como conseguiremos o almejado desenvolvimento.

JN - Corremos aqui o risco de uma ameaça institucional semelhante à retratada por Gabriel Garcia Márquez em *Notícia de um Sequestro*?

RVR - O risco é evidente e só depende de nós que não aconteça. Acontecem aqui, como na Colômbia, seqüestros. A diferença com os nossos vizinhos nesse item é apenas estatística. Mas o carioca ou o paulista sentem o mesmo medo de serem seqüestrados, que sentem os bogotanos ou os habitantes de Medellín. Lá como aqui acontece também o que os colombianos chamam de "o passeio milionário", o seqüestro-relâmpago para limpar a conta bancária da vítima, com sérios riscos para a integridade da mesma. A causa é sempre a mesma: a pobreza gerada pela prática perversa do patrimonialismo e a inoperância das instituições, sobretudo as policiais. Gostaria de chamar a atenção para a responsabilidade que têm as autoridades locais e estaduais na preservação da segurança pública. A Constituição de 88 deu aos Estados e Municípios recursos, mas cadê as responsabilidades? A questão da segurança parece que não poucos governadores a deixam para o governo federal. Não é fazendo discursos mirabolantes em torno da honra estadual como os governadores vão garantir a segurança pública, mas cuidando do que lhes compete: o cumprimento da lei. O descaso do governador de Minas é, nesse caso, verdadeiramente superlativo. Como se negar a cumprir decisões emanadas legitimamente da Justiça? Muito mais inseguro para os mineiros é esse estado de anomia comandada

pelo senhor governador do que os possíveis riscos de distúrbios se os mandados da Justiça fossem cumpridos. Onde estamos?

JN - Até que ponto a permanência da miséria e da ignorância em nossos países abre espaço para essa ameaça à democracia?

RVR - Sem dúvida nenhuma que o combustível utilizado pelos radicais de todos os matizes, é constituído pela miséria e a ignorância em largas camadas da nossa população. A modernização econômica, o desenvolvimento, a legislação que corrija as tremendas desigualdades na distribuição de renda, o aperfeiçoamento das nossas instituições de governo representativo, o cuidado para melhorar o ensino básico, essas são medidas que os governos devem tomar. Creio que um ponto importante do atual governo (embora tenha muitas coisas a serem criticadas), é o fato de se ter feito um esforço significativo em torno ao ensino básico. Isso deve ser reconhecido. Algo semelhante deveria ser feito em relação às Universidades, não criando elefantes brancos, superestruturas cartoriais que em nada ajudam, mas possibilitando uma melhora real do nível de ensino. O provão é importante, nesse caso. Pode ser melhorado o modelo e aplicá-lo à pós-graduação, ainda sob os vícios de uma avaliação endógena e corporativista.

JN - Será que o fim da guerra fria nos abandonou à nossa própria sorte?

RVR - Acontece com a globalização o que aconteceu com a abertura democrática no Brasil. Não tendo mais formatadas as decisões de cima, cabe a nós arregaçarmos as mangas e tomá-las. No caso da atual globalização, não adianta choramingar que os desenvolvidos não nos escutam. Vamos nos desenvolver. Vamos fazer o que é de nossa alçada. Acho que a sinistrose está muito alta e precisamos mais acreditar no Brasil. A comemoração dos 500 anos mais pareceu uma ópera bufa do espírito macunaímico. Todos contra o Brasil! Assim não dá. Podemos ocupar um lugar de respeito no mundo desenvolvido. Se nós não acreditarmos nisso, não serão os chineses ou os norte-americanos que vão nos convencer. Gostaria de terminar dizendo que há uma saída civilizada para os nossos impasses. Há soluções democráticas e que respeitem as instituições. No caso do MST e das incertezas que a opinião pública tem em face desse movimento, fiz uma proposta liberal: vamos saber o que esses senhores querem, através de um mecanismo democrático como uma CPI. Como dizia o grande Benjamin Constant de Rebecque, há um século e meio, na sua notável obra *Princípios de Política*, "a publicidade é o meio mais infalível para evitar os distúrbios". O que, no sentir de Kant, consiste em agir, em política, inspirado no imperativo categórico da transparência: "age de forma tal que os motivos da tua ação possam ser divulgados aos quatro ventos".

**Anexo III – ATÉ ONDE O NARCOTRÁFICO AMEAÇA O BRASIL?
(ENTREVISTA CONCEDIDA À REVISTA *SISTEMA FECOMÉRCIO*,
RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 2000)**

“A violência brasileira cresceu aceleradamente a partir do momento em que o narcotráfico instalou-se nas nossas cidades”. A frase, do filósofo Ricardo Vélez Rodríguez, resume o panorama que o pesquisador, nascido na Colômbia e naturalizado brasileiro, traça nesta entrevista exclusiva a *Sistema*. De acordo com ele, alimentado pela pobreza e pelo desemprego, o narcotráfico caminha a passos largos em nosso país. “A sociedade precisa fazer uma campanha clara e continuada de dissuasão do consumo de entorpecentes”, adverte Rodríguez, autor de inúmeros estudos sobre o assunto, inclusive como membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Trabalho (CNC), do qual faz parte desde 1991.

Dono dos títulos de mestre e doutor, o pesquisador também é professor das Universidades Gama Filho, no Rio e Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, e pertence à Academia Brasileira de Filosofia. Seu conselho para que o Brasil não siga o exemplo colombiano, evitando que o povo e o governo se tornem reféns dos traficantes, é a ampliação do acesso à educação básica e o estímulo às pequenas e médias empresas.

***Sistema Fecomércio.* - Todos os países do mundo enfrentam o tráfico de drogas. Por que não existe vontade política suficiente para eliminar esse problema?**

Ricardo Vélez Rodríguez. - O tráfico de drogas é, sem dúvida, a grande praga que a humanidade tem de enfrentar no século que ora iniciamos. Há mais dois perigos que ameaçam o homem no mundo contemporâneo: o terrorismo e a AIDS. Mas estão em íntima vinculação com o tráfico de drogas. Porque boa parcela da contaminação provém do consumo injetável de narcóticos. E o terrorismo, com certeza, é filho do narcotráfico no momento atual. Isso é o que revela, com dramática clareza, o caso colombiano. No país vizinho, sempre houve violência, decorrente de uma sociedade tremendamente oligarquizada, onde não foram feitas as reformas modernizadoras que o século XX exigia (nos terrenos eleitoral, partidário, educacional, social, jurídico e econômico). Mas o narcotráfico, com Pablo Escobar, veio juntar o componente terrorista à violência tradicional colombiana. O que as FARC e os paramilitares praticam na Colômbia é o que os analistas denominam hoje de clientelismo armado, ou seja, o amedrontamento sistemático da sociedade pelos grupos armados, mediante a prática indiscriminada do terror. No Brasil, infelizmente, já vivemos, em menor escala, mas com violência semelhante, esse terrível perigo representado pelo narcoterrorismo, com os conflitos sistemáticos nos morros cariocas e nas favelas paulistas e das outras grandes cidades. Hoje, a situação que vivemos no Rio ou em São Paulo é a que o filósofo inglês Thomas Hobbes denominava, no século XVII, de “temor da morte violenta”. Esse medo nos acompanha no trajeto da casa até o trabalho, nos passeios de fim de semana com a família e até no interior dos nossos lares. Ora, precisamos dizer as coisas claramente: a violência brasileira cresceu aceleradamente a partir do momento em que o narcotráfico instalou-se nas nossas cidades. Isso, com a miopia das autoridades, que achavam que narcotráfico era coisa exclusiva de colombianos, e com a cumplicidade dos consumidores de drogas, que hoje, após a democratização do *crack*, abarcam todos os estratos sociais.

***SF* - A quem interessa o narcotráfico?**

RVR – Em primeiro lugar, aos produtores. Não há mercadoria mais lucrativa do que os narcóticos. A rentabilidade da cocaína é calculada em 3 mil por cento. A da heroína, em 300 mil por cento. Tanto lucro sempre seduzirá alguém, disposto a arriscar a

própria vida e a dos demais para ganhar rios de dinheiro. O narcotráfico movimenta anualmente 500 bilhões de dólares. Dá para subornar muita gente. Mas como não há vendedor sem comprador, o narcotráfico interessa também ao consumidor. Aí entra uma parcela importante de responsabilidade para pais e educadores. Não pode haver tolerância com o consumo de narcóticos. É uma atitude suicida ficar calado diante de quem consome. A sociedade precisa fazer uma campanha clara e continuada de dissuasão do consumo de entorpecentes. É necessário falar com clareza: consumir drogas mata. Mata porque faz mal à saúde. Mata porque o consumo estimula o narcotráfico, que mata.

SF – Qual o paralelo entre a situação do narcotráfico na Colômbia e no Brasil?

RVR – Acho que o paralelo é quantitativo: o problema cresceu demais entre os nossos vizinhos. Sempre falei uma coisa: a Colômbia é hoje o Brasil de amanhã. Isso se não tomarmos urgentes providências para que o narcotráfico não nos domine completamente. Na Colômbia, os bandidos se organizaram em exércitos treinados militarmente e hoje viajam pelo mundo afora pedindo apoio internacional. É o que acontecerá sem dúvida no Brasil, se a sociedade não combater de forma decidida os bandos armados do narcotráfico. Os noticiários mostram o presidente colombiano, Andrés Pastrana, em afanosos diálogos com a cúpula das gangues. Como foi possível isso? Graças ao descaso do governo e da própria sociedade colombiana. O exército das FARC não passava de meia dúzia de guerrilheiros que recebiam mesada dos russos e dos cubanos, quando ainda estava de pé o Muro. Com a queda do império soviético, foram buscar o financiamento com os produtores de droga e com os traficantes. As FARC arrecadam, a partir do narcotráfico, 500 milhões de dólares anuais. O restante de seu orçamento provém do seqüestro e da chantagem às empresas multinacionais sediadas nesse país. A guerrilha é negócio redondo para quem está nela: os estudiosos calculam o salário anual médio de um guerrilheiro em 70 mil dólares.

SF – Podemos estar caminhando para o mesmo quadro que ocorreu lá, com envolvimento de governantes, políticos e policiais em grande escala no crime organizado?

RVR – Infelizmente já estamos beirando esse perigoso abismo. Isso foi o que revelou a CPI do narcotráfico. Há Estados brasileiros onde o narcotráfico já se instalou. É necessário fazer, com urgência, a reforma política, a fim de que o financiamento das campanhas tenha transparência. Hoje ainda há a instituição do caixa 2, uma porta ampla para lavagem de dinheiro do narcotráfico. Precisamos pressionar os nossos deputados e senadores para que façam o dever de casa, no que tange à reforma política, que tornará possível identificar financiamentos duvidosos. Precisamos reformular o perfil da representação, de forma que a sociedade possa controlar melhor os eleitos, mediante a criação dos distritos eleitorais. A justiça ineficiente e a polícia de costas à cidadania, são duas perigosas avenidas para que os narcoterroristas ocupem espaços na nossa sociedade.

SF – Que lições devemos extrair da história colombiana para evitar a escalada do tráfico em nosso país?

RVR – Acho que a principal lição é evitar a passividade cidadã. Não podemos esperar tudo do governo. Devemos acreditar no poder da associação e nos movimentarmos para encarar os grandes problemas que afetam a sociedade. Associações

profissionais, sindicatos, igrejas, escolas, associações de pais e mestres, etc., a nossa sociedade organizada pode se adiantar aos fatos e ir buscando caminhos transitáveis. Não poderíamos, por exemplo, criar mais programas de educação para as nossas crianças e jovens, a fim de que se afastem do consumo de entorpecentes? As associações comerciais, através dos múltiplos canais que possuem e da sua penetração em todos os cantos do país, têm um terreno amplo para ser trabalhado. Nossos jovens precisam saber claramente que consumir drogas é morrer, como frisei anteriormente. Ora, isso deve ser dito em sala de aula, em programas de televisão e de rádio, etc. Campanhas dessa natureza não podem ficar somente em mãos do governo.

SF – O senhor acredita que é possível resolver o problema das drogas sem solucionar a questão social?

RVR – O problema das drogas é parte da questão social. “O exército marginal de reserva” (como diria Marx) do narcotráfico são os desempregados. Infelizmente, na nossa cultura há traços macunaímicos que desvalorizam o trabalho produtivo desde o período colonial. O “pai nosso” que rezavam os nossos colonizadores portugueses era mais ou menos o seguinte: “Pai nosso que estais nos céus, dai-nos o emprego e livrai-nos do trabalho, amém”. Em todos nós dormita um funcionário público. O problema da nossa pobreza é causado, em grande medida, p[el]os preconceitos que as nossas elites devotaram sempre ao trabalho. A legislação tributária pune quem trabalha ou quem cria empregos e beneficia os especuladores de plantão. Deve mudar essa mentalidade, a fim de que surjam muitas mais pequenas e médias empresas, que são as que geram riqueza e abrem postos de trabalho. O ideal a ser seguido pelos nossos jovens deveria ser o do empresário bem sucedido e responsável socialmente, o do profissional competente e não o do juiz Lalau ou do bicheiro que fez riqueza da noite para o dia.

SF – Quais seriam as soluções mais adequadas, em sua opinião, para a desigualdade social e a pobreza?

RVR – Duas, a meu ver. Uma é a educação básica que forme cidadãos e que mude o colchão de preconceitos em face do trabalho e da riqueza. A outra é o estímulo à livre iniciativa de pequenos e médios empresários para que criem muitas fontes de trabalho, sem serem perseguidos por fiscais corruptos e demais parasitas a serviço do Estado “orçamentívoro”, que constituem o calvário de quem pretende produzir riqueza neste país.

SF – O envolvimento de governantes e políticos dificulta e até inviabiliza o combate ao narcotráfico. Aqui no Brasil temos muitas denúncias e poucas soluções para esse tipo de problema. Qual é a saída?

RVR – Há, em primeiro lugar, a saída da reforma política, que crie condições para que a sociedade possa fiscalizar melhor os seus representantes eleitos e que deite as bases para partidos políticos, que girem ao redor de programas de governo que possam ser cobrados pelos eleitores. Há, em segundo lugar, como já foi insinuado, a reforma do Judiciário, que nos aparelhe com instituições administradoras de Justiça em que realmente acredita a sociedade brasileira. Vamos convir que depois do juiz Lalau e de seu sumiço sob os holofotes da polícia e da Justiça, fica muito difícil ao cidadão comum acreditar nas suas instituições.

SF – E o que pode ser feito para preparar melhor a polícia ou evitar o envolvimento de parte da corporação com o crime organizado?

RVR – Deve mudar, em primeiro lugar, a mentalidade da instituição policial. O autoritarismo militar criou uma perversa deformação, ao enquadrar as polícias estaduais como forças auxiliares do exército no combate à subversão. Os cidadãos brasileiros passaram, a partir daí, a ser inimigos potenciais da polícia. Deve ficar claro que a polícia é uma instituição preventiva da criminalidade, a serviço da segurança cidadã. O que aconteceu no seqüestro do ônibus 174 revela uma polícia de costas para a cidadania e inimiga dela. Ora, o policial deve ser profissional estreitamente relacionado com os bairros onde atua. O papel da polícia militar é prevenir o crime mediante o policiamento constante e ostensivo. O papel da polícia civil deve ser a investigação e o auxílio à Justiça. Mas ambas devem obedecer a comando unificado e serem, antes de mais nada, instituições servidoras da segurança dos cidadãos.

SF - O senhor acredita que o plano contra a violência lançado recentemente pelo governo federal, será suficiente para reduzir o espaço do tráfico de drogas no Brasil?

RVR – O plano parece-me um bom começo, mas há sempre o risco de que não saia do papel e de que nós fiquemos, como de costume, “em berço esplêndido”, esperando que o governo de Brasília faça as coisas, inclusive nos livrar dos bandidos e do narcoterrorismo. O plano só começou a ser elaborado em decorrência do clamor da sociedade, levantado pelas passeatas em prol da paz. Mas será apenas uma boa intenção se não nos armarmos de coragem para sacudir a poeira do ensimesmamento e da preguiça. No Rio de Janeiro, concretamente, devemos pressionar o governo estadual para que não ceda à banda podre da polícia e parta para maquiagens eleitorais. Parodiaria o velho ditado udenista da seguinte forma: “o preço da segurança é a eterna vigilância”. Se não vigiarmos, se no nosso bairro, no nosso quarteirão, no nosso prédio não passarmos a nos preocupar mais com o que é de todos, não acontecerá nada. Ou melhor: acontecerá o pior, que consiste no domínio das nossas cidades pelos exércitos dos narcoterroristas.

Anexo IV – BRASIL SERÁ A COLÔMBIA AMANHÃ
(ENTREVISTA CONCEDIDA À REVISTA
SISTEMA FECOMÉRCIO, RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 2003)

O alerta não é de um brasileiro nato, mas do professor colombiano naturalizado brasileiro, Ricardo Vélez Rodríguez, que sofreu com a violência do narcotráfico em seu país e não deseja que o mesmo aconteça no Brasil, onde passou a morar, a dar aulas em universidades e atuar como consultor na Confederação Nacional do Comércio. Respeitado estudioso da violência e das ramificações do narcotráfico, ele acha que passou a hora de as autoridades subirem o morro para desarmar os traficantes, mostrando que o Estado vai reagir aos atos de terror.

Ações criminosas que têm o dedo das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ligadas aos traficantes cariocas, denuncia o professor, que há cerca de três anos participou de uma reunião na Fecomércio-RJ e já alertava sobre a perigosa relação entre criminosos brasileiros e guerrilheiros colombianos. Ele acha que o Brasil já deveria ter classificado as FARC como organizações guerrilheiras e que muitos políticos brasileiros permitem que executivos ligados à organização dêem palestras em universidades e sindicatos. Denuncia também o envolvimento das FARC com o Movimento dos Sem Terra (MST), com o objetivo de semear a discórdia no campo como cortina de fumaça para a ação dos narcoterroristas nas principais capitais.

Sistema Fecomércio - Quais as principais diferenças que o senhor identifica entre o crime no Brasil e o que ocorreu na Colômbia, onde parece que os cartéis de marginais, do tipo comandado por Pablo Escobar, foram substituídos por uma ação muito mais organizada pelas Farc?

Ricardo Vélez Rodríguez - Aconteceu na Colômbia que, quando era possível combater a guerrilha, não foram tomadas as providências necessárias. Governos populistas como os de López Michelsen, Turbay Ayala ou Belisário Betancur, possibilitaram, ao longo das décadas de 70 e 80 do século passado, que as guerrilhas se fortalecessem. Quando acabou o império comunista, que financiava tais movimentos, as guerrilhas tinham intacta a sua estrutura organizacional e se voltaram tranquilamente para as atividades ilícitas: o seqüestro e o tráfico de drogas. Hoje as guerrilhas colombianas financiam as suas atividades num 60% com o narcotráfico e os 40% restantes com o seqüestro e com a apropriação indevida do orçamento dos municípios. Esta última forma de roubo do dinheiro público funciona assim: a guerrilha envia uma carta ao prefeito de uma cidade (geralmente pequena ou média), dizendo que deve ser repassado um montante equivalente a 10% do orçamento municipal para a organização de meliantes. Se o prefeito não se mexer, morre. Se ele apresentar o pedido à câmara de vereadores e esta não tomar providências, os vereadores passarão a ser alvos dos subversivos. É o que os sociólogos e os cientistas políticos chamam de "clientelismo armado". Uma forma terrorista de se apropriarem os criminosos do dinheiro da população. No decorrer do ano passado morreram mais de 10 prefeitos em tais circunstâncias. Muitos mandatários municipais simplesmente abandonaram o cargo e ninguém se prontificou para substituí-los, pois já foram assassinados também dezenas de vereadores. O governo central teve de nomear, para muitos municípios, prefeitos militares.

S. F. - O Rio de Janeiro será amanhã a Medellín de ontem?

RVR - Certamente, se não forem tomadas as devidas providências. Digo mais: o Brasil inteiro poderá vir a ser uma Colômbia, se as autoridades, nos diferentes Estados da Federação, continuarem a fazer vista grossa em face do narcoterrorismo e das suas ramificações nos poderes públicos (legislativo e judiciário), como também na polícia civil e militar. A situação é grave. Uma intervenção federal no Rio, com decretação de estado de defesa, seria um bom começo para sinalizar aos bandidos que as autoridades estão dispostas a peitar o crime organizado. Do jeito que as coisas estão, torna-se necessária uma providência radical, mais forte do que as medidas, bastante paliativas, adotadas até

agora, tanto pelo governo da União, como pela governadora do Estado do Rio de Janeiro. Uma outra providência deve tomar já a sociedade: banir definitivamente o charme do consumo de drogas. Quem financia os cartéis da morte são os nossos jovens de classe média e alta que compram pó ou maconha para as suas noitadas. O problema da dependência tóxica já é uma doença no Brasil. Levando em consideração os dados do que a polícia apreende no país (30 toneladas de tóxicos por ano), podemos calcular em 300 toneladas o montante do que circula pelo Brasil afora. É pó da morte que não acaba. Precisamos ver de frente o problema da narcodependência e tratá-lo como doença social que precisa ser extirpada. Há muito bom-mocismo na sociedade para reconhecer que o filho ou o sobrinho se drogou. Todo mundo quer empurrar a culpa pelo financiamento do narcotráfico para os outros. Precisamos de mais pesquisas que identifiquem claramente o número de viciados, a fim de que as autoridades elaborem, a partir desses dados, políticas de recuperação.

S. F. - O que foi feito em Medellín para refrear a ação do narcotráfico?

RVR - A resposta da sociedade foi contundente: a cidadania de Medellín, bem como a da maioria das cidades colombianas, elegeu para a Presidência da República, por maioria muito significativa, no ano passado, aquele candidato que se dispôs a enfrentar o problema com coragem: o jovem político liberal Álvaro Uribe Vélez, cujo pai, aliás, tinha sido assassinado pelas FARC nos anos 80 do século passado. A sociedade colombiana convenceu-se, depois de décadas de sofrer com o terrorismo dos narcotraficantes, primeiro, e depois da narcoguerrilha, que não adiantava ser tolerante com os bandidos. Estes só entendem um argumento: o da força. A sociedade colombiana hoje está convencida de que tem de fazer a guerra ao terror. E tomou as medidas cabíveis: passou a profissionalizar o Exército e a preparar melhor e equipar devidamente a Polícia Nacional. Nos últimos cinco anos o esforço, nesse sentido, foi bastante significativo: hoje o país vizinho conta com um Exército de 50 mil homens profissionais e, no decorrer dos próximos anos, esse número chegará a cem mil efetivos. No caso da Polícia, os seus membros, oficiais e praças, foram treinados na luta anti-guerrilha e na prevenção da criminalidade. Houve, outrossim, um grande esforço para melhorar a capacidade operacional das Forças Armadas. No sul do país, na região conhecida como Três Esquinas, em pleno território controlado outrora pelas guerrilhas, foi montado, com auxílio norte-americano, uma espécie de SIVAM, que monitora via satélite o tráfego aéreo em praticamente todo o território nacional. Com essas providências, o Exército passou à ofensiva e começou a ganhar a guerra. Somente nos últimos dois meses deste ano, quinhentos guerrilheiros foram abatidos. Paralelamente, as Forças Armadas passaram a desenvolver ampla ação social nos territórios anteriormente ocupados pela narcoguerrilha, levando de volta a essas populações serviços básicos de saúde, de educação e de segurança. Isso evidentemente tem um preço no orçamento: os colombianos passaram a pagar, a partir do ano passado, um imposto de guerra, calculado sobre o patrimônio de empresas e cidadãos particulares.

S. F. - Qual é a ligação entre os narcotraficantes brasileiros e as Farc?

RVR - É uma ligação estreita, que não adiante negar ou tentar esconder, como fazem hoje muitos políticos. Fernandinho Beira-Mar começou a ser protegido pelas FARC em 1999, dois anos após ter fugido de um presídio em Belo Horizonte. Segundo os serviços de inteligência da Polícia e do Exército da Colômbia, Beira-Mar começou seus negócios com as FARC nesse mesmo ano, tendo como elo o guerrilheiro Tomás Caracas, conhecido com o pseudônimo de "Negro Acácio". O traficante brasileiro passou a fornecer armas aos guerrilheiros, em troca de apoio estratégico e logístico das FARC para enviar cocaína à Europa, aos Estados Unidos e ao Brasil. Beira-Mar negociava armas contrabandeadas pela máfia russa em troca de cocaína. O mecanismo que tornou possível toda essa operação foi a organização do denominado "Suricartel", organização criminosa sediada no Suriname e chefiada pelo coronel Desiré Delano Bouterse, ex-ditador desse país, auxiliado por um comitê executivo integrado por três pessoas: Melvin Lindscheer, Dino Bouterse (filho de Desiré) e Bert Mangal. O mafioso brasileiro Leonardo Dias Mendonça era o encarregado de repassar o dinheiro a esses meliantes, sendo Fernandinho Beira-Mar o diretor executivo das operações da empresa na Colômbia. Após a prisão de Beira-Mar por tropas colombianas e a sua extradição para o Brasil, parece que as atividades do "Suricartel" sofreram um sério revés. Mas se tratava, certamente, de uma multinacional do crime. Essa era a ligação inicial dos narcotraficantes brasileiros com as FARC. Mas as ligações entre os mafiosos brasileiros e a organização guerrilheira continuaram. Do seu escritório de Bangu I, Beira-Mar conseguiu manter contato com as FARC, de forma a encomendar armamento sofisticado (até mísseis Sting, dos utilizados por Bin Laden e Al-Quaeda) e solicitar a presença, nos morros cariocas, de "assessores" da organização guerrilheira.

S. F. - Afinal, o que desejam as Farc e os traficantes brasileiros, com essa ação de aterrorizar a cidade. É a tomada do poder? No caso colombiano, o que é proposto pelos membros da Farc como ação política, como substituição do regime democrático. Enfim, o que eles desejam?

RVR - As FARC constituem uma organização guerrilheira pragmática. O que diferencia estas novas guerrilhas das antigas é que não são mais lutadores românticos, como o Che Guevara, cujo princípio de atuação era: "Pátria ou Morte". As FARC são hoje uma multinacional do crime, que como toda empresa visa lucros. Cada guerrilheiro dos 15 mil efetivos das FARC ganha, ao ano, 70 mil dólares, soma 40 vezes superior ao que fatura um colombiano médio. É exatamente isso o que a guerrilha colombiana persegue: lucro que beneficia os membros do cartel. E é isso, exatamente, o que a multinacional do crime pretende estabelecer no Brasil. Lembremos que as duas atividades a partir das quais as FARC obtêm os seus lucros são tráfico de entorpecentes (60%) e seqüestros (40%). A multinacional do crime já está aliciando, no Rio de Janeiro, militares reformados das Forças Armadas, lhes oferecendo, como foi noticiado pela imprensa, gratificações que vão de 3 mil Reais (valor pago por uma palestra) a 8 mil Reais (preço de um curso rápido de instrução militar). Ora, isso é utilizar a inteligência em benefício do crime. As nossas Forças Armadas preparam soldados de elite que, quando dispensados, são comprados a preço de ouro pelos traficantes. O terror que os meliantes cariocas exercem sobre a população age como pano de fundo para o funcionamento do negócio: é melhor deixar trabalhar os bandidos em paz, para não sofrer sérias

conseqüências. Exatamente a mesma estratégia do "clientelismo armado" das FARC. Ora, como responder a isso? Com passeatas de branco e desenhando pombinhas? Os bandidos simplesmente dão gargalhadas diante de tanta ingenuidade. Ao terror a sociedade brasileira deve responder com o uso da força legítima do Estado.

S. F. - Quem comanda as Farc?

RVR - Elas hoje são comandadas por um grupo de meliantes, com duas características: inteligência e decisão. A organização guerrilheira tem dois braços: administrativo e militar. Este último é chefiado por "Mono Jojoy", um frio assassino e grande inteligência estratégica. Se, para cumprir com os seus objetivos é necessário assassinar 300 pessoas desarmadas, velhos, crianças e mulheres, Jojoy não duvida em mandar fogo. Foi o que aconteceu em Bojayá, no ano passado, uma cidadezinha perdida na selva perto da fronteira com o Panamá. Três centenas de cidadãos indefesos e apavorados foram queimados vivos na igreja da localidade, onde tinham se refugiado. Os assassinos das FARC dispararam contra o recinto cilindros de gás cheios de dinamite e metralha. Utilizaram um artefato fabricado pelos guerrilheiros com ajuda do IRA irlandês: um pequeno canhão capaz de lançar um botijão de gás a 500 metros de distância. O braço administrativo das FARC é chefiado pelos "negociadores" da organização criminosa, chefiados pelo comandante Raul Reyes. Os braços militar e administrativo das FARC obedecem as ordens do velho Manuel Marulanda, o "Tiro-certo", o mais idoso guerrilheiro das Américas, hoje na casa dos 70 anos. Entre os quadros administrativos das FARC há profissionais liberais, engenheiros, químicos, médicos, contadores, bancários, que venderam a alma ao diabo por dinheiro. É triste reconhecer: o dinheiro do narcotráfico corrompe. Até padres cederam à tentação, como o sacerdote espanhol Manuel Pérez, já falecido, que comandou o Exército de Libertação Nacional, um braço guerrilheiro colaborador das FARC.

S. F. - Por que, no seu entender, o governo brasileiro demora tanto para classificar as Farc como um grupo terrorista, como já o fez a OEA?

RVR - Isso, a meu ver, é fruto das relações públicas das FARC e da burrice das esquerdas. Com o dinheiro que recebem a cada ano pelos 3.400 seqüestros e pela exportação de cocaína e heroína, os chefes guerrilheiros elaboraram uma cuidadosa política de aliciamento. Pagam viagens de seus executivos, impecavelmente vestidos, para que "abrandem" governos e partidos de esquerda. Foi o que aconteceu com alguns setores do PT, que ficaram encantados com o charme dos guerrilheiros-executivos, que circulam por universidades e sindicatos dando palestras. É um trágico erro. Até a Prefeitura de Ribeirão Preto caiu na asneira de propor, no ano passado, a abertura de uma Casa das FARC nessa importante cidade do interior paulista. Ser otário diante dos assassinos das FARC é o pior que pode acontecer hoje a um político brasileiro. A história será implacável. O PT não pode apoiar as FARC. É um Partido sério, que concorreu civilizadamente às eleições, que ganhou o poder de mãos de um país que acreditou nas suas propostas moderadas e democráticas. Lembremos que em 1999 o Exército e a Força Aérea do Brasil realizaram um exercício conjunto que acabou se transformando em ação preventiva na fronteira com a Colômbia. Os rebeldes preparavam a invasão do Brasil pela

Frente 23 das FARC. Participaram da operação 5 mil soldados, entre os quais 250 pára-quedistas das Forças Especiais. O apoio aéreo envolveu quatro caças-bombardeiros A-1/AMX, mais 36 aviões Tucano, Hércules e helicópteros, conforme noticiou o jornal **O Estado de S. Paulo**, na sua edição de 12 de maio de 2002. Em face desses precedentes, o governo brasileiro deve declarar, o quanto antes, as FARC como grupo terrorista, a exemplo do que já fizeram muitos países e a Organização dos Estados Americanos.

S. F. - Qual a ligação das Farc com o MST?

RVR - A imprensa noticiou que um importante guerrilheiro das FARC, Carlos Bernardes, o "Comandante Bernal", desde 1998 já veio 8 vezes ao Brasil com a finalidade de dar palestras e manter contatos com as lideranças do MST e de outros movimentos revolucionários do campo como a Liga Operária Camponesa (LOC) e o Movimento Revolucionário dos Sem-Terra (MRST). É evidente a importância que as FARC dão a esses movimentos, na estratégia de alastrar a revolução pelo Brasil. Melhor dizendo, não se trata propriamente de fazer a revolução, mas de instaurar a confusão para que, nesse pano de fundo, os negócios do narcotráfico prosperem. Quanto mais conturbado estiver o campo, quanto maiores problemas o Brasil enfrentar na sua área exportadora de alimentos, melhor para o narcotráfico nas cidades, pois os olhos da opinião pública estarão voltados para os conflitos rurais. É uma estratégia diabólica, que não podemos aceitar. Os estudiosos, aliás, estão mostrando que o MST, mais do que a reforma agrária, está organizando uma lucrativa empresa para sugar recursos públicos. É o que concluiu pesquisa desenvolvida pelo sociólogo gaúcho Zander Navarro, ex-militante do MST, bacharelado em Sussex (Inglaterra), pós-graduado no MIT (EUA) e atualmente professor de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O MST que surge da pesquisa de Navarro (divulgada pelo **Jornal da Tarde** em 11 de maio) é uma organização paraestatal que vive de verbas públicas a fundo perdido, das quais as mais generosas provêm do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que somam R\$ 14,5 bilhões. Isso para não falar do desrespeito ostensivo à lei e às ordens judiciais, que os militantes do movimento continuamente estão praticando com as invasões de terras produtivas e de prédios públicos, sem contar a violência que já causou a morte de não poucas pessoas pelo país afora, ao longo dos últimos anos. Em meados de abril do ano passado a imprensa de São Paulo noticiava um dos projetos estratégicos do MST: invadir um milhão de terras devolutas no Pontal do Paranapanema e adjacências, a fim de criar o "Estado do Pontal", uma espécie de República Socialista Revolucionária inspirada na que os guerrilheiros das FARC organizaram no centro do território colombiano, na área de 42 mil quilômetros quadrados que o vacilante governo Pastrana lhes cedeu no início de 1998. Para efetivar esse objetivo, a imprensa informava que os ativistas do MST estava fazendo recrutamentos em massa. O projeto, em pleno período pre-eleitoral, não foi levado adiante, evidentemente pelas repercussões negativas que tamanha sandice traria para a candidatura Lula. Mas a existência desse projeto indica o alcance das propostas "revolucionárias" dos ativistas do MST.

S. F. - Fernandinho Beira-Mar foi preso em território colombiano, comandado pelas FARC. Há outras evidências da ligação dos bandidos brasileiros com organizações internacionais?

RVR - Ao longo dos últimos meses, como tem sido noticiado fartamente pela imprensa brasileira, o serviço secreto da polícia carioca tem detectado a presença, nos morros do Rio, de guerrilheiros das FARC, que teriam como uma das suas finalidades a libertação do chefe do narcotráfico no Brasil. Não é simples coincidência esse fato e a adoção simultânea de uma estratégia bem costurada de guerrilha urbana nos confrontos dos bandidos com a Polícia, especialmente a partir de outubro do ano passado, quando os marginais começaram a atacar sistematicamente os símbolos do poder econômico e político no Estado, nos atentados a bala e bomba perpetrados contra o Palácio Guanabara, sede do governo estadual, contra o prédio da Prefeitura em Cidade Nova, contra a Torre Rio Sul, contra importantes hotéis na região nobre da cidade e contra Universidades e delegacias policiais. Tudo isso acompanhado de uma verdadeira guerra psicológica destinada a amedrontar a população, mediante ordens dos traficantes para fechar o comércio. A estratégia guerrilheira desceu do morro e foi para o asfalto. Isso, evidentemente, conta com a orientação de experimentados guerrilheiros, que nas cidades colombianas estão desenvolvendo o mesmo tipo de estratégia. O meu temor é de que se não encontrarem uma séria e forte resposta de parte das autoridades, os narcoterroristas partirão para uma etapa mais agressiva na sua guerra declarada contra o Estado e a sociedade, mediante o terrorismo em grande escala, como está acontecendo nas cidades colombianas, com a explosão de carros-bomba. Os bandidos cariocas já contam, aliás, com o explosivo C-4, que Fernandinho Beira-Mar importou no ano passado, junto com armamento pesado.

S. F. - Que ações emergenciais o senhor acredita que seriam necessárias para combater a atual situação no Rio de Janeiro?

RVR - Uma ação emergencial deve ser tomada sem dilações: a decretação do "estado de defesa" no Rio de Janeiro, a fim de que as Forças Armadas façam uma imediata varredura nas 600 favelas da cidade, para confiscar o armamento dos narcoguerrilheiros e identificar e prender os chefes do tráfico. Não nos iludamos. Os mais de 7 mil homens armados que o narcotráfico tem hoje nos morros, não serão desmobilizados com providências típicas ou superficiais. No marco dessa ação emergencial poderia ser cogitada uma ação tipo mutirão da Justiça, para garantir a detenção dos meliantes. A Polícia Federal e as Polícias Civil e Militar do Estado entrariam com o patrulhamento e a investigação, a fim de consolidar o controle legal do Estado sobre os bandidos. Depois, é claro, devem vir as ações sociais e humanitárias nas favelas hoje dominadas pelo narcotráfico, no marco da adoção do modelo hoje vigente do "Sistema Único de Segurança", que aliás já foi adotado pelo governo estadual.

S. F. - O senhor teria outros exemplos da ligação entre os traficantes brasileiros com outras organizações internacionais?

RVR - O seqüestro do publicitário Washington Olivetto, no final de 2001, revelou as estreitas ligações entre os guerrilheiros chilenos que perpetraram o crime, os meliantes brasileiros e as FARC. A Agência italiana ANSA noticiou que no ano anterior tinha ocorrido na Itália uma reunião de cúpula dos criminosos latino-americanos.

Representantes das FARC colombianas, dos guerrilheiros da ETA espanhola e do MIR chileno, reuniram-se com a finalidade de ampliar o raio de ação da guerrilha colombiana, visando à arrecadação de fundos, que começaram a escassear ao ensejo do início do denominado "Plano Colômbia", no final do governo Pastrana. O resultado foi o seqüestro do publicitário paulista, nos moldes do que já tinha sofrido o empresário Abílio Diniz no final dos anos 80, o que prova que os guerrilheiros latino-americanos não improvisam, mas amadurecem durante anos as suas ações criminosas.

S. F. - O senhor acha possível que bandidos analfabetos, ou semi-analfabetos como Beira-Mar, possam de fato serem os cabeças de uma organização que requer conhecimentos de economia internacional, remessa de dinheiro, lavagem de dinheiro, movimentação financeira de um paraíso fiscal para outro, troca de moedas em vários câmbios diferentes? Ou eles seriam apenas a parte visível de um outro comando que estaria numa cobertura de frente para o mar?

RVR - No "Suricartel" organizado por Fernandinho Beira-Mar e Leonardo Dias Mendonça havia doleiros conhecidos (como Carlos Alberto Maia Barbosa, Walderes Almeida Lacerda e Basoo Ynano Kemag, que não eram propriamente pedintes, mas sofisticados donos de casas de câmbio). Havia pilotos profissionais (como Ivanilson Alves da Silva, Osmar Anastácio, Pedro Misael Alves Ferreira, Amarildo Oliveira Berigo, Antenor José Pedreira, etc.). Gente que fala inglês, viaja ao exterior e bebe do melhor whisky escocês. O dinheiro do narcotráfico compra tudo. Os meliantes cariocas têm sites na Internet que ensinam a fabricar bombas caseiras, como foi noticiado pelo jornal *O Globo*, em 15 de setembro de 2002. Ora, para que isso seja possível são necessários programadores de *software*, além de engenheiros químicos. O dinheiro do narcotráfico compra tudo. Não é à toa que se trata, depois do petróleo, da maior multinacional do planeta, que movimenta perto de 500 bilhões de dólares ao ano. É grana para não acabar.

S. F. - O Brasil tem instituições democráticas fortes, portanto, na sua opinião esse estado de direito será capaz de enfrentar e vencer esses bandidos, ou já demoramos muito para encarar o problema de frente e estamos sem possibilidades de vencê-los no curto prazo?

RVR - Embora tenhamos demorado, ainda é tempo de fazer frente aos bandidos. Mas precisam ser adotadas, de imediato, as medidas a que fiz referência anteriormente.

Onde está o general que desmontou os cartéis de Cali e Medellín? Como ele conseguiu vencer estes traficantes que, em determinado momento, chegaram a propor pagar a dívida externa colombiana em troca de mais liberdade?

RVR - O general que conseguiu dismantlar os cartéis de Medellín e de Cáli chama-se Rosso José Serrano, atualmente é embaixador da Colômbia na Áustria e deixou a sua experiência registrada em livro intitulado *Jaque mate ("Xeque Mate")*, publicado em Bogotá pela editorial Norma em 1999. O livro mostra detalhadamente como, alicerçada em dois princípios, a Polícia colombiana conseguiu a sua meta. Esses dois princípios são: respeito às leis e aos direitos humanos e profissionalismo,

utilizando todos os meios da moderna tecnologia e fazendo uso eficaz da força quando necessário. É curioso que no ***Projeto Segurança Pública para o Brasil***, que o Instituto Cidadania preparou para o presidente Lula no decorrer do ano passado, não seja mencionada a experiência do general Serrano junto às providências bem-sucedidas de combate à criminalidade e ao narcotráfico no primeiro mundo, que são fartamente citadas no documento. Ora, a experiência colombiana está muito mais perto de nós do que a norte-americana ou a alemã. Valeria a pena conhecê-la em profundidade.